Universidade Federal
de Ouro Preto

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO *CAMPUS* IPATINGA

IPATINGA, 2025

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

REITORIA

Reitor

Prof. Luciano Campos da Silva

Vice-Reitora

Profª. Roberta Eliane Santos Froes

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Pró-reitora

Profª. Marlice de Oliveira e Nogueira

Pró-reitora adjunta

Hermelinda Gomes Dias

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

Pró-reitora

Profª. Cláudia Martins Carneiro

Pró-reitora adjunta

Profª. Raquel Leite Braz

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Prof. Amauri César Alves

Prof. Cláudio Henrique Ribeiro da Silva

Prof. Paganini Barcellos de Oliveira

EQUIPE DE REVISÃO TÉCNICA-PEDAGÓGICA DO PROJETO PEDAGÓGICO

Marcilene Magalhães da Silva

IPATINGA, 2025

Campus Ipatinga, Rua Graciliano Ramos, 719, Cidade Nobre, Ipatinga - MG, 35162-373
Telefone: (31)0000-0000 Email: xxxx@ufop.edu.br

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO....1
1.1 Contexto geral para redação do PPC....1
2 HISTÓRICO DA UFOP....2
2.1 Missão, visão e valores....4
2.2 A UFOP em números....5
2.1.1 Campus Ipatinga....7
3 HISTÓRICO DO CURSO....7
3.1 Particularidades do curso de Direito....8
4 CONTEXTUALIZAÇÃO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL....9
4.1 Panorama do curso de Direito na região metropolitana do Vale do Aço....10
5 JUSTIFICATIVA....11
5.1 O contexto de criação do Projeto Pedagógico....12
5.2 Necessidade de formação de profissionais do Direito....12
5.3 Aspectos econômicos, educacionais, sociais e profissionais do Vale do Aço, e a inserção do(a)s egresso(a)s do curso no desenvolvimento sustentável da região....14
5.4 Contexto de avaliações externas e internas do curso de Direito da UFOP....15
6 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO....17
7 FORMAS DE INGRESSO NO CURSO....18
8 CONCEPÇÃO DO CURSO....20
8.1 Missão....20
8.2 Visão....20
8.3 Valores....21
9 OBJETIVOS DO CURSO....21
9.1 Objetivos específicos....22
10 PERFIL E COMPETÊNCIA PROFISSIONAL DO(A) EGRESSO(A)....23
11 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA....24
11.1. Departamentos....26
11.2 Colegiado do curso e Núcleo Docente Estruturante....26
11.3 Corpo docente e administrativo....27
11.4 Organograma do curso....30
12 ESTRUTURA CURRICULAR....31
12.1 Flexibilidade curricular e interdisciplinaridade....31
12.2 Extensão no âmbito do curso....33
12.2.1 Definição e diretrizes da extensão no curso....33
12.2.3 Avaliação da extensão....36
12.2.4 Divulgação, estímulo e volume de oferta de ações de extensão....37
12.3 Estágio curricular supervisionado....38
12.4 Trabalho de Curso....40
12.5 Atividades Acadêmico-Científico-Culturais....43

12.6 Temas Transversais..... 46
12.7 Mobilidade acadêmica..... 47
12.8 Relação com a pesquisa..... 49
12.9 Matriz curricular..... 50
13 METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM..... 60
13.1 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.. 61
13.2 Metodologias ativas..... 62
14 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM..... 63
14.1 Concepção de avaliação do curso e papel de discentes e docentes..... 63
14.2 Estratégias de avaliação e formas de aprovação..... 63
15 AVALIAÇÕES PROMOVIDAS PELO CURSO..... 65
15.1 Pesquisa com egresso(a)s..... 65
15.2. Grupo de acompanhamento do desempenho no Exame da OAB..... 66
16 AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS..... 67
16.1 Pesquisa de desenvolvimento de disciplinas da graduação..... 67
16.2 Comissão própria de avaliação..... 68
16.3 Avaliações promovidas pelo NDE..... 69
17 AVALIAÇÕES EXTERNAS..... 69
17.1 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes..... 71
17.2 Exame de Ordem e Selo OAB Recomenda..... 71
18 APOIO AOS DISCENTES..... 71
18.1 Acompanhamento acadêmico institucional..... 72
18.2 Acompanhamento acadêmico do curso..... 73
18.3 Assistência estudantil..... 74
19 CAPACITAÇÃO DO CORPO DOCENTE..... 76
20 INFRAESTRUTURA..... 78
20.1 Infraestrutura projetada para início das atividades do curso de Direito em Ipatinga.. 81
21 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 84
REFERÊNCIAS..... 85
APÊNDICE A - PROGRAMAS DE DISCIPLINAS..... 89
APÊNDICE B - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS-EXTENSIONISTAS..... 317
APÊNDICE C - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS..... 322
APÊNDICE D - REGULAMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA..... 327
APÊNDICE E - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CURSO..... 341
APÊNDICE F - DISCIPLINAS POR EIXO CONFORME AS DIRETRIZES NACIONAIS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO..... 347

1 APRESENTAÇÃO

Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) tem como objetivo estabelecer as diretrizes que devem orientar o curso de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), *campus* Ipatinga, instituído em conformidade com a Resolução CUNI nº xxxx, de xxxxx de 2025. O curso atende ao propósito de garantir formação humanística a futuros profissionais na área jurídica, tendo como base o pleno desenvolvimento da cidadania frente à evolução dos anseios sociais e exigências ambientais regionais, os desafios apresentados pelos direitos humanos, a diversidade de gênero, os novos sujeitos e direitos e o pluralismo cultural e étnico-racial do Brasil.

O curso foi criado em 2025 e implementado no primeiro semestre de 2026, quando da entrada da sua primeira turma. Este PPC foi elaborado com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de graduação em Direito, considerando as exigências previstas na Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), Câmara de Educação Superior (CES), nº 5, de 17 de dezembro de 2018 (Brasil, 2018a).

Em adição, a elaboração deste PPC também considera as demandas de formação de profissionais que possam atuar e contribuir para o crescimento e desenvolvimento da cidade de Ipatinga, das cidades que pertencem Região Metropolitana do Vale do Aço[1] (Coronel Fabriciano, Santana do Paraíso e Timóteo) e do Colar Metropolitano do Vale do Aço (Açucena, Antônio Dias, Belo Oriente, Bom Jesus do Galho, Braúnas, Bugre, Caratinga, Córrego Novo, Dionísio, Dom Cavati, Entre Folhas, Iapu, Ipaba, Jaguaraçu, Joanésia, Marliéria, Mesquita, Naque, Periquito, Pingo D'água, São João do Oriente, São José do Goiabal, Sobrália, Vargem Alegre), e de outras cidades do estado de Minas Gerais e do Brasil.

1.1 Contexto geral para redação do PPC

O curso de Direito da UFOP do *campus* Ouro Preto da UFOP foi criado pela Resolução CEPE 558, de 25 de outubro de 1993, do, até então existente, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFOP. A criação do curso de Direito na região conhecida como Inconfidentes (Ouro Preto, Mariana, Itabirito, Diogo de Vasconcelos e Acaiaca) teve o objetivo de atender às demandas sociais pela formação de bacharéis em Direito com capacitação técnica e sólidos fundamentos humanísticos.

1

Prodemge. Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço. **Conheça os Municípios**. Disponível em: <http://l7si.homologacao.prodemge.gov.br/conheca-os-municipios/#>. Acesso em: 19 de jun. de 2025.

Atualmente, o curso de Direito da UFOP do *campus* Ouro Preto é um dos cursos que apresenta uma das melhores proporções entre candidatos do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e vagas na UFOP e tem importantes resultados em todos os tipos de avaliação, em especial, no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Os mesmos ideais inspiram a UFOP a levar a sólida experiência jurídica adquirida nos últimos 30 anos para a cidade de Ipatinga, visando a atender a região Vale do Aço e seu entorno.

Neste contexto, a criação do curso de Direito da UFOP em Ipatinga tem por objetivo atender às demandas sociais da região do Vale do Aço, com a formação de bacharéis em Direito com capacitação técnica e fundamentos humanísticos sólidos, especialmente com habilidades para atuação em contextos sociais marcados pela diversidade, em processos de desenvolvimento e inclusão dos sujeitos de direitos excluídos de participação, bem como pela discussão da edificação democrática de novos modelos de soluções para conflitos sociais e individuais.

Especificamente em relação ao presente PPC do Curso de Direito da UFOP em Ipatinga, a base central do trabalho é o PPC do curso de Direito da UFOP do *campus* Morro do Cruzeiro, localizado na cidade de Ouro Preto, que, em 2022, passou por um processo de revisão e atualização em observância às alterações e exigências curriculares nacionais.

2 HISTÓRICO DA UFOP

Tal como destacado no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFOP (PDI/UFOP 2016-2025[2]) a universidade tem como identidade a tradição, modernidade e inovação que se consolida a partir da oferta de cursos de graduação, pós-graduação, projetos de pesquisa, extensão, e ações culturais promovidas ao longo de décadas em diferentes cidades e regiões do estado de Minas Gerais.

Trata-se de uma instituição pública federal que, ao longo de sua história, esteve sempre em sintonia com o seu tempo, projetando-se de maneira consistente e atenta às demandas da sociedade para o futuro. Esse espírito inovador e moderno esteve presente desde a criação das centenárias Escola de Farmácia (EFAR – 1839) e da Escola de Minas (EM - 1876), e que se constituíram de base para que, em 1969, nascesse a Universidade Federal de Ouro Preto.

---

[2] Universidade Federal de Ouro Preto. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: Universidade Federal de Ouro Preto | 2016 - 2025. Disponível em: <https://www.ufop.br/sites/default/files/pdi_ufop_2016_2025.pdf>. Acesso em: 19 de jun. de 2025.

Dez anos mais tarde, a UFOP ampliou seus horizontes para a cidade de Mariana, momento no qual o Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS – 1979) foi incorporado à instituição visando ampliar suas áreas de formação e conhecimento em diálogo com as demandas da comunidade local de seu entorno.

De forma a fortalecer a estrutura organizacional, acadêmica, de pesquisa e extensão da instituição, outras unidades foram sendo criadas ao longo do tempo: o Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (IFAC – 1981), o Instituto de Ciências Exatas e Biológicas (ICEB – 1982), a Escola de Nutrição (ENUT – 1994) e o Centro de Educação a Distância (CEAD – 2000) na cidade de Ouro Preto e o Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas (ICEA – 2002) na cidade de João Monlevade, a partir da implantação de um novo *campus*. Este último, demonstra a ambição da UFOP de estender ainda mais a sua atuação no estado de Minas Gerais, ao implantar os primeiros cursos na região do Médio Piracicaba e Vale do Aço.

Após a adesão ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), entre 2008 e 2013, a UFOP teve um salto de crescimento na oferta de cursos de graduação, número de vagas, laboratórios, espaços de convivência e lazer em todos os três *campi* da instituição. Neste período foi criado o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA – 2008) na cidade de Mariana, bem como a Escola de Medicina (EMED - 2012) e a Escola de Direito, Turismo e Museologia (EDTM - 2013) em Ouro Preto. Mais recentemente, em 2019, a Escola de Educação Física (EEF - 2019) também foi criada no *campus* Morro do Cruzeiro em Ouro Preto.

Mais recentemente, em 2025, um desejo pulsante de expansão da UFOP para a região do Vale do Aço começou a se tornar realidade a partir da implantação do quarto *campus* da universidade em Minas Gerais, na cidade de Ipatinga. Trata-se de uma demanda antiga da comunidade Ufopiana, registrada por meio da Resolução CUNI nº 719, de 18 de outubro de 2005 (UFOP, 2005b), que aprovou projeto de implantação de um pólo da UFOP no Vale do Aço, e que se consolidou apenas 20 anos depois.

A motivação para a expansão da UFOP para a região do Vale do Aço se justifica por se tratar de uma região com uma das menores médias de matrículas públicas[3] na educação superior do estado de Minas Gerais. A ideia é que a UFOP possa ampliar o horizonte de suas

[3] Governo Federal. **Apresentação do Novo PAC na Educação Superior**. Material publicado em 10 de junho de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/governo-federal-garante-r-5-5-bilhoes-em-investimentos-para-universidades-no-novo-pac/apresentacao_novo_pac_educacao_superior_10-06-24.pdf/view>. Acesso em: 19 de jun. de 2025.

áreas de conhecimento e cobrir lacunas até então descobertas na região, em especial, no campo das Ciências da Saúde, Ciências Humanas e Ciências Sociais.

Em resumo, pode-se dizer que a UFOP é referência no país, constituindo-se como uma das principais Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Brasil. Essa projeção se deve a sua singularidade nas dimensões históricas, de ensino, pesquisa, inovação e envolvimento comunitário e, sobretudo, à valorização de seu patrimônio humano: estudantes, docentes e técnicos administrativos em educação.

2.1 Missão, visão e valores

Com o objetivo de contribuir para "uma sociedade justa, plural e pautada na sustentabilidade" (PDI/UFOP 2016-2025, p. 15) a missão da instituição está pautada em:

> Produzir e disseminar o conhecimento científico, tecnológico, social, cultural, patrimonial e ambiental, contribuindo para a formação do sujeito como profissional ético, crítico-reflexivo, criativo, empreendedor, humanista e agente de mudança na construção de uma sociedade justa, desenvolvida socioeconomicamente, soberana e democrática (PDI/UFOP 2016-2025, p. 15).

Tendo como base a missão firmada com a sociedade, a UFOP tem como visão alcançar a excelência e reconhecimento pela "produção e integração acadêmica, científica, tecnológica e cultural, comprometida com o desenvolvimento humano e socioeconômico do país" (PDI/UFOP 2016-2025, p. 15).

Ademais, sob a perspectiva dos princípios, responsabilidades e compromissos firmados perante a sociedade brasileira, a UFOP pauta-se em 14 valores (PDI/UFOP 2016-2025, p. 15-16), a citar:

1. autonomia;
2. compromisso, inclusão e responsabilidade social;
3. criatividade;
4. democracia, liberdade e respeito;
5. democratização do ensino e pluralização do conhecimento;
6. eficiência, qualidade e excelência;
7. equidade;
8. indissociabilidade;
9. integração e interdisciplinaridade;
10. parcerias;
11. preservação do patrimônio artístico, histórico e cultural;

12. saúde e qualidade de vida;
13. sustentabilidade;
14. transparência.

2.2 A UFOP em números

Em uma estrutura *multicampi*, a universidade possui dois *campi*, nas cidades de de Ouro Preto e Mariana, que estão inseridas na mesorregião de Belo Horizonte, microrregião de Ouro Preto, abrangendo as cidades de Itabirito, Ouro Preto, Mariana, Diogo de Vasconcelos e Acaiaca, e que, juntas, possuem uma população estimada de 143.666 habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022[4].

A UFOP também possui um *campus* localizado na cidade de João Monlevade, pertencente à região do Médio Piracicaba e que abrange 17 municípios, que, juntos, têm a quinta maior economia do estado e cerca de 400 mil habitantes[5].

O Médio Piracicaba faz fronteira a leste com a região do Vale do Aço, local em que está instalado o quarto *campus* da UFOP, na cidade de Ipatinga. O Colar Metropolitano do Vale do Aço, do qual Ipatinga é a cidade mais populosa, é composto por 28 cidades e uma população estimada de 778.983 habitantes, conforme dados levantados pelo IBGE em 2021[6].

Tal amplitude e diversidade de abrangência regional demandam da UFOP uma importante inserção acadêmica de ensino, pesquisa e extensão, tanto no que diz respeito à formação profissional em nível de graduação e pós-graduação como na atuação direta e indireta com as comunidades em que atua.

Conforme destacado no PDI/UFOP 2016-2025, a universidade, considerando os *campi* de Ouro Preto, Mariana e João Monlevade, ocupa uma área de aproximadamente 151 mil m^2, com mais de 150 salas de aula e 140 laboratórios de ensino e pesquisa. Em relação ao corpo docente, técnico-administrativo e discente, a página web UFOP em Números[7] apresenta um conjunto de dados, em tempo real, que sistematiza e agrupa os dados por nível de formação, graduação e pós-graduação. As Tabelas de 1 a 6 sumarizam esses dados, considerando a data de acesso de 19 de junho de 2025.

---

[4] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades de Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/>. Acesso em: 19 de jun. de 2025.
[5] A Notícia. **Médio Piracicaba tem economia de R$18 bilhões**. Reportagem publicada em 24 de março de 2023 Disponível em: <https://o.anoticiaregional.com.br/noticia.php?id=20618>. Acesso em: 19 de jun. de 2025.
[6] Prefeitura de Coronel Fabriciano. **Dados do Município**. Disponível em: <https://www.fabriciano.mg.gov.br/pagina/dados-do-municipio>. Acesso em: 19 de jun. de 2025.
[7] Universidade Federal de Ouro Preto. **UFOP em números**. Disponível em: <https://ufop.br/ufop-em-numeros>. Acesso em: 19 de jun. de 2025.

Tabela 1 - Número de alunos(as) de graduação da UFOP por modalidade de oferta de curso em 19/06/2025

Presencial	A distância	Total
10518	671	11189

Tabela 2 - Número de cursos de graduação da UFOP por modalidade de oferta em 19/06/2025

Presencial	A distância	Total
52	4	56

Tabela 3 - Número de alunos(as) de pós-graduação da UFOP por tipo de curso ofertado em 19/06/2025

Doutorado	Mestrado acadêmico	Mestrado profissional	Especialização	Total
576	1247	260	300	2383

Tabela 4 - Número de cursos de pós-graduação da UFOP por tipo ofertado em 19/06/2025

Doutorado	Mestrado acadêmico	Mestrado profissional	Especialização	Total
16	27	9	12	64

Tabela 5 - Número de professores(as) efetivos(as) da UFOP por dedicação e titulação em 19/06/2025

Titulação	20h	40h	DE	Total
Graduado/Especialista	1	13	2	16
Mestre	2	23	55	80
Doutor	4	23	805	832
Total	7	59	862	928

Tabela 6 - Número de professores(as) substitutos(as) da UFOP em 19/06/2025

Graduado/Especialista	Mestre	Doutor	Total
16	34	35	85

2.1.1 *Campus* Ipatinga

Embora o processo de implantação e construção do *campus* Ipatinga da UFOP tenha começado a sair do papel apenas em 2025, desde agosto de 2014, a UFOP conta com uma área de 34.860,90 m² doada pela prefeitura da Cidade de Ipatinga, visando contribuir no processo de expansão da UFOP para a região do Vale do Aço. A área doada conta com um conjunto de construções e edificações, que, por muitos anos atenderam a prefeitura de Ipatinga para diferentes finalidades.

A viabilização das obras de construção do *campus* em Ipatinga somente se deu a partir da iniciativa do Governo Federal advinda do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC)[8], que prevê também a criação de outros *campi* de outras universidades federais em nove cidades brasileiras. A ideia é que o *campus* de Ipatinga, nos próximos anos, tenha uma estrutura completa de salas de aulas, laboratórios, espaços de convivência, setores administrativos, de apoio e logística, restaurante universitário, biblioteca, professores e técnicos administrativos em educação e outras demandas necessárias para o funcionamento adequado de uma estrutura *multicampi* da UFOP.

3 HISTÓRICO DO CURSO

Conforme destacado em seu PPC, o curso de Direito da UFOP em Ouro Preto (UFOP, 2022) surgiu a partir de importante demanda da comunidade da região dos Inconfidentes pela capacitação de profissionais aptos a atuarem na proteção de direitos da população da região. O curso foi criado em uma articulação entre a UFOP, a Arquidiocese de Mariana e o Município de Mariana.

Quando de sua criação, por meio da Resolução CEPE nº 558, de 25 de outubro de 1993 (UFOP, 1993), o curso de Direito da UFOP teve o currículo concebido e elaborado à luz dos valores políticos-jurídicos, constitucionais e humanitários. Além da formação básica voltada à técnica-jurídica tradicional exigida por lei, o curso apresentou uma vocação para temas tradicionais e novos vinculados à grande área dos Direitos Humanos.

Oferecido inicialmente no *campus* da UFOP em Mariana, dentro do ICHS, em 1997 o curso de Direito foi transferido para a cidade de Ouro Preto e, em conjunto com os cursos de Turismo e Museologia, integrava as graduações da área de Ciências Sociais Aplicadas não vinculadas a uma unidade acadêmica específica.

---

[8] Governo Federal. **Governo Federal garante R$ 5,5 bilhões em investimentos para universidades no Novo PAC**. Reportagem publicada em 10 de junho de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/governo-federal-garante-r-5-5-bilhoes-em-investimentos-para-universidades-no-novo-pac>. Acesso em: 24 de jun. de 2025.

Desde então, o curso de Direito da UFOP de Ouro Preto passou por um total de 2 grandes reformulações de currículos e outras alterações em seu PPC para atender as demandas específicas estabelecidas pelas DCNs e também melhorias na oferta do curso.

Como uma nova etapa na história do curso de Direito da UFOP, consubstanciada por meio deste PPC, se tem o desafio de estender o ensino jurídico gratuito e de alta qualidade já oferecido na cidade de Ouro Preto, para a região do Vale do Aço, mais especificamente na cidade Ipatinga, com início no primeiro semestre de 2026.

Desde sua criação até os dias atuais, o curso de Direito da UFOP tem desempenhado um importante papel na realidade regional, por meio da formação de profissionais apto(a)s a atuarem como advogado(a)s, juíze(a)s, promotore(a)s, servidore(a)s público(a)s, gestore(a)s de Organizações não Governamentais (ONGs), empresário(a)s, professore(a)s e outro(a)s profissionais do Direito, assim como, por meio de projetos de pesquisa e extensão.

3.1 Particularidades do curso de Direito

A oferta de cursos jurídicos no estado de Minas Gerais é bastante razoável, tendo havido acréscimo substancial de vagas durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, concentrada à época em IES privadas, e depois, com o Reuni, nos primeiros governos do Presidente Lula, com destaque para as IES públicas. Nos últimos anos têm havido movimentos em sentido contrário, ou seja, de incorporação, fusão e extinção de vagas em cursos jurídicos, sobretudo em âmbito privado, tanto em Minas Gerais quanto no país como um todo.

O curso de Direito é um dos mais procurados nacionalmente pelos estudantes que buscam sua graduação, sendo que, o da UFOP do *campus* Ouro Preto, registra grande procura e baixíssima evasão. O Censo da Educação Superior (CES).[9] de 2023 revela que o curso de Direito é o segundo com maior oferta de vagas no Brasil, com aproximadamente 650.000 estudantes, ficando atrás apenas do curso de Pedagogia.

A atratividade dos cursos jurídicos nacionais decorre, historicamente, da amplitude das possibilidades de atuação profissional do(a)s egresso(a)s: Advocacia, Defensoria Pública, Poder Judiciário, Ministério Público, Polícias, Instituições públicas e privadas em geral, burocracia estatal, Docência e um número relevante de concursos públicos, com ou sem exigência de formação jurídica.

---

[9] Ministério da Educação. Censo da Educação Superior: **MEC e Inep divulgam resultado do Censo Superior 2023**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-da-educacao-superior/mec-e-inep-divulgam-resultado-do-censo-superior-2023> . Acesso em: 03 jul. 2025.

No que se refere especificamente à Advocacia, que normalmente é a primeira opção do(a) egresso(a), o mercado nacional conta atualmente com cerca de um milhão e trezentos mil advogados inscritos nos quadros da OAB, conforme estudo demográfico da advocacia brasileira realizado em 2023[10]. Em Minas Gerais são 146.057 Advogado(a)s inscrito(a)s na OAB e em exercício da profissão, conforme dados de 2025.

A quase totalidade dos bacharéis em Direito que são formados no Brasil se submetem ao Exame de Ordem, que é requisito essencial ao exercício da advocacia. O Exame, além de habilitar o profissional ao exercício da advocacia, tem servido, também, como instrumento de avaliação da oferta de cursos jurídicos pelas instituições de ensino brasileiras. O curso de Direito da UFOP em Ouro Preto faz parte do seleto grupo daqueles que possuem atualmente o chamado Selo OAB Recomenda, decorrente de seu êxito no referido exame.

O Selo foi inicialmente concebido pela Comissão Nacional de Educação Jurídica (CNEJ) da OAB com a finalidade de premiar os cursos de Direito que alcançassem desempenho positivo no Exame de Ordem. Com esta certificação a OAB também tem a intenção de demonstrar a importância desse exame na avaliação do(a)s egresso(a)s. Nos dias atuais o Selo é emitido com base no resultado do Enade e o índice de aprovação no Exame de Ordem.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL

Em um levantamento realizado no dia 28 de junho de 2025 no portal do sistema e-MEC[11] foi constatado que, na região Metropolitana do Vale do Aço, que inclui as cidades de Ipatinga, Coronel Fabriciano Santana do Paraíso e Timóteo, estão ativos um total de 2197 cursos de graduação. Dentre esses cursos, há um total de 97 cursos na modalidade Presencial e outros 2102 na modalidade de Educação à Distância (EaD).

Os dados do e-MEC revelam também que apenas 50 destes cursos são ofertados por instituições públicas de ensino e as demais por instituições privadas de ensino superior. Além disso, dentre esses 50 cursos, apenas quatro são ofertados no formato Presencial, sendo todos eles das áreas das Ciências Exatas, a citar: os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Metalúrgica e Engenharia de Computação, ofertados pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG) localizados na cidade Timóteo; e o curso de

[10] Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais. **Perfil ADV: conheça o resultado do primeiro estudo demográfico da advocacia brasileira**. Disponível em: <https://www.oab.org.br/noticia/62188/perfil-adv-conheca-o-resultado-do-primeiro-estudo-demografico-da-advocacia-brasileira>. Acesso em: 30 de jun. de 2025.

[11] Ministério da Educação. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC**. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em: 22 de jun. de 2025.

Engenharia Elétrica oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), localizado na cidade de Ipatinga.

Esse cenário revela uma escassez de oferta de cursos presenciais e públicos em outras áreas do conhecimento, considerando que se trata de uma região que possui quase 800 mil habitantes. É nesse contexto em que a UFOP viu a oportunidade de ampliar seus horizontes de oferta de cursos de graduação.

4.1 Panorama do curso de Direito na região metropolitana do Vale do Aço

Considerando o levantamento realizado no sistema e-MEC no dia 28 de junho de 2025, no Brasil há um total de 1.976 cursos de graduação em Direito registrados e ativos, dos quais apenas 79 conseguiram alcançar o conceito máximo (nota igual a 5) na avaliação do Enade em 2022. Dentre os 79 cursos com Enade nota 5, 18 são oferecidos por instituições privadas, 17 por universidades públicas estaduais e 44 vinculados a instituições públicas federais, aqui incluído o curso de Direito da UFOP em Ouro Preto.

Além disso, o curso de Direito da UFOP em Ouro Preto obteve o 21º melhor conceito Enade (contínuo) do Brasil, sendo o 4º melhor ranqueado no estado de Minas Gerais em 2022. Cursos com conceito Enade igual a 5 são aqueles com melhor avaliação no país, sendo, portanto, uma meta a ser perseguida pelo novo curso de Direito da UFOP em Ipatinga.

Ao analisar os dados do estado de Minas Gerais, atualmente, há 237 cursos de Bacharelado em Direito ativos, dentre os quais, apenas 16 são oferecidos por instituições públicas, e somente oito cursos ofertados por universidades federais mineiras. O total de vagas anuais nos cursos de graduação em Direito, em universidades federais, soma apenas 1.140 vagas em Minas Gerais, sendo que, destas, 400 estão concentradas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que em 2022 ficou atrás do curso da UFOP na avaliação contínua do Enade (13º posição).

Em se tratando de uma análise mais específica, da região e da cidade de Ipatinga, nas quais a UFOP está expandindo a oferta do curso de Direito, é possível perceber, com base nos dados do sistema e-MEC, que não há instituição pública, federal ou estadual, que atue na região ou na cidade de Ipatinga, bem como e não há nenhum curso de Direito que alcançou o conceito máximo no Enade em 2022.

Conforme já mencionado anteriormente, a região metropolitana do Vale do Aço, conta com quatro cidades, Coronel Fabriciano, Ipatinga, Santana do Paraíso e Timóteo, sendo Ipatinga a mais populosa e que serve como ponto de referência para os mais variados tipos de serviços para o atendimento da população da região. A região atualmente possui oito

instituições de ensino que oferecem curso de graduação presencial em nível de bacharelado em Direito conforme destacado no Quadro 1.

Quadro 1 - Oferta de cursos de Direito na região metropolitana do Vale do Aço em 28/06/2025

Nome da instituição	Sigla	Cidade	Nota no Enade (Ano)
Centro Universitário Católica do Leste de Minas	UNILESTE	Coronel Fabriciano	3 (2022)
Centro Universitário Católica do Leste de Minas	UNILESTE	Ipatinga	4 (2022)
Faculdade de Direito de Ipatinga	FADIPA	Ipatinga	3 (2022)
Faculdades Doctum de Ipatinga	-	Ipatinga	-
Faculdade Única de Ipatinga	FUNIP	Ipatinga	-
Faculdade Pitágoras de Ipatinga	FPI	Ipatinga	4 (2022)
Centro Universitário de Caratinga	UNEC	Santana do Paraíso	-
Faculdade Única de Timóteo	FUNIT	Timóteo	-

Esse cenário identificado na região do Vale do Aço reforça e justifica a escolha da UFOP em buscar oferecer um curso qualificado, público, e socialmente referenciado de Direito na região. Para além do exposto, é importante destacar também que como a principal via de acesso às universidades federais se dá por meio do SiSU, e considerando as políticas de assistência estudantil oferecidas pela UFOP, a atração de aluno(a)s para os cursos da UFOP pode ser entendida como uma oferta nacional, e não mais apenas estadual ou regional.

5 JUSTIFICATIVA

Para embasar e apresentar razões e justificativas que se alinhem às escolhas vinculadas à construção deste PPC e para a oferta do curso de Direito em Ipatinga, esta seção discute o contexto de criação do PPC, a demonstração de carência de profissionais formados na área e a procura por vagas no curso, os aspectos econômicos, educacionais, sociais e profissionais da região, e o plano de inserção do(a)s egresso(a)s visando o desenvolvimento sustentável da região.

Além disso, será apresentada também uma breve descrição do desempenho obtido pela UFOP em avaliações externas, considerando os ciclos avaliativos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e alguns resultados de pesquisas com egresso(a)s o

curso de Direito da UFOP de Ouro Preto, visando destacar a percepção dos estudantes sobre a formação oferecida pela UFOP para o mercado de trabalho.

5.1 O contexto de criação do Projeto Pedagógico

A criação do curso de Direito da UFOP em Ipatinga tem como base central o PPC recentemente atualizado pela UFOP, em 2022, para o seu curso de Direito em Ouro Preto (UFOP, 2022), que, por sua vez, está em conformidade com todas as normativas e DCNs específicas relacionadas com os cursos de graduação em Direito em vigor, bem como àquelas que se aplicam a todos os cursos de graduação do país.

As especificidades referentes à oferta de um novo curso jurídico na região do Vale do Aço são observadas no presente PPC. Algumas alterações em relação à oferta do curso de Direito em Ouro Preto são feitas, mas sem perda de qualidade. Há, no presente PPC, a tentativa de padronização da carga horária das disciplinas em 60 horas (72 horas-aula), e redução da oferta de disciplinas com carga horária de 30 horas, o que ainda não se alcançou em Ouro Preto.

Outro ponto a se destacar é a expectativa de ampliar, otimizar e melhorar a oferta de atividades práticas no âmbito do curso. Também se pretende, com o presente PPC, apresentar à comunidade acadêmica novas disciplinas, consentâneas com o momento atual do cenário jurídico brasileiro, sobretudo aquelas referentes ao uso da tecnologia da informação e da comunicação nos processos judiciais. Enfim, são medidas pontuais, objetivas e que visam apenas à otimização dos recursos na efetivação de um curso jurídico de qualidade.

5.2 Necessidade de formação de profissionais do Direito

A UFOP utiliza o SiSU como principal forma de ingresso de aluno(a)s, oferecendo vagas a candidato(a)s participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O processo seletivo ocorre anualmente, e de forma integrada, para os dois semestres letivos do ano, e a universidade adota as políticas de ação afirmativas que destina cinquenta por cento das vagas ao(a)s egresso(a)s de escolas públicas.

Nestes cinquenta por cento das vagas reservadas[12], estão incluídas a reserva de vagas a estudantes que, além de terem estudado em escolas públicas e/ou comunitárias, apresentam baixo nível socioeconômico (renda familiar bruta mensal per capita igual ou inferior a 1 (um)

[12] Universidade Federal de Ouro Preto. **Cotas pra quem?** Disponível em: <https://seja.ufop.br/cotas-pra-quem>. Acesso em: 01 de jul. de 2025.

salário mínimo), se autodeclaram pretos, pardos, indígenas ou quilombolas, ou seja uma pessoa com deficiência (PcD).

A partir do processo de seleção do SiSU a UFOP promove, regularmente, estudos quantitativos e qualitativos referentes à demanda por todos os seus cursos de graduação[13]. O número de candidato(a)s por vaga nos últimos processos seletivos para ingresso no curso de Direito da UFOP em Ouro Preto são apresentados na Tabela 7.

Tabela 7 - Relação candidato por vaga do curso de Direito da UFOP em Ouro Preto

Ano/Semestre	Vagas	Candidatos	Relação candidato /vaga
2025/2	50	865	17,3
2025/1	50	784	15,68
2024/2	50	804	16,8
2024/1	50	670	13,4
2023/2	50	1652	33,04
2023/1	50	934	18,68
2022/2	50	1072	21,4
2022/1	50	486	9,7
2021/2	50	869	17,4
2021/1	50	992	19,8
2020/2	50	1181	23,6
2020/1	50	817	16,3
2019/2	50	1705	34,1
2019/1	50	1067	21,3
2018/2	50	1841	36,8
2018/1	50	1188	23,8
2017/2	50	4753	95,1
2017/1	50	1815	36,3
2016/2	50	4031	80,62
2016/1	50	2499	50,0
2015/2	50	4039	80,78
2015/1	50	2688	53,8

[13] Universidade Federal de Ouro Preto. **Dados dos processos seletivos do SiSU na UFOP a partir de 2010**. Disponível em: <https://vestibular.ufop.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1401:notas-minimas-e-maximas-2010-a-2023&catid=268:SiSU-edicao-unica-de-2025 >. Acesso em: 26 de jun. de 2025.

2014/2	50	3839	76,8
2014/1	50	3043	60,9

Conforme mostrado na Tabela 7, desde 2014, a procura pelo curso de Direito da UFOP se mostra muito superior à oferta de vagas da instituição. Além disso, o curso de Direito da UFOP é um dos que apresentam as menores taxas de evasão na UFOP. Esse panorama destaca tanto a viabilidade como a necessidade da ampliação de oferta de vagas para a formação jurídica na instituição.

Ao levar um curso de Direito para a cidade de Ipatinga, a UFOP conseguirá ampliar a oferta de vagas do curso de Direito na UFOP em 100 vagas por ano, com ingresso de 50 aluno(a)s no primeiro semestre e mais 50 no segundo semestre. Além disso, considerando a necessidade de se atender a diferentes públicos, as vagas ofertadas no primeiro semestre serão para estudantes que tenham o interesse de realizar o curso no período noturno, enquanto as vagas para o segundo semestre serão para estudantes que queiram estudar no turno vespertino.

Dessa forma a oferta de vagas em Ipatinga será complementar à oferta de Ouro Preto no âmbito da UFOP, sendo que as inovações e adaptações prevista no PPC do curso de Ipatinga foram pensadas visando potencializar o estágio interno no período da tarde e noite e de permitir ao(a)s estudantes de cidades do colar metropolitano do Vale do Aço, sobretudo aquelas mais distantes, acesso ao curso em horário mais conveniente.

5.3 Aspectos econômicos, educacionais, sociais e profissionais do Vale do Aço, e a inserção do(a)s egresso(a)s do curso no desenvolvimento sustentável da região

Considerando a realidade social e econômica na qual se insere a região do Vale do Aço, e a consciência histórico-contemporânea, científica, tecnológica, ecológica e sociocultural, bem como as necessidades locais de desenvolvimento humano, preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico, o curso de Direito da UFOP em Ipatinga, tem um papel importante no fortalecimento e formação de mão de obra qualificada para atuar e contribuir para o desenvolvimento local e regional.

A UFOP, ao oferecer capacitação profissional adequada para responder à diversidade das demandas provindas das áreas do judiciário, da advocacia, do empreendedorismo, dos vários setores associativos e da pesquisa científica, amplia a capacidade de resolução de problemas sociais e oferece possibilidades de realização de pesquisas e ações de extensão com diferentes focos e contextos que se julguem pertinentes e necessários.

Integrando ensino, pesquisa e extensão, a formação profissional do(a)s egresso(a)s do curso de Direito da UFOP em Ipatinga destina-se ao desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais, dirigidas a compreensão dos problemas emergentes, que, por sua vez, possuem diferentes níveis de complexidade, bem como contribui na proposição de soluções construídas a partir do diálogo e aprendizado com a comunidade local, o que inclui fenômenos sociais, econômicos, culturais, ambientais e turísticos da região mineira do Vale do Aço.

Por estar situado no âmbito de uma sociedade minerária marcada em sua história desde a Inconfidência Mineira, o curso de Direito da UFOP de Ipatinga se propõe a promover o desenvolvimento humano e reconhecimento de direitos, com a importância econômica regional, nacional e internacional de suas atividades minerárias, a sua evolução no plano social, bem como o seu envolvimento e inquietações quanto à proteção do meio ambiente e de suas cidades, a segurança e o bem-estar de seus habitantes, com foco no desenvolvimento sustentável.

5.4 Contexto de avaliações externas e internas do curso de Direito da UFOP

Por se tratar de curso novo, cujo *campus* ainda está em processo de implantação, não há notas ou apreciações referentes aos cursos da UFOP em Ipatinga. Neste sentido, visando dar uma visão geral das avaliações externas e internas da UFOP em relação ao curso de Direito, esta seção apresenta alguns dados do curso de Direito da UFOP de Ouro Preto.

No sistema e-MEC[14] os indicadores sobre o curso de Direito da UFOP de Ouro Preto são os seguintes:

- Conceito de Curso (CC): nota 5 em 2015.
- Conceito Preliminar de Curso (CPC): nota 4 em 2022.
- Enade – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes: nota 5 em 2022.
- Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD): nota 4 em 2022.

Além disso, em relação à Universidade Federal de Ouro Preto constam os seguintes indicadores:

- Conceito Institucional (CI): nota 4 em 2013.
- Conceito Institucional EaD (CI-EaD): nota 4 em 2014.

[14] Ministério da Educação. **Detalhes da IES**. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/Ng==/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/MjA=>. Acesso em: 01 de jul. de 2025.

- Índice Geral de Cursos (IGC): nota 4 em 2023.
- IGC Contínuo: nora 3.8830 em 2023.

Os dados apresentados anteriormente, destacam tanto a qualidade do curso de Direito oferecido pela UFOP, como a qualidade da própria instituição frente aos principais indicadores educacionais de avaliação externa.

Em relação a uma análise interna (UFOP, 2022), nos últimos anos o curso de Direito de Ouro Preto promoveu dois projetos referentes à política de egresso(a)s, ambos vinculados à Pró-reitoria de Graduação, no âmbito dos Projetos Pró-Ativa. A primeira delas é intitulada "Política de Egressos do Curso de Direito da UFOP", que teve seu desenvolvimento no ano de 2016.

O objetivo principal desse primeiro projeto era a preparação e a implementação de uma política de egresso(a)s, que envolvesse a coleta, armazenamento, divulgação consentida, análise de dados e diagnóstico do perfil e contexto de inserção e atuação do(a)s egresso(a)s do curso de Direito da UFOP no mercado de trabalho, visando a elaboração, a *posteriori*, de propostas de melhoria dos processos de ensino e aprendizagem jurídicos e reintegração do(a) egresso(a) à comunidade acadêmica.

Como resultado dessa pesquisa foram elaborados comunicados e um formulário que permitissem a coleta de dados relevantes para que o colegiado e NDE do curso pudessem pensar em melhorias no PPC. O formulário tinha como foco indagar por sugestões diretas e objetivas de melhoria que relacionassem as dificuldades e deficiências apontadas pelo(a)s egresso(a)s, em relação à formação e ao curso.

Além disso, o formulário também tinha o objetivo de averiguar a inclusão do(a) egresso(a) no mercado de trabalho, investigar a relação entre a sua graduação e as áreas de distribuição das disciplinas com o desenvolvimento de atividade profissional e preparar uma estrutura tecnológica para o lançamento e armazenamento dos dados junto ao colegiado do curso.

É importante destacar que o projeto teve aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFOP, por meio do uso da Plataforma Brasil, o que inclui o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento necessário para o envio de questionários e levantamento de dados para pesquisa, e a consulta ao(a)s egresso(a)s foi feito via e-mail (aproximadamente 700 ex-aluno(a)s à época).

Esse levantamento de dados permitiu a redação da primeira versão do regulamento da política de egresso(a)s aprovado pelo colegiado do curso, bem como a realização de vários eventos para tratar da temática no âmbito do curso. Esse primeiro projeto, de estruturação da

política de egresso(a)s, foi o ponto de partida para o segundo projeto, iniciado em 2019, e que que produziu instrumentos que continuam sendo aplicados ao(a)s egresso(a)s, até os dias atuais.

Como resultados do segundo projeto, pode-se citar um projeto acadêmico intitulado "O Curso de Direito da UFOP nos Exames de Ordem: percepção de egressos 2010-2019". Neste projeto foi constatado que, o(a)s egresso(a)s do curso que responderam à pesquisa, atuavam majoritariamente na Advocacia, embora tenham sido citadas também outras outras áreas de atuação profissional.

Outros dados obtidos com o referido projeto ensejaram reflexão interna ao curso de Direito da UFOP em Ouro Preto, desde 2018, no sentido de oferecer mais e melhores disciplinas práticas, não só para o Exame de Ordem, mas principalmente para potencializar a formação prático-profissional do(a)s egresso(a)s. No mesmo sentido, as respostas dadas pelo(a)s egresso(a)s reforçaram a necessidade de uma reflexão sobre matriz curricular vigente à época, o que se deu no âmbito do PPC aprovado em 2022.

Por fim, dados específicos sobre a oferta do curso demonstraram com clareza a excelência do corpo docente da UFOP em Ouro Preto, fruto de anos de concursos públicos de provas e títulos que possibilitaram o ingresso de Doutore(a)s com experiência acadêmica e profissional, o que também se espera para o(a)s futuro(a)s docentes lotado(a)s em Ipatinga.

6 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

O Quadro 2 apresenta as informações básicas que permitem a identificação do curso de Direito da UFOP do *campus* Ipatinga.

Quadro 2 - Informações sobre o curso de Direito da UFOP do *campus* Ipatinga

Informações sobre o curso	
Nome do curso:	**Direito**
Modalidade:	(**X**) presencial ( ) a distância
Turnos de funcionamento:	( ) manhã (**X**) tarde (**X**) noite ( ) integral - manhã e tarde ( ) integral - tarde e noite
Endereço de funcionamento:	**Rua Graciliano Ramos, 719, Cidade Nobre, Ipatinga - MG**

Unidade Acadêmica:	**Instituto de Saúde e Humanidades (ISH)**
Atos legais de autorização/reconhecimento:	**-**
Titulação conferida ao(a)s egresso(a)s:	**Bacharel em Direito**
Número de vagas oferecidas:	**100 vagas (50 no turno noturno no primeiro semestre + 50 no turno vespertino no segundo semestre)**
Regime de matrícula:	( ) anual (**X**) semestral
Ano e semestre de início de funcionamento do curso:	**2026/1**
Área de conhecimento:	Grande Área: **Ciências Sociais Aplicadas- 6.00.00.00-7** Área Específica: **Direito - 6.01.00.00-1**
Tempo mínimo de integralização do curso:	**10 semestres letivos**
Tempo máximo de integralização do curso:	**7,5 anos/15 semestres letivos**
Conceito Preliminar do Curso (CPC):	-
Nota do Enade:	-

7 FORMAS DE INGRESSO NO CURSO

O ingresso no curso de Direito da UFOP ocorre por meio de processos seletivos de caráter público, sendo eles:

Sistema de Seleção Unificada (SiSU)[15]: considerado a principal forma de ingresso na UFOP, utiliza o sistema informatizado do Ministério da Educação (MEC), por meio do qual as instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos(as) participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O processo seletivo ocorre semestralmente e a universidade adota política de ação afirmativa que destina cinquenta por cento das vagas ao(a)s egresso(a)s de escolas públicas. A política de cotas engloba, ainda, a reserva de vagas a estudantes que, além de terem estudado em escolas públicas, apresentam baixo nível socioeconômico; algum tipo de deficiência; ou se autodeclaram preto(a)s e pardo(a)s.

Processo seletivo de vagas remanescentes do SiSU[16]: Processo seletivo que ocorre após o encerramento do período de matrícula regular do SiSU, e que oferece apenas o total de

[15] Universidade Federal de Ouro Preto. **Processo Seletivo - SiSU**. Disponível em: <https://vestibular.ufop.br/>. Acesso em: 25 de jun. de 2025.
[16] Universidade Federal de Ouro Preto. **Vagas Remanescentes - SiSU 2025-1**. Disponível em: <https://prograd.ufop.br/processos-seletivos/vagas-remanescentes/vagas-remanescentes-do-sisu-ingresso-em-202 51>. Acesso em: 25 de jun. de 2025.

vagas não preenchidas no processo seletivo unificado, assegurando as mesmas proporções de distribuição de vagas por modalidade e cotas, porém vinculado a um edital específico que estabelece as condições para as candidaturas às vagas.

Processo seletivo de vagas residuais para reingresso, reopção de curso, transferência externa e obtenção de novo título[17]: processo seletivo que ocorre por meio de edital específico, de acordo com a Resolução Congrad nº 179, de 27 de março de 2025, em que são ofertadas as vagas residuais geradas pelo processo de evasão dos cursos de graduação da UFOP nos diferentes cursos.

- Reingresso: destinado a estudantes da UFOP que tenham sido desligados ou abandonado o seu curso.
- Reopção: destinada a estudantes regularmente matriculados em um curso da UFOP que queiram realizar uma mudança interna de curso, com a manutenção da matrícula do curso de origem.
- Transferência externa: destinada a estudantes de outras IES que queiram se transferir para a UFOP.
- Obtenção de novo título: destinado a candidato(a)s que são portadore(a)s de diploma de graduação que queiram cursar uma nova graduação na UFOP.

Há também outras formas de ingresso nos curso de graduação da UFOP que surgem em função da existência de editais específicos, parcerias interinstitucionais, ou vinculados a alguma normativa que estabeleça uma exigência legal, são exemplos desses tipos de ingresso:

- Programa de estudantes-convênio de graduação (PEC-G)[18]: objetiva a formação de recursos humanos, possibilitando a cidadãos(ãs) de países com os quais o Brasil mantém acordos educacionais ou culturais realizarem estudos em nível de graduação nas IES brasileiras.
- Acordos de mobilidade acadêmica[19]: o ingresso de estudantes brasileiro(a)s ou estrangeiro(a)s é realizado mediante acordo firmado com as suas instituições de origem para oferta de mobilidade acadêmica nacional ou internacional, podendo inclusive estabelecer um acordo de duplo diploma.

---

[17] Universidade Federal de Ouro Preto. **Processo Seletivo de Vagas Residuais**. Disponível em: <https://www.prograd.ufop.br/processos-seletivos/reingresso-transferencia-reopcao>. Acesso em: 25 de jun. de 2025.

[18] Universidade Federal de Ouro Preto. **Programa de estudantes-convênio de graduação**. Disponível em: <https://www.dri.ufop.br/programas/pec-g>. Acesso em: 25 de jun. de 2025.

[19] Universidade Federal de Ouro Preto. **Programa de estudantes-convênio de graduação**. Disponível em: <https://www.prograd.ufop.br/%3Cnolink%3E/mobilidade-academica>. Acesso em: 25 de jun. de 2025.

- Transferência *ex officio*: regulamentada pela Lei nº 9.536, de 11 de dezembro de 1997 (Brasil, 1997).

8 CONCEPÇÃO DO CURSO

A concepção do curso de Direito de Ipatinga se estabelece por meio da missão, visão e valores, que devem estar em consonância com as DCNs e demais regulações externas e internas à UFOP e com os princípios institucionais estabelecidos no Projeto Pedagógico Institucional (PPI)[20] da UFOP.

8.1 Missão

A missão do curso de Direito do *campus* de Ipatinga consiste na formação humanística de profissionais da área jurídica, tendo como base o pleno desenvolvimento da cidadania frente à evolução dos anseios sociais e exigências ambientais regionais, os desafios apresentados pelos direitos humanos, a diversidade de gênero, os novos sujeitos e direitos e o pluralismo cultural e étnico-racial do Brasil.

Para o cumprimento da missão, o curso e a UFOP deverão assegurar ao(a)s estudantes ampla autonomia, atitude reflexiva e interdisciplinaridade no processo de aprendizagem, privilegiando a prática jurídica, o espírito científico e de empreendedorismo e inovação, a existência de oportunidades de mobilidade nacional e internacional, bem como oportunizar a participação efetiva do(a)s estudantes nas diversas formas judiciais, administrativas e consensuais de resolução de conflitos individuais ou coletivos.

8.2 Visão

Considerando a realidade social e econômica na qual se insere, e a consciência histórico-contemporânea, científica, tecnológica, ecológica e sociocultural, bem como as necessidades locais de desenvolvimento humano, preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico que presidiram a sua criação, o curso de Direito da UFOP em Ipatinga deve ter um olhar focado na formação de excelência para seus(suas) estudantes.

Neste sentido, o conceito de visão estabelecido para o curso deve observar a oferta de uma capacitação profissional adequada para responder a diversidade das demandas provindas

[20] Universidade Federal de Ouro Preto. **Elaboração de Projeto Pedagógico**. Disponível em: <https://www.prograd.ufop.br/%3Cnolink%3E/elaboracao-de-projeto-pedagogico>. Acesso em: 25 de jun. de 2025.

das áreas do judiciário, da advocacia, do empreendedorismo, dos vários setores associativos e da pesquisa científica.

Integrando ensino, pesquisa e extensão, a formação profissional do(a)s egresso(a)s do curso de Direito da UFOP em Ipatinga destina-se ao desenvolvimento de competências específicas dirigidas à compreensão dos problemas emergentes, considerando a complexidade e da riqueza dos fenômenos sociais, econômicos, culturais, ambientais e laborais da região mineira do Vale do Aço, que se situa em um ambiente predominantemente minerário e industrial.

Portanto o curso de Direito de Ipatinga da UFOP deve promover o desenvolvimento humano e o reconhecimento de direitos, com a importância econômica regional, nacional e internacional de suas atividades, em especial, as minerárias e industriais, a sua evolução no plano social, bem como o seu envolvimento e inquietações quanto à proteção do meio ambiente e do patrimônio de suas cidades, a segurança e bem-estar do habitantes.

8.3 Valores

Os valores vinculados ao curso de Direito da UFOP em Ipatinga precisam estar em consonância com os valores da instituição e os princípios éticos e humanísticos estabelecidos para a formação dos bacharéis em Direito no Brasil, priorizando os ideais democráticos da liberdade, da justiça e da solidariedade que fundam a sociedade brasileira, art. 3° da Constituição da República (Brasil, 1988).

Neste contexto, a redação deste PPC foi elaborada considerando o comprometimento dos gestores e da comunidade acadêmica que irá atuar direta ou indiretamente junto ao curso de Direito de Ipatinga, por meio de suas ações integradas de ensino, pesquisa e extensão, na formação de profissionais capazes de representar, durante todo o processo de aprendizagem e depois da imersão no mercado do trabalho, os valores humanos da solidariedade social, da diversidade, da dignidade da pessoa e da justiça, bem como defender os valores sociais do trabalho humano e da livre iniciativa, sempre observando os princípios constitucionais da função social, da defesa do consumidor, da redução das desigualdades regionais e da proteção do meio ambiente.

9 OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito da UFOP em Ipatinga tem por objetivo geral possibilitar formação teórica, prática e profissional na área jurídica, assegurando ao(a) graduando(a) os meios adequados para o enfrentamento dos desafios socioeconômicos locais, das questões relativas

ao meio ambiente em suas várias dimensões, dos fenômenos jurídicos nacionais e internacionais e das competências profissionais emergentes.

Institucionalmente, os objetivos do curso de Direito de Ipatinga estão em consonância com o PDI/UFOP 2016-2025, estruturado coletiva e democraticamente. Politicamente os objetivos estão relacionados diretamente à compreensão da realidade local da região do Vale do Aço, com perspectiva de ação direta para melhorar a vida dos cidadãos, que contarão com os serviços e o apoio da UFOP.

Geograficamente o curso de Direito da UFOP em Ipatinga se reconhece como relevante na sua área de inserção, com preocupação constante em contribuir para a sustentabilidade regional, principalmente no que concerne ao meio ambiente, em suas várias dimensões (natural, cultural, trabalho, artificial e virtual). Assim, o propósito do curso deve ser orientado para a formação de profissionais aptos a empreender e, ao mesmo tempo, reconhecer e respeitar a diversidade própria dos tempos atuais.

O grande diferencial do Curso de Direito da UFOP em Ouro Preto, historicamente, é sua preocupação com a sociedade para a qual trabalha e não será diferente em Ipatinga. O presente PPC pretende possibilitar a atração de docentes e discentes que possam promover, cada vez mais, atenção ao cidadão que vê na UFOP um parceiro na melhoria das suas condições de vida.

9.1 Objetivos específicos

Para o cumprimento do objetivo geral se tem os seguintes objetivos específicos:

- acessar o conhecimento e compreensão do Direito em todas as suas dimensões, e especificamente social, econômica, cultural, ambiental e profissional;
- promover uma aprendizagem autônoma, dinâmica e em grupos, com finalidade de desenvolvimento da cidadania e de prestação da justiça;
- fomentar a compreensão e o acompanhamento da evolução da sociedade, mediante reconhecimento dos novos fenômenos jurídicos e sociais, novas tecnologias, novos direitos e diversidade;
- formar para leitura, compreensão e elaboração de textos jurídicos, principalmente de natureza normativa, processual, negocial, jurisprudencial e doutrinária;
- proporcionar instrumentos adequados para o desenvolvimento da capacidade de decisão, de comunicação e de diálogo nos mais diversos ambientes profissionais;
- capacitar para argumentação, hermenêutica, aplicação e valorização dos instrumentos jurídicos, observando a interdisciplinaridade e experiência estrangeira, quando couber;

- capacitar para o uso dos meios consensuais de prevenção e solução de conflitos interindividuais e sociais;
- possibilitar a atuação em diferentes instâncias extrajudiciais, judiciais ou administrativas, com efetiva prática dos procedimentos idôneos;
- desenvolver competências técnicas e comportamentais vinculadas ao ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica.

10 PERFIL E COMPETÊNCIA PROFISSIONAL DO(A) EGRESSO(A)

O curso de graduação em Direito de Ipatinga deverá assegurar ao(a) egresso(a) amplo acesso aos valores democráticos do pluralismo, da dignidade da pessoa, da solidariedade e da cidadania. O(A) egresso(a) contará com formação intelectual e profissional e compreenderá os fenômenos jurídicos nas suas manifestações humanas, sociais e ambientais, articuladas com as necessidades locais e regionais, de modo a viabilizar o enfrentamento de questões jurídicas nacionais e internacionais.

Desse modo, o(a) egresso(a) habilitar-se-á à transmutação dos conhecimentos adquiridos em competências eficientes para integração ao mundo do trabalho, nas esferas judiciais, empresariais, de práticas jurídicas emergentes e de gestão e de pacificação consensual dos conflitos coletivos e individuais.

Embora seja muito difícil elencar todas as competências técnicas e comportamentais esperadas para o(a) egresso(a) do curso de Direito da UFOP do *campus* de Ipatinga, é possível citar algumas que se vinculam ao currículo e percurso formativo proposto neste PPC, são elas:

- domínio cognitivo do ordenamento jurídico nacional, de seus princípios e regras, da interpretação jurisprudencial e doutrinária, sem prejuízo das demais e novas fontes do Direito;
- habilidade reflexiva autônoma e análise crítica da evolução da sociedade, dos fenômenos jurídicos e sociais emergentes, inclusive internacionais, das inovações tecnológicas, dos novos direitos e diversidade;
- uso apropriado da terminologia, dos conceitos e das categorias jurídicas para o adequado acesso à justiça envolvendo questões socioeconômicas, locais, ambientais, culturais e profissionais;
- capacidade de argumentação espontânea, inclusive a oralidade, e de desenvolvimento de raciocínios articulados para propor soluções, tomar decisões, dominar instrumentos da metodologia jurídica e estratégias para o enfrentamento de novos desafios;

- atuação dinâmica nas diversas esferas extrajudiciais, judiciais ou administrativas, com efetiva utilização dos mecanismos processuais pertinentes, inclusive processos, atos e procedimentos, para a integração ao mundo do trabalho em transformação;
- domínio da leitura, da elaboração de documentos jurídicos de caráter negocial, processual ou normativo e da hermenêutica para a sua implementação na prática e nas atividades de pesquisa, incluindo a transdisciplinaridade e a experiência estrangeira, quando couber;
- aptidão para promoção do diálogo, da prevenção, da gestão e da pacificação consensual dos conflitos;
- desenvolvimento das capacidades de comunicação, de trabalho em grupos de profissionais do direito e interdisciplinares, de assessoramento e de consultoria nos mais diversos ambientes jurídicos profissionais;
- articulação entre teoria e prática, com vistas ao exercício das mais diversas atividades e profissões jurídicas;
- compreensão da diversidade e do pluralismo cultural, a partir do domínio das dimensões da dignidade da pessoa, da solidariedade e da cidadania;
- percepção, na sua atuação profissional própria e específica, do meio ambiente em que se insere, considerado em todas as suas dimensões (natural, cultural, trabalho, artificial e virtual);
- domínio dos conceitos deontológico-profissionais que fundamentam a atuação atenta à transversalidade dos direitos humanos;
- senso de proatividade, organização, e dialogicidade para a resolução de problemas do cotidiano de diferentes naturezas, considerando as experiências proporcionadas pelo ambiente universitário e local em que estão inserido(a)s.

11 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

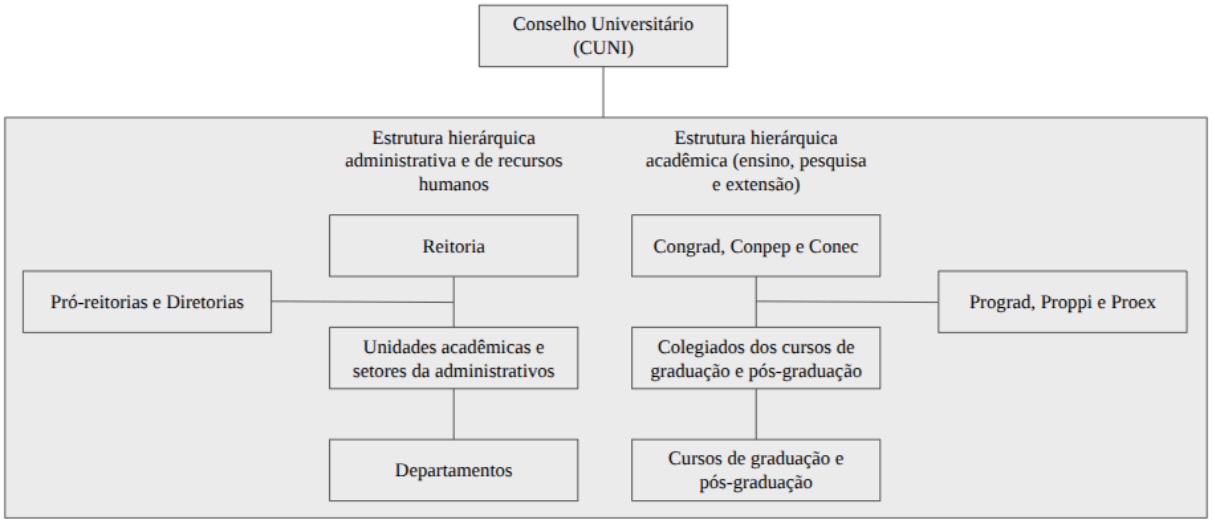
A UFOP possui um organograma que estabelece as relações hierárquicas e funcionais entre os setores administrativos da instituição conforme mostrado na Resolução CUNI nº 2304, de 8 de outubro de 2019 (UFOP, 2019d), e suas alterações ao longo do tempo. De forma sucinta e sumarizada pode-se dizer que a estrutura organizacional da UFOP se divide em dois principais grupos, são eles: *i)* os setores administrativos vinculados à Administração Central, que inclui a Reitoria e as Pró-reitorias da universidade, e são responsáveis pela gestão da instituição como um todo; *ii)* as unidades acadêmicas, que se encontram distribuídas entre os

quatro *campi* da UFOP, e nas quais são geridos os cursos de graduação, pós-graduação, as atividades de pesquisa e extensão universitária.

Mais especificamente, em se tratando da estrutura organizacional das unidades acadêmicas da UFOP, se tem uma lógica pensada com base no funcionamento administrativo e acadêmico. As unidades acadêmicas são organizadas por meio da criação de departamentos vinculados a uma ou mais áreas de conhecimento (estrutura administrativa) e pelos colegiados e núcleos docentes estruturantes (NDEs) dos cursos de graduação (estrutura acadêmica).

A Figura 1 sumariza a estrutura hierárquica administrativa e de recursos humanos da UFOP e também a estrutura hierárquica acadêmica para a gestão dos cursos. Conforme mostrado na Figura 1, o Conselho Universitário (CUNI) é o órgão máximo da instituição, sendo o responsável pelo estabelecimento das regras e diretrizes que irão disciplinar o funcionamento geral de todas as atividades na UFOP.

Figura 1 - Estrutura organizacional da UFOP



Logo abaixo do CUNI há uma estrutura que atua no âmbito administrativo, em que a Reitoria, auxiliada por várias Pró-reitorias e Diretorias, assegura o funcionamento adequado das unidades acadêmicas, departamentos e demais setores administrativos da instituição, e cujo(a)s servidore(a)s estão lotados nos diferentes *campi* da universidade.

A Figura 1 mostra que há também uma estrutura hierárquica responsável pela execução acadêmica dos cursos de graduação e pós-graduação da UFOP em ações/atividades de ensino pesquisa e extensão, disciplinadas pelas regras estabelecidas pelos Conselhos Superiores, a citar: Conselho Superior de Graduação (Congrad), Conselho Superior de Pesquisa e Pós-graduação (Conpep) e Conselho Superior de Extensão e Cultura (Conec). Esses conselhos são assessorados e presididos pelo(a)s Pró-reitore(a)s vinculado(a)s à

Pró-reitoria de Graduação (Prograd)[21], Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (Proppi)[22] e Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proex)[23], respectivamente.

11.1. Departamentos

Do ponto de vista de gestão administrativa e de recursos humanos das unidades acadêmicas, os servidores docentes são lotados nos departamentos. Cada departamento reúne um conjunto de docentes especializados em uma ou mais áreas de conhecimento relacionadas, ao qual dá o nome ao respectivo departamento. Há também casos de servidores técnicos-administrativos em educação, em especial, que atuam em secretarias ou em laboratórios, que estão lotados nos departamentos.

Sob a perspectiva funcional os departamentos são responsáveis pela oferta dos componentes curriculares obrigatórios, optativos e eletivos para um ou mais cursos de graduação da unidade. Os departamentos também podem ser responsáveis pela oferta de componentes curriculares de cursos de outras unidades acadêmicas de um mesmo *campus* ou ainda de cursos localizados em diferentes cidades, por meio de recursos vinculados ao processo de Educação a Distância (EaD).

11.2 Colegiado do curso e Núcleo Docente Estruturante

Em relação à estrutura acadêmica, cada curso de graduação vinculado a uma unidade possui um colegiado e um Núcleo Docente Estruturante (NDE). O colegiado de curso é o órgão responsável pelo estabelecimento das regras e do funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão do respectivo curso, considerando as regras institucionais superiores, que valem para todos os cursos de graduação da UFOP.

O(A)s membro(a)s do colegiado incluem um conjunto de docentes que ofertam componentes curriculares para o curso, e que cuja proporção de representação considera o número de componentes curriculares ofertados por cada departamento para aquele curso, e de discentes, conforme limite de representação estabelecido pela regulamentação institucional vigente.

Os NDEs são órgãos consultivos, não tendo função deliberativa dentro da instituição. Os NDEs ficam responsáveis por pensar na melhoria dos cursos, revisar periodicamente os

[21] Universidade Federal de Ouro Preto. **Pró-reitoria de Graduação**. Disponível em: <https://www.prograd.ufop.br/>. Acesso em: 25 de jun. de 2025.
[22] Universidade Federal de Ouro Preto. **Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação**. Disponível em: <https://propp.ufop.br/pt-br>. Acesso em: 25 de jun. de 2025.
[23] Universidade Federal de Ouro Preto. **Pró-reitoria de Extensão e Cultura**. Disponível em: <https://proex.ufop.br/>. Acesso em: 25 de jun. de 2025.

currículos e diretrizes de formação, bem como discutir um conjunto de políticas que permitam o aprimoramento da oferta de componentes curriculares de ensino, pesquisa e extensão, considerando as DCNs dos cursos de graduação vigentes.

Em suma, os NDEs e colegiados de curso devem se reunir periodicamente para discutir questões relevantes sobre os cursos e atuar na concepção, acompanhamento, consolidação e avaliação dos PPCs em vigor, para assegurar o cumprimento adequado das políticas institucionais firmadas por meio destes documentos.

11.3 Corpo docente e administrativo

Considerando que este PPC está vinculado a um curso novo na UFOP, ainda não há docentes diretamente vinculados ao curso de Direito da UFOP em Ipatinga. O ingresso de novo(a)s docentes na UFOP se dá por concurso público de provas e títulos, no cargo de servidor público docente do magistério superior. Excepcionalmente, o curso poderá contar com professore(a)s em regime de trabalho temporário (professore(a)s substituto(a)s), nos termos das regras internas da UFOP, que, por sua vez, foram elaboradas com base na normativa federal.

Para os fins de previsão para contratações futuras, considerando as condições plenas de operação do curso, o Quadro 3 apresenta uma proposta de distribuição de encargos didáticos da graduação, considerando uma distribuição média de 12 horas-aula semanais mínimas por docente, tal como previsto na Resolução CUNI nº 814, de 29 de março de 2007 (UFOP, 2007).

Quadro 3 - Previsão de distribuição de encargos didáticos da graduação por docente

DISCIPLINA	VAGA	PER	CHA
FILOSOFIA GERAL E DO DIREITO	1	1	60
SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA	1	1	60
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	1	1	60
HISTÓRIA NO DIREITO	2	1	30
METODOLOGIA DA PESQUISA E DA EXTENSÃO	2	1	30
CIÊNCIA POLÍTICA	2	1	30
ÉTICA PROFISSIONAL E ESTATUTO DA OAB	2	2	30
DISCIPLINA ELETIVA	2	2	60
DIREITO CIVIL I – Parte Geral	3	2	60
DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS	3	2	60

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	3	2	60
DIREITO CIVIL II – Obrigações e Responsabilidade	4	3	60
DIREITO CONSTITUCIONAL I	4	3	60
DIREITO PENAL I	4	3	60
TEORIA GERAL DO PROCESSO	5	3	60
DIREITO EMPRESARIAL I	5	3	60
DIREITO CIVIL III – Contratos	5	4	60
DIREITO CONSTITUCIONAL II	6	4	60
DIREITO PENAL II	6	4	60
MEDIAÇÃO E OUTRAS FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	6	2	30
DISCIPLINA ELETIVA	6	4	30
DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	7	4	60
DIREITO EMPRESARIAL II	7	4	60
DIREITO CIVIL IV – Posse e Propriedade	7	5	60
DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	8	5	60
DIREITO PENAL III	8	5	60
DIREITO ADMINISTRATIVO I	8	5	60
DIREITO EMPRESARIAL III	9	5	60
DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	9	6	60
DIREITO PENAL IV	9	6	60
DIREITO ADMINISTRATIVO II	10	6	60
DIREITO EMPRESARIAL IV	10	6	60
DIREITO CIVIL V – Famílias	10	6	60
DIREITO PROCESSUAL PENAL I	11	7	60
DIREITO ADMINISTRATIVO III	11	7	60
DIREITO CIVIL VI – Sucessões	11	7	60
DIREITO DO TRABALHO I	12	7	60
PRÁTICA SIMULADA I – Civil e Empresarial	12	7	60
DIREITO DO CONSUMIDOR	12	7	30
DISCIPLINA ELETIVA	12	5	30
DIREITO TRIBUTÁRIO I	13	8	60
DIREITO PROCESSUAL PENAL II	13	8	60
DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	13	8	60

DIREITO DO TRABALHO II	14	8	60
ESTÁGIO INTERNO (NPJ) I	14	8	30
METODOLOGIA E ELABORAÇÃO DE PROJETO DE TRABALHO DE CURSO	14	8	30
DIREITO PROCESSUAL PENAL III	14	9	60
DIREITO TRIBUTÁRIO II	15	9	60
DIREITO DO TRABALHO III – Processo do Trabalho	15	9	60
DIREITO MINERÁRIO	15	9	60
ESTÁGIO INTERNO (NPJ) II	16	9	30
DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	16	9	60
DIREITO E TECNOLOGIAS	16	10	30
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	16	10	60
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	17	10	60
DIREITO AMBIENTAL	17	10	60
PRÁTICA SIMULADA II – Direito Administrativo	17	10	60
PRÁTICA SIMULADA II – Direito Internacional	18	10	60
PRÁTICA SIMULADA II – Direito Constitucional	18	10	60
PRÁTICA SIMULADA II – Direito do Trabalho	18	10	60
PRÁTICA SIMULADA II – Direito Empresarial	19	10	60
PRÁTICA SIMULADA II – Direito Penal	19	10	60
PRÁTICA SIMULADA II – Direito Tributário e Financeiro	19	10	60
DISCIPLINA ELETIVA	19	10	30

LEGENDA:

- **CHA** - Carga Hora Aula
- **PER** - Período

A ideia é que, ao longo do tempo, a partir do início das atividades do curso, o(a)s docentes previstos no Quadro 3 sejam contratados por meio de concurso público, com foco na seleção de profissionais com titulação mínima de doutorado, ou no caso de ingresso de profissionais ainda não titulados como doutor(a), que este(a)s passem por um processo de capacitação para obtenção da titulação, com o apoio da UFOP.

Para além do Quadro 3 há também uma previsão de, pelo menos, mais 1 vaga docente para cobrir funções administrativas, como a coordenação de curso, e também a oferta de um número maior de componentes curriculares eletivos para o curso de Direito de Ipatinga em cada semestre letivo.

Em relação ao(a)s servidore(a)s técnico-administrativos que atuaram diretamente junto ao curso, o Quadro 4 sumariza os cargos, funções, nível de qualificação mínima e a carga horária média de atuação semanal no curso de Direito de Ipatinga.

Quadro 4 - Previsão de servidores técnico-administrativos que atuaram no curso

CARGO	FUNÇÃO	FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA	CHS
Assistente em Administração - TAE-D	Secretaria do colegiado e apoio nas questões administrativas do laboratório jurídico da UFOP em Ipatinga	Ensino Médio Completo	40

LEGENDA:

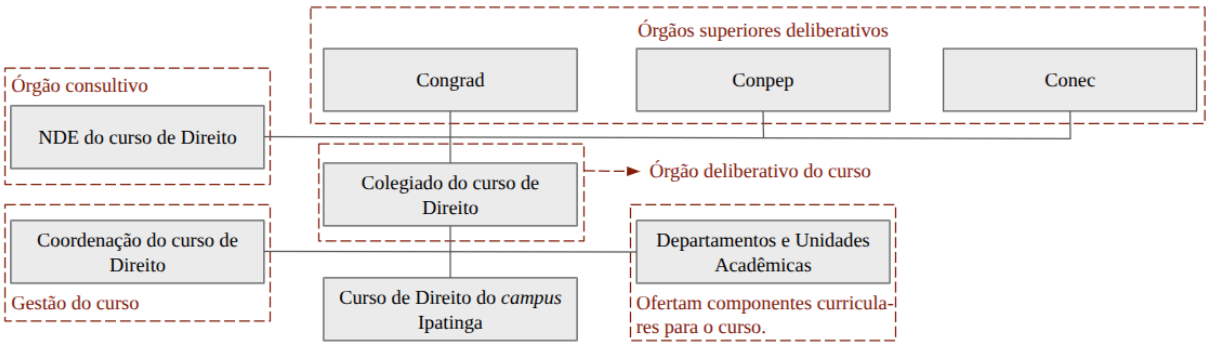
- **CHS** - Carga Horária Semanal em horas.

É importante ressaltar que, em uma atualização futura deste PPC, uma tabela nominal do(a)s docentes, incluindo a titulação e o regime de trabalho de cada um(a) dele(a)s, deve ser incorporada como Apêndices do documento. O mesmo vale para o quadro de servidore(a)s técnico-administrativos que atendem diretamente ao curso, sendo necessário apresentar a formação acadêmica e o regime de trabalho de cada um(a) dele(a)s.

11.4 Organograma do curso

De forma simplificada, a Figura 2 apresenta um organograma para o curso de Direito do *campus* Ipatinga, considerando as políticas de gestão organizacional da UFOP para questões associadas ao ensino, pesquisa e extensão.

Figura 2 - Organograma do curso de Direito de Ipatinga



Conforme mostrado na Figura 2, os conselhos superiores, que têm poder deliberativo, estabelecem as regras gerais de ensino (Congrad), pesquisa (Conpep) e extensão (Conec) e que são válidas para o curso de Direito de Ipatinga e os demais cursos de graduação da UFOP. Com base nas regras gerais e o suporte consultivo do NDE, o colegiado do curso, sob a gestão de um(a) coordenador(a) e um(a) vice-coordenador(a), estabelece as regras de funcionamento para a realização de todos os componentes curriculares (ofertados pelos departamentos e unidades acadêmicas) necessários para a formação no curso Direito de Ipatinga.

12 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular traz informações e normas sobre flexibilidade curricular, interdisciplinaridade, extensão universitária, trabalho de conclusão de curso, atividades acadêmico-científico-culturais, temas transversais, mobilidade acadêmica, pesquisa e, ao final, estabelece a matriz curricular do curso de Direito de Ipatinga da UFOP.

12.1 Flexibilidade curricular e interdisciplinaridade

O princípio maior da flexibilização, evidenciado no PDI/UFOP 2016-2025, é desatar os nós que promovem a estrutura rígida da condução do curso, permitindo que o(a) aluno(a) tenha participação no ritmo e na direção de sua formação, utilizando, da melhor maneira, o que a UFOP oferece em termos de atividades acadêmicas, na composição de seu currículo.

A flexibilidade curricular se revela, no presente neste PPC, no diminuto número de pré-requisitos apresentados, todos dentro do que é essencial, assim como na previsão de que em sua formação prático-profissional o(a) aluno(a) poderá optar pela linha formativa que melhor lhe convier. Além disso, a flexibilidade curricular está presente nas definições das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) e na Atividades Acadêmico-Científico-Culturais-Extensionistas (AACCE), ambas estruturadas em itens próprios no presente PPC. Por fim, a flexibilidade curricular revela-se também na possibilidade de que cada estudante possa cursar disciplinas eletivas na linha formativa que melhor lhe convier.

No artigo 5° da Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, destaca-se que a interdisciplinaridade é prioridade dos cursos de graduação em Direito, e deverá integrar as três perspectivas formativas assim denominadas: formação geral, formação técnico-jurídica e formação prático profissional.

Como modalidade essencial da formação e das atividades universitárias, a interdisciplinaridade consiste na instauração obrigatória de uma integração dos diversos conteúdos jurídicos constantes na matriz curricular, sem prejuízo de uma articulação com outros saberes de áreas de conhecimentos humano, tais como Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia, Sociologia e Tecnologia da Informação e Comunicação.

A interdisciplinaridade será proposta tanto no ensino quanto na pesquisa e extensão, respeitadas as peculiaridades de cada atividade, bem como deverá ser implementada nos trabalhos para fins de avaliação do aproveitamento escolar do(a) estudante. Em resumo, as

formas da interdisciplinaridade dividem-se em: Novos Conteúdos (NC); Conteúdos Integrados (CI); e Conteúdos Vinculados (CV).

A interdisciplinaridade, na forma de NC, objetiva a oferta curricular de uma disciplina original que incorpora diversas áreas de conhecimento da matriz curricular ou saberes vinculados, para criação de um conteúdo jurídico novo e unitário. Os novos conteúdos interdisciplinares, por constituir disciplinas autônomas propriamente ditas, constam na matriz curricular, sendo obrigatórias ou eletivas, tais como Mediação e Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos, Direito Ambiental, Direitos Humanos, Direito Urbanístico, Biodireito, Direito do Consumidor, entre outros.

A interdisciplinaridade, na forma de CI, é implementada em cada disciplina e atividade de prática jurídica desde que observada uma conexidade necessária e suficiente entre conteúdos procedentes de disciplinas diversas, obrigatórias ou eletivas, ofertadas na matriz curricular em vigor, ou quando o desenvolvimento da atividade de prática jurídica ou do projeto de extensão exigem a inclusão de um conteúdo interdisciplinar.

Essa modalidade de CI garante maior flexibilização curricular, pois efetiva a necessária comunicabilidade ou interação entre as disciplinas mediante a oferta pontual e fundamentada, nas condições a seguir, de conteúdos compartilhados, comuns ou afins, na matriz curricular em vigor, ou quando o desenvolvimento da atividade de prática jurídica ou do projeto de extensão exigem a inclusão de conteúdo interdisciplinar.

A articulação de conteúdos entre disciplinas do curso de Direito observa-se, a título exclusivo de modelos, entre o Direito Constitucional e o Direito Civil no tratamento, por exemplo, da função social da propriedade e do contrato, dos direitos da personalidade ou do divórcio (conteúdos integrados), entre o Direito Processual Civil e o Direito Civil no tocante às ações possessórias, à prova, os alimentos ou ao cumprimento da sentença (conteúdos integrados), ou, ainda, entre o Direito Administrativo e o Direito Constitucional em relação ao princípio da separação dos poderes, a intervenção do Estado na Ordem Econômica e a responsabilidade civil das pessoas jurídicas (CI), entre outros.

A interdisciplinaridade assegurará ainda ao(a) graduando(a) um acesso a diversos CV, consistentes em saberes complementares pertencentes a outras disciplinas jurídicas ou áreas de conhecimento não jurídicas, como Direito Comparado, Literatura, História Geral, Filosofia, Psicologia, Psicanálise, Sociologia e Antropologia, Técnica de Informação, Medicina legal, Mercado de Capitais, Informática, entre outras, e que serão relacionados com o conteúdo principal da disciplina e oferecidos a partir de critérios e segundo as modalidades de transmissão, livremente definidos pelo(a) docente, podendo ser mediante criação de grupos

de estudos, organização de eventos ou comunicação de um material de estudo complementar correspondente ao conteúdo proposto, disponibilizado na plataforma Moodle[24] ou em outro meio de informação e comunicação social, como os aplicativos vinculados ao Gsuite da UFOP[25].

12.2 Extensão no âmbito do curso

Conforme previsto na Resolução CEPE n° 7852, de 27 de setembro de 2019 (UFOP, 2019b), todos os cursos de graduação da UFOP devem definir em seu PPC, pelo menos um total de 10% da carga horária total do curso como componentes curriculares de extensão. Essa premissa é cumprida pelo curso de Direito da UFOP em Ipatinga como destacado nesta seção.

12.2.1 Definição e diretrizes da extensão no curso

A extensão é um processo educativo, artístico, cultural e científico, articulado com o ensino e a pesquisa, de forma indissociável, cujo objetivo é ampliar a relação da Universidade com a sociedade. O curso de Direito da UFOP em Ipatinga deve ser capaz de incentivar as atividades de extensão como fator necessário ao prolongamento do ensino universitário e como instrumento da iniciação científica, bem como de desenvolvimento de ações de caráter social junto à comunidade.

A extensão, cuja participação em quaisquer de suas atividades é garantida ao(a)s estudantes das IES, é parte integrante da matriz curricular e da organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa, conforme prevê os artigos 3° e 12 da Resolução CNE/CES n° 7, de 18 de dezembro de 2018.

Como ação educativa essencialmente dialógica, interdisciplinar e interprofissional, a extensão universitária objetiva vincular a UFOP com a comunidade externa mediante a implementação de programas e projetos que permitam utilizar o conhecimento acadêmico, combinado com o saber popular e local, para apoiar na proposição e na resolução de problemas de determinado segmento da sociedade local, numa perspectiva transformadora das relações mútuas existentes.

---

[24] Universidade Federal de Ouro Preto. **Moodle Presencial da UFOP**. Disponível em: <https://moodlepresencial.ufop.br/login/index.php>. Acesso em: 03 de jul. de 2025.

[25] Universidade Federal de Ouro Preto. **Google Workspace for Education na UFOP**. Disponível em: <https://sites.ufop.br/gsuite/home>. Acesso em: 03 de jul. de 2025.

O curso de Direito da UFOP em Ipatinga criará e manterá programas, projetos, ações isoladas, cursos, eventos, serviços entre outras modalidades da extensão no âmbito institucional, abertos à comunidade acadêmica e à população local. Caberá ao colegiado do curso e à UFOP estimular, possibilitar e vincular docentes e discentes às ações extensionistas com foco específico no âmbito formativo do Direito e também outras interdisciplinares que surjam e/ou sejam criadas no *campus* Ipatinga.

Por sua natureza, as ações de extensão são culturais, científicas e políticas. Dessa forma, elas naturalmente implicam na integração dos diferentes agentes da UFOP, docentes, discentes e técnicos administrativos, na realidade social local, no fundamento de demandas cientificamente identificadas e analisadas com especial atenção à formação cidadã do(a)s integrantes, na promoção e garantia dos valores democráticos da solidariedade, da dignidade da pessoa e da justiça, e no desenvolvimento da sociedade nas suas dimensões humana, ética, econômica, cultural e social.

12.2.2 Modalidades e formas de integralização

De acordo com as Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (Brasil, 2018b), a Resolução CEPE nº 7.609, de 20 de novembro de 2018 (UFOP, 2018), as atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos PPCs, inserem-se nas seguintes modalidades:

- Programa de extensão: conjunto articulado de ações de extensão integradas à pesquisa e ao ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo. Normalmente atende a uma mesma comunidade. Seu prazo mínimo de execução deve ser de dois anos.
- Projeto de extensão: ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. Pode ser isolado ou vinculado a um Programa.
- Curso: ação pedagógica de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com prazo determinado, carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos. Ações dessa natureza com menos de 8 horas devem ser classificadas como “evento”.
- Prestação institucional de serviços: refere-se ao estudo e à solução de problemas dos meios profissional ou social, com a participação orientada de estudantes, ao desenvolvimento de novas abordagens pedagógicas e de pesquisa, bem como à transferência de conhecimentos e tecnologia à sociedade.

- Evento: ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, de conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico, desenvolvido, conservado ou reconhecido pela UFOP e que estrutura uma atividade de interação dialógica e transformadora da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, em conformidade com a concepção, diretrizes e princípios da extensão universitária nos termos do art. 5º da Resolução CNE/CES n° 7, de 18 de dezembro de 2018

O(A)s discentes do curso de Direito de Ipatinga poderão cumprir as 370 horas mínimas em atividades de extensão, correspondentes a 10% da carga-horária total de 3.700 horas, por meio de três mecanismos distintos:

1. Ações vinculadas a editais registrados na Proex: o(a) aluno(a) poderá utilizar a carga horária da sua participação em ações advindas dos editais publicados pela Proex.
2. Eventos: o(a) aluno(a) poderá utilizar a carga horária da sua participação em ações advindas de eventos extensionistas promovidos pela UFOP ou outras IES.
3. Ações específicas previstas no PPC.

Todas as modalidades citadas anteriormente serão creditadas ao(a)s estudante como AACCE, cujo código registrado na Prograd é o ATV300. O cômputo e avaliação dos comprovantes de realização das ações de extensão, de qualquer natureza, para o cumprimento das horas, ficará a cargo do colegiado do curso, enquanto o registro das horas no histórico acadêmico do(a) estudante será responsabilidade da Seção de Ensino ou setor responsável indicado pela Prograd.

No caso de ações vinculadas a editais registrados na Proex, o cadastro é responsabilidade do(a) servidor(a) docente ou técnico(a) administrativo(a) responsável pelo projeto, enquanto a aprovação, validação e certificação compete à Proex.

O curso de Direito, durante os cinco primeiros anos de sua implantação em Ipatinga, criará o programa de Extensão intitulado “Núcleo de Assistência Jurídica e Laboratório Jurídico da UFOP em Ipatinga (NPJ/UFOP/Ipatinga)”, previsto no presente PPC e que possui regulamentação própria. Será criado também, nos mesmos moldes, seu “Núcleo de Direitos Humanos (NDH) da UFOP em Ipatinga”. Trata-se de um programa de extensão permanente e relevante no âmbito da UFOP, que funciona em Ouro Preto e que será replicado em Ipatinga, com larga abrangência na comunidade, que tem potencial para envolver um quantitativo considerável de estudantes, bolsistas ou voluntários.

Além disso, será criado também, o “Núcleo de Assistência à Representação Sindical do Vale do Aço”, com vistas a possibilitar aos sindicatos de trabalhadores da região do Vale

do Aço, históricos e combativos, soluções jurídicas relevantes para a sua melhor atuação coletiva.

Os editais de concursos públicos de provas e títulos a serem realizados pela UFOP para a contratação de docentes para atuarem no curso de Direito em Ipatinga farão prever uma fase eliminatória que inclua a redação e apresentação de programa ou projeto de extensão, na área do concurso, como proposta para atender alguma demanda local e/ou regional do Vale do Aço. Assim, cada docente que atuar no curso de Direito em Ipatinga, potencialmente, poderia assumir a responsabilidade por pelo menos um projeto de extensão, alinhado com os problemas sociais de Ipatinga ou, de modo mais abrangente, do Vale do Aço.

O(A) estudantes será livre optar por cumprir as 370 horas em ações de editais, em eventos ou em ações específicas previstas no PPC, além de outras oferecidas pela UFOP. No mesmo sentido ele(a) poderá optar por participar de programas, projetos, cursos, eventos no âmbito da UFOP, em seus diversos *campi*, em especial quando se tratar de ações e atividades oferecidas em formato remoto e/ou EaD.

Por fim, mas não menos importante, este PPC sugere que o(a)s estudantes se organizem para que seja possível integralizar todas as 370 horas de extensão até o sétimo semestre do curso, de forma a permitir que a participação ocorra ao longo de boa parte do processo formativo, e, em especial, que se tenha tempo hábil para cumprimento da carga horária pelo(a)s estudantes matriculados no turno noturno. Tão logo o(a) estudante finalize as 370 horas e tenha acesso a todos os comprovantes, este(a) deverá validá-las junto ao colegiado de curso. Para mais informações sobre as regras para a integralização das AACCE no curso de Direito da UFOP de Ipatinga, acesse o Apêndice B.

12.2.3 Avaliação da extensão

Sem prejuízo de uma avaliação externa *in loco* institucional de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), as ações extensionistas do curso de Direito da UFOP em Ipatinga serão submetidas, de acordo com as determinações constantes nos artigos 10, 11 e 12 da Resolução CNE/CES n° 7, de 18 de dezembro de 2018, a uma contínua autoavaliação pelo próprio curso, alinhada com as propostas estabelecidas nos programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços registrados junto à Proex, para o aperfeiçoamento de suas características essenciais de articulação com o ensino, a pesquisa, a formação do(a) estudante, a qualificação do(a) docente, a relação com a sociedade, a participação do(a)s parceiro(a)s e a outras dimensões acadêmicas institucionais.

Além disso, existem também avaliações feitas pela Proex, com critérios específicos definidos em editais de fomento, bem como uma apresentação obrigatória no Seminário de Extensão e Cultura (SEXT+C) de todos os projetos e ações de extensão registradas junto à Proex, que ocorre anualmente no Encontro de Saberes[26].

Ademais, para os fins de comprovação do cumprimento das 370 horas de atividades extensionistas, tal como destacado anteriormente, será papel do colegiado do curso avaliar e aprovar a pertinência da atividade desenvolvida pelo(a) discente, devidamente comprovada, considerando as diretrizes nacionais da extensão universitária, e solicitar às Seção de Ensino ou setor responsável indicado pela Prograd o lançamento das horas no histórico acadêmico do(a) estudante no sistema da UFOP.

12.2.4 Divulgação, estímulo e volume de oferta de ações de extensão

Por se tratar de um processo interdisciplinar, dialógico, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade, e, pelo fato de que, na medida em que colabora na problematização da sociedade, segundo perspectivas diversas, se criam oportunidades para que as IES públicas cumpram suas funções sociais, a UFOP realiza a divulgação de suas ações extensionistas promovidas.

O estímulo ao(a)s discentes no âmbito do curso deverá ser feito pelo(a)s docentes e técnico(a)s administrativo(a)s, por meio de atividades de esclarecimento, propagandas, atribuição de bolsas (a depender da ação da Proex e/ou de instituições parceiras) e creditação de carga-horária para a participação em ações extensionista no decorrer do curso. Ficará a cargo do(a) docente responsável pela disciplina obrigatória "Metodologia da Pesquisa e da Extensão" apresentar ao(a)s discentes, logo no início do curso, as amplas possibilidades de atuação extensionista não só no âmbito do curso de Direito, mas, também nos demais cursos da UFOP. A ideia é que esta disciplina possa ser ofertada por qualquer docente que atue no curso de Direito de Ipatinga. É importante ressaltar que, embora discuta e apresente as possibilidades de extensão no curso, ela não possui carga horária de extensão atribuída.

Ao colegiado do curso, cabe incentivar o(a)s professore(a)s e/ou técnico(a)s administrativo(a)s que atuem e coordenem ações de extensão para oportunizar e assegurar o cumprimento das horas pelo(a)s discentes. Idealmente, cada docente da UFOP em Ipatinga atuante no curso de Direito será responsável ou estará atuando em pelo menos um projeto de extensão, visando ampliar o leque de opções para o(a)s estudantes cumprirem as 370 horas.

---

[26] Universidade Federal de Ouro Preto. **Encontro de Saberes**. Disponível em: <https://www.encontrodesaberes.ufop.br/>. Acesso em: 26 de jul. de 2025.

12.3 Estágio curricular supervisionado

O estágio curricular supervisionado é integrante curricular obrigatório no PPC do curso de Direito de Ipatinga. O estágio, adequado à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996 (Brasil, 1996), e ao disposto na Lei n° 11.788, de 25 de setembro de 2008 (Brasil, 2008), está articulado com as demais disciplinas obrigatórias do projeto pedagógico, capacitando o(a) discente a atuar no campo prático-jurídico para as resoluções de conflito extrajudiciais e judiciais.

O estágio tem como foco possibilitar ao(a)s acadêmico(a)s do curso de Direito da UFOP em Ipatinga adequada formação para atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos. Além disso, ele deve permitir também o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

O NPJ/UFOP/Ipatinga será um dos responsáveis por articular a integração entre a teoria e a prática, desenvolvendo atividades de formação prática reais e simuladas, sempre privilegiando a análise interdisciplinar dos problemas emergentes. Esse laboratório utiliza-se de metodologias ativas de aprendizagem, conjuga aulas expositivas e práticas, possibilita o desenvolvimento de competências transversais baseadas em problemas reais.

Além disso, o NPJ/UFOP/Ipatinga prepara o(a) discente para o trabalho com a diversidade do direito e com novos modelos jurídicos. Portanto, trata-se de um laboratório que permite a realização de estágios suportados por práticas pedagógicas que estimulam a ação discente em uma relação formativa de teoria e prática.

O NPJ/UFOP/Ipatinga será composto por servidore(a)s docentes e técnico(a)-administrativo(a)s vinculado(a)s ao curso, bem como por discentes também vinculado(a)s e estagiários para as tarefas de suporte às atividades básicas de arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais.

São seus objetivos, dentre outros a serem estabelecidos em seu regimento próprio, são:

- conceber e compor as atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização;
- desenvolver atividades de orientação junto à comunidade para o exercício da cidadania plena e, ao mesmo tempo, educar seus acadêmicos para a carreira jurídica;
- trabalhar formas adequadas de resolução de conflitos, especificamente arbitragem, negociação, conciliação e mediação;

- acompanhar o(a) egresso(a) do curso de Direito da UFOP em Ipatinga na fase inicial de sua carreira jurídica, com vistas a prestar-lhe(la) o apoio possível e compreender suas principais dificuldades e habilidades, para que as experiências, negativas e positivas, sirvam de subsídio para a contínua melhora da oferta do curso;
- avaliar interna e externamente o atendimento prestado pelo NPJ/UFOP/Ipatinga tanto aos seus discentes quanto à comunidade de Ipatinga.

O NPJ/UFOP/Ipatinga será estruturado em três níveis, a saber: *i)* Atividades de Prática Simulada (APS); *ii)* Comissão Permanente de Formação Prático-Profissional (CPFP); e *iii)* Atividades de Prática Real (APR).

As APS se subdividem em disciplinas obrigatórias e optativas (de escolha obrigatória em um rol de ofertas), ministradas regularmente pelo(a)s docentes vinculado(a)s ao curso, sendo contabilizadas para fins de estágio. Além disso, há uma disciplina obrigatória do curso (Ética Profissional e Estatuto da OAB), com carga horária de 30 horas e situada no segundo semestre do curso, relacionada à análise do Estatuto da Advocacia e do Código de Ética e Disciplina da Advocacia, nos termos previstos no parágrafo 1º do art. 9º da Lei n° 8.906, de 04 de julho de 1994 (Brasil, 1994), e que faz parte das APS.

Pode-se citar também as disciplinas obrigatórias a "Prática Simulada I – Civil e Empresarial" com carga horária de 60 horas e uma disciplina obrigatória, de caráter optativo que corresponde a uma segunda disciplina de prática simulada de 60 horas, estruturalmente alocada no último período do curso, ao qual o(a) estudante poderá optar pelos conteúdos de: Direito Administrativo, Direito Internacional, Direito Constitucional, Direito do Trabalho, Direito Empresarial, Direito Penal, Direito Tributário e Financeiro.

A CPFP é o órgão consultivo e deliberativo responsável pela organização estrutural da prática jurídica no âmbito do Curso de Direito da UFOP em Ipatinga, tendo por objetivo principal a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais eixos de formação, especialmente, nas atividades relacionadas com o estágio curricular supervisionado.

A CPFP cuida também da política de egresso(a)s do curso de Direito da UFOP em Ipatinga. No âmbito desta comissão, de modo permanente, verifica-se o atendimento à demanda de formação prática do(a)s discentes, em consonância com os objetivos do curso, o perfil do(a) egresso(a) e a matriz curricular e em atenção às demandas básicas da comunidade de Ipatinga.

As APR se subdividem em Estágio Interno (EI) e Estágio Externo (EE). As atividades regulares de EI ocorrem no âmbito do laboratório jurídico por meio das disciplinas "Estágio

Interno (NPJ) I" e "Estágio Interno (NPJ) II", ambas com carga horária de 30 horas. Essas disciplinas ocorrerão no âmbito de atuação do NPJ/UFOP/Ipatinga, tanto em seu espaço físico quanto em seu ambiente virtual.

O NPJ/UFOP/Ipatinga, enquanto EI, concentra as atividades de prática jurídica nas diversas áreas do direito, com atendimento aos cidadãos residentes em Ipatinga que comprovem impossibilidade econômica de arcar com as custas do processo e/ou honorários de Advogado, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família. Nele são realizadas atividades jurídicas contenciosas, bem como de arbitragem, negociação, conciliação, mediação e cidadania, com vistas à melhor solução de conflitos.

Além das atividades internas, o NPJ/UFOP/Ipatinga cuida também de propiciar ao(a)s estudantes experiências práticas em EE, como nos fóruns da Comarca de Ipatinga quanto em serventias judiciais de outras cidades do Vale do Aço, Belo Horizonte-MG e Brasília-DF, por exemplo.

O(A) aluno(a) do curso de Direito da UFOP em Ipatinga terá que cumprir um total de 240 horas de estágio curricular supervisionado, distribuídas em 30 horas direcionadas ao estudo do Estatuto da Advocacia e do Código de Ética e Disciplina da Advocacia, 60 horas de EI, 90 horas de EE e, no mínimo, 60 horas de prática jurídica simulada.

A UFOP poderá firmar convênios externos para cumprimento do estágio pelo(a)s discentes vinculados ao NPJ/UFOP/Ipatinga. O EE, realizado por meio de convênios externos, poderá ser realizado em:

- em órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Procuradorias e demais departamentos jurídicos oficiais;
- em escritórios de advocacia e consultoria jurídica;
- em serviços de assistência judiciária, órgãos ou escritórios dedicados às atividades de arbitragem, negociação, conciliação ou mediação;
- Em outros que o regimento do NPJ/UFOP/Ipatinga estabeleça.

Para mais informações sobre as regras e demais características do estágio supervisionado do curso de Direito, verifique o Apêndice D.

12.4 Trabalho de Curso

O Trabalho de Curso (TC), componente curricular obrigatório do curso, composto de duas unidades curriculares que totalizam carga horária de 60 horas (30 horas em "Metodologia e Elaboração de Projeto de Trabalho de Curso" e 30 horas em "ATV400 - Defesa de Trabalho de Curso"), consiste na elaboração de trabalho individual, de caráter

científico, obrigatório, relacionado aos conteúdos curriculares do curso de Direito, mediante apresentação de um Projeto e de um Trabalho de Curso, que pode ter forma de monografia ou artigo científico.

O TC compreende duas fases: elaboração do projeto de pesquisa e construção do texto, com defesa pública perante banca de avaliação. O artigo científico pode ser resultado de projeto de Iniciação Científica (IC) desenvolvido pelo(a) aluno(a) durante o curso, a critério do colegiado.

Na fase de elaboração do projeto de pesquisa, o(a) aluno(a) deve efetuar a matrícula na disciplina de "Metodologia e Elaboração de Projeto de Trabalho de Curso", alocada no oitavo período do curso, e ser aprovado, nos termos das avaliações institucionais da UFOP. Trata-se de uma disciplina de cunho teórico-prático e não comporta exame especial. Vale dizer, a avaliação é composta pela efetiva participação do(a) aluno(a) nas oficinas e reuniões, assim como pelas correspondentes realizações satisfatórias das atividades avaliativas.

Desde a fase de elaboração do projeto de pesquisa o(a) aluno(a) vincula-se a um(a) orientador(a) e a um tema específico, de maneira a permitir um período maior de maturação da investigação.

A parte prática da disciplina de "Metodologia e Elaboração de Projeto de Trabalho de Curso" implementa-se com reuniões com o(a)s aluno(a)s orientando(a)s e com o(a) professor(a) da disciplina, marcadas sob incentivo do(a)s docentes e por demanda do(a)s discentes, sendo certo que se reserva espaço de debate e de reflexão necessário ao desenvolvimento da estruturação da pesquisa. Logo, essa fase é dedicada à preparação da estrutura metodológica em concreto das pesquisas que serão realizadas, para que se debatam, dinâmica e dialogicamente, consistência material e formal, além de factibilidade da trajetória investigativa.

Assim, o formato da aulas da disciplina se baseia em reuniões teóricas e práticas em grupos reduzidos e oficinas, com a intenção de se promover a integração do(a) pesquisador(a) discente com o(a) professor(a) da disciplina, com o(a) orientador(a) e com o(a)s demais colegas, para que as múltiplas contribuições e pontos de vista possam servir de teste do projeto e do correspondente TC.

Esse formato permite ao(a) estudante a compreensão e a ampla discussão acerca do conteúdo e relevância do trabalho realizado, da atualidade e importância do tema, da contribuição para o estado da técnica, da consistência metodológica, da logicidade da estrutura, da adequação da linguagem, das estratégias disponíveis para a apresentação escrita e oral do trabalho, bem como dos formatos que podem privilegiar clareza e objetividade em

todo o processo. Ademais, na fase da construção do texto, o(a) aluno(a) deve se manter em contato com o(a) orientador(a) e seguir as diretrizes de pesquisa da UFOP.

A última fase do processo consiste em Defesa do Trabalho de Curso perante uma banca avaliadora, devendo o(a) aluno(a) efetuar a matrícula na atividade "Defesa de Trabalho de Curso" e ser aprovado, nos termos das avaliações institucionais previstas pela UFOP e pelo colegiado de curso. A atividade consiste no desenvolvimento e apresentação (defesa) de trabalho científico, razão pela qual não comporta exame especial.

Durante o curso da ATV400 o(a) aluno(a) é acompanhado(a) pelo(a) professor(a) responsável, que realiza reuniões gerais e individuais, regulares e mediante agendamento e que verifica o cumprimento das tarefas avaliativas, consistentes com a apresentação tempestiva da carta de aceite definitiva e na informação da banca pelo(a) orientador(a), que apresenta declaração de que o texto do TC está pronto e adequado para a defesa.

O(A) estudante é orientado(a) por professor(a) do curso de Direito, preferencialmente, observada a relação entre tema e orientador(a), conforme as disciplinas por ele(a) ofertadas no âmbito da UFOP. Admite-se, justificada e excepcionalmente, que a orientação seja realizada por outro(a) professor(a) da UFOP que não esteja diretamente vinculado(a) ao curso de Direito de Ipatinga da UFOP.

Admite-se, também, a coorientação por mestrando(a) vinculado(a) ao Mestrado Acadêmico em Direito da UFOP em Ouro Preto, como relevante estratégia de integração entre pós-graduação e graduação, bem como de ampliação de vivências e experiências estudantis e profissionais.

A banca de avaliação deverá ser composta pelo(a) professor(a) orientador(a) e por outro(a)s dois(duas) professore(a)s, admitindo-se a substituição de um(a) dele(a)s por mestrando(a) vinculado(a) ao Mestrado Acadêmico em Direito da UFOP. Admite-se também e se incentiva a participação de servidore(a)s técnico(a)-administrativo(a)s da UFOP na formação das bancas, desde que, apresentem titulação mínima de Mestrado.

Podem também compor a banca de avaliação, juntamente com o(a) professor(a) orientador(a) do trabalho, professore(a)s de outros departamentos e unidades da UFOP indicado(a)s pelo(a) professor(a) orientador(a). A participação de avaliador(a) externo(a) à UFOP condiciona-se à comunicação ao colegiado do curso, desde que o(a) convidado(a) compareça ao *campus* universitário sem ônus para a instituição e que não haja conflito de interesses. Participações de avaliadore(a)s externo(a)s por videoconferência e sessões em localidades diversas dependem de autorização do colegiado do curso.

A apresentação e defesa do trabalho elaborado fazem parte da avaliação do TC, sendo realizada perante banca examinadora de avaliação, respeitando-se os critérios e procedimentos das normativas do TC, oriundas de regulamento próprio do curso.

Por fim, mas não menos importante, o texto do TC deverá estar formatado em conformidade com os manuais de normalização institucionais, e, após sua aprovação, serem depositados digitalmente junto à Biblioteca Digital de TCC do Sistema de Bibliotecas da UFOP (Sisbin), para que fiquem disponíveis para ampla consulta da comunidade, o que viabiliza o conhecimento e o aproveitamento da produção científica institucional. Para mais informações sobre as regras do TC, acesse o Apêndice E.

12.5 Atividades Acadêmico-Científico-Culturais

O curso de Direito da UFOP em Ipatinga exige, em seu currículo, a realização de 90 horas de "ATV100 - Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC)", de natureza obrigatória, de livre escolha do(a) aluno(a) no que concerne às atividades a serem desenvolvidas. As AACC têm por objetivo incentivar o(a) aluno(a) a participar de experiências que contribuam para sua formação humana e profissional durante o curso de graduação em Direito.

As AACC visam também desenvolver no(a) aluno(a) o interesse pelas atividades afins ao exercício da profissão e correlacionadas, direta ou indiretamente, com as questões acadêmicas. Integram a matriz curricular e devem guardar pertinência com a formação acadêmica na área jurídica, de maneira a propiciar conhecimento relevante para o processo de ensino-aprendizagem do Direito, conforme critérios de interdisciplinaridade e de flexibilização curricular.

As AACC configuram-se, assim, como importante instrumento de desenvolvimento das competências, rumo à concreção de habilidades dentro ou fora do ambiente acadêmico, pertinentes a atividades culturais, interdisciplinares e inovadoras.

As AACC orientam-se pelas seguintes diretrizes e termos:

- independência discente: as atividades são de livre escolha do(a) aluno(a), que pode aproveitá-las nos moldes e na medida do regimento próprio, para sua formação geral e específica.
- autonomia das AACC em relação ao estágio, à extensão e demais atividades profissionais: horas de atividades de extensão, estágio e demais práticas profissionais não se enquadram como AACC.

- presunção de autenticidade e desburocratização documental: os documentos comprobatórios são aceitos em cópia simples, acompanhados de declaração de autenticidade, firmada pelo(a) próprio(a) aluno(a). O regimento próprio ou o(a) professor(a) orientador(a), quando houver, preserva a prerrogativa de prever a apresentação de documentos comprobatórios digitalizados.
- pertinência temática com a formação jurídica: espera-se que as AACC guardem relação com a formação jurídica, cabendo análise, para os fins de validação, ao colegiado do curso.
- cooperação e reconhecimento interinstitucional: as atividades de formação complementar realizadas em outras instituições, desde que regularmente executadas e comprovadas, são consideradas no cômputo das AACC, na forma da regulamentação institucional.
- singularidade da validação de horas de atividades: não são passíveis de aproveitamento como AACC outras atividades já aproveitadas ou constantes do histórico acadêmico, para que se evite a validação, em duplicidade, de cargas horárias. Atividades de natureza híbrida, a juízo do colegiado do curso, podem ter suas cargas horárias seccionadas para os fins de aproveitamento.
- contemporaneidade com o desempenho dos estudos havidos sob a égide do PPC: tendo em vista a necessidade de orientação e de efetiva correlação com conteúdo em fase de aprendizagem na formação jurídica, não são consideradas atividades desempenhadas sem contemporaneidade com o curso de Direito.

O(A) coordenador(a) do curso de Direito da UFOP em Ipatinga mantém-se disponível, em caráter permanente, para a supervisão e conferência das certificações relativas às atividades em alusão, a todos o(a)s aluno(a)s do curso. Cabe ao colegiado a apreciação e o julgamento de dúvidas e demandas, casos omissos, pedidos de reconsideração e recursos. Compete também ao colegiado o incentivo permanente ao(a)s aluno(a)s para que cumpram as AACC a tempo e modo.

A integralização das AACC e respectiva comprovação (com o preenchimento do memorial) acontecem no decorrer do curso, até o décimo semestre, como requisito para a colação de grau. A apresentação efetiva da documentação para o cômputo de horas e para a aferição de cumprimento dos requisitos ocorre no semestre no qual o discente esteja matriculado em ATV100, observados os eventuais pré-requisitos. A atividade, de cunho prático, não comporta o Exame Especial.

Para a concreção da independência discente no direcionamento e na especialização de sua formação pela via da eleição de eventos, projetos e ações, são previstos quatro grandes agrupamentos de AACC – as atividades de ensino, as atividades de pesquisa, as atividades culturais e as demais atividades acadêmicas – cabendo ao(a) graduando(a) comprovar seu envolvimento em pelo menos dois desses grupos. Para que se verifique a diversificação das atividades que devem colaborar para a formação profissional são estabelecidos, em regimento próprio, limites de cargas horárias passíveis de validação, conforme a atividade desempenhada.

São entendidos como atividades de ensino, dentre outras, cursos de língua estrangeira, dentro ou fora da instituição; participação no programa de monitoria, tutoria ou Pró-Ativa junto à Prograd; participação em seminários, palestras, simpósios, congressos, conferências, encontros e similares, nacionais ou regionais, além de outras atividades afins, previstas em regulamento próprio.

São consideradas como atividades de pesquisa, dentre outras, a participação em projetos de IC vinculados à Proppi ou outra instituição de pesquisa brasileira ou estrangeira dentro da área de conhecimento do Direito; a participação em núcleos e/ou grupos de pesquisa aprovados junto ao curso de Direito da UFOP em Ipatinga.

São consideradas atividades culturais, dentre outras, aquelas inerentes à compreensão e vivência da cultura afro-brasileira, africana e indígena; as referentes à compreensão da diversidade e do pluralismo cultural, a partir do domínio das dimensões da dignidade da pessoa, da solidariedade e da cidadania em um contexto geral; participação em intercâmbios ou convênios culturais reconhecidos pela UFOP; participação em grupos de teatro ou grupos regionais reconhecidos pela UFOP; participação em atividades musicais, literárias e de artes plásticas oficialmente reconhecidos; representação da UFOP em eventos esportivos ou culturais e participação em visitas programadas por docentes em eventos culturais ou exposições.

São consideradas como atividades acadêmicas, dentre outras, a representação estudantil em colegiados de curso, departamento e/ou conselhos, centros acadêmicos e associações atléticas institucionais da UFOP; a colaboração em processos administrativos na UFOP; a presença em sessões de apresentação e defesa de trabalho de curso de graduação e de especialização *lato sensu*, dissertações de mestrado acadêmico e profissional, bem como de teses de doutorado, desde que pertinentes à área jurídica; presença documentalmente relatada em audiências judiciais, além de outras atividades afins, previstas em regulamento próprio.

Objetiva-se assim, por meio das AACC, assegurar ao(a)s discentes do curso de Direito de Ipatinga a formação complementar do(a) graduando(a), com o reconhecimento e com a orientação de suas opções de enfoque profissional. Para mais informações sobre as AACC acesse o Apêndice C.

12.6 Temas Transversais

A estrutura curricular do curso de Direito da UFOP em Ipatinga é pautada por temas transversais, que contemplam conceitos fundantes à democracia e à cidadania, importantes à sociedade atual, integrados ao currículo, também, pela interdisciplinaridade e na esfera das metodologias ativas previstas.

As disciplinas, as linhas de pesquisa, os programas e projetos de extensão e os grupos de estudos vinculados ao curso de Direito da UFOP buscam tratar de temas interdisciplinares e transversais em várias interseccionalidades, vocacionado, em especial, aos Direitos Humanos (em sentido amplo). A estrutura curricular contempla transversalidade em temas como questões étnico-raciais, meio ambiente, acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência e questões de gênero e sexualidade.

Ademais, nos termos da Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 (Brasil, 2012), que estabelece as diretrizes nacionais para a educação em Direitos Humanos, espera-se como competência crítica de seu(sua) egresso(a), a valorização, observância, defesa e fomento desses direitos. Também por essa razão, há na matriz curricular a disciplina obrigatória "Direitos Humanos". O curso abriga, ainda, o NDH da UFOP em Ipatinga, além prever a criação de grupos de estudos e pesquisas em IC que tangenciam a temática.

Ressalta-se que a UFOP conta com uma política de ações afirmativas que objetivam a inclusão, acesso e permanência das pessoas pretas, pardas, indígenas, quilombolas, com deficiência e economicamente vulneráveis e em razão da diversidade sexual e de gênero, conforme Resolução CEPE nº 7.794, de 27 de agosto de 2019 (UFOP, 2019a), e Resolução CUNI nº 2.303, 08 de outubro de 2019 (UFOP, 2019c) que, por sua vez, orientam, nos termos do PDI/UFOP 2016-2025, a transversalidade das temáticas nas estruturas curriculares dos cursos.

Especificamente sobre as questões étnico-raciais, as disciplinas do curso observam o previsto na Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 (Brasil, 2004b), contribuindo para a aprendizagem de visões antirracistas e antidiscriminatórias nos vários ramos jurídicos, em prol da diversidade e dos Direitos Humanos. Tal visão também é observada nas pesquisas, na extensão e nos grupos de estudos. Assim, propicia-se a formação de egresso(a)s

habilitado(a)s à construção de teorias contra-hegemônicas, capazes de propiciar, na prática, a quebra de preconceitos, convivência com a diversidade e garantia de inclusões necessárias nessa seara na prática jurídica.

Sobre o meio ambiente cultural e ecologicamente equilibrado, seguindo as recomendações do Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 (Brasil, 2002), que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a política nacional de educação ambiental, o curso de Direito da UFOP em Ipatinga conta com disciplinas e conteúdos voltados à temática. Ademais, há transversalidade da temática de educação ambiental perpassando por várias disciplinas, em pesquisas, ações de extensão e grupos de estudos, permitindo a formação consciente do(a) egresso(a), garantindo a visão de um meio ambiente preservado, igualitário e acessível.

Quanto ao Direito da Pessoa com Deficiência (PcD), nos termos da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (Brasil, 2015), que institui a Lei Brasileira de Inclusão, o curso de Direito da UFOP em Ipatinga prima por uma efetiva educação inclusiva, contanto com apoio pedagógico do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP), vinculado à Prograd, e a Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão (Cain)[27] da UFOP. Além da temática ser trabalhada transversalmente junto às disciplinas que tratam de autonomia e inclusão, em todos os ramos jurídicos, há essa transversalidade também em pesquisas, ações de extensão e grupos de estudos. A transversalidade proposta permite ao(a) egresso(a) a formação vocacionada à proteção e promoção dos direitos vinculados ao público PcD e a garantia de sua plena inclusão na sociedade.

A disciplina "Introdução a Libras" que será oferecida no *campus* de Ipatinga como componente curricular eletivo do curso de Direito da UFOP em Ipatinga, também destaca o papel social inclusivo do curso, tal como prevê as DCNs. Por fim, a transversalidade da temática relacionada à diversidade sexual e de gênero será tratada em pesquisas, ações de extensão e grupos de pesquisa que tangenciam a temática, de modo a garantir a diversidade na formação jurídica.

12.7 Mobilidade acadêmica

Ao(a)s discentes do curso de Direito da UFOP em Ipatinga serão oferecidas possibilidades de mobilidade acadêmica nacional e internacional. Consubstanciando-se como

[27] Universidade Federal de Ouro Preto. **Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão**. Disponível em: <http://www.nei.ufop.br/>. Acesso em: 03 de jul. de 2025.

um dos mais interessantes e motivadores potenciais da UFOP, a experiência da mobilidade internacional permite formação interinstitucional e o contato com culturas jurídicas diversas.

Para tanto, os discentes contam com todas as informações pertinentes no portal da Diretoria de Relações Internacionais (DRI)[28], contendo várias informações sobre como se organizar, desde o início do curso, para cursar parte de sua graduação em uma das várias universidades do mundo em que a UFOP possui acordos de cooperação internacional.

A mobilidade faz parte do processo de internacionalização das IES brasileiras, o que é uma realidade consolidada ao redor do mundo. O curso de Direito da UFOP em Ipatinga fará parte das ações de internacionalização da DRI objetivando a intensificação das medidas relativas às políticas de internacionalização da UFOP.

A UFOP também incentiva a mobilidade nacional, sendo uma das universidades e instituições de ensino superior participantes do Programa Andifes de Mobilidade Acadêmica[29]. Por este programa, o(a) discente do curso de Direito da UFOP em Ipatinga poderá se candidatar a cursar disciplinas em outra instituição federal de ensino superior do país, por até dois semestres.

Ainda que, o caráter dogmático próprio da Ciência Jurídica, possa sugerir que não há como aproveitar conteúdos acadêmicos cursados no exterior para a formação universitária no Brasil, o Curso de Direito da UFOP em Ipatinga promoverá o acompanhamento do aluno em momento pré, durante e pós mobilidade, em que as diretrizes do colegiado de curso e a indicação de um(a) professor(a) tutor(a) para fornecer suporte ao(a) aluno(a), para que ele(a) compreenda os conteúdos mais adequados a serem cursados no exterior, mesmo antes de sua viagem (após definido onde e quando da mobilidade), e como requerer suas equivalências aos respectivos componentes curriculares do curso, sempre focando mais as competências adquiridas que propriamente a minuciosidade de tópicos trabalhados.

O curso de Direito da UFOP em Ipatinga incentivará também o intercâmbio acadêmico, mediante o estímulo de estudantes e do recebimento de visitantes estrangeiros, divulgando oportunidades, firmando convênios com instituições estrangeiras e viabilizando experiências nacionais e internacionais ao(a)s aluno(a)s.

---

[28] Universidade Federal de Ouro Preto. **Diretoria de Relações Internacionais da UFOP**. Disponível em: <https://www.dri.ufop.br/>. Acesso em: 03 de jul. de 2025.

[29] Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Programa Andifes de Mobilidade Acadêmica**. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/mobilidade-academica/>. Acesso em: 03 de jul. de 2025.

12.8 Relação com a pesquisa

A pesquisa no curso de Direito da UFOP em Ipatinga prevista neste PPC foi estruturada em diversas frentes, de modo a permitir ampla participação do(a) aluno(a). A Proppi é o setor administrativo responsável por fomentar, desenvolver e implementar políticas de apoio à pesquisa, pós-graduação e inovação, considerando as regras institucionais vigentes.

Por meio da Proppi são mantidos à disposição do(a)s aluno(a)s de graduação organismos associados operacionalmente, como Comitês Especiais (inclusive de ética em pesquisa, devidamente homologado pelo Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP[30]), os Comitês de Pesquisa[31] da UFOP e o Núcleo de Inovação Tecnológica e Empreendedorismo (NITE)[32].

A Proppi empreende o fomento à atividade de pesquisa, de forma a conceder auxílio financeiro ao(a)s pesquisadore(a)s docentes, com repercussões significativas no incentivo à pesquisa no âmbito da graduação. A pesquisa aparece, portanto, como importante vetor institucional, quando considerado, ainda, o apoio às capacitações docentes.

Os projetos de Iniciação Científica (IC) destacam-se como canais de promoção da formação de pesquisadore(a)s discentes. Com relação ao curso de Direito da UFOP em Ipatinga, a Proppi administra os seguintes programas de IC[33]:

- Programa Institucional de Voluntários da Iniciação Científica (PIVIC/UFOP);
- Programa de Iniciação à Pesquisa da UFOP (PIP/UFOP);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI/CNPq);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq - Ações Afirmativas (PIBIC-Af/CNPq)
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq (PIBIC/CNPq);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq (PIBIC-EM/CNPq);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq voltado para o desenvolvimento de projetos entre docentes da UFOP e o corpo técnico científico da

[30] Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Conselho Nacional de Saúde: Ética em Pesquisa**. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/camaras-tecnicas-e-comissoes/conep>. Acesso em: 03 de jul. de 2025.

[31] Universidade Federal de Ouro Preto. **Comitês de Pesquisa**. Disponível em: <https://propp.ufop.br/pt-br/comites-de-pesquisa>. Acesso em: 03 de jul. de 2025.

[32] Universidade Federal de Ouro Preto. **Núcleo de Inovação Tecnológica e Empreendedorismo**. Disponível em: <https://nite.ufop.br/>. Acesso em: 03 de jul. de 2025.

[33] Universidade Federal de Ouro Preto. **Iniciação Científica**. Disponível em: <https://propp.ufop.br/pt-br/pesquisa/iniciacao-cientifica>. Acesso em: 03 de jul. de 2025.

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) da Superintendência Regional de Belo Horizonte (PIBIC/CNPq-Convênio UFOP-CPRM);

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica da FAPEMIG (PIBIC/FAPEMIG);
- Programa Institucional de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da UFOP (PIBITI/UFOP).

A Prograd também oferece linhas de apoio direto a pesquisas desenvolvidas ou integradas por aluno(a)s de graduação, por meio de editais específicos, para financiar a participação em eventos nacionais e internacionais, sobretudo com a apresentação de trabalhos decorrentes de pesquisas feitas por pesquisadore(a)s discentes. Trata-se de disponibilização de bolsas para transporte, hospedagem, inscrições, etc.

Na graduação, para além das iniciativas mencionadas, vale consignar que o(a)s discentes do curso serão envolvido(a)s, no decorrer da formação acadêmica, em pesquisas estruturadas como partes integrantes de disciplinas que compõem o currículo, além da elaboração do projeto e do trabalho de curso.

Tal como acontece em Ouro Preto, serão formados grupos de estudo e de pesquisa pelo(a)s professore(a)s do curso de Direito de Ipatinga, relacionados a diretórios de pesquisa inscritos no CNPq, em consonância com as linhas de pesquisa institucionais, constituindo-se espaços férteis à integração discente às pesquisas mais amplas, que envolvem redes e professore(a)s em colaboração interinstitucional, aluno(a)s de pós-graduação e aluno(a)s de graduação. Articulam-se, nessa medida, com a extensão e ensino, na promoção da autonomia do(a)s estudantes no processo de construção do conhecimento.

A pesquisa é, portanto, institucionalizada e fomentada, tanto no que tange aos espaços e oportunidades de participação discente como na concessão de apoio financeiro a trabalhos selecionados por seu potencial de qualidade, rumo à formação acadêmica e profissional de excelência.

12.9 Matriz curricular

A matriz curricular do curso de Direito da UFOP em Ipatinga se mostra em consonância com o que há de mais atual em termos de ensino jurídico. Amolda-se ao que pretende a UFOP com a criação do seu novo *campus* em Ipatinga e observa critérios e limitações impostos pelo MEC para tanto.

Com o objetivo de atualizar a formação jurídica oferecida pela UFOP, o presente PPC parte daquilo que é desenvolvido em Ouro Preto (UFOP, 2022) e apresenta algumas ações de

melhoria, com destaque para a redução do número de disciplinas de 30 horas e para a ampliação das atividades de prática jurídica. A busca é, sempre que possível, por uma padronização das disciplinas com 60 horas, o que facilita a distribuição de encargos para um número menor de professores, que precisam lecionar, no mínimo, 12 horas-aula por semana, o que corresponde ao total de três disciplinas de 60 horas. As poucas alterações promovidas estão apresentadas e justificadas a seguir. O que foi mantido, por consequência, não carece de maior reflexão no presente texto de justificativa.

Inicialmente houve a junção de duas disciplinas ofertadas em Ouro Preto, que passa a ser única, de 60 horas, denominada "Filosofia Geral e do Direito". Trata-se de uma disciplina de formação geral, nos termos das DCNs de graduação em Direito, que será oferecida no 1º período do curso.

O mesmo procedimento foi feito em relação à nova disciplina "Sociologia Geral e Jurídica", de 60 horas, que decorre da junção de duas outras ofertadas regularmente em Ouro Preto. Trata-se também de uma disciplina de formação geral, a ser oferecida, presencialmente, no primeiro semestre do curso. Tais medidas, além de ampliar o padrão de oferta de disciplinas de 60 horas, permite autonomia do Curso de Direito em Ipatinga em relação ao seu corpo docente, que reduz a demanda por professore(a)s de múltiplos departamentos da UFOP.

A disciplina "Introdução ao Estudo do Direito" passa a ser oferecida em um único conteúdo didático, com 60 horas, e não em duas disciplinas. Houve concentração e ajuste dos conteúdos das duas disciplinas ofertadas em Ouro Preto para que haja uma só disciplina introdutória em Ipatinga. O mesmo se deu com a disciplina "Direito Civil – Parte Geral", que em Ouro Preto divide-se em I e II e em Ipatinga terá apenas um conteúdo mais enxuto, quando somado, intitulado "Direito Civil I – Parte Geral", tal como adotado pela imensa maioria dos cursos de direito de universidades públicas brasileiras.

A disciplina "Direitos Humanos e Direitos Fundamentais", com 60 horas, no segundo período, amplia o escopo da disciplina "Direitos Humanos", oferecida em Ouro Preto com 30 horas. Ademais, haverá apenas uma disciplina que trata do conteúdo de obrigações e responsabilidade no Direito Civil, que é a disciplina "Direito Civil II – Obrigações e Responsabilidade", na linha do que ocorre com a maioria das instituições públicas de ensino jurídico, com 60 horas, no terceiro período do curso, ao contrário da ampla divisão do conteúdo em várias disciplinas que se faz em Ouro Preto.

Na mesma linha de raciocínio e em consonância com o proposto para o presente PPC, haverá apenas uma disciplina que trata do conteúdo de contratos no Direito Civil, que é a disciplina "Direito Civil III – Contratos", novamente, na mesma linha do que ocorre em

outras instituições públicas de ensino jurídico que são consideradas de excelência, com 60 horas, no quarto período do curso, diferentemente da oferta realizada no curso de Direito de Ouro Preto que se dá de forma fragmentada em vários componentes curriculares.

Além disso, é importante destacar o papel da disciplina "Metodologia da Pesquisa e da Extensão", que irá discutir sobre a extensão universitária e apresentar as atividades de extensão desenvolvidas pela UFOP. A expectativa de que o(a)s docentes que forem ministrar esta disciplina possam desenvolver amplamente o debate sobre a extensão universitária em Ipatinga. Por se tratar de *campus* novo e fora da sede e por haver obrigatoriedade de que o(a)s aluno(a)s cumpram 10% da carga-horária do curso em atividades extensionistas, sua valorização e o incentivo institucional, logo no primeiro semestre do curso, serão importantes para o sucesso do curso de Direito da UFOP em Ipatinga.

Há também a inclusão de uma disciplina nova, bastante demandada, mas ainda não implementada em Ouro Preto, que é a disciplina obrigatória "Direito Minerário", de 60 horas, alocada no nono período, que tem se mostrado importante para a formação de profissionais do Direito, considerando o contexto econômico de atuação e vocação do estado de Minas Gerais vinculado à temática.

Outra diferença em relação ao escopo do curso oferecido em Ouro Preto pela UFOP, diz respeito ao aumento da carga horária de atividades práticas. Uma das iniciativas é ampliar o rol de disciplinas optativo-obrigatórias de prática simulada no último semestre do curso, bem como o seu número de horas, de 30 horas para 60 horas.

Em relação às disciplinas eletivas, há um propósito de uma maior integração entre o curso de Direito da UFOP em Ouro Preto e o curso de Ipatinga. A proposta é aproveitar o amadurecimento do curso na sede e as inovações trazidas no *campus* Ipatinga. Neste sentido, haverá o compartilhamento de disciplinas eletivas, oferecidas a distância, para o(a)s aluno(a)s de ambos os *campi*.

Um resumo de todos os componentes curriculares, que incluem as disciplinas obrigatórias, eletivas e obrigatórias de caráter optativo, e as atividades (AACC, AACCE, estágio externo e defesa do TC) que somadas integralizam um total que somam 3.700 horas da matriz curricular do curso de Direito da UFOP *campus* Ipatinga são apresentadas nos Quadros 5. De forma complementar, o Quadro 6 apresenta quais são as disciplinas obrigatórias de caráter optativo, com conteúdo prático, vinculadas ao décimo período do curso, devendo o(a)s discentes optar por pelo menos uma delas ao longo da formação, enquanto os Quadro 7 e 8 apresentam as disciplinas eletivas do curso. O programa de todas as disciplinas do curso pode ser visualizado no Apêndice A.

Quadro 5 - Matriz curricular do curso de Direito da UFOP de Ipatinga

CÓDIGO	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	PRÉ-REQUISITO	CHS/T	CHS/E	CHA	AULAS		PER
						T	P	
DII001	FILOSOFIA GERAL E DO DIREITO	-	60	0	72	4	0	1
DII002	CIÊNCIA POLÍTICA	-	30	0	36	2	0	1
DII003	SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA	-	60	0	72	4	0	1
DII004	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	-	60	0	72	4	0	1
DII005	HISTÓRIA NO DIREITO	-	30	0	36	2	0	1
DII006	METODOLOGIA DA PESQUISA E DA EXTENSÃO	-	30	0	36	2	0	1
ENP900	ECONOMIA	-	30	0	36	2	0	1
DII007	DIREITO CIVIL I – Parte Geral	DII004	60	0	72	4	0	2
DII008	DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS	DII002	60	0	72	4	0	2
DII009	TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	DII002 DII004	60	0	72	4	0	2
DII010	ÉTICA PROFISSIONAL E ESTATUTO DA OAB	-	30	0	36	2	0	2
DII011	MEDIAÇÃO E OUTRAS FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	DII004	30	0	36	2	0	3
	DISCIPLINA ELETIVA		60		72			2
DII012	DIREITO CIVIL II – Obrigações e Responsabilidade	DII007	60	0	72	4	0	3
DII013	DIREITO CONSTITUCIONAL I	DII009	60	0	72	4	0	3
DII014	DIREITO PENAL I	DII008	60	0	72	4	0	3
DII015	TEORIA GERAL DO PROCESSO	DII004	60	0	72	4	0	3
DII016	DIREITO EMPRESARIAL I	DII007	60	0	72	4	0	3
DII017	DIREITO CIVIL III – Contratos	DII012	60	0	72	4	0	4
DII018	DIREITO CONSTITUCIONAL II	DII013	60	0	72	4	0	4
DII019	DIREITO PENAL II	DII014	60	0	72	4	0	4
DII020	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	DII015	60	0	72	4	0	4
DII021	DIREITO EMPRESARIAL II	DII016	60	0	72	4	0	4
	DISCIPLINA ELETIVA		30		36			4
DII022	DIREITO CIVIL IV – Posse e Propriedade	DII017	60	0	72	4	0	5
DII023	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	DII020	60	0	72	4	0	5

DII024	DIREITO PENAL III	DII019	60	0	72	4	0	5
DII025	DIREITO ADMINISTRATIVO I	DII018	60	0	72	4	0	5
DII026	DIREITO EMPRESARIAL III	DII021	60	0	72	4	0	5
	DISCIPLINA ELETIVA		30		36			5
DII027	DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	DII023	60	0	72	4	0	6
DII028	DIREITO PENAL IV	DII024	60	0	72	4	0	6
DII029	DIREITO ADMINISTRATIVO II	DII025	60	0	72	4	0	6
DII030	DIREITO EMPRESARIAL IV	DII026	60	0	72	4	0	6
DII031	DIREITO CIVIL V – Famílias	DII022	60	0	72	4	0	6
DII032	DIREITO PROCESSUAL PENAL I	DII015 DII028	60	0	72	4	0	7
DII033	DIREITO ADMINISTRATIVO III	DII029	60	0	72	4	0	7
DII034	DIREITO CIVIL VI – Sucessões	DII031	60	0	72	4	0	7
DII035	DIREITO DO TRABALHO I	DII030	60	0	72	4	0	7
DII036	PRÁTICA SIMULADA I – Civil e Empresarial	DII027	60	0	72	0	4	7
DII037	DIREITO DO CONSUMIDOR	DII030	30	0	36	2	0	7
ATV300	ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS-EXTENSIONISTAS (AACCE)		370	370				7
DII038	DIREITO TRIBUTÁRIO I	DII029	60	0	72	4	0	8
DII039	DIREITO PROCESSUAL PENAL II	DII032	60	0	72	4	0	8
DII040	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	DII028	60	0	72	4	0	8
DII041	DIREITO DO TRABALHO II	DII035	60	0	72	4	0	8
DII042	ESTÁGIO INTERNO (NPJ) I	DII034	30	0	36	0	2	8
DII043	METODOLOGIA E ELABORAÇÃO DE PROJETO DE TRABALHO DE CURSO	DII034	30	0	36	0	2	8
DII044	DIREITO PROCESSUAL PENAL III	DII039	60	0	72	4	0	9
DII045	DIREITO TRIBUTÁRIO II	DII038	60	0	72	4	0	9
DII046	DIREITO DO TRABALHO III – Processo do Trabalho	DII041	60	0	72	4	0	9
DII047	DIREITO MINERÁRIO	DII033	60	0	72	4	0	9
DII048	ESTÁGIO INTERNO (NPJ) II	DII042	30	0	36	0	2	9
DII049	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	DII040	60	0	72	4	0	9
ATV100	ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC)		90	0	108			9

DII050	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	DII041	60	0	72	4	0	10
DII051	DIREITO E TECNOLOGIAS	DII048	30	0	36	2	0	10
DII052	DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	DII045	60	0	72	4	0	10
DII053	DIREITO AMBIENTAL	DII033	60	0	72	4	0	10
	DISCIPLINA ELETIVA		30		36			10
	PRÁTICA SIMULADA II – Disciplinas Obrigatório-optativas	DII048	60	0	72	0	4	10
ATV200	ESTÁGIO EXTERNO	-	90	0	-	-	-	10
ATV400	DEFESA DE TRABALHO DE CURSO	DII043	30	0	36	0	2	10

LEGENDA:

- **CHS/T** - Carga Horária Semestral Total
- **CHS/E** - Carga Horária Semestral Extensionista
- **CHA** - Carga Hora Aula
- **T** - Número de aulas teóricas semanais
- **P** - Número de aulas práticas semanais
- **PER** - Período

Quadro 6 - Disciplinas de caráter obrigatório-optativo do curso de Direito de Ipatinga

CÓDIGO	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS, OPTATIVAS	PRÉ-REQUISITO	CHS/T	CHS/E	CHA	AULAS		PER
						T	P	
DII054	PRÁTICA SIMULADA II – Direito Administrativo	DII048	60	0	72	0	4	10
DII055	PRÁTICA SIMULADA II – Direito Internacional	DII048	60	0	72	0	4	10
DII056	PRÁTICA SIMULADA II – Direito Constitucional	DII048	60	0	72	0	4	10
DII057	PRÁTICA SIMULADA II – Direito do Trabalho	DII048	60	0	72	0	4	10
DII058	PRÁTICA SIMULADA II – Direito Empresarial	DII048	60	0	72	0	4	10
DII059	PRÁTICA SIMULADA II – Direito Penal	DII048	60	0	72	0	4	10
DII060	PRÁTICA SIMULADA II – Direito Tributário e Financeiro	DII048	60	0	72	0	4	10

LEGENDA:

- **CHS/T** - Carga Horária Semestral Total
- **CHS/E** - Carga Horária Semestral Extensionista
- **CHA** - Carga Hora Aula
- **T** - Número de aulas teóricas semanais
- **P** - Número de aulas práticas semanais

- **PER** - Período

Quadro 7- Disciplinas eletivas do curso de Direito da UFOP de Ipatinga

CÓDIGO	DISCIPLINAS ELETIVAS	PRÉ-REQUISITO	CHS/T	CHS/E	CHA	AULAS	
						T	P
DII061	ANTROPOLOGIA	-	30	0	36	2	0
DII062	DIREITO DIGITAL	-	30	0	36	2	0
DII063	PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO	-	30	0	36	2	0
DII064	DIREITO ELEITORAL	DII018	30	0	36	2	0
DII065	DIREITO DESPORTIVO	DII041	30	0	36	2	0
DII066	DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	DII031	30	0	36	2	0
DII067	DIREITO AGRÁRIO	DII018	30	0	36	2	0
DII068	DIREITO CIBERNÉTICO	-	30	0	36	2	0
DII069	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO	-	30	0	36	2	0
DII070	DIREITO E PROTEÇÃO DE DADOS	-	30	0	36	2	0
DII071	DIREITO IMOBILIÁRIO	DII018	30	0	36	2	0
DII072	BIOÉTICA E BIODIREITO	DII034	30	0	36	2	0
DII073	DIREITO E COMPLIANCE	DII030	30	0	36	2	0
DII074	DIREITO MUNICIPAL	DII033	30	0	36	2	0
DII075	DIREITOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS	DII033	30	0	36	2	0
DII076	ESTUDOS JURÍDICOS SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	DII008	30	0	36	2	0
DII077	ESTUDOS JURÍDICOS SOBRE POLÍTICAS DE GÊNERO	DII008	30	0	36	2	0
DII078	NOVOS DIREITOS, NOVOS SUJEITOS	DII042	30	0	36	2	0
DII079	DIREITO DO TRABALHO, NOVOS SUJEITOS DA PROTEÇÃO TRABALHISTA E TRABALHADORES SEM DIREITOS	DII041	30	0	36	2	0
DII080	LAWFARE	DII039	30	0	36	2	0
DII081	LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	DII033	30	0	36	2	0
PLI047	INTRODUÇÃO A LIBRAS	-	60	0	72	2	2

LEGENDA:

- **CHS/T** - Carga Horária Semestral Total
- **CHS/E** - Carga Horária Semestral Extensionista
- **CHA** - Carga Hora Aula
- **T** - Número de aulas teóricas semanais

- **P** - Número de aulas práticas semanais
- **PER** - Período

Quadro 8- Disciplinas eletivas do curso de Direito da UFOP de Ipatinga ofertadas pelo Departamento de Direito de Ouro Preto

CÓDIGO	DISCIPLINAS ELETIVAS	PRÉ-REQUISITO	CHS/T	CHS/E	CHA	AULAS	
						T	P
DIR778	DIREITOS INDIVIDUAIS TRABALHISTAS DAS PROFISSÕES REGULAMENTADAS	DII035	30	0	36	2	0
DIR779	DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E NOVAS PERSPECTIVAS SINDICAIS	DII035	30	0	36	2	0
DIR701	DIREITO ROMANO	-	30	0	36	2	0
DIR768	ARBITRAGEM JURÍDICA	DII017 DII015	30	0	36	2	0
DIR126	TÓPICOS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS	DII002	30	0	36	2	0
DIR772	DIREITO INTERNACIONAL ECONÔMICO	DII040	30	0	36	2	0
DIR150	DIREITO E LITERATURA	DII004	30	0	36	2	0
DIR731	CRIMINOLOGIA	DII019	30	0	36	2	0
DIR038	TÓPICOS EM DECOLONIALIDADE E PENSAMENTOS CONTRA-HEGEMÔNICOS	-	30	0	36	2	0
DIR051	ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR	-	30	0	36	2	0
DIR056	LIBERDADE DE EXPRESSÃO RESISTIDA	-	30	0	36	2	0
DIR057	TENDÊNCIAS DO ENSINO JURÍDICO	-	30	0	36	2	0
DIR058	AUTONOMIA NO EXERCÍCIO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	-	30	0	36	2	0
DIR059	TÓPICOS AVANÇADOS EM DIREITO DO CONSUMIDOR	-	30	0	36	2	0
DIR060	TÓPICOS EM RESPONSABILIDADE CIVIL	-	30	0	36	2	0
DIR062	DIREITO PROCESSUAL COLETIVO	-	30	0	36	2	0
DIR063	DIREITO DA EXECUÇÃO PENAL	-	30	0	36	2	0

LEGENDA:

- **CHS/T** - Carga Horária Semestral Total
- **CHS/E** - Carga Horária Semestral Extensionista
- **CHA** - Carga Hora Aula
- **T** - Número de aulas teóricas semanais
- **P** - Número de aulas práticas semanais
- **PER** - Período

Como destacado no Quadro 8, algumas das disciplinas eletivas ofertadas em Ouro Preto serão também oferecidas para o curso de Ipatinga. No mesmo sentido, o(a)s aluno(a)s de Ouro Preto poderão cursar as disciplinas eletivas, na modalidade EaD, oferecidas em Ipatinga. Em um segundo momento, com a consolidação do novo curso, a ideia é que tal integração se dê também no âmbito da extensão e da prática jurídica.

Em resumo, o curso possui um total de 100 disciplinas previstas para oferta em Ipatinga, nos termos do presente PPC (para mais informações, ver Apêndice F), sem prejuízo de eventuais acréscimos posteriores, sobretudo no âmbito das disciplinas eletivas, tão logo se forme integralmente o corpo docente efetivo do *campus* da UFOP em Ipatinga. Também poderá haver, no futuro, convergência e compartilhamento de disciplinas a distância entre os dois *campi*, Ouro Preto e Ipatinga, no que concerne às disciplinas jurídicas.

Cabe destacar que as DCNs previstas para o curso de Direito no Brasil dividem a formação jurídica em três eixos: *i)* Formação Geral (FG); *ii)* Formação Técnico-Jurídica (FTJ); e *iii)* Formação Prático-Profissional (FPP).

O eixo de FG é assim previsto nas DCNs de 2018, em seu artigo 5º, inciso I, página 3:

> Formação geral, que tem por objetivo oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação, abrangendo estudos que, em atenção ao PPC, envolvam saberes de outras áreas formativas, tais como: Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia.

Neste contexto, o presente PPC contempla todas as exigências e oferece dez disciplinas de formação geral. Já no eixo de FTJ, com o mesmo fundamento normativo, é previsto no artigo 5º, inciso II, página 3:

> Formação técnico-jurídica, que abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se, necessariamente, dentre outros condizentes com o PPC, conteúdos essenciais referentes às áreas de Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual; Direito Previdenciário, Direito Financeiro, Direito Digital e Formas Consensuais de Solução de Conflitos.

O presente PPC contempla todas as exigências e oferece 80 disciplinas de formação técnico-jurídica. Por fim, no eixo de terceiro eixo FPP, nos termos das DCNs, é previsto no artigo 5º, inciso III, página 3:

> Formação prático-profissional, que objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica e o TC, além de abranger estudos referentes ao letramento digital, práticas remotas mediadas por tecnologias de informação e comunicação.

O presente PPC contempla todas as exigências e oferece um total de dez disciplinas de formação prático-profissional. Não obstante, a divisão aqui representada, as disciplinas e atividades de caráter prático-profissional dão ênfase à solução de problemas concretos, que surgem a partir das demandas da sociedade mineira, em especial do Vale do Aço.

No mesmo sentido, embora se localizem as disciplinas na metade final do curso, as disciplinas de FTJ devem também considerar a solução de problemas concretos, e que consiste no cerne da atividade do(a) egresso(a). Até mesmo em disciplinas do eixo formativo é possível pensar sob a perspetiva dos problemas sociais, lecionar a partir deles e avaliar o(a)s aluno(a)s em seu contexto de vida, o que será viabilizado pelo curso de Direito da UFOP em Ipatinga.

O Quadro 9 destaca quais são as atividades (ATVs) do curso, que não são disciplinas, mas devem ser cumpridas pelo(a)s discentes, todas sob responsabilidade e gestão acadêmica do PPC.

Quadro 9 - Atividades obrigatórias do curso de Direito da UFOP de Ipatinga

CÓDIGO	ATIVIDADES	PRÉ-REQUISITO	CARÁTER	CHS	PER
ATV300	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais-Extensionistas (AACCE)	Ver regulamento no Apêndice B	Obrigatório	370	7
ATV100	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC)	Ver regulamento no Apêndice C	Obrigatório	90	9
ATV200	Estágio Externo	DII010, DII027 Ver regulamento no Apêndice D	Obrigatório	90	10
ATV400	Defesa de Trabalho de Curso	DII043 Ver regulamento no Apêndice E	Obrigatório	30	10

Em adição, a Tabela 8 sintetiza todos os componentes curriculares exigidos para a integralização do curso, enquanto a Tabela 9 faz a separação da carga horária a ser cursada pelo(a)s estudantes de Direito em, por semestre letivo.

Tabela 8 - Resumo da distribuição de carga horária do curso de Direito da UFOP do *campus* de Ipatinga

COMPONENTES CURRICULARES EXIGIDOS PARA A INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	CARGA HORÁRIA	
Disciplinas obrigatórias	2910	
Disciplinas eletivas	150	
Disciplinas optativas	60	
Estágio Externo - ATV200	90	
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) - ATV100	90	
Atividades Acadêmico-Científico-Cultural-Extensionista (AACCE) - ATV300	370	
Defesa de Trabalho de Curso - ATV400	30	
	Extensionista (Disciplinas + AACCE)	370
	Total	3700

Tabela 9 - Carga horária semestral planejada para o curso de Direito de Ipatinga

PER	CHS/T
1	300
2	300
3	300
4	330
5	330
6	300
7	700
8	300
9	420
10	420
TOTAL	3.700

Com base nas Tabelas 8 e 9 é possível afirmar que há um equilíbrio em relação à carga horária cursada ao longo do curso, exceto pelo sétimo período, que fica inflado artificialmente com 700 horas, considerando que é neste período em que está prevista a integralização das 370 horas de extensão do curso.

13 METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O curso de Direito da UFOP em Ipatinga será construído com a participação dialógica da comunidade acadêmica envolvida. Em relação à metodologia, esta deve ser pautada em uma perspectiva ativa e edificada de modo participativo e problematizado, com a busca pela

adoção de técnicas plurais de ensino, afastando-se dos rigores epistemológicos predefinidos, tradicionais ou não.

A adoção de metodologias ativas permite ao discente ser o protagonista no processo de ensino-aprendizado e fomenta a formação de uma visão crítica dos problemas emergentes e interdisciplinares inerentes ao contexto jurídico atual. Portanto, a construção e definição participativa de técnicas e métodos, o uso de tecnologia de informação, a conjugação de aulas expositivas e práticas, e o desenvolvimento de competências transversais baseadas em problemas reais visam a preparação do(a) discente para o trabalho com a diversidade do direito e com novos modelos jurídicos materiais e decisórios interdisciplinares.

Portanto, o curso de Direito da UFOP em Ipatinga pretende se valer de práticas pedagógicas que estimulem a ação discente em uma relação que combine a teoria e a prática. A perspectiva que aqui se propõe é de se romper com o planejamento isolado do contexto social e adotar visões de intervenção na realidade com a intenção de transformá-la em uma sociedade mais justa e solidária, sendo, portanto, inovadora na medida em que proporciona aprendizagem diferenciada dentro da área jurídica.

Dessa forma, o saber é socializado com ampla autonomia discente em sua articulação e aplicação por meio da construção e participação ativa do(a)s estudantes. Para tanto, oferece e incentiva ao(a) discente o uso de ferramentas tecnológicas no ensino-aprendizado.

13.1 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem

A UFOP, em um investimento institucional, inseriu ferramentas tecnológicas em seu acervo, de modo a permitir o desenvolvimento de novas metodologias de ensino e aprendizagem que podem ser utilizadas também na educação jurídica. Essas ferramentas estão disponíveis ao(a)s discentes, desde o ingresso no curso, com acesso irrestrito e incentivado a qualquer hora e lugar, com acessibilidade digital e comunicacional.

As ferramentas principais são a plataforma Moodle, a oferta de aplicativos do Google vinculados ao Gsuite, o emprego do site professor.ufop.br, o uso de ferramentas avançadas de pesquisa a repositórios digitais de dados e literatura jurídica na biblioteca *on-line*. Essas ferramentas possibilitam a utilização de metodologias ativas de ensino aprendizado, tais como o ensino híbrido (*Blended Learning*), gamificação, *Mobile Learning*, *Flipped Classroom*, *Hands on* e aprendizado baseado em problemas (ABP).

Essa diversidade de possibilidades e estratégias de ensino devem ser avaliadas pelo(a)s docentes numa tentativa de selecionar, para cada conteúdo trabalhado em sala de aula, qual é aquele que melhor se adequa ao conteúdo trabalhado e também que ajude no aprendizado

do(a)s estudantes. Assim, o uso destas diferentes metodologias de ensino-aprendizagem tendem a facilitar a comunicação entre professore(a)s e aluno(a)s, e cria espaços de continuidade do aprendizado para além da sala de aula.

13.2 Metodologias ativas

O curso de Direito tem como foco possibilitar uma formação teórica, prática e profissional na área jurídica, assegurando ao(a) graduando(a) os meios adequados para o enfrentamento dos desafios socioeconômicos locais, das questões relativas ao meio ambiente em suas várias dimensões, dos fenômenos jurídicos nacionais e internacionais e das competências profissionais emergentes. Nesse sentido, aliando a teoria à prática, este PCC tem como objetivo fomentar a aprendizagem autônoma e dinâmica, em um processo de capacitação do(a) graduandos para o enfrentamento dos problemas interdisciplinares com os quais ele(a) irá se deparar durante seus estudos, e após, no desenvolvimento de sua profissão jurídica.

São sugestões de metodologias ativas que podem ser utilizadas pelo curso de Direito da UFOP em Ipatinga:

- Aprendizagem baseada em resolução de problemas;
- Sala de aula invertida: propondo e possibilitando ao graduando acesso a conteúdos adicionais para estudo, transformando a sala de aula em um espaço mais dinâmico, dedicado a discussões e resolução de problemas reais ou simulados;
- Metodologia de *Hands on*: ofertando ao(a)s graduando(a)s a possibilidade de aprendizado por meio da criação de atividades simuladas inerentes ao mundo jurídico, tais como audiências simuladas, redação de contratos, montagem simulada de processos, entre outras;
- Recursos de *Mobile Learning*: com a disponibilização de recursos acessíveis por meio de *smartphones* e *tablets*, seja pelo moodle, aplicativos do google ou pela biblioteca *on-line*. Essas ferramentas tecnológicas estão disponíveis aos discentes desde o ingresso no curso com acesso irrestrito e incentivado a qualquer hora e lugar, com acessibilidade digital e comunicacional.

A utilização dessas metodologias permitirá ao(a) graduando(a) planejar e questionar a teoria e aprender sem necessariamente ter que receber determinações e orientações prontas, possibilitando a formação de profissionais pesquisadores que confrontam sempre teoria e prática. Promove-se, dessa forma, a prática do planejamento democrático por meio do qual o

estudante tem o seu saber valorizado, sem que o docente tenha que ser, sempre e necessariamente, o centro do processo de ensino-aprendizagem.

14 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem deve ser compreendida como uma reflexão crítica sobre a aprendizagem, que funciona como ponto de partida para novas estratégias de planejamento de ensino. Trata-se, portanto, de um processo contínuo e democrático que não deve visar exclusivamente o resultado nem ter caráter punitivo.

14.1 Concepção de avaliação do curso e papel de discentes e docentes

A avaliação da aprendizagem é fundada na integração dos objetivos, da concepção e das competências do(a) egresso(a) do curso de Direito da UFOP de Ipatinga, assegurando ao(a) estudante, para além da obtenção de um resultado de aproveitamento dos estudos, a proposta essencial de uma consolidação gradativa de sua formação teórica e prática na área jurídica para o enfrentamento dos desafios humanos, sociais, ambientais e econômicos, bem como dos fenômenos jurídicos em suas várias dimensões.

Os processos de avaliação devem priorizar, sempre, nas ferramentas avaliativas utilizadas, a realização dos ideais democráticos da liberdade, da dignidade, da justiça e da solidariedade que fundam a sociedade brasileira. Nesta linha, a avaliação da aprendizagem deve ser compreendida como uma reflexão crítica sobre a aprendizagem, desprendida de qualquer conotação sancionadora e funcionando como ponto de partida para novas estratégias de planejamento de ensino.

14.2 Estratégias de avaliação e formas de aprovação

A avaliação do aproveitamento escolar deve seguir as regras estabelecidas pelo Congrad ou órgão superior equivalente na UFOP, o que inclui os instrumentos avaliativos, as formas de avaliação e os direitos e deveres do(a)s discentes e docentes nos processos avaliativos.

O(A)s docentes que ofertarem componente curriculares para o curso de Direito da UFOP em Ipatinga deverão prever expressamente no Plano de Ensino de cada disciplina a natureza dos trabalhos escolares para efeitos de avaliação, podendo constar de provas escritas e orais, dissertações, exercício de aplicação, trabalhos práticos de laboratório ou campo, relatórios, exercícios gráficos, pesquisas bibliográficas, estágios, projetos, seminários ou outros similares, por exemplo. O Plano de Ensino de uma disciplina é um documento

obrigatório na UFOP que deve ser apresentado pelo(a) professor(a) no primeiro dia de aula da disciplina ministrada.

Os trabalhos escolares observarão os contornos fixados pelas DCNs de graduação em Direito, priorizando a interdisciplinaridade e a articulação de saberes. Prioritariamente as avaliações contemplarão as perspectivas formativas de FG, FTJ e FPP.

As avaliações serão procedidas por meio de testes tradicionais, autoavaliações, seminários, trabalhos individuais e em grupo, simulações de situações judiciais e administrativas, apresentações em público e debates com colegas, participação em exames simulados de ordem e concursos. Tais atividades devem ser acessíveis, contando, quando necessário, com a colaboração do setor responsável pelas políticas de acessibilidade e inclusão, a Cain.

Cada período letivo poderá ser dividido em subperíodos, sendo que, em cada um, haverá, pelo menos, um trabalho escolar para verificação do aproveitamento. A cada trabalho escolar será atribuída uma só nota, na escala de zero a dez, inclusive frações com aproximações de um décimo, arredondando-se para mais os valores iguais ou acima de cinco centésimos e desprezados os inferiores.

Deve ser respeitado o limite mínimo de frequência de setenta e cinco por cento, para disciplinas oferecidas na modalidade presencial, sendo considerado aprovado(a) na disciplina o(a) aluno(a) que obtiver média igual ou superior a seis. Se a média for inferior a seis, atendida a exigência de frequência mínima, será concedida a oportunidade de realização de um Exame Especial, do qual o(a) estudante tem uma segunda oportunidade de conseguir a média mínima de seis pontos para a sua aprovação.

Os Exames Especiais e outras formas de avaliação que, porventura, substituem algum componente curricular que um(a) estudante perdeu ao longo do semestre, deverão ser aplicados, obrigatoriamente, conforme as regras institucionais vigentes.

O número e a natureza dos trabalhos escolares e a forma de aferi-los serão explícitas no Plano de Ensino do(a/os/as) professor(a/es/as) responsável(is), e que carece de aprovação do Departamento ou setor responsável pela oferta da disciplina para o curso, antes do início das aulas da disciplina. Os trabalhos escolares serão realizados nos horários de aulas das respectivas disciplinas, sempre que o número de aluno(a)s e a natureza dos trabalhos o permitirem.

Cada professor(a) responsável pela disciplina deverá preencher junto ao sistema MinhaUFOP[34] o formulário de controle acadêmico, informando a média final obtida pelo(a) aluno(a), apurada ao final do período escolar, bem como o resultado da apuração da frequência às atividades acadêmicas, considerando os prazos previstos no Calendário Acadêmico.

A apuração da frequência dos alunos é obrigação do(a) professor(a), não sendo lançada no formulário de controle acadêmico apenas as faltas justificadas que estiverem previstas nas normativas da UFOP vigentes.

15 AVALIAÇÕES PROMOVIDAS PELO CURSO

O curso de Direito do *campus* de Ipatinga, assim como os demais cursos da UFOP, devem desenvolver estratégias e formas de avaliação da qualidade do curso, seja considerando os *feedbacks* dos estudantes regularmente matriculados no curso, em análises e debates organizados pelo colegiado e NDE, ou por meio de instrumentos de levantamento de dados junto ao(a)s estudantes egresso(a)s do curso.

Há também alguns mecanismos de avaliação dos cursos, que são criados para demandas específicas, como o caso do curso de Direito de Ouro Preto e Ipatinga que possuem um grupo de acompanhamento dos desempenho do(a)s estudantes no Exame da OAB.

15.1 Pesquisa com egresso(a)s

Entende-se por egresso(a) o(a) estudante tenha concluído integralmente e colado grau no curso de Direito de Ipatinga da UFOP. Neste sentido, a pesquisa com egresso(a)s é um importante procedimento de avaliação do curso, ao mesmo tempo em que se destina à integração entre ex-aluno(a)s e comunidade acadêmica, à percepção do grau e do modo de inserção da UFOP na sociedade, bem como ao levantamento e análise de informações necessárias e úteis ao planejamento de ações de correção de distorções e de fortalecimento de abordagens que possam ocorrer desde a confecção até o desenvolvimento do PPC.

A pesquisa com egresso(a)s busca reunir dados e informações suficiente à avaliação das práticas pedagógicas e alinhamento do curso, de modo a:

- averiguar a adequação das abordagens teóricas e dos valores do PPC em relação à inserção regional do curso e às demandas profissionais;
- acompanhar a trajetória profissional do(a)s egresso(a)s, para que seja viável examinar os principais setores econômicos e áreas de atuação;

[34] Universidade Federal de Ouro Preto. **Sistema MinhaUFOP**. Disponível em: <https://www.minhaufop.ufop.br/minhaufop/login>. Acesso em: 03 de jul. de 2025.

- aferir fatores de facilitação e de dificuldade de ingresso no mercado de trabalho, para que se proponham estratégias correlatas a possível suporte profissional;
- promover a aproximação do(a)s egresso(a)s com os ingressos, como forma de inspiração e de interlocução para a transformação continuada do curso;
- identificar lacunas de formação, para posterior integração de novas competências e habilidades; refletir sobre o projeto pedagógico, especialmente no que respeita ao currículos e aos programas de disciplinas, conforme o perfil efetivo do(a) egresso(a).

No caso do curso de Direito do *campus* Ipatinga, pesquisa com egresso(a)s deverá ser executada a partir de estratégias conjuntas do colegiado, NDE e a CPFP, entre as quais é importante incluir:

- um canal corrente de comunicação com o(a)s egresso(a)s;
- realização de palestras, rodas de conversas e eventos com egresso(a)s;
- a atualização de contatos do(a)s discentes egresso(a)s na iminência de conclusão do curso;
- o envio de formulários eletrônicos para levantamento das experiências profissionais do(a)s egresso(a)s, bem como sobre o mercado de trabalho;
- um mecanismo de acompanhamento do(a) egresso(a), especialmente, na fase inicial de sua carreira jurídica, com vistas a prestar-lhe o apoio possível e a compreender suas principais dificuldades e habilidades;
- um canal permanente para divulgação dos resultados das pesquisas com egresso(a)s, considerando a disponibilização de informações como o grau de satisfação com o curso, inserção regional, trajetória profissional, formação complementar, área de atuação, setor da economia, lacunas de abordagem.

Considerando a existência de outro curso de Direito na UFOP, no *campus* Ouro Prerto, é importante que as estratégias relacionadas a análise do do perfil do(a)s egresso(a)s seja pensado de forma conjunta, com mesmo conteúdo e periodicidade, visando propiciar, inclusive, análises de particularidades locais e regionais de formação do(a) egresso(a) de Direito da UFOP.

15.2. Grupo de acompanhamento do desempenho no Exame da OAB

Boa parte do(a)s bacharéis em Direito formados no Brasil se submetem ao Exame de Ordem, que é requisito obrigatório ao exercício da Advocacia sob a tutela da OAB. O Exame, tem, também, como objetivo servir como um termômetro para a avaliação da qualidade de oferta dos cursos de Direito no Brasil.

Considerando o desempenho de excelência que o curso de Direito da UFOP de Ouro Preto tem obtido no Exame da OAB, é de se esperar que, ao se inspirar no PCC de Ouro Preto para a elaboração do PPC de Direito da UFOP em Ipatinga, se tenha uma formação sólida e qualificada capaz de proporcionar um resultado similar em relação ao desempenho no Exame.

Para ajudar neste processo, um grupo de acompanhamento do Exame de Ordem, vinculado à CPFP será criado em Ipatinga, dentro da estrutura do NPJ/UFOP/Ipatinga. O grupo terá como meta apoiar, acompanhar e promover debates internos ao curso sobre a importância de se obter um bom desempenho no Exame de Ordem, tanto para o sucesso individual quanto institucional, observando sempre as normas institucionais, as competências dos órgãos internos e a autonomia docente.

Ao cumprir os objetivos do grupo a UFOP terá como realizar um acompanhamento, permanentemente, dos resultados de cada Exame de Ordem realizado, o que permite o levantamento de dados e uma avaliação consistente do desempenho do(a)s acadêmico(a)s e egresso(a)s da UFOP nessa importante fase de sua trajetória acadêmico-profissional.

16 AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS

Para avaliar o desempenho institucional de seus cursos, a UFOP se utiliza de diferentes estratégias, que, somadas, permitem ajudar no processo de acompanhamento e levantamento de dados com foco na melhoria dos processos de gestão acadêmica das atividades de ensino, pesquisa e extensão, ao longo do tempo.

Os dados gerados por meio desses levantamentos são usados como base para a melhoria das normas institucionais, criação de programas e projetos específicos para melhoria da qualidade no ensino superior na instituição, em especial, em temas que dizem respeito aos índices de aprovação e reprovação, evasão, diplomação, por exemplo. Além disso, os dados também são continuamente usados pelos colegiados e NDEs dos cursos de graduação para pensar em políticas e criar regras capazes de assegurar o pleno funcionamento dos cursos, com base nas DCNs e diretrizes dos PPCs.

São exemplos de avaliações institucionais que se estendem a todos os cursos de graduação da UFOP, a pesquisa de desenvolvimento de disciplinas, realizada em cada semestre letivo, as ações e trabalhos da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e os trabalhos desenvolvidos pelos NDEs ao longo do tempo.

16.1 Pesquisa de desenvolvimento de disciplinas da graduação

Semestralmente, após o fim do semestre letivo, todas as disciplinas dos cursos de graduação da UFOP são submetidas a um sistema de avaliação interna, conhecido como Pesquisa de Desenvolvimento de Disciplinas da Graduação (PDDG)[35]. A PDDG é um instrumento de avaliação institucional que foi elaborado e é acompanhado pela equipe do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da UFOP, órgão vinculado diretamente à Prograd.

A PDDG se baseia na aplicação de questionários eletrônicos, respondidos por discentes e docentes que atuaram nos cursos em cada semestre, com foco em oferecer ao(a)s docentes e gestore(a)s da UFOP um diagnóstico sobre a prática docente no âmbito do ensino de graduação, considerando aspectos quantitativos e qualitativos. A ideia é que estes instrumentos de avaliação sejam um espaço de trocas de experiências, socialização e discussão periódica dos resultados obtidos nas disciplinas de graduação e que ofereçam subsídios para tomadas de decisão no âmbito dos colegiados de curso, e departamentos.

A participação do(a)s discentes e docentes nestes instrumentos de avaliação são voluntárias, porém tem sido constantemente incentivadas pelo NAP, o que tem gerado um aumento gradativo e importante no número de respostas aos questionários. Como resultado, o NAP divulga um conjunto de relatórios, por departamento, para toda comunidade acadêmica e questões específicas e individuais são repassadas diretamente aos setores e o(a)s professore(a)s responsáveis pelas disciplinas no semestre.

Essa iniciativa de divulgação dos resultados, tanto individuais quanto coletivos, tem como foco promover um processo de reflexão e retorno sobre as práticas docentes na instituição, visando a melhoria das metodologias de ensino-aprendizagem adotadas em cada componente curricular e o direcionamento de ações de aperfeiçoamento permanente.

16.2 Comissão própria de avaliação

A UFOP possui uma Comissão Própria de Avaliação (CPA)[36], à qual compete a construção e o acompanhamento de propostas e mecanismos de autoavaliação institucional, conforme o disposto no Art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (Brasil, 2004a), que lhe confere as "atribuições de condução dos processos de avaliação internos [...], de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP" (Brasil, 2004a) no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

---

[35] Universidade Federal de Ouro Preto. **Pesquisa de Desenvolvimento de Disciplinas da Graduação**. Disponível em: <https://www.prograd.ufop.br/%3Cnolink%3E/pesquisa-de-desenvolvimento-de-disciplinas-da-graduacao>. Acesso em: 26 de jun. de 2025.

[36] Universidade Federal de Ouro Preto. **Comissão Própria de Avaliação**. Disponível em: <https://cpa.ufop.br/>. Acesso em: 26 de jun. de 2025.

A CPA está regulamentada na UFOP por meio das Resoluções CEPE nº 2.680, de 02 de fevereiro de 2005 (UFOP, 2005a), que aprova o seu regimento geral no âmbito da UFOP. A CPA é um órgão que mantém contato com todos os segmentos da comunidade acadêmica, interna e externa, e procura realizar um diagnóstico permanente das atividades curriculares e extracurriculares, a fim de verificar se atendem às necessidades da sociedade e dos cursos, propor mudanças nos PPCs, e ouvir as demandas de discentes e docentes.

No âmbito dos cursos de graduação compete ao NDE e ao colegiado do curso a elaboração de ações em sintonia com os apontamentos da CPA, que visem ao aperfeiçoamento das ferramentas de autoavaliação, dedicando especial atenção aos resultados obtidos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

16.3 Avaliações promovidas pelo NDE

Entre as atribuições do NDE, destaca-se o acompanhamento contínuo e sistemático do PPC do curso. A análise das ações vêm sendo desenvolvidas e implementadas em atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como na elaboração de sugestões que permitam o aperfeiçoamento e a sua atualização do PPC, quando necessário.

O processo de acompanhamento do NDE deve envolver discentes e docentes na realização de reuniões, encontros e oficinas, tendo em mente o aprimoramento contínuo do planejamento do curso, observando-se as mudanças nas áreas de conhecimento por ele contempladas, a articulação do projeto com as necessidades locais e regionais, as novas demandas do mundo do trabalho, o cumprimento e a revisão dos objetivos formativos e do perfil profissional do(a) egresso(a).

Tal como previsto nas normativas do Sinaes, o PPC do curso de Direito do *campus* de Ipatinga deverá passar por um novo processo avaliativo, considerando um ciclo de três anos, a contar da aprovação do PPC.

17 AVALIAÇÕES EXTERNAS

As avaliações externas à UFOP têm como normatização básica a Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sinaes. Os instrumentos de avaliação adotados se baseiam em informações que permitam contextualizar a IES, o curso, e os eixos, dimensões, indicadores e critérios de análise dos cursos definidos pelo MEC, para pleno funcionamento dos cursos de graduação do Brasil.

Em se tratando de cursos novos ofertados pelas Universidades Federais, como é o caso do curso de Direito da UFOP em Ipatinga, há uma portaria do MEC autorizando o

funcionamento do curso, e, posteriormente, já com o curso em funcionamento, haverá uma visita do MEC para avaliação e reconhecimento do curso.

A avaliação para autorização considera três dimensões do curso quanto à adequação ao projeto proposto: *i)* a organização didático-pedagógica; *ii)* o corpo docente e técnico-administrativo e *iii)* as instalações físicas. Já a avaliação para reconhecimento ocorre quando a primeira turma do curso novo entra na segunda metade do curso para verificar se foi cumprido o projeto apresentado para autorização. Por fim, a avaliação para renovação de reconhecimento é feita de acordo com o ciclo do Sinaes, a cada três anos.

Com base nestas avaliações é calculado o Conceito Preliminar do Curso (CPC) que avalia o curso em uma escala de 1 a 5. Para o cálculo, são considerados o Conceito Enade (nota do curso na avaliação), o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), tendo como base a nota do Enem, dados sobre o corpo docente (informações do Censo Superior sobre o percentual de mestres, doutores e do regime de trabalho deste(a)s profissionais) e o Questionário do Estudante, que reflete a percepção do(a)s estudantes sobre o curso e seu processo formativo na instituição.

Além da avaliação dos cursos, as IES também são avaliadas pelo indicador de qualidade, denominado Índice Geral de Cursos (IGC), que considera, em sua composição, a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado). Todos esses indicadores de avaliação são expressos em cinco níveis, conceitos de 1 a 5, em que os níveis iguais ou superiores a 3 indicam qualidade satisfatória do curso e da instituição.

Em suma, os resultados da avaliação a ser realizada pelo MEC se baseiam no referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior no Brasil, o que compreende o credenciamento e a renovação de credenciamento d/as instituições, bem como a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Há também outros tipos de avaliação externa como o caso do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e, a depender do curso, avaliações vinculadas a conselhos de classe e que se associam com a atuação do(a)s profissionais egresso(a)s dos cursos no mercado de trabalho. No caso do curso de Direito há a avaliação promovida pela OAB, Exame de Ordem, e o Selo OAB Recomenda.

17.1 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

O INEP conduz todo o sistema de avaliação de cursos superiores no Brasil, considerando questões associadas ao ensino, pesquisa e extensão, subsidiado pela prova do Enade e pelas avaliações realizadas pelas comissões de especialistas.

Entre os itens avaliados pelo Enade, o desempenho do(a)s estudantes concluintes do curso em questões de conhecimentos gerais e específicos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e recursos disponíveis para a comunidade acadêmica. A ideia é que os resultados do Enade, complementados pelos outros critérios e instrumentos de avaliação externa possibilitem traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no Brasil.

Como resultado, cada curso recebe uma nota, contínua e outra integral, de 1 a 5 que corresponde ao Conceito Enade. A nota é calculada para cada curso, tendo como unidade de observação a IES, o município da sede do curso e a área de avaliação. Utiliza-se uma média ponderada da nota padronizada do(a)s estudantes concluintes, que realizaram as provas de formação geral (25% da nota) e de componente específico (75% da nota).

17.2 Exame de Ordem e Selo OAB Recomenda

Como já mencionado anteriormente no PPC, boa parte do(a)s bacharéis em Direito que são formados no Brasil realizam o Exame de Ordem, para poderem atuar de forma plena no exercício da Advocacia, sendo também o resultado deste exame um instrumento de avaliação para os cursos de Direito das IES. Além disso, há também o chamado Selo OAB Recomenda, que se vincula ao resultado do Exame e confere destaque e prestígio às instituições de ensino superior que ofertam o curso de Direito.

Esse selo da OAB combina também o resultado do Enade vinculado o(a)s estudantes e cursos de Direito que passaram por esta avaliação. Assim, o selo pode ser visto como uma forma de reconhecimento público da qualidade dos cursos de graduação em Direito, o que tende a influenciar às pessoas na escolha do curso e da IES que o(a)s potenciais estudantes irão querer estudar.

18 APOIO AOS DISCENTES

O PPC do curso de Direito da UFOP do *campus* de Ipatinga, assim como os demais cursos de graduação da UFOP, prevê três itens em relação ao apoio fornecido aos seus discentes: *i)* acompanhamento acadêmico institucional; *ii)* acompanhamento acadêmico do curso e *iii)* assistência estudantil.

18.1 Acompanhamento acadêmico institucional

O processo de acompanhamento acadêmico do(a)s discentes do curso de Direito da UFOP em Ipatinga ocorre, de forma mais próxima, pela coordenação e o NDE do curso. De forma complementar, a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (Prace)[37] é o órgão responsável por proporcionar as condições de assistência, acesso e permanência ao(a)s estudantes da UFOP, garantindo-lhes, assim, bem-estar psicossocial e desenvolvimento humano harmonioso durante a sua formação.

Entre as ações voltadas para o acompanhamento acadêmico do(a)s estudantes pode-se citar o Programa de Acompanhamento Acadêmico[38] da UFOP, com foco no acompanhamento acadêmico dos estudantes da UFOP, em especial àquele(a)s em situação de baixo rendimento acadêmico.

Além disso, a Prograd oferece também um programa de Auxílio à Participação em Eventos[39], que estimula a participação de estudantes em eventos acadêmico-científico-culturais (congressos, seminários, oficinas, jornadas, exposições), dando prioridade àquele(a)s que tenham trabalhos acadêmicos aceitos para apresentação e/ou publicação, bem como programas de Monitoria[40] e de Tutoria[41], com o propósito de proporcionar um nivelamento acadêmico, por meio de atividades de reforço escolar orientadas pelo(a)s docentes, atendendo especialmente as disciplinas com alto índice de retenção ou abandono.

Quanto ao atendimento educacional especializado, considerando o disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), destaca-se o papel da Cain da UFOP, cujas atividades e práticas tem o propósito de fornecer condições de permanência ao(a)s estudantes público-alvo da educação inclusiva, isto é, às pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação, bem como aos(às) estudantes surdos e com deficiência auditiva.

---

[37] Universidade Federal de Ouro Preto. **Pró-reitoria de assuntos comunitários e estudantis.** Disponível em: <https://prace.ufop.br/>. Acesso em: 28 de jun. de 2025.

[38] Universidade Federal de Ouro Preto. **Programa de Acompanhamento Acadêmico**. Disponível em: <https://prace.ufop.br/assistencia-estudantil/orientacao-estudantil/programa-de-acompanhamento-academico>. Acesso em: 28 de jun. de 2025.

[39] Universidade Federal de Ouro Preto. **Auxílio Eventos**. Disponível em: <https://www.prograd.ufop.br/%3Cnolink%3E/auxilio-eventos-0>. Acesso em: 28 de jun. de 2025.

[40] Universidade Federal de Ouro Preto. **Monitoria**. Disponível em: <https://www.prograd.ufop.br/%3Cnolink%3E/monitoria>. Acesso em: 28 de jun. de 2025.

[41] Universidade Federal de Ouro Preto. **Tutoria**. Disponível em: <https://www.prograd.ufop.br/%3Cnolink%3E/tutoria>. Acesso em: 28 de jun. de 2025.

O trabalho realizado pela Cain é feito em parceira com o colegiado e o(a)s docentes vinculados aos cursos, em cada semestre, buscando auxiliar na preparação e confecção de material didático, na adequação de linguagens e na reflexão sobre critérios de avaliação, tendo como horizonte a eliminação das barreiras de acessibilidade e a promoção da inclusão.

18.2 Acompanhamento acadêmico do curso

No âmbito do curso de Direito do *campus* de Ipatinga, cabe ao colegiado e ao NDE fornecerem apoio acadêmico ao(a)s estudantes, acompanhando-o(a)s coletiva e individualmente, observando problemas de frequência, desempenho, desligamento e evasão, entre outros, e propondo estratégias de superação desses problemas. Um dos procedimentos a serem realizados sistematicamente no curso é a recepção integrada do(a)s calouro(a)s de todos os cursos de Ipatinga a cada semestre letivo.

Essa recepção integrada funciona como um cartão de boas-vindas ao(a)s novo(a)s estudantes, momento do qual são ofertadas palestras ministradas por representantes da Administração Central, a Direção da unidade, coordenadore(a)s dos cursos, entidades estudantis, e outras associações da cidade de Ipatinga. Para além das palestras, é comum neste de recepção ter visitas guiadas pelo *campus*, visando apresentar o espaço físico da instituição e seus diversos ambientes de estudo e convivência: biblioteca, laboratórios, entre outros locais.

Em relação às ações voltadas para o(a)s estudantes veterano(a)s, vale mencionar também a oferta de turmas especiais para disciplinas com alto índice de reprovação, de forma que se possam empregar recursos didáticos mais condizentes com as dificuldades evidenciadas por alguns estudantes e fornecer-lhes acompanhamento mais particularizado.

Em adição, o colegiado do curso de Direito da UFOP em Ipatinga realizará também encontros periódicos com o(a)s estudantes buscando a orientação e o acompanhamento da sua vida acadêmica. No início de cada período, será preparada uma reunião para apresentação das diretrizes do curso, descrevendo o papel do colegiado e promovendo a compreensão sobre as normas e procedimentos a serem seguidos pelos estudantes durante a permanência na UFOP.

Haverá também reuniões de orientação com o(a)s estudantes em situação de risco de desligamento, com a finalidade de entender as dificuldades de seus projetos de estudo e para realizar um planejamento curricular individualizado. A evasão discente será sempre avaliada em conjunto com a Prograd, criando-se estratégias pontuais para a sua compreensão e para ajustamentos úteis.

Ademais, o colegiado implementará atendimentos individuais com ingressantes oriundos de processos de transferência e de ocupação de vagas destinadas a portadores de diploma de graduação, com o objetivo de estabelecer um programa acadêmico para otimizar a integralização do curso.

Outra iniciativa de acompanhamento do(a)s estudantes diz respeito aos procedimentos de apoio e a elucidação de dúvidas por meio da CPFP, importante ação que formata e assiste a supervisão do estágio curricular e a preparação para o Exame de Ordem.

Em resumo, pode-se dizer que o processo de apoio ao(a)s discentes no curso, conforme a sua estrutura institucional, tem os seguintes objetivos:

- Equalizar oportunidades ao(a)s estudantes em condições socioeconômicas desfavoráveis;
- Inclusão efetiva do(a)s estudantes com deficiência, mediante programas ou iniciativas adaptadas a sua situação;
- Viabilizar a todo(a)s o acesso de natureza psicossocial e socioeducativo para facilitar e acompanhar a sua integração à vida universitária;
- Proporcionar a(a)o estudante de baixa renda um ambiente de desenvolvimento humano fundado na solidariedade e na cidadania, assegurando-lhe condições de acesso e permanência a uma formação universitária de qualidade;
- Promover a redução dos índices de evasão e retenção;
- Primar o respeito aos padrões técnicos, pela eficiência e celeridade nas execuções e avaliações das situações individuais;
- Zelar pela transparência na utilização dos recursos e critérios de atendimento.

18.3 Assistência estudantil

Dentre as ações continuadas de assistência estudantil promovidas pela Prace pode-se citar os programas de concessão de bolsas[42], que visam facilitar o acesso à alimentação, moradia e complementação financeira concedidos para o custeio de despesas básicas dos estudantes assistidos, para que eles tenham condições de permanecer na UFOP e se dedicar à vida acadêmica.

A participação nos programas de bolsas está condicionada a avaliação socioeconômica do(a) estudante de acordo com seu nível de classificação. A UFOP proporciona ao(a)s estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação e pós-graduação

[42] Universidade Federal de Ouro Preto. **Bolsas de assistência estudantil.** Disponível em: <https://prace.ufop.br/assistencia-estudantil/bolsas-0>. Acesso em: 28 de jun. de 2025.

(sem bolsa acadêmica) dos *campi* Ouro Preto, Mariana e João Monlevade duas modalidades de bolsas: *i)* bolsa de alimentação, que em por objetivo proporcionar acesso subsidiado aos Restaurantes Universitários (RU) e *ii)* bolsa permanência, que possui natureza social e tem por finalidade conceder aos estudantes suporte financeiro para sua permanência no curso.

A UFOP oferece, também, a oportunidade de habitação em moradia universitária a estudantes de graduação e pós-graduação nos *campi* Ouro Preto e Mariana. Em João Monlevade é ofertado o auxílio moradia ao(a)s estudantes de graduação presencial, pelo fato de não haver moradia estudantil da UFOP na cidade.

Todas essas modalidades de apoio estudantil também serão asseguradas ao(a)s estudantes de todos os cursos de Ipatinga, considerando os mesmos critérios e condições adotados nos demais *campi*.

Para além das questões voltadas para o oferecimento de bolsas, a Prace também possui programas e projetos de orientação estudantil, que consiste em conjunto de ações que estimulam a integração do estudante ao contexto universitário, levando em consideração os aspectos pedagógicos, acadêmicos e psicossociais, a citar:

- Projetos Bem-vindo Calouro (BVC)[43] e UFOP Acolhe[44]: visa a realização de ações focadas na recepção e acolhimento de estudantes ingressantes na UFOP.
- Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência (Pidic)[45] destina-se a implementar atividades de ações afirmativas no âmbito da UFOP de forma articulada ao ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento e ampliação das condições de permanência.
- Programa de Desenvolvimento Social e Acadêmico (Prodesa)[46]: visa promover o desenvolvimento social e o aprimoramento na formação acadêmica de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

---

[43] Universidade Federal de Ouro Preto. **Bem-vindo Calouro.** Disponível em: <https://prace.ufop.br/assistencia-estudantil/orientacao-estudantil/projeto-bem-vindo-calouro>. Acesso em: 28 de jun. de 2025.

[44] Universidade Federal de Ouro Preto. **Programa UFOP Acolhe.** Disponível em: <https://www.prograd.ufop.br/%3Cnolink%3E/projeto-ufop-acolhe>. Acesso em: 28 de jun. de 2025.

[45] Universidade Federal de Ouro Preto. **Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência**. Disponível em: <https://prace.ufop.br/assistencia-estudantil/orientacao-estudantil/programa-de-incentivo-diversidade-e-convivencia-pidic>. Acesso em: 28 de jun. de 2025.

[46] Universidade Federal de Ouro Preto. **Programa de Desenvolvimento Social e Acadêmico**. Disponível em: <https://prace.ufop.br/assistencia-estudantil/orientacao-estudantil/programa-de-desenvolvimento-social-e-academico-prodesa>. Acesso em: 28 de jun. de 2025.

- Programa de Apoio à Maternidade e Universidade (ManU)[47]: tem como objetivo oferecer apoio às estudantes dos cursos de graduação presencial da UFOP que são mães.

Além das ações promovidas pela Prace, há também outras ações e programas institucionais que ofertam bolsas que ajudam no processo de motivação, formação no âmbito do ensino pesquisa e extensão, e a permanência dos estudantes nos cursos de graduação, como os exemplo de:

- Programas de Iniciação Científica (IC)[48]: cujo propósito é oportunizar ao(a)s estudantes de graduação, a experiência de iniciação à pesquisa em diferentes áreas do conhecimento, o desenvolvimento do pensamento científico e a preparação, para os cursos de pós-graduação;
- Programas, projetos, cursos, ações e atividades de extensão[49]: cujo propósito é aproximar o(a)s estudantes da comunidade em que estão inseridos, bem como ajudar na solução de problemas reais da sociedade.
- Bolsas de de Desenvolvimento Institucional[50]: conceção de bolsas para apoio e assessoramento em atividades administrativas que ajudem a atender os objetivos do PDI da UFOP.
- Programa Pró-Ativa[51]: cujo objetivo é contribuir para a melhoria do ensino de graduação, por meio de propostas de aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, elaboração e organização de materiais para as disciplinas, e iniciativas para redução dos índices de reprovação e evasão nos cursos.

19 CAPACITAÇÃO DO CORPO DOCENTE

O corpo docente da UFOP do *campus* Ipatinga, assim como os demais *campi* da universidade, quando do preenchimento completo do seu quadro de pessoal, será formado, majoritariamente, por professore(a)s doutores, efetivos, em regime de trabalho de 40 horas semanais e dedicação exclusiva, admitidos via concursos públicos de provas (escrita, didática

[47] Universidade Federal de Ouro Preto. **Programa de Apoio à Maternidade e Universidade - ManU**. Disponível em: <https://prace.ufop.br/programa-de-apoio-maternidade-e-universidade-manu>. Acesso em: 28 de jun. de 2025.
[48] Universidade Federal de Ouro Preto. **Iniciação Científica**. Disponível em: <https://propp.ufop.br/pt-br/pesquisa/iniciacao-cientifica>. Acesso em: 28 de jun. de 2025.
[49] Universidade Federal de Ouro Preto. **Pró-reitoria de Extensão e Cultura**. Disponível em: <https://proex.ufop.br/>. Acesso em: 28 de jun. de 2025.
[50] Universidade Federal de Ouro Preto. **Bolsas de Desenvolvimento Institucional**. Disponível em: <https://proplad.ufop.br/bolsas-de-desenvolvimento-institucional>. Acesso em: 28 de jun. de 2025.
[51] Universidade Federal de Ouro Preto. **Programa Pró-Ativa**. Disponível em: <https://www.prograd.ufop.br/%3Cnolink%3E/pro-ativa>. Acesso em: 28 de jun. de 2025.

e de projetos) e títulos, cujo objetivo é avaliar a capacidade, experiência e as habilidades do(a)s docencentes diversos aspectos relacionados ao ensino, pesquisa e extensão.

De maneira complementar, visando assegurar uma formação continuada e de desenvolvimento pessoal do(a)s docentes, ao longo do tempo, a UFOP oferece outros diversos tipos de iniciativas de capacitação e qualificação dentro de sua política institucional. Conforme descrito no PDI/UFOP 2016-2025, o(a)s docentes da UFOP podem contar com o apoio do Programa Sala Aberta, que tem por objetivo aprimorar as experiências educativas e criar espaços de discussão e reflexão sobre a prática docente universitária. O programa é organizado em quatro espaços de interação:

> - **Sala Aberta Convida**: realização de palestras sobre temáticas relacionadas à prática docente. Espaço aberto a todos os professores interessados.
> - **Sala Aberta Oficina Pedagógica**: realização de oficinas voltadas para trocas de experiências e apresentações de relatos de práticas docentes.
> - **Sala Aberta Debate**: promoção de debates sobre temáticas relacionadas à formação pedagógica do professor universitário.
> - **Sala Aberta Virtual**: espaço de interação, por meio de acesso à plataforma Moodle, envolvendo os docentes em atividades diversas, tais como fóruns de discussões, troca de experiências, reflexões sobre dúvidas, estudos de caso e leituras dirigidas de bibliografia sobre a docência universitária (PDI/UFOP 2016-2025, p. 60-61).

No Programa Sala Aberta são discutidos assuntos voltados para o aprimoramento da experiência docente em temas como metodologias de ensino-aprendizagem, práticas da extensão, os processos de avaliação da graduação, a relação professor-aluno e discussões sobre os currículos dos cursos frente às mudanças da sociedade.

Há também outros tipos de incentivo a capacitação e qualificação docente. Em relação a capacitação, pode-se citar as ações da UFOP focadas na viabilização da participação docente em eventos científicos (congressos, seminários) e cursos que oferecem capacitação em gestão administrativa.

Em se tratando da qualificação há iniciativas institucionais para incentivar o afastamento e para participação em programas de pós-graduação *stricto sensu* em nível de doutorado, para aquele(a)s que ainda não atingiram essa titulação, concessão de jornada especial de trabalho para docentes que estão e processo de qualificação, licença específica para qualificação em estágios de curta duração, e o incentivo à participação e afastamento para participar de estágios pós-doutorais.

Além disso, numa tentativa de ajudar no processo de capacitação e qualificação profissional, a UFOP, periodicamente, publica editais com foco no financiamento de materiais e recursos para auxílio na realização das ações de pesquisa e extensão do(a)s docentes.

20 INFRAESTRUTURA

Para o pleno cumprimento das políticas e diretrizes estabelecidas por meio deste PPC e o atendimento às exigências contidas nas DCNs que se associam à formação dos profissionais do curso de Direito de Ipatinga, bem como assegurar a oferta de um curso com a qualidade projetada, é necessário que o *campus* de Ipatinga da UFOP ofereça condições de infraestrutura adequadas para todo(a)s estudantes.

Nesse sentido, o projeto do *campus* de Ipatinga está sendo desenvolvido e implementado em consonância com as condições necessárias de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida em todos os ambientes, tal como previsto no Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 (Brasil, 2004c) e na Norma Técnica de Acessibilidade ABNT NBR 9.050, de 30 de junho de 2004 (ABNT, 2004), o que inclui salas de aula, laboratórios, biblioteca, gabinetes de trabalho para o(a)s docentes, auditório, espaços de convivência, entre outros espaços adaptados, bem como a instalação de rampas, elevadores, mapas e pisos tátil direcional, e outro tipos de sinalização para a orientação das pessoas, por exemplo.

Outra questão importante e que está sendo levada em consideração no planejamento das instalações do *campus* Ipatinga é o plano de prevenção contra incêndio e pânico, considerando Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001 (Minas Gerais, 2001), do estado de Minas Gerais, que dispõe sobre as regras para as atividades de fiscalização e as medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público, nos termos da Lei nº 13.425, de 30 de março de 2017 (Brasil, 2017).

O dimensionamento do número de extintores por tipo, local de posicionamento desses equipamentos, a existências de mangueiras, reservatórios de água específicos, sinalização de rotas de fuga, entre outros recursos, são exemplos de elementos que estão sendo considerados em todos os projetos do *campus* da UFOP em Ipatinga. Além disso, assim como ocorre nos demais *campi* da universidade, um grupo de servidore(a)s da instituição realizarão um curso de formação para atuar como agentes da brigada de incêndio da unidade acadêmica.

Em se tratando da infraestrutura projetada para receber os cursos do *campus* de Ipatinga, a UFOP já possui um planejamento para ocupação dos pouco mais de 34 mil metros quadrados de área doada pela prefeitura de Ipatinga, conforme mostrado na Figura 3.

Figura 3 - Ocupação ilustrativa dos espaços do terreno no *campus* Ipatinga

Fonte: Material interno da equipe de projetos da UFOP.

Pela Figura 3 é possível observar estão sendo previstos pelo menos três prédios de maior porte, sendo um deles para receber toda a infraestrutura necessária para o atendimento dos cursos da área de saúde, outro para o atendimento das demandas de ensino, em especial, salas de aula e laboratórios de ensino para atendimento de todos os cursos do *campus*, e um último com foco em atender a várias questões administrativas como gabinetes de professores, auditório, biblioteca, secretarias de cursos, etc.

Vale ressaltar também a existência de outros vários prédios de menor porte (parte de baixo da Figura 3) que irão receber outros setores administrativos para o pleno atendimento das questões de ensino, pesquisa e extensão em Ipatinga. É importante destacar que a Figura 3 é apenas ilustrativa, e pode sofrer alterações e ajustes, considerando as questões técnicas e orçamentárias vinculadas à implantação do *campus* Ipatinga.

Para além das questões de espaço físico, todos os recursos materiais, equipamentos e de mobiliário necessários para o funcionamento adequado dos laboratórios, salas de reunião, auditório, gabinetes de professore(a)s, biblioteca, restaurante universitário, e demais espaços, serão adquiridos, ao longo do período de implantação, considerando as questões-chave que envolvem as rotinas de operação de um *campus* universitário de uma unidade fora de sede.

Do ponto de vista administrativo e de recursos humanos, a ideia é que se tenham espaços e recursos de escritório para receber pelo menos um(a) servidor(a) técnico-administrativo em educação (TAE) para cada setor, considerando as demandas de uma estrutura *multicampi*. O Quadro 10, resume o quantitativo mínimo de 46 servidore(a)s lotados

no *campus* Ipatinga que se espera ser possível contratar para o atendimento adequado de todos os cursos previstos da unidade conforme planejamento do novo PAC.

Quadro 10 - Planejamento preliminar de vagas de TAE para o *campus* Ipatinga

Nível	Cargo	Descrição	Vagas projetadas
D	Técnico de edificações	Auxiliar a Prefeitura universitária na gestão dos dos prédios e de patrimônio do *campus*	1
E	Engenheiro Civil	Atuar junto a Prefeitura universitária para coordenar as obras de Ipatinga e João Monlevade	1
E	Administrador	Atuar na administração geral do *campus*	1
D	Assistente em Administração	Atuar nas atividades de secretaria da direção do instituto	1
E	Pedagogo	Atuar em assuntos pedagógicos dos cursos, incluindo questões de acessibilidade e inclusão	1
D	Assistente em Administração	Atuar na secretaria do Centro de Extensão e em assuntos de comunicação institucional	1
D	Assistente em Administração	Atuar no setor de compras e finanças do *campus*	1
E	Médico do trabalho	Atuar no atendimento e perícias laborais de servidore(a)s	1
D	Técnico de Enfermagem	Atuar como agente responsável pelos primeiros socorros e ações de prevenção à acidentes	1
E	Bibliotecário	Atuar em assuntos de gestão da Biblioteca do *campus*	1
D	Assistente em Administração	Atuar como auxiliar na gestão da biblioteca, considerando o atendimento em 3 turnos.	4
D	Técnico em Tecnologia da Informação	Atuar na manutenção de rede e infraestrutura de tecnologia da informação do *campus*	3
D	Assistente em Administração	Atuar em assuntos da secretaria da diretoria do instituto	1
D	Assistente em Administração	Atuar nas secretarias de departamentos (ou estrutura similar)	4
D	Assistente em Administração	Atuar nas secretarias dos colegiados de curso, NDEs e outras demandas administrativas de ensino	5
D	Assistente em Administração	Atuar como assistente em assuntos da Seção de Ensino	1
D	Técnico de Laboratório - Área	Atuar como técnico(a) em laboratório de ensino	15
E	Psicólogo	Atuar em assuntos de prevenção e encaminhamento de questões de saúde mental do *campus*	1
E	Assistente Social	Atuar no acolhimento e apoio social junto a comunidade acadêmica	1
D	Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais	Atuar no processo de tradução e interpretação Libras no *campus*	2

É importante destacar que, a depender de mudanças no planejamento dos cursos a serem implantados, da disponibilidade de vagas TAE e de possíveis mudanças na estrutura organizacional da UFOP, ao longo do tempo, sejam necessários mais ou menos servidore(a)s do que o plano inicial apresentado no Quadro 10.

Em relação ao número de docentes, estima-se, de forma preliminar, a necessidade de pelo menos cerca de 155 vagas para atender às necessidades estabelecidas pelo novo PAC das universidades, para atender um público estimado de, pelo menos, 2800 estudantes de graduação.

20.1 Infraestrutura projetada para início das atividades do curso de Direito em Ipatinga

Para viabilizar o início do funcionamento do curso de Direito de Ipatinga no primeiro semestre de 2026, a UFOP em parceria com a prefeitura da cidade de Ipatinga irá disponibilizar, provisoriamente, um(ou mais) local(is) que suporte(m) a infraestrutura básica, os equipamentos e demais recursos necessários para a oferta de todos os componentes curriculares necessários em cada semestre letivo. Essa estrutura provisória deverá ser necessária até que as obras do *campus*, parcial ou totalmente, sejam finalizadas conforme o cronograma do PAC.

O Quadro 11 apresenta um plano elaborado para a oferta do curso, por semestre, considerando apenas as demandas de ensino, incluindo o local em que serão ofertadas as disciplinas e demais componentes curriculares com uma breve descrição dos recursos necessários para o funcionamento do curso.

Quadro 11 - Estrutura provisória no âmbito do ensino para o funcionamento do curso

Semestre	Local	Recursos necessários para o ensino
2026/1	A definir.	**1** sala de aula. **1** laboratório de informática.
2026/2	A definir.	**1** sala de aula. **1** laboratório de informática.
2027/1	A definir.	**2** salas de aula. **1** laboratório de informática.
2027/2	A definir.	**2** salas de aula. **1** laboratório de informática.
2028/1	A definir.	**3** salas de aula. **1** laboratório de informática.
2028/2	A definir.	**3** salas de aula. **1** laboratório de informática.
2029/1	A definir.	**4** salas de aula. **1** laboratório de informática.
2029/2	A definir.	**4** sala de aula. **1** laboratório de informática.
2030/1	A definir.	**5** salas de aula.

		1 laboratório de informática.
2030/2	A definir.	**5** salas de aula. **1** laboratório de informática.

Conforme destacado no Quadro 11 as salas de aula destacadas deverão ter pelo menos espaço para atender a um total de 60 estudantes, serem equipadas com:

- carteiras;
- mesa e cadeira para o(a) professor(a);
- quadro branco ou similar,
- datashow, tela branca para projeção e demais recursos necessários para visualização de apresentações;
- acesso a internet via cabo e/ou via wireless;
- ventiladores ou dispor de ar condicionado em plenas condições de uso;
- todas as condições mínimas de acessibilidade (portas em tamanho adequado, rampas, elevadores, corrimãos, pisos táteis direcionais, etc.).

Além disso, será necessário que as instalações provisórias ofereçam banheiros e bebedouros em proporção suficiente ao número de estudantes das turmas, bem como acesso próximo a, pelo menos, uma cantina, padaria ou lanchonete durante os períodos de intervalo entre as aulas. Com relação aos espaços/salas para estudos, as instalações provisórias deverão ser capazes de proporcionar pelo menos alguns espaços tranquilos e silenciosos, assim como salas para a oferta e realização de monitorias e tutorias.

No caso das salas de estudos uma sala de aula para até 60 estudantes é suficiente, para cada turno com oferta de aulas, até o segundo semestre de 2028. Posteriormente, será necessário pelo menos duas por turno de aulas.

O acesso aos livros e materiais para os estudos serão assegurados de duas formas, sendo a primeira delas por meio do acesso a biblioteca digital da UFOP que já possui boa parte ou a quase totalidade dos livros de referência básica e complementar das disciplinas dos cursos de graduação. A segunda forma será por meio da reserva online, de um processo de movimentação e envio de livros físicos entre as bibliotecas dos *campi* da UFOP e a existência de um local para resgate no *campus* e devolução dos livros nos horários de funcionamento das aulas.

Será necessário que se tenha também pelo menos um laboratório de informática de uso geral para o uso do(a)s estudantes, com, pelo menos 30 computadores completos com acesso à internet e ar condicionado, e outro com 60 computadores completos com acesso à internet e

ar condicionado, por turno de oferta de aulas, para fins de ofertas de componentes curriculares dos cursos pelo(a)s professore(a)s. Esse segundo laboratório de informática, que é citado Quadro 11, deverá possuir também mesa e cadeira para o(a) professor(a), quadro branco ou similar, Datashow, tela branca para projeção e demais recursos necessários para visualização de apresentações, bem como ter todas as condições mínimas de acessibilidade.

No tocante aos laboratórios de ensino previsto nos PPCs dos cursos, estes serão viabilizados conforme a demanda, com o devido planejamento prévio. Para NPJ/UFOP/Ipatinga do curso de Direito, há necessidade de se viabilizar um escritório modelo, que receberá professore(a)s, estagiário(a)s, aluno(a)s e clientes, que são os cidadã(o)s hipossuficientes e que têm ou necessitarão ter litígios na cidade de Ipatinga.

Para o funcionamento NPJ/UFOP/Ipatinga fica prevista a necessidade de um imóvel, com pelo menos quatro espaços separados, sendo uma recepção, uma sala de professore(a)s, uma sala de atendimento e uma sala ampla, em que atuarão os estagiário(a)s vinculado(a)s ao núcleo e o(a)s aluno(a)s matriculados em estágio interno.

Em se tratando de mobiliário, a recepção deverá ter uma mesa, uma cadeira para o(a) servidor(a) TAE, duas cadeiras para clientes e longarinas (bancos) para que o(a)s clientes que não estão em atendimento possam aguardar a sua vez. Há necessidade de um computador com acesso à internet e uma impressora. Já a sala de professore(a)s contará com duas mesas, duas cadeiras para professore(a)s, quatro cadeiras para atendimento de clientes, estagiário(a)s e aluno(a)s, e dois computadores com acesso à internet.

A sala de atendimento aos clientes contará com uma mesa redonda, de tamanho grande, com 8 cadeiras, no mínimo, e um computador com acesso à internet. Por fim, a sala de tamanho maior deve contar com pelo menos seis computadores com acesso à internet, com seis mesas e seis cadeiras.

Em adição, é necessário também a existência de, pelo menos, dois banheiros, masculino e feminino, material de escritório em geral, bebedouro, micro-ondas, geladeira e utensílios para preparar e servir café, todos eles para uso coletivo de todas as pessoas que utilizam o NPJ/UFOP/Ipatinga.

Por fim, mas não menos importante, haverá também toda uma infraestrutura básica para receber o(a)s servidore(a)s da UFOP e o funcionamento das atividades administrativas no *campus* Ipatinga, o que inclui gabinetes/salas para docentes e técnicos administrativos, sala de reuniões, banheiros, copa, entre outros espaços que se fizerem necessários.

21 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do presente PPC do curso de Direito da UFOP em Ipatinga teve como base institucional e referencial o PPC do curso de Direito da UFOP em Ouro Preto. Todo documento foi elaborado com base nas normas regimentais e estatutárias da UFOP, além de outros conteúdos regulamentares próprios à instituição e ao ensino jurídico em geral, com destaque, aqui, para o disposto nas DCNs para os cursos de graduação em Direito, Resolução CNE/CES n° 7, de 18 de dezembro de 2018, com suas atualizações e alterações posteriores até o ano de 2025.

A proposta do curso de Direito da UFOP do *campus* Ipatinga, reafirma a sua missão, que consiste na formação humanística de profissionais na área jurídica, tendo como base o pleno desenvolvimento da cidadania frente à evolução dos anseios sociais e exigências ambientais regionais, os desafios apresentados pelos direitos humanos, a diversidade de gênero, os novos sujeitos e direitos e o pluralismo cultural e étnico-racial do Brasil.

Para realização dessa missão, o curso deverá assegurar aos seus(suas) futuro(a)s estudantes ampla autonomia, atitude reflexiva e interdisciplinaridade no processo de aprendizagem, privilegiando prática jurídica, espírito científico e de empreendedorismo e inovação, mobilidade nacional e internacional, bem como participação efetiva nas diversas formas judiciais, administrativas e consensuais de resolução de conflitos individuais ou coletivos.

Além disso, conforme descrito neste PPC o curso deverá assegurar ao(a) egresso(a) amplo acesso aos valores democráticos do pluralismo, da dignidade da pessoa, da solidariedade e da cidadania. O(A) estudante egresso(a) contará com formação intelectual e profissional e compreenderá os fenômenos jurídicos nas suas manifestações humanas, sociais e ambientais, articuladas com as necessidades locais e regionais, de modo a viabilizar o enfrentamento de questões jurídicas nacionais e internacionais.

Em relação ao ensino, pesquisa e extensão, o curso foi pensado para proporcionar ao(a)s estudantes o desenvolvimento de competências específicas dirigidas a compreensão dos problemas emergentes da complexidade e da riqueza dos fenômenos sociais, econômicos, culturais, ambientais e turísticos da região mineira do Vale do Aço. Com a experiência acumulada junto ao curso de Direito de Ouro Preto, pretende-se incentivar a criação, estruturação, manutenção e atuação de grupos de estudos, de pesquisa científica e de ações, projetos e programas de extensão universitária em Ipatinga.

Ainda sobre a extensão, pretende-se buscar um processo educativo essencialmente dialógico, interdisciplinar e interprofissional entre a UFOP e a comunidade externa mediante

a implementação de programas, projetos e ações isoladas que permitam contribuir para os diversos segmentos da sociedade local, em uma perspectiva transformadora das relações mútuas existentes e potenciais.

A implantação dos conteúdos e normas projetadas neste PPC deve se dar a partir do ano de 2026. Durante toda a sua implementação haverá acompanhamento sistemático do colegiado do curso, do NDE e a Pró-reitoria de Graduação da UFOP, de forma a envolver todo(a)s o(a)s servidore(a)s, docentes e técnico-administrativos, e os discentes vinculados ao curso.

Neste período, caso surjam necessidades de melhoria ou ajustes no plano pedagógico do curso, seja por demandas internas ou externas à UFOP, essas mudanças serão realizadas nos termos e prazos preestabelecidos, da melhor forma possível, visando assegurar uma formação sólida e adequada às condições do ambiente de trabalho.

Após a formação da primeira turma do curso, será necessário também uma avaliação da efetividade no cumprimento do PPC, por meio da realização de reuniões, encontros, seminários e levantamento de dados, com a participação de toda a comunidade acadêmica da UFOP em Ipatinga. Na oportunidade já haverá, também, os primeiros índices de aprovação no exame da OAB do(a)s futuro(a)s bacharéis, bem como, terá início a pesquisa com egresso(a)s.

Além disso, o PPC deverá, periodicamente, a cada 3 anos, conforme o disposto nas normativas do as normativas do Sinaes, passar por um processo de reavaliação e revisão das suas normas, considerando as alterações curriculares nacionais e demandas do curso, de modo a manter sua atualidade, relevância e aplicabilidade à realidade local, regional e, sobretudo, da vida estudantil e laboral do(a)s discentes e egresso(a)s do curso de Direito da UFOP do *campus* de Ipatinga.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9.050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** 2004. Disponível em: <https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/nbr_%2009050_acessibilidade%20-%202004%20-%20acessibilidade_a_edificacoes_mobiliario_1259175853.pdf> . Acesso em: 05 de jul. de 2025.

MINAS GERAIS. Governo do estado de Minas Gerais. **Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001.** Dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no estado e dá outras providências. 2001. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/14130/2001/> . Acesso em: 05 de jul. de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para

o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 2004b. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf> . Acesso em: 05 de jul. de 2025.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. 2012. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf> . Acesso em: 05 de jul. de 2025.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências. 2018a. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104111-rces005-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192> . Acesso em: 05 de jul. de 2025.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. 2018b. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=105102-rces007-18&Itemid=30192> . Acesso em: 05 de jul. de 2025.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 de jul. de 2025.

_____. Presidência da República. **Lei n° 8.906, de 04 de julho de 1994.** Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). 1994. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8906.htm>. Acesso em: 05 de jul. de 2025.

_____. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 05 de jul. de 2025.

_____. Presidência da República. **Lei nº 9.536, de 11 de dezembro de 1997.** Regulamenta as transferências *ex officio*. 1997. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9536.htm>. Acesso em: 05 de jul. de 2025.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm> . Acesso em: 05 de jul. de 2025.

_____. Presidência da República. **Lei nº 10.861/2004, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e dá outras providências. 2004a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em 05 de jul. de 2025.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2004c. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em 05 de jul. de 2025.

_____. Presidência da República. **Lei n° 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes. 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em 05 de jul. de 2025.

_____. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 05 de jul. de 2025.

_____. Presidência da República. **Lei nº 13.425, de 30 de março de 2017**. Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nº s 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; e dá outras providências. 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13425.htm>. Acesso em 05 de jul. de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resoluções CEPE nº 2.680, de 02 de fevereiro de 2005**. Aprova o Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação da UOP - CPA. (Alterada pela Resolução CEPE nº 2.826). 2005a. Disponível em: <https://www.soc.ufop.br/public/resolucao/mostrar/0000008773>. Acesso em: 05 de jul. de 2025.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução CEPE nº 558, de 25 de outubro de 1993.** Aprova a criação do Curso de Direito no ICHS. 1993. Disponível em: <https://www.soc.ufop.br/public/resolucao/mostrar/0000000727>. Acesso em: 05 de jul. de 2025.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução CEPE nº 7.609, de 20 de novembro de 2018.** Aprova o Regulamento das Ações de Extensão Universitária da UFOP e revoga as Resoluções CEPE nº 5292 e 5295. 2018. Disponível em: <https://www.soc.ufop.br/public/resolucao/mostrar/0000010659>. Acesso em: 05 de jul. de 2025.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução CEPE nº 7.794, de 27 de agosto de 2019**. Regulamenta a Política de Ações Afirmativas e para Inclusão da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). 2019a. Disponível em: <https://www.soc.ufop.br/public/resolucao/mostrar/0000011141>. Acesso em: 05 de jul. de 2025.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução CEPE n° 7852, de 27 de setembro de 2019**. Aprova o Regulamento da Curricularização da Extensão nos cursos de graduação da UFOP. 2019b. Disponível em: <https://www.soc.ufop.br/public/resolucao/mostrar/0000011771>. Acesso em: 05 de jul. de 2025.

_____. Conselho Superior de Graduação. **Resolução Congrad nº 25, de 10 de fevereiro de 2022.** Aprova a atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Direito, grau Bacharelado em Direito - Campus Morro do Cruzeiro. (Possui anexo) (Alterada pela Res. Congrad nº 42). 2022. Disponível em: <https://www.soc.ufop.br/public/resolucao/mostrar/0000012153>. Acesso em: 05 de jul. de 2025.

_____. Conselho Superior de Graduação. **Resolução Congrad n° 179, de 27 de março de 2025.** Dispõe sobre a ocupação de vagas residuais dos cursos presenciais de graduação da UFOP. 2025. Disponível em: <https://www.soc.ufop.br/public/resolucao/mostrar/0000012920>. Acesso em: 05 de jul. de 2025.

_____. Conselho Universitário. **Resolução CUNI nº 719, de 18 de outubro de 2005.** Aprova o Projeto de Implantação do Pólo da UFOP no Vale do Aço, MG. 2005. Disponível em: <https://www.soc.ufop.br/public/resolucao/mostrar/0000012015>. Acesso em: 05 de jul. de 2025.

_____. Conselho Universitário. **Resolução CUNI nº 814, de 29 de março de 2007.** Aprova normas que fixam carga horária mínima de aulas para docentes da UFOP e revoga a Resolução CUNI nº 176. 2007. Disponível em: <https://www.soc.ufop.br/public/resolucao/mostrar/0000007899>. Acesso em: 05 de jul. de 2025.

_____. Conselho Universitário. **Resolução CUNI nº 2.303, 08 de outubro de 2019.** Ratifica o disposto na resolução CEPE nº 7.794, que regulamenta a Política de Ações Afirmativas e para Inclusão da Universidade Federal de Ouro Preto. 2019c. Disponível em: <https://www.soc.ufop.br/public/resolucao/mostrar/0000011219>. Acesso em: 05 de jul. de 2025.

_____. Conselho Universitário. **Resolução CUNI nº 2304, de 8 de outubro de 2019.** Aprova a nova estrutura organizacional da Universidade Federal de Ouro Preto. (Alterada pela Cuni nº 2235, 2333, 2414, 2464, 2477 , 2553, 2651, 2666, 2765, 2775, 2824 e 2839). 2019d. Disponível em: <https://www.soc.ufop.br/public/resolucao/mostrar/0000012938>. Acesso em: 05 de jul. de 2025.

APÊNDICE A - PROGRAMAS DE DISCIPLINAS

Programas das disciplinas obrigatórias

1º Período

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Filosofia Geral e do Direito
Nome do Componente Curricular em inglês:
General Philosophy and Philosophy of Law</td><td>Código: DII001</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
-</td><td>Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
60 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
04 horas/aula</td><td>Prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Panorama do pensamento filosófico ocidental desde seus primórdios até os dias de hoje, através de textos consagrados pela tradição e norteados por preocupações teórico-temáticas comuns. Eixos: ontologia, gnoseologia e ética. Noções fundamentais de Lógica. Filosofia do Direito: objeto e método. Fundamentos éticos do direito. A dimensão política do direito. O direito na perspectiva da teoria da justiça.</td></tr>
<tr><td colspan="4">Conteúdo programático:
UNIDADE 1: Horizontes da Reflexão Filosófica Clássica. A alegoria da caverna como seu emblema. Desdobramentos da pesquisa em filosofia sobre diversos domínios da atividade humana.
UNIDADE 2: Filosofia Medieval a partir de um tópico exemplar: a querela dos universais.
UNIDADE 3: Linhas de Força do Pensamento Moderno. O século XVII: racionalismo cartesiano versus empirismo humano, a par da alternativa de Pascal. O século XVIII: Kant e o esclarecimento, a par da enciclopédia. Coramento e crise da filosofia no período: Hegel, hegeliansmo e a crítica nietzcheana.
UNIDADE 4: Linhas de Força do Pensamento Contemporâneo. Empirismo lógico e Wittgenstein. Sartre e o existencialismo. Tentativa de retomada das sínteses sistemáticas: Habermas.
UNIDADE 5: Definição de Lógica. Argumentos. Dedução e indução. Verdade e validez.
UNIDADE 6: Silogismo. Formação do Silogismo. Propriedade do silogismo.
UNIDADE 7: Filosofia do Direito: conceito, objeto e objetivos.
UNIDADE 8: Filosofia e Direito: moral, ética e direito.
UNIDADE 9: Direito, Política e Democracia.
UNIDADE 10: A teoria do conhecimento aplicada ao direito.
UNIDADE 11: O conhecimento jurídico: positivismo, jusnaturalismo, realismo e pragmatismo.
UNIDADE 12: A teoria da justiça contemporânea: liberalismo, republicanismo e comunitarismo
UNIDADE 13: Pluralismo jurídico.</td></tr>
</table>

Bibliografia básica:

ADEODATO, João Maurício. **Filosofia do Direito**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. ISBN: 9788553609833 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553609833.

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2013. ISBN: 9788502136557 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502136557

NADER, Paulo. **Filosofia do Direito.** 28. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2022. ISBN: 9786559641963 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559641963

VILLEY, Michel. **Filosofia do direito**: definições e fins do direito. Os meios do direito. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Bibliografia complementar:

BONJOUR, Laurence. Baker, Ann. **Filosofia.** Porto Alegre: Artmed, 2010. ISBN: 9788536323633 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536323633

DIONIZIO, Mayra; ARAKAKI, Fernanda F.S.; OLIVEIRA, Marco A. **Filosofia Contemporânea**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. ISBN: 9788595027848 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595027848

GARGARELLA, Roberto. **As teorias da justiça depois de Rawls**: um breve manual de filosofia política. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RADBRUCH, Gustavo. **Filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Nome do Componente Curricular em português: Ciência Política Nome do Componente Curricular em inglês: Political Science	Código: DII002
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH
Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância	

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Poder político e suas manifestações: origem, evolução e institucionalização. O pensamento político e de sua repercussão sobre o exercício do poder. Os elementos constitutivos do Estado. As sociedades politicamente organizadas. Soberania. Formas de Estado. Formas e sistemas de governo. O Estado de Direito. Democracia. Os paradigmas do Estado de Direito moderno.

Conteúdo programático:

1. Introdução:

1.1 A formação do pensamento político ocidental.
1.2 Sociedades politicamente organizadas e noções sobre a modernidade.
1.3 Sociedade, Estado, Poder e Ideologia.
1.4 A Teoria Política contemporânea.
1.5 A Ciência Política brasileira contemporânea.

2. A formação do Estado Moderno:

2.1 Capitalismo, Liberalismo, Socialismo e Social-Democracia.
2.2 Separação dos Poderes: a perspectiva clássica.
2.3 Estado de Direito: modelos teóricos para compreensão do fenômeno.
2.4 Elementos clássicos do Estado Moderno: território, povo e poder.
2.5 Formas de governo; Sistema de Governo e Formas de Estado.
2.6 Constitucionalismo, Pluralismo e Democracia.

3. Perspectivas contemporâneas da Ciência Política:

3.1 Republicanismo e Democracia.
3.2 Partidos Políticos e Movimentos Sociais.
3.3 Participação popular e novas formas de representação política.
3.4 Sistemas eleitorais: limites e possibilidades.
3.5 Separação dos Poderes e Desenhos Institucionais.
3.6 Poder, Opinião Pública e Fake News.

Bibliografia básica:

MOREIRA, Adriano. **Ciência Política**. 6. ed. Coimbra: Almedina, 2014. ISBN: 9789724058146 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724058146

MELO, Débora S. S. SCALABRIN, Felipe. **Ciência Política e Teoria Geral do Estado**. Porto Alegre: SAGAH, 2017. ISBN: 9788595021891 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595021891

GAMBA, João Roberto Gorini. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política**. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9786559777372 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777372

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1999.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 17ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. 5.reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

STRECK, Lenio Luiz; MORAIS, Jose Luis Bolzan de. **Ciência Política e Teoria Geral do Estado**. 8.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado 2014.

Bibliografia complementar:

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco; FERREIRA, João. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília: UnB, [2010]

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria Geral do Estado**. 8ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Eleições no Brasil do Império aos dias atuais**. 1. ed.-. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NICOLAU, Jairo Marconi. **História do voto no Brasil.** 2. ed.-. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Sociologia Geral e Jurídica
Nome do Componente Curricular em inglês:
General Sociology and Sociology of Law</td><td>Código: DII003</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
-</td><td>Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
60 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
04 horas/aula</td><td>Prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Análise do debate sobre o campo específico de investigação conforme as diversas perspectivas teóricas e a partir dos conceitos gerais de cultura e natureza além de socialização e individualização. Análise dos processos comunicativos com foco na construção comunicativa do mundo social, a relação entre informação e interação social além de modernidade e crise de sentido. Estudo das estruturas sociais, mais especificamente os conceitos de instituição, ação social, controle social e solidariedade. Sociologia e Direito: o desenvolvimento da Sociologia Jurídica. Modernidade: estado, direito e sociedade. Sociologia do Direito e Ideologia. Pluralismo Jurídico. Direito e interseccionalidade. Direito e emancipação social.</td></tr>
</table>

Conteúdo programático:

1. As ciências sociais enquanto *ciências da realidade*.
2. Conceitos fundamentais

2.1. instituição
2.2. dominação/poder (maioridade; reflexividade)
2.3. cultura/identidade (comunitarismo)
2.4. liberdade/justiça (marxismo; feminismo)
2.5. modernização (técnica; tradição)
3. Sociologia e Direito: o Desenvolvimento da Sociologia Jurídica
3.1. Sociologia do Direito e Sociologia no Direito
3.2. Relação da Sociologia Jurídica com outras áreas do conhecimento
3.3. A Sociologia Jurídica em perspectiva comparada
4. Modernidade: Estado, Direito e Sociedade
4.1. O Estado como fenômeno político moderno.
4.2. A sociedade moderna.
4.3. O Direito dos modernos.
5. Sociologia do Direito e Ideologia
5.1. O conceito de ideologia
5.2. A ideologia como inversão
5.3. Ordem e controle social
6. Pluralismo Jurídico
6.1. O paradigma moderno monista
6.2. Do multiculturalismo ao Pluralismo Jurídico
6.3. Estado Plurinacional
7. Direito e Interseccionalidade.
7.1. Perspectivas sociológicas de análise de classes sociais
7.2. Racismo estrutural e racismo de estado
7.2. A posição das mulheres no Direito
8. Direito e Emancipação Social
8.1. A naturalização da desigualdade e a subcidadania
8.2. Sociologia da libertação
8.3. Assessoria Jurídica Popular

Bibliografia básica:

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Sociologia Jurídica**. 16. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9786586074819 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786586074819

ROCHA, José Manuel Sacadura. **Sociologia Jurídica - Fundamentos e Fronteiras**. 7. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2022. ISBN: 9786559644605 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559644605

GIL, Antônio Carlos. **Sociologia Geral**. São Paulo: Grupo GEN, 2011. ISBN: 9788522489930 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522489930

BERGER, P. e LUCKMANN, T. **A construção social da realidade.** Petrópolis: Vozes, 1973.

BERGER, P. **Perspectivas sociológicas.** São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

BAUMAN, Z e May, T. **Aprendendo a pensar com a sociologia.** Rio de Janeiro; Zahar, 1980.

SABADELL, Ana Lucia. **Manual de sociologia jurídica:** introdução a uma leitura externa do direito. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: R. dos Tribunais c2005. 270 p

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania:** para uma sociologia política da modernidade periférica. 2.ed. Belo Horizonte (MG): UFMG Rio de Janeiro: IUPERJ 2012. 207p.

Bibliografia complementar:

BERGER, P e ZIJDERVELD, A. **Em favor da dúvida**. Como ter convicções sem se tornar um fanático. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

DUSSEL, Enrique D. **1492** – O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes 1993. 196 p.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1990.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 2006.

JOAS, H. **A sacralidade da pessoa.** Nova genealogia dos direitos humanos. São Paulo: UNESP, 2012.

GEHLEN, A. **Moral e Hipermoral.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Introdução ao Estudo do Direito
Nome do Componente Curricular em inglês:
Introduction to the Study of Law</td><td>Código: DII004</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
-</td><td>Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
60 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
04 horas/aula</td><td>Prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Direito como Ciência. Teoria da Norma Jurídica. Teoria da Argumentação Jurídica. Fontes do Direito. Teoria do Ordenamento Jurídico. Hermenêutica Jurídica. Instituições de Direito. Formação e estrutura do Judiciário brasileiro. Direito e racionalidade – a questão da jurisprudência.</td></tr>
<tr><td colspan="4">Conteúdo programático:
UNIDADE 1. Direito como Ciência.
UNIDADE 2. Teoria da Norma Jurídica.
UNIDADE 3. Teoria da Argumentação Jurídica.
UNIDADE 4. Fontes do Direito.
UNIDADE 5. Teoria do Ordenamento Jurídico.
UNIDADE 6. Hermenêutica Jurídica.
UNIDADE 7. Instituições de Direito.
UNIDADE 8. Formação e estrutura do Judiciário brasileiro.
UNIDADE 9. Direito e racionalidade: a questão da jurisprudência.</td></tr>
<tr><td colspan="4">Bibliografia básica:
ADEODATO, João Maurício. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786559647446 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559647446
FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito - Técnica, Decisão, Dominação. 13. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9786559640577 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559647446
JUSTEN FILHO, Marçal. Introdução ao Estudo do Direito. 2. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2021. ISBN: 9786559640577 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978655964057</td></tr>
</table>

Bibliografia complementar:

HERVADA, Javier. **O que é o direito?:** a moderna resposta do realismo jurídico : uma introdução ao direito . São Paulo: Martins Fontes 2006. 176 p. ((Justiça e direito)). ISBN 856056089 (broch.).

KELSEN, Hans. **Teoria pura do Direito.** 8. ed. São Paulo: Martins Fontes 2009. 427 p. (Justiça e direito). ISBN 9788578272050 (broch.).

GOMES, Alexandre travessoni. **O fundamento de validade do direito Kant e Kelsen.** Belo Horizonte (MG): Mandamentos 2000. 214p ISBN 8587054236 (broch.).

PASHUKANIS, Evgenii Bronislavovich. **A teoria geral do direito e o marxismo.** Coimbra: Centelha 1977. 283 p.

VILLEY, Michel; RIALS, Stéphane; DESMONS, Eric. **A formação do pensamento jurídico moderno.** São Paulo: Martins Fontes 2005. 755 p.

Nome do Componente Curricular em português: História no Direito Nome do Componente Curricular em inglês: History on Law	Código: DII005
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH
Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância	

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
História no Direito: Tempo, verdade e historicidade. História dos grandes sistemas jurídicos da contemporaneidade. História do Direito Brasileiro.

Conteúdo programático:
Unidade 1 – História no Direito: tempo, verdade e historicidade
1.1. Por que História "no" Direito?
1.2. O que é a História?
1.3. A historicidade do fenômeno jurídico
1.4. O tempo e o direito
1.5. O direito e sua pretensão de verdade
Unidade 2 – História no pensamento jurídico e nas práticas de justiça
2.1. Horizonte de expectativa e espaço de experiência
2.2. História, Direito e Justiça Unidade
3 – História no Direito brasileiro
3.1. A redemocratização
3.2. A formação da constituição de 1988
3.3. O direito e a legitimação das diferenças

Bibliografia básica:
CICCO, Cláudio de. **História do Direito e do Pensamento Jurídico**. 9. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786553626300 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553626300
MACIEL, José Fábio Rodrigues; AGUIAR, Renan. **Manual de História do Direito**. 10. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2022. ISBN: 9786553620315 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620315
PALMA, Rodrigo Freitas. **História do Direito**. 9. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2022. ISBN: 9786553620315 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620773
DAVID, Rene. **Os grandes sistemas do direito contemporâneo**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes 2002. 687 p. ISBN 8533615639.
HESPANHA, António Manuel. **Cultura jurídica europeia: síntese de um milénio.** Coimbra: Almedina, 2012. 647p. ISBN 9789724048109 (broch.).
Carlos, W. A. **História do Direito no Brasil - Tradição no Ocidente e no Brasil**. Rio de Janeiro : Grupo GEN, 2019. 9788530987305. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530987305/. Acesso em: 21 Sep 2020

Bibliografia complementar:

CHARTIER, Roger. **A História ou a Leitura do Tempo. 2ª edição.** Belo Horizonte : Autêntica, 2015.

COSTA, André de Abreu. **Direito ao Esquecimento: o tempo na narrativa jurídica acerca de uma vontade de ser "deixado em paz"**. Rio de Janeiro : Lumen Juris. (no prelo)

OST, François. **O Tempo do Direto**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

Nome do Componente Curricular em português: Metodologia da Pesquisa e da Extensão Nome do Componente Curricular em inglês: Research and Community Outreach Methodology	Código: DII006
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH
Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância	

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Noções de conhecimento científico. Metodologia da pesquisa e da extensão. Orientação para elaboração de trabalhos técnicos científicos aplicados ao Direito: projeto de pesquisa, monografia, artigos e relatórios. Orientações e regras para elaboração de ações de extensão: programas, projetos, cursos, empresas juniores, cultura.

Conteúdo programático:
UNIDADE 1. Noções de Conhecimento Científico
1.1.As principais características do conhecimento científico.
1.2.Perspectivas atuais do conhecimento científico.
UNIDADE 2. Metodologia da pesquisa e da extensão
2.1. A pesquisa jurídica: O que é e quem faz?
2.2. As grandes vertentes teórico-metodológicas da pesquisa jurídica.
2.3. Os Tipos genéricos de investigações aplicadas à ciência jurídica.
2.4. Técnicas e procedimentos metodológicos aplicados a pesquisa jurídica.
2.5. Práticas e concepções de extensão.
2.6. A extensão universitária: Quem faz e a quem se destina.
2.7. Quais são os objetivos da extensão e por que se faz extensão.
2.8. Compromisso social da universidade.
UNIDADE 3. Orientações para elaboração de trabalhos técnicos científicos aplicados ao Direito:
3.1. Projeto de pesquisa
3.2. Monografia
3.3. Artigo
3.4. Relatório
UNIDADE 4. Orientações e regras para elaboração de ações de extensão:
4.1. Programas
4.2. Projetos
4.3. Cursos
4.4. Empresas Juniores
4.5. Cultura

Bibliografia básica:

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2022. ISBN: 9786555553055 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555553055

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 4. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2016. ISBN: 9788597008821 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597008821

QUEIROZ, Rafael Mafei. **Metodologia da Pesquisa em Direito**. 3. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786553627994 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627994

Bibliografia complementar:

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito.** 14ªed. São Paulo: Saraiva. 2015. ISBN: 9788547204143 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547204143/

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Cientifica: a prática de Fichamentos, Resumos e Resenhas.** 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2019. ISBN: 9788597020328 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020328/

MONTEIRO, Cláudia; MEZAROBA, Orides. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019. ISBN: 9788553611560 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611560/

HENRIQUES, Antônio; MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no curso de direito: trabalho de conclusão de curso.** 9ª ed. São Paulo: GEN, 2017. ISBN: 9788597011760 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011760/

ECO, Humberto. **Como se faz uma Tese.** São Paulo: Perspectiva, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 8ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2017. ISBN: 9788597012408 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em: Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012408/

Nome do Componente Curricular em português: Economia Nome do Componente Curricular em inglês: Economics	Código: ENP900
Nome e sigla do departamento: Departamento de Engenharia de Produção - DEENP	Unidade Acadêmica: ISH

Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Conceituação básica. Evolução do pensamento econômico. Processo produtivo. Noções sobre bens, utilidade e valor. Formação de preços. Moeda. Repartição da renda. Instituições financeiras. Contas nacionais. Comércio internacional. A tributação e a economia. Desenvolvimento e crescimento econômico.

Conteúdo programático:
UNIDADE 1: A Introdução à Ciência Econômica; Definições, objetivos e metodologia da ciência econômica; Relações com as demais ciências; Evolução do pensamento econômico; Compartimentos da ciência econômica.
UNIDADE 2: Análise Microeconômica; Fatores de produção: Capital, trabalho e recursos naturais; Noções sobre bens, utilidade e valor; Conceito de procura, oferta, equilíbrio de mercado, preço e elasticidade; Conceito de custo, receita e lucro; Estruturas de mercado: monopólio, oligopólio, concorrência perfeita e concorrência monopolista.
UNIDADE 3: Análise Macroeconômica; Moeda: Definição, origem, evolução e funções; Inflação; Instrumentos de política monetária; Sistema Financeiro Nacional – Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários e Instituições Financeiras Públicas e Privadas. Comércio Internacional: Câmbio; Balanço de Pagamentos – Balança Comercial, de Serviços e de Capital; Organismos Internacionais – FMI, BIRD, OMC; Blocos Econômicos – Mercado Comum Europeu, Nafta e Mercosul. Setor Público: As funções do Setor Público; Estrutura Tributária; Conceito de Déficit Orçamentário e Orçamento Público
UNIDADE 4: Desenvolvimento e Crescimento Econômico; Definições; Características e causas do subdesenvolvimento; Fatores determinantes do processo de desenvolvimento; O papel do Estado no processo de desenvolvimento(privatização); Produto Interno Bruto; Comércio internacional; As taxas de câmbio; Balança comercial; Balanço de pagamentos; Fundo Monetário Internacional; Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento; Mercado Comum Europeu e Mercosul.

Bibliografia básica:
MANKIW, N. G. **Introdução à economia**. Tradução da 8ª edição norte-americana. São Paulo, SP: Cengage, 2020. P. 720. ISBN 9788522127924. [Acervo físico e virtual - Plataforma Minha Biblioteca]
ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2016. P. 1000. ISBN 9788597008081. [Acervo físico e virtual - Plataforma Minha Biblioteca]
VASCONCELOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia**. 7. ed. São Paulo: SaraivaUni, 2023. P. 181. ISBN 9788571441415. [Acervo físico e virtual - Plataforma Minha Biblioteca]

Bibliografia complementar:

VARIAN, H. R. **Microeconomia: uma abordagem moderna**. Tradução da 9ª edição. Rio de Janeiro: GEN | Grupo Editorial Nacional. Publicado pelo selo Editora Atlas, 2021. P. 782. ISBN 9788535289022. [Acervo físico e virtual - Plataforma Minha Biblioteca]

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 8. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013. P. 770. ISBN 9788543000282. [Acervo físico e virtual - Plataforma Minha Biblioteca]

WERNER, B. **A economia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2002. P. 509. ISBN 8521311974. [Acervo físico]

STIGLITZ, J. E.; WALSH, C. E. **Introdução à macroeconomia**. Tradução da 3ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 2003. P. 446. [Acervo físico]

SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. **Macroeconomia**. 2. ed. São Paulo: Atlas: Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1995. P. 696. ISBN 8522413061. [Acervo físico]

2º Período

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Direito Civil I – Parte Geral
Nome do Componente Curricular em inglês:
Civil Law I – General Part</td><td>Código: DII007</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
-</td><td>Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
60 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
04 horas/aula</td><td>Prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Parte Geral do Código Civil. Pessoas, bens, atos jurídicos. Prescrição e Decadência. LINDB.</td></tr>
</table>

Conteúdo programático:
Unidade 1 – Introdução ao Direito Civil
Conceito, objeto e função do Direito Civil
Princípios fundamentais do Direito Civil contemporâneo
Estrutura e evolução do Código Civil brasileiro (1916 e 2002)
Relações com a Constituição Federal: constitucionalização do Direito Civil
Unidade 2 – A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB)
Natureza e finalidade da LINDB
Vigência, aplicação, integração e interpretação das leis
Conflitos de leis no tempo e no espaço
Efeitos jurídicos e segurança jurídica na LINDB (arts. 20 a 30 – alterações recentes)
Unidade 3 – Pessoas Naturais e Jurídicas
Conceito de pessoa no Direito Civil
Personalidade jurídica: aquisição, direitos da personalidade, término
Capacidade jurídica: absoluta, relativa e incapacidade
Direitos da personalidade e sua tutela
Ausência: declaração de ausência, curadoria, sucessão provisória e definitiva
Pessoa jurídica: conceito, classificação, constituição, capacidade, desconsideração da personalidade jurídica
Unidade 4 – Domicílio
Conceito e importância jurídica
Espécies de domicílio: voluntário, legal e contratual
Domicílio das pessoas naturais e jurídicas
Unidade 5 – Bens
Conceito e classificação dos bens
Bens móveis e imóveis, fungíveis e infungíveis, consumíveis e inconsumíveis
Bens públicos e particulares
Bens divisíveis e indivisíveis, principais e acessórios
Universalidade de fato e de direito
Unidade 6 – Fatos, Atos e Negócios Jurídicos
Fato jurídico lato sensu e stricto sensu
Ato jurídico: lícito e ilícito
Negócio jurídico: conceito, requisitos de validade, defeitos e vícios
Elementos essenciais, acidentais (condição, termo e encargo)
Invalidade do negócio jurídico: nulidade e anulabilidade
Simulação e fraude contra credores
Interpretação e integração do negócio jurídico
Unidade 7 – Prescrição e Decadência
Conceito, distinção e fundamentos
Interrupção e suspensão da prescrição
Prazos prescricionais no Código Civil
Decadência legal e convencional
Renúncia e efeitos do decurso do tempo

Bibliografia básica:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 15. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786553627741 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627741

DONIZETE, Elpídio; QUINTELLA, Felipe; DONIZETTI, Felipe. **Curso de Direito Civil**. 11. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786553627741 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559774654

FIUZA, César Augusto de Castro. **Curso de Direito Civil**. 24. ed. Curitiba: Intersaberes, 2023. ISBN: 9788522704439 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/210572

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Parte Geral.** Vol. 1. 21. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2024.

FIÚZA, César (coord.). **Novo Código Civil Comentado.** 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: Parte Geral.** Vol. 1. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2024.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil: Parte Geral.** Vol. 1. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

Bibliografia complementar:

DESGUALDO, Juliana Guillen. **Direito Civil**. São Paulo: Rideel, 2022. ISBN: 9786557385821 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203725

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil.** 24. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788553627387 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627387

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Grupo GEN, 2018. ISBN: 9788530979645 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530979645

BITTAR, Carlos Alberto. **Teoria Geral do Direito Civil.** 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil: Parte Geral.** Vol. 1. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Parte Geral.** Vol. 1. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: Parte Geral.** Vol. 1. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

LEITE, George Salomão. LINDB: **Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro Comentada.** Salvador: JusPodivm, 2021.

STRECK, Lenio Luiz; SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme. **Comentários à LINDB: Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.** São Paulo: RT, 2020.

Nome do Componente Curricular em português: Direitos Humanos e Direitos Fundamentais Nome do Componente Curricular em inglês: Human Rights and Fundamental Rights	Código: DII008
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH
Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância	

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
A afirmação histórica dos Direitos Humanos. Os Direitos Humanos como retórica do poder. Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos. Regime Jurídico Brasileiro de Proteção dos Direitos Humanos. Direitos Humanos e Território. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. Princípios e objetivos fundamentais na Constituição de 1988. Teoria geral dos direitos fundamentais. Sistema de direitos fundamentais na Constituição de 1988. Eficácia e justiciabilidade dos direitos fundamentais. Hermenêutica dos princípios e direitos fundamentais. As garantias de direitos fundamentais.

Conteúdo programático:
1. A afirmação histórica dos Direitos Humanos
1.1. A constitucionalização de Direitos Fundamentais
1.2. Precedentes históricos da internacionalização dos Direitos Humanos
1.3. A internacionalização dos Direitos Humanos
2. Os Direitos Humanos como retórica do poder
2.1. A universalidade dos Direitos Humanos
2.2. Universalismo *versus* particularismos
2.3. Quem tem o direito de intervir?
3. Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos
3.1. Sistema ONU de proteção dos Direitos Humanos
3.2. Sistemas Regionais de proteção de Direitos Humanos
3.3. Sistema Interamericano de Direitos Humanos
4. Regime Jurídico Brasileiro de Proteção dos Direitos Humanos
4.1. Direitos Humanos e o bloco de constitucionalidade
4.2. *Corpus Juris* de proteção dos Direitos Humanos no Brasil
2.3. Competência em matéria de Direitos Humanos
5. Direitos Humanos e Território
5.1. Direito de imigração
5.2. Estatuto do Estrangeiro
5.3. Deslocamento forçado de pessoas
6. Princípios e objetivos fundamentais na Constituição de 1988
7. Teoria geral dos direitos fundamentais
8. Sistema de direitos fundamentais na Constituição de 1988
9. Eficácia e justiciabilidade dos direitos fundamentais
10. Hermenêutica dos princípios e direitos fundamentais
11. As garantias de direitos fundamentais

Bibliografia básica:

MONDAINI, Marco. **Direitos Humanos**. Coimbra: Almedina, 2020. ISBN: 9788597026825 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788562938368

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais**. 12. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2021. ISBN: 9788597026825 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026825

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 12. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786555599619 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555599619

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar; COELHO, Inocencio Martires. **Direito Constitucional.** São Paulo: Saraiva, 2017.

COMPARATO, Fabio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos.** 9.ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva 2015. 600 p.

SILVA, Virgílio Afonso da. **Direitos Fundamentais:** conteúdo essencial, restrições e eficácia. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

Bibliografia complementar:

BRANDÃO, Cláudio (org). **Direitos Humanos e Fundamentais em Perspectiva**. São Paulo: Grupo GEN, 2014. ISBN: 9786555599619 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522488339

BASTOS, Elisio Augusto Velloso; MERLIN, Lise Tupiassu; CICHOVSKI, Patrícia Blagitz. **Constitucionalismo e Direitos Fundamentais**. São Paulo: Grupo GEN, 2014. ISBN: 9788530957544 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-5754-4

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional Didático.** Belo Horizonte: Del Rey, 2017.

FLORES, Joaquín Herrera. **A (re)invenção dos direitos humanos.** Florianópolis: Fundação Boiteux Garopaba: IDHID 2009

JUBILUT, Liliana Lyra; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco; MAGALHÃES, José Luiz Quadros de; GUANDALINI JUNIOR, Walter. **Direito à diferença, volume 1:** aspectos teóricos e conceituais da proteção às minorias e aos grupos vulneráveis. São Paulo: Saraiva 2013. 431 p ISBN 9788502208841 (v.1).

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017

Nome do Componente Curricular em português: Teoria da Constituição Nome do Componente Curricular em inglês: Theory of the Constitution	Código: DII009
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH
Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância	

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Teoria da Constituição - Estatuto da Teoria da Constituição. Paradigmas constitucionais e conceito de Constituição. Tipologia constitucional. Ontologia das Constituições escritas. Ciclos e fases do constitucionalismo. Alterações das Tradições Teóricas do Constitucionaismo. Natureza e aplicabilidade das normas constitucionais. Poder Constituinte; A Constituição. Conceito. Tipologia. Fontes do Direito Constitucional. A aplicação da Constituição no tempo. O sistema constitucional. Teoria da Norma Constitucional; Interpretação da Constituição. Dinâmica Constitucional: recepção, mutação, bloco de constitucionalidade e desconstitucionalização. Supremacia da Constituição. Mudanças Constitucionais no Brasil. Fiscalização da Constitucionalidade das Leis. Neo-constitucionalismo e novo constitucionalismo latino-americano.

Conteúdo programático:
O que é a Constituição. O Problema Conceitual da Teoria da Constituição. Paradigmas Constitucionais. Revoluções Inglesa, Americana e Francesa: a origem do constitucionalismo. Estudo de casos da Suprema Corte Americana. Constitucionalismo na Alemanha. Classificação das Constituições. O Conteúdo das Constituições: normas materialmente e formalmente constitucionais. Preâmbulo, Disposições Permanentes e Transitórias. Teoria das Constituições Rígidas. Supremacia Constitucional. Poder Constituinte. Origem “ex nihilo” da Constituição. Constituição como acoplamento estrutural entre Direito e Política. Tipos e Limites do Poder Constituinte. Dinâmica Constitucional: recepção, desconstitucionalização e mutação constitucional. Constitucionalismo no Brasil. Dinâmica Constitucional: recepção, mutação, bloco de constitucionalidade e desconstitucionalização. Supremacia Constitucional – Controle de Constitucionalidade das Leis e Atos Normativos. Teoria da Norma Constitucional. Interpretação da Constituição. Constitucionalização do Direito. Constituição Dirigente. Neo-constitucionalismo e ativismo judiciário. Estado Plurinacional e o Novo Constitucionalismo Latino-americano.

Bibliografia básica:

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Teoria Geral do Estado e da Constituição**. 11. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2019. ISBN: 9788530986858 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530986858

PINHO, Rodrigo César Rebello. **Direito Constitucional**: Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais. 19. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2024. ISBN: 9786553623682 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553623682

MORAIS, Carlos Blanco. **Curso de Direito Constitucional:** Teoria da Constituição. Coimbra: Almedina, 2018. ISBN: 9789724088211 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724088211

CATTONI, Marcelo. **Teoria da Constituição.** Belo Horizonte: Initia Via, 2014.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. Salvador: JusPodium, 2021.

OMMATI, José Emílio Medauar. **Teoria da Constituição.** RJ: Lumen Juris, 2019.

Bibliografia complementar:

PEDRON, Flávio Quinaud. **Mutação Constitucional na Crise do Positivismo Jurídico.** Belo Horizonte: Arraes, 2012

OMMATI, José Emililio Medauar. **Liberdade de Expressão e Discurso de Ódio na Constituição de 1988.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.

FIGUEIREDO, Eduardo H. Lopes (et. al.) (orgs.). **Constitucionalismo e Democracia.** Campinas: Elsevier, 2022.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Malheiros, 2014.

Nome do Componente Curricular em português: Ética Profissional e Estatuto da OAB Nome do Componente Curricular em inglês: Legal Ethics and the Brazilian Bar Association Statute	Código: DII010
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH
Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância	

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 00 horas/aula	Prática 02 horas/aula

Ementa:
Atividade de advocacia e a organização da classe profissional na Ordem dos Advogados do Brasil. Fundamentos democráticos para o exercício da atividade advocatícia. Formação da classe advocatícia e a inscrição perante a Ordem dos Advogados do Brasil. Incompatibilidades e impedimentos no exercício da profissão. Serviços advocatícios, prerrogativas funcionais e deveres estatutários e éticos no exercício da profissão. Infrações disciplinares e processo disciplinar na OAB. Modernas perspectivas da advocacia no ordenamento jurídico, político e social.

Conteúdo programático:
1. Quadros da OAB
2. Tipos de inscrição na OAB
3. Licença e cancelamento da inscrição na OAB
4. Impedimento e Incompatibilidade para o exercício da advocacia
5. Direitos e prerrogativas dos advogados
6. Atos privativos de advocacia
7. Atos nulos na advocacia
8. Responsabilidade funcional do advogado
9. Sociedade de advogado
10. Advogado empregado
11. Honorários Advocatícios
14. Código de Ética e Disciplina
17. Implicações éticas das inovações e publicidade no mercado jurídico.
16. Processo disciplinar

Bibliografia básica:
BITTAR, Eduardo C. B.. **Curso de ética jurídica**: **ética geral e profissional**. 14ª ed.São Paulo: Editora Saraiva, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553601066/
FARIAS, Julião Rodrigo de. **Ética e Estatuto da Advocacia.** 2ª ed. São Paulo: Grupo GEN, 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522498697/
PAULO, Lobo. **Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB**. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553617333/

Bibliografia complementar:

ARBEX, Sergei Cobra; ZAKKA, Rogério Marcus. **Estatuto da Advocacia, Prerrogativas e Ética**. São Paulo: Editora Manole, 2012. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520444412/

BITTAR, Eduardo C. **Curso de ética geral e profissional**. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. 9788553608058. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553608058/

COELHO, Marcus Vinicius Furtado**. Comentários ao novo Código de ética dos Advogados.** 2ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547219659/

COSTA, Elcias Ferreira. **Deontologia Jurídica – Ética das Profissões Jurídicas**. São Paulo: Grupo GEN, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5629-5/

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Mediação e outras formas consensuais de resolução de conflitos
Nome do Componente Curricular em inglês:
Mediation and other consensual forms of conflict resolution</td><td>Código: DII011</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
-</td><td>Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
30 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
02 horas/aula</td><td>Prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Teoria do conflito. Teoria dos jogos. Teoria da comunicação não violenta. Acesso à Justiça. Negociação (diálogo voltado à persuasão). Constelações familiares. Conciliação. Arbitragem (cláusula compromissória, compromisso arbitral, arbitragem internacional). Transação (forma contratual de prevenção e resolução de litígios). Mediação privada. Mediação no âmbito da Administração Pública.</td></tr>
<tr><td colspan="4">Conteúdo programático:
Unidade 1. Teoria do conflito.
Unidade 2. Teoria dos jogos.
Unidade 3. Teoria da comunicação não violenta. Acesso à Justiça.
Unidade 4. Negociação.
Unidade 5. Constelações familiares.
Unidade 6. Conciliação.
Unidade 7. Arbitragem: cláusula compromissória, compromisso arbitral, arbitragem internacional. Transação.
Unidade 8. Mediação privada.
Unidade 9. Mediação no âmbito da Administração Pública.</td></tr>
</table>

Bibliografia básica:

SCAVONE JÚNIOR, Luiz Antônio. **Arbitragem, Mediação, Conciliação e Negociação**. 11. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786559648191 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559648191

SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem**. 5. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786559647637 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559647637

AZEVEDO, Fabiane Verçosa; MUNIZ, Joaquim de Paiva; PANTOJA, Fernanda Medina; ASSUMPÇÃO, Diogo de. **Arbitragem e Mediação - Temas Controvertidos**. São Paulo: Grupo GEN, 2014. ISBN: 9788530959111 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-5911-1

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Azevedo, André Gomma de (Org.). **Manual de Mediação Judicial**, 6ª Edição (Brasília/DF:CNJ), 2016.

CAHALI, FRANCISCO JOSÉ, **Curso de Arbitragem - Mediação. Conciliação**. Resolução CNJ 125/2010, 5.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da (coord). **Negociação, Conciliação, Mediação e Arbitragem.** Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Bibliografia complementar:

MOREIRA, António Júdice; NASCIMBENI, Asdrubal Franco; BEYRODT, Christiana; TONIN, Maurício Morais. **Mediação e Arbitragem na Administração Pública**. Coimbra: Almedina, 2020. ISBN: 9786556270678 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556270678

FICHTNER, José Antônio; MANNHEIMER, Sérgio Nelson; MONTEIRO, André Luis. **Teoria Geral da Arbitragem**. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual de Arbitragem e Mediação**: conciliação e negociação. São Paulo: Saraiva, 2018.

3º Período

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Direito Civil II - Obrigações e Responsabilidade
Nome do Componente Curricular em inglês:
Civil Law II – Obligations and Liability</td><td>Código: DII012</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
-</td><td>Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
60 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
04 horas/aula</td><td>Prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Teoria Geral das Obrigações. Atos jurídicos unilaterais e atos ilícitos. Responsabilidade Civil.</td></tr>
</table>

Conteúdo programático:
Unidade 1 – Teoria Geral das Obrigações
Conceito e elementos da obrigação
Fontes das obrigações no Código Civil: lei, contrato, ato ilícito e ato unilateral
Classificação das obrigações: de dar, fazer e não fazer; obrigações simples, solidárias e divisíveis
Modalidades das obrigações: puras e simples, condicionais, a termo e com encargo
Obrigações alternativas e facultativas
Unidade 2 – Transmissão das Obrigações
Cessão de crédito: conceito, requisitos, efeitos e espécies
Assunção de dívida e cessão de posição contratual
Sub-rogação legal e convencional
Unidade 3 – Adimplemento e Extinção das Obrigações
Pagamento: conceito, sujeito, objeto, lugar, tempo e prova
Pagamento com sub-rogação
Pagamento por consignação e em consignação
Imputação do pagamento
Dação em pagamento, novação, compensação, confusão e remissão de dívida
Unidade 4 – Inadimplemento das Obrigações e Cláusula Penal
Mora do devedor e do credor
Perdas e danos
Juros legais e convencionais
Cláusula penal: compensatória e moratória
Caso fortuito e força maior
Unidade 5 – Atos Unilaterais e Atos Ilícitos
Atos jurídicos unilaterais como fonte de obrigações
Promessa de recompensa, gestão de negócios, pagamento indevido e enriquecimento sem causa
Conceito e elementos do ato ilícito
Dano, culpa e nexo de causalidade
Legítima defesa, estado de necessidade e exercício regular de direito
Unidade 6 – Responsabilidade Civil
Conceito e função da responsabilidade civil
Responsabilidade subjetiva e objetiva
Responsabilidade contratual e extracontratual
Excludentes de responsabilidade
Responsabilidade por fato de terceiro (pais, empregadores, fornecedores etc.)
Responsabilidade do Estado
Dano moral, dano material e dano estético
Reparação integral do dano
Unidade 7 – Temas Atuais em Responsabilidade Civil
Responsabilidade civil nas relações de consumo
Responsabilidade por risco e teoria do risco integral
Responsabilidade por danos ambientais
Responsabilidade por atos digitais e inteligência artificial (introdução e debates contemporâneos)

Bibliografia básica:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 15. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786553627741 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627741

DONIZETE, Elpídio; QUINTELLA, Felipe; DONIZETTI, Felipe. **Curso de Direito Civil**. 11. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786553627741 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559774654

FIUZA, César Augusto de Castro. **Curso de Direito Civil**. 24. ed. Curitiba: Intersaberes, 2023. ISBN: 9788522704439 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/210572

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro – Volume 2: Teoria Geral das Obrigações.** 21. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2024.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil – Volume Único** (Parte das Obrigações e Responsabilidade Civil). 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil – Volume 2: Teoria Geral das Obrigações.** 23. ed. São Paulo: Atlas, 2024.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil – Volume 2: Obrigações.** 19. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2023.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil – Volume II: Teoria Geral das Obrigações.** 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

Bibliografia complementar:

DESGUALDO, Juliana Guillen. **Direito Civil**. São Paulo: Rideel, 2022. ISBN: 9786557385821 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203725

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil.** 24. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788553627387 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627387

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Grupo GEN, 2018. ISBN: 9788530979645 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530979645

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro – Volume 2: Teoria Geral das Obrigações.** 40. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2023.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil – Volume 2: Dos Contratos e das Obrigações em Geral.** 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Direito das Obrigações.** 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil.** 15. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código Civil Comentado.** 17. ed. São Paulo: RT, 2024.

Nome do Componente Curricular em português: Direito Constitucional I Nome do Componente Curricular em inglês: Constitutional Law I	Código: DII013
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH
Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância	

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Princípios fundamentais. Direitos e garantias individuais, coletivos, sociais (com ênfase nos direitos trabalhistas), de nacionalidade e políticos. Organização do Estado. Federação brasileira. Distribuição de competências. Intervenção Federal e Estadual.

Conteúdo programático:
Princípios Fundamentais: configuração da República Federativa do Brasil; objetivos fundamentais; princípios sobre as relações do Brasil com outros países e organismos internacionais. Classificação dos Direitos Fundamentais. "Gerações" de Direitos e sua interdependência, unidade e indivisibilidade. Críticas à teoria de gerações de direitos. Direitos Individuais em geral: vida, igualdade, liberdade, propriedade, racismo, extradição, etc. Direitos Coletivos: associação e reunião. Direitos individuais relativos à jurisdição (devido processo legal, contraditório e ampla defesa, acesso à justiça e duração razoável do processo). Direitos individuais relativos ao preso (tipos de pena, individualização das penas, garantias dos presos, etc.). Garantias Constitucionais: ações constitucionais (Habeas Corpus, Habeas Data, Mandado de Segurança, Mandado de Injunção, Ação Popular, Ação Civil Pública) e garantias extrajudiciais: direito de petição e direito de certidão.
Direitos Sociais – panorama geral. Efetividade dos Direitos Sociais, algumas questões. Direitos Trabalhistas e sindicatos.
Direitos de Nacionalidade: nacionalidades originária e adquirida. Diferenças entre brasileiros natos e naturalizados. Perda da Nacionalidade.
Direitos Políticos. Elegibilidade e Alistabilidade. Sufrágio, voto, referendo, plebiscito e outras formas de participação política. Suspensão e Perda dos Direitos Políticos. Ficha Limpa. Partidos Políticos. Crise da Democracia Representativa.
Organização do Estado: tipos de Estado. Federação. Federação na CR/88. Competências dos entes federados. Intervenção Federal e Estadual.

Bibliografia básica:

MITIDIERO, Daniel Francisco; MARINONI, Luiz Guilherme Bittencourt, SARLET, Ingo Wolfgang. **Curso de Direito Constitucional**. 12. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786553624771 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624771

BARCELOS, Ana Paula de. **Curso de Direito Constitucional**. 5. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786559647828 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559647828

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 23. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9786559647828 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624416

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional.** Salvador: Jus Podium, 2025.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** SP: Atlas, 2025.

BULOS, Uadi Lammego. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Saraiva, 2025.

MENDES, Gilmar F.; COELHO, Inocêncio M.; BRANCO, Paulo G. Gonet. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Saraiva, 2007.

Bibliografia complementar:

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. 16. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786553624818 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624818

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional**. 8. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2024.ISBN: 9788553621187 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621187

PUCCINELLI JÚNIOR, André. **Curso de Direito Constitucional**. 5. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2015. ISBN: 9788502627611 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502627611

CARVALHO, Kildare G. **Direito Constitucional: Teoria do Estado e da Constituição e Direito Constitucional Positivo.** Belo Horizonte: Del Rey, 2015.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição.** Coimbra: Almedina, 2018.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. **Jurisdição Constitucional.** Belo Horizonte: Del Rey, 2015.

MITIDIERO, Daniel; Sarlet Ingo W.; MARINONI, Luiz G. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2025.

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Direito Penal I
Nome do Componente Curricular em inglês:
Criminal Law I</td><td>Código: DII014</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
-</td><td>Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
60 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
04 horas/aula</td><td>Prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Teoria Geral do Direito Penal. Direitos Fundamentais e Direito Penal (Princípios). Da Norma e da Lei Penal. Teoria do Crime. Conduta. Tipicidade. Ilicitude. Culpabilidade. Erro Jurídico-Penal.</td></tr>
</table>

Conteúdo programático:
UNIDADE 1 Direito Penal Síntese histórica; Conceito e denominação; Função; Fontes do Direito Penal; Relações com as outras ciências jurídicas e outros ramos do Direito.
UNIDADE 2 Aplicação da Lei Penal Princípio da reserva legal; Norma penal; Conceito; Características; Classificação. Concurso ou conflito aparente de normas; Norma penal em branco; Interpretação da lei penal: objetivo e espécies; Integração da Lei Penal: Art. 4º da LICC; Analogia e interpretação analógica; Os costumes e os princípios gerais do Direito; A Lei Penal no tempo: Princípios: geral, retroatividade, irretroatividade; ultratividade, *abolitio criminis, novatio legis* incriminadora, *in mellius* e *in pejus*; Tempo do crime; A Lei Penal no espaço: Teorias; Territorialidade e extraterritorialidade; Lei excepcional e temporária; Lugar do crime; Sentença penal estrangeira.
UNIDADE 3 O Crime Conceitos material e formal; Teorias do crime: posições das doutrinas clássica e moderna; Pressupostos ou requisitos; Das formas de conduta: ação ou omissão; Teorias da ação; Objetos jurídico e material; Sujeitos ativo e passivo; Tipos subjetivo e objetivo; Crime e contravenção; Crime instantâneo e permanente; Crimes comuns, próprios e de mão própria; Crimes simples e complexo; Crimes comissivos, omissivos próprios e impróprios; Agente garantidor; Crimes de mão própria; Fato típico: do resultado, jurídico e naturalístico; Crimes de dano, de perigo, materiais, formais e de mera conduta.
UNIDADE 4 Relação de Causalidade Conceito; Teorias; Causas e concausas; Interrupção do nexo causal; Causas absoluta e relativamente independente; Causas anteriores, concomitantes e supervenientes; Imputação Objetiva do resultado. Tentativa; *Iter criminis*: Fases; Distinção entre atos preparatórios e executórios; Formas; Crime falho. Consumação e exaurimento: Conceitos; Desistência voluntária e arrependimento eficaz; Arrependimento posterior; Crime impossível; Caso fortuito.
UNIDADE 5 Tipicidade Tipo penal: conceito, estrutura, características, elementos, espécies do tipo penal; Elementares e circunstâncias agravantes, atenuantes, causas de aumento e diminuição e qualificadoras; Teorias da relação; Teoria da adequação social; Princípio da insignificância; Tipo objetivo e subjetivo; Princípio da reserva legal; Adequação típica direta e indireta; Atipicidade absoluta e relativa; Conflitos ou concursos aparentes de tipos ou de normas penais: Especialidade; Subsidiariedade; Consunção; Alternatividade; Tipo doloso; Espécies de dolo; Tipo culposo; Espécies de culpa.
UNIDADE 6 Ilicitude. Ilicitude formal e material; Exclusão da ilicitude: Conceito; Discriminantes legais; Discriminantes supralegais; Estado de necessidade: conceito, natureza, fundamento jurídico, requisitos; Excesso no estado de necessidade; Legítima defesa: conceito, natureza, fundamento jurídico, requisitos; Distinção entre legítima defesa e estado de necessidade; Excesso na legítima defesa; Estrito cumprimento do dever legal: conceito, natureza, fundamento jurídico, requisitos; Excesso no cumprimento do dever legal; Exercício regular de direito: conceito, natureza, fundamento jurídico, requisitos; Excesso no exercício regular de direito; Discriminante supralegal: consentimento do ofendido.
UNIDADE 7 Culpabilidade Conceito, natureza, fundamento jurídico, requisitos; Pressuposto do crime ou da pena; Imputabilidade: potencial consciência da exigibilidade de conduta diversa; Exclusão da imputabilidade: Doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado; Embriaguez; Emoção e paixão; Potencial conhecimento da ilicitude; Exclusão da culpabilidade: Ausência do potencial consciência da ilicitude e pela inexigibilidade de conduta diversa; Coação moral irresistível; Obediência hierárquica; Eximentes supralegais.

UNIDADE 8 Erro Erro de tipo; Erro de tipo essencial; Erro provocado por terceiro; Erro acidental; Erro sobre o objeto; Erro sobre a pessoa; Erro na execução (*aberratio ictus);* Resultado diverso do pretendido (*aberratio criminis*); Erro de proibição; Erro de proibição escusável; Erro de proibição inescusável; Discriminantes putativas – Teorias; Eximentes putativas decorrentes das circunstâncias de fato (erro de tipo permissivo); Eximentes putativas decorrentes dos limites da excludente de ilicitude (erro de proibição).
Bibliografia básica: GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. 21. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2024. ISBN: 9786559775811 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775811 NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal.** 9. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9786559649228 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649228 GONÇALVES, **Curso de Direito Penal**. 9. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9786559649228 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649228 BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal: parte geral.** São Paulo: Saraiva, 2025. GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: parte geral.** Rio de Janeiro: Impetus, 2025. PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro.** Vol. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2024.
Bibliografia complementar: FISHER, Fernanda Salles. **Direito Penal**. São Paulo: Rideel, 2022. ISBN: 9786557385852 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203728 CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal.** São Paulo: Saraiva, 2022. MIRABETE, Júlio Fabbrini e FABBRINI, Renato. **Manual de Direito Penal – Parte Geral.** São Paulo: Atlas, 2025. NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2025. TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios Básicos de Direito Penal.** São Paulo: Editora Saraiva, 1994. ZAFFARONI, Eugenio Raul e PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023.

<table>
<tr><td colspan="2">Nome do Componente Curricular em português:
Teoria Geral do Processo
Nome do Componente Curricular em inglês:
Theory of Procedural Law</td><td colspan="2">Código: DII015</td></tr>
<tr><td colspan="2">Nome e sigla do departamento:
-</td><td colspan="2">Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
60 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
04 horas/aula</td><td>Prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Introdução ao estudo do direito processual. Princípios constitucionais e princípios gerais do processo. Norma processual no tempo e no espaço. Institutos fundamentais: jurisdição, processo e ação. Parte Geral do CPC (livros I, II, III e IV – das Normas Fundamentais até atos processuais).</td></tr>
<tr><td colspan="4">Conteúdo programático:
Unidade 1: Teoria Geral do Processo: abrangência e utilidade prática do estudo autônomo da disciplina.
Unidade 2: Princípios constitucionais e princípios gerais do processo.
Unidade 3: Norma processual no tempo e no espaço.
Unidade 4: Institutos fundamentais do processo: jurisdição, processo e ação.
Unidade 5: Sujeitos do processo.
Unidade 6: Atos Processuais.</td></tr>
<tr><td colspan="4">Bibliografia básica:
DONIZETTI, Elpídio. Curso de Direito Processual Civil. 28. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9786559777105 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777105
GONÇALVES, Carlos Roberto. Curso de Direito Processual Civil. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9786559649389 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626601
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. 65. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. ISBN: 9786559649389 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649389
DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Vol. 1. 18ª ed. Salvador: JusPodivm, 2016. (acervo físico)
GONÇALVES, Aroldo Plínio. Técnica Processual e Teoria do Processo. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2012. (acervo físico)</td></tr>
</table>

Bibliografia complementar:

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel; GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria Geral do Processo.** 29ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013. (*acervo físico*)

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Instrumentalidade do Processo.** 14ª ed. Malheiros, 2009. (*acervo físico*)

GAJARDONI, Fernando da Fonseca; DELLORE, Luiz; ROQUE, André Vasconcelos; OLIVEIRA JR., Zulmar Duarte de. **Teoria Geral do Processo – parte geral: comentários ao CPC de 2015.** 3ª ed. São Paulo: Método, 2019. (*acervo digital*)

SOUZA, André Pagani de; CARACIOLA, Andrea Boari; ASSIS, Carlos Augusto de; FERNANDES, Luís Eduardo Simardi; DELLORE, Luiz. **Teoria Geral do Processo Contemporâneo.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2019. (*acervo digital*)

TESHEINER, José Maria Rosa; THAMAY, Rennan Faria Krüger. **Teoria Geral do Processo.** 5ª ed. São Paulo: SaraivaJur, 2020. (*acervo digital*)

<table>
<tr><td colspan="2">Nome do Componente Curricular em português:
Direito Empresarial I
Nome do Componente Curricular em inglês:
Business Law I</td><td colspan="2">Código: DII016</td></tr>
<tr><td colspan="2">Nome e sigla do departamento:
-</td><td colspan="2">Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
60 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
04 horas/aula</td><td>Prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Teoria geral do direito empresarial. Empresário. Empresa. Estabelecimento. Propriedade industrial.</td></tr>
</table>

Conteúdo programático:
1. Introdução histórica ao direito mercantil/comercial/empresarial
1.1 Antiguidade.
1.2 Idade Média;
1.2.1 Fontes no Período;
1.2.2 Condicionantes Históricas;
1.2.3 Noção subjetiva e âmbito de aplicação do direito mercantil.
1.3 Modernidade;
1.3.1 A crise da noção subjetiva;
1.3.2 Objetivismo e a Teoria do Ato de Comércio;
1.4 Atualidade;
1.4.1 O Código Civil Italiano e a Teoria da Empresa;
1.4.2 Empresa e Subjetivismo Pós-Moderno?
1.4.4 Teoria da Empresa no Código Civil.
1.5. A antiga teoria dos Atos de Comércio e a noção de comerciante.
1.5.1 A utilidade histórica da teoria dos atos de comércio e sua superação;
1.5.2 Da impossibilidade da elaboração de um conceito jurídico de ato de comércio;
1.5.3 O Conceito de Comerciante e o "círculo vicioso" conceitual.
2. Direito "Comum" e Direito Comercial.
2.1 Contingenciamento histórico;
2.2 A Evolução da distinção e seus Critérios;
2.3 Autonomia do Direito Comercial e unidade do direito privado;
2.4 Qual "autonomia"?
2.5 Unidade do direito privado, teoria dos micro–sistemas, e a constitucionalização do direito privado.
3. Princípios de direito empresarial.
4. A Teoria da Empresa e a noção de empresário.
4.1 O Sistema Italiano e sua Influência sobre o Direito Privado Pátrio;
4.2 Conceito de Empresa e de Empresário no Direito Brasileiro;
4.3 Atividade Empresarial e Requisitos de Regularidade;
4.3.1 Capacidade;
4.3.2 Registro/Matrícula;
4.3.3 Ausência de Impedimentos;
4.4 Agentes auxiliares da Empresa.
4.5 Deveres do empresário.
4.5.1 Registro;
4.5.2 Escrituração e livros mercantis;
4.6. Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.
5. Registro de Empresas.
5.1 Estrutura e organização do SINREM;
5.1.1 DREI – Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (e o antigo DNRC);
5.1.2 Juntas Comerciais;
5.1.3 Competência para as ações envolvendo as Juntas Comerciais e o DREI;
5.2 Funções e Estrutura das Juntas.
5.3 Procedimento administrativo do registro e os recursos internos.
5.4 Os atos do registro.
6. Nome Empresarial.
6.1 Paralelismo entre Nome Empresarial e Nome Civil.
6.2 Espécies de Nome.
6.2.1 Razão/Firma;

6.2.2 Denominação.
6.3 Regras para a Elaboração de Nomes.
6.3.1 Principio da Veracidade;
6.3.2 Liberdade (plena e mitigada);
6.4 Regras para a adequação entre nomes e a estrutura jurídica do empresário.
6.5 A proteção ao nome no direito pátrio e nos tratados internacionais.
7. Estabelecimento Empresarial (Fundo de Comércio).
7.1 Visão Geral Introdutória.
7.2 Surgimento e evolução da noção de Fundo de Comércio no Direito Brasileiro.
7.3 Conceito e natureza.
7.4 Regras Pertinentes à alienação e responsabilidade do alienante e do adquirente.
7.5 Direito ao ponto. Locação Empresarial.
7.6 Renovação Compulsória.
7.7 Ação Renovatória.
7.8 Especificidades da Locação Imobiliária em "Shoppings Centers".
8. Propriedade Industrial.
8.1 Propriedade Intelectual, Direitos Autorais e Propriedade Industrial.
8.2 INPI.
8.4 Das Espécies Sujeitas a Patente.
8.4.1 Invenções;
8.4.2 Modelos de Utilidade;
8.4.3 Requisitos para a concessão de patentes;
8.4.4 Efeitos da concessão;
8.5 Das Espécies Sujeitas ao Registro.
8.5.1 Marcas;
8.5.2 Desenhos Industriais;
8.5.3 Requisitos para a concessão de registros;
8.5.4 Vigência e renovação da proteção.
8.6. Indicações geográficas.

Bibliografia básica:

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial**: teoria geral e direito societário – volume 1. 11 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609154/>. Acesso em: 13 jul. 2025.
NEGRÃO, Ricardo, **Curso de direito comercial e de empresa**, volume 1. Editora Saraiva, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609598/>. Acesso em: 13 jul. 2025.
CRUZ, André Santa. **Direito empresarial** - Vol. Único. 10 Ed. Grupo GEN, 2020. Disponível em:<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530990343/>. Acesso em: 13 jul. 2025.

Bibliografia complementar:

MAMEDE, Gladston. **Empresa e Atuação Empresarial** - Direito Empresarial Brasileiro, 11ª edição. Grupo GEN, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597019223/>. Acesso em: 13 jul. 2025.
CHAGAS, Edilson Enedino das. **Esquematizado** - Direito empresarial. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553618491/>. Acesso em: 13 jul. 2025.
RODRIGUES, Cláudia. VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Empresarial**, 9ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020731/>. Acesso em: 13 jul. 2025.

4º Período

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Direito Civil III - Contratos
Nome do Componente Curricular em inglês:
Civil Law III – Contracts</td><td>Código: DII017</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
-</td><td>Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
60 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
04 horas/aula</td><td>Prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Conceito de Contrato. Princípios Contratuais. Elementos, Requisitos e Classificação dos Contratos. Formação do Contrato. Efeitos dos contratos em relação a terceiros. Vicissitudes do contrato. Extinção do Contrato. Contratos em espécie.</td></tr>
</table>

Conteúdo programático:
Unidade 1. Conceito de Contrato.
1.1. Definição do contrato no contexto normativo civil.
1.2. Definição do contrato na legalidade constitucional.
Unidade 2. Princípios Contratuais.
2.1. Noção de princípio e sua classificação.
2.2. Princípios da liberdade contratual, da obrigatoriedade, da relatividade, da boa-fé objetiva, da função social, do equilíbrio contratual e da proteção dos vulneráveis.
UNIDADE 3. Elementos, Requisitos e Classificação dos Contratos.
3.1. Elementos do contrato.
3.2. Requisitos do contrato.
3.3. Classificação dos contratos.
UNIDADE 4. Formação do Contrato.
4.1. Negociações contratuais.
4.2. Contrato preliminar.
4.3. Formação e lugar do contrato.
UNIDADE 5. Efeitos dos contratos em relação a terceiros.
5.1. Princípio do efeito relativo dos contratos.
5.2. Confirmação e exceções ao princípio.
UNIDADE 6. Vicissitudes do contrato.
6.1. Vícios redibitórios.
6.2. Evicção.
6.3. Onerosidade excessiva, contratos e fatos supervenientes.
UNIDADE 7. Extinção do Contrato.
7.1. Causas de extinção do contrato.
7.2. Distrato.
7.3. Resilição unilateral.
7.4. Resolução por inexecução.
UNIDADE 8. Contratos em espécie.
8.1. Compra e Venda (CC, arts. 481 a 532).
8.2. Troca e Permuta (CC, art. 533)
8.3. Doação (CC, arts. 538 a 564)
8.4. Locação (CC, arts. 565 a 578)
8.5. Locação residencial e não residencial. Lei do Inquilinato (Lei 8.245 de 18/10/1991)
8.6. Leasing ou arrendamento mercantil (Lei 8.245 de 18/10/1991, art. 1°)
8.7. Empréstimo. Comodato (CC, arts. 579 a 585)
8.8. Empréstimo. Mútuo (CC, art. 586 a 592)
8.9. Depósito (CC, arts. 627 a 652). Depósito voluntário e depósito necessário.
8.10. Prestação de serviço (CC, arts. 593 a 609)
8.11. Empreitada (CC, arts. 610 a 626)
8.12. Mandato (CC, arts. 653 a 692)
8.13. Comissão (CC, arts. 693 a 709)
8.14. Agência e Distribuição (CC, arts. 710 a 721)
8.15. Corretagem (CC, arts. 722 a 729)
8.16. Transporte (CC, arts. 730 a 756)
8.17. Contrato de seguro (CC, arts. 757 a 802)
8.18. Constituição de renda vitalício (CC, arts. 803 a 813)
8.19. Contratos de jogo e aposta (CC, arts. 814 a 817)
8.20. Fiança (CC, arts. 818 a 839).
8.21. Alienação Fiduciária em Garantia (CC, arts. 1361 a 1368-B)

8.22. Transação (CC, arts. 840 a 850) 8.23. Compromisso (CC, art. 851 a 853)
Bibliografia básica: DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 15. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786553627741 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627741 DONIZETE, Elpídio; QUINTELLA, Felipe; DONIZETTI, Felipe. **Curso de Direito Civil**. 11. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786553627741 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559774654 FIUZA, César Augusto de Castro. **Curso de Direito Civil**. 24. ed. Curitiba: Intersaberes, 2023. ISBN: 9788522704439 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/210572 GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. vol. 3. Contratos e Atos unilaterais 16.ed, Rio de Janeiro: Saraiva, 2019 (disponível na Biblioteca Digital/E-BOOKS Minha Biblioteca) PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil**. vol. III. Contratos. 24.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020 (disponível na Biblioteca Digital/E-BOOKS Minha Biblioteca) TEPEDINO, Gustavo. KONDER, Carlos Nelson. **Fundamentos do Direito Civil**. Vol. 3. Contratos, Rio de Janeiro: Forense, 2020 (disponível na Biblioteca Digital/E-BOOKS Minha Biblioteca)
Bibliografia complementar: DESGUALDO, Juliana Guillen. **Direito Civil**. São Paulo: Rideel, 2022. ISBN: 9786557385821 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203725 GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil.** 24. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788553627387 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627387 NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Grupo GEN, 2018. ISBN: 9788530979645 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530979645 GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil. Contratos.** 2.ed, São Paulo: Saraiva, 2019 (disponível na Biblioteca Digital/ E-BOOKS Minha Biblioteca). LOBO, Paulo. **Direito Civil. Contratos**. Vol. 3, 6.ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2020 (disponível na Biblioteca Digital/ E-BOOKS Minha Biblioteca). SCHREIBER, Anderson. **Manual de Direito Civil Contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2020 (disponível na Biblioteca Digital/ E-BOOKS Minha Biblioteca). TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**. Vol. 3. Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie, 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019 (disponível na Biblioteca Digital/ E-BOOKS Minha Biblioteca). VILLAÇA Azevedo, Álvaro. **Curso de Direito Civil. Teoria Geral dos Contratos**. Vol. 3, 4.ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2019 (disponível na Biblioteca Digital/ E-BOOKS Minha Biblioteca).

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Direito Constitucional II
Nome do Componente Curricular em inglês:
Constitutional Law I</td><td>Código: DII018</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
-</td><td>Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
60 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
04 horas/aula</td><td>Prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Organização dos Poderes; Poder Legislativo; Processo Legislativo; Poder Executivo; Princípios da Administração Pública; Poder Judiciário; Funções Essenciais à Justiça; Controle de Constitucionalidade; Defesa do Estado e das Instituições Democráticas; Princípios da Ordem Tributária; Princípios da Ordem Econômica; Princípios da Ordem Social; Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.</td></tr>
</table>

Conteúdo programático:
1. A Organização dos Poderes na Constituição de 1988. Princípio da separação dos poderes.
2. Poder Legislativo.
2.1. Funções. Congresso Nacional. Assembleia Legislativa. Câmara dos Vereadores.
2.2. Sistema bicameral. Organização. Câmara dos Deputados. Sistema proporcional.
2.3. Organização. Senado Federal. Sistema majoritário. Organização interna das Casas Legislativas.
2.4. Estatuto dos Congressistas.
2.5. Função Fiscalizatória. As Comissões Parlamentares de Inquérito.
2.6. Função Legiferante. Processo Legislativo. Noções básicas.
2.7. Processo Legislativo. Procedimento Ordinário.
2.8. Processo Legislativo. Procedimentos Especiais. Emenda Constitucional. Lei Complementar. Lei Delegada. Medida Provisória. Decreto Legislativo. Resolução.
3. Poder Executivo.
3.1. Organização e Competências. Decreto Regulamentar e Decreto Autônomo.
3.2. Princípios da Administração Pública.
3.3. Responsabilidade do Presidente da República. Crimes Comuns e de Responsabilidade. Processo de *Impeachment*.
3.4. Responsabilidade do Chefe do Executivo nos Estados e Municípios.
4. Poder Judiciário.
4.1. Organização. Competências. Estatuto da Magistratura.
4.2. Supremo Tribunal Federal. Competências. Súmula Vinculante.
4.3. Conselho Nacional de Justiça.
4.4. Superior Tribunal de Justiça. Justiça Federal. Justiça do Trabalho. Justiça Eleitoral. Justiça Militar. Justiça Comum Estadual.
5. Funções Essenciais à Justiça.
5.1. Ministério Público. Organização e Competências.
5.2. Advocacia Pública. Advocacia Privada. Defensoria Pública.
6. Controle de Constitucionalidade.
6.1. Histórico. Modalidades. Histórico no Brasil.
6.2. Controle Difuso de Constitucionalidade. Incidente de Inconstitucionalidade. Recurso Extraordinário.
6.3. Controle Concentrado de Constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Leis Federais 9.868/1999 e 9.882/1999. Controle Concentrado nos Estados-membros.
6.4. Efeitos das decisões. Efeito vinculante e *erga omnes*. Efeitos temporais. Modulação temporal. Modalidades de decisão (sentenças intermediárias).
7. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.
7.1. Estado de Defesa.
7.2. Estado de Sítio.
8. Princípios da Ordem Tributária.
9. Princípios da Ordem Econômica.
10. Princípios da Ordem Social.
11. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Bibliografia básica:

MITIDIERO, Daniel Francisco; MARINONI, Luiz Guilherme Bittencourt, SARLET, Ingo Wolfgang. **Curso de Direito Constitucional**. 12. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786553624771 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624771

BARCELOS, Ana Paula de. **Curso de Direito Constitucional**. 5. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786559647828 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559647828

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 23. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9786559647828 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624416

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2025.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Saraiva, 2024.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** São Paulo: Ed. Atlas, 2025.

Bibliografia complementar:

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. 16. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786553624818 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624818

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional**. 8. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2024.ISBN: 9788553621187 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621187

PUCCINELLI JÚNIOR, André. **Curso de Direito Constitucional**. 5. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2015. ISBN: 9788502627611 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502627611

BAHIA, Alexandre; SILVA, Diogo Bacha e; CATTONI, Marcelo Andrade. **O Impeachment e o Supremo Tribunal Federal.** Florianópolis: Empório do Direito, 2016.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional.** São Paulo: Malheiros, 2020.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade:** estudos de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2012.

MEYER, Emílio Peluso Neder. **A decisão no controle de constitucionalidade.** São Paulo: Método, 2008.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo.** São Paulo: Malheiros, 2022.

Nome do Componente Curricular em português: Direito Penal II Nome do Componente Curricular em inglês: Criminal Law II	Código: DII019
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH
Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância	

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Concurso de pessoas. Concurso de crimes. Sanção Penal. Suspensão Condicional da Pena e do Processo. Livramento Condicional. Efeitos da Condenação. Reabilitação. Medidas de segurança. Incidentes da execução da pena. Extinção da punibilidade.

Conteúdo programático:
UNIDADE 1: Concurso de Pessoas; Teorias; Participação; Cooperação dolosamente distinta; Autoria direta e mediata; Autoria incerta; Co-autoria; Autoria colateral; Participação impunível; Circunstâncias comunicáveis; Circunstâncias incomunicáveis.
UNIDADE 2: Concurso de Crimes; Concurso material: requisitos, teorias e espécies; Concurso formal: requisitos, teorias e espécies; Crime continuado: requisitos, teorias e espécies; Critérios para a incidência do concurso de crimes na dosimetria da pena; Limite das penas.
UNIDADE 3: A Pena Criminal; Histórico, conceito, fundamento, finalidades e características; Classificação das penas; Penas privativas de liberdade: conceito, espécies, cabimento, conversão; Reclusão e detenção; Regimes prisionais; Penas restritivas de direito: conceito, espécies, cabimento, conversão; Pena pecuniária: conceito, espécies, cabimento, fixação; Aplicação da pena criminal: Etapas; Fixação – fases; A pena-base: circunstâncias judiciais; Fixação da pena criminal: Circunstâncias legais atenuantes; Circunstâncias legais agravantes; Circunstâncias legais qualificadoras; Causas de aumento da pena; Causas de diminuição da pena; Substituição da pena; Conversão da pena; Medidas de segurança: Conceito; Diferenças entre as penas criminais e as medidas de segurança; Espécies; Pressupostos; Aplicação; Execução; Suspensão ou revogação; Extinção; A questão da periculosidade; Suspensão condicional da execução da pena: Conceito; Espécies; Requisitos; Condições; Prazos; Revogação; Extinção; Livramento condicional: Conceito; Requisitos; Concessão; Revogação; Efeitos; Extinção; Término.
UNIDADE 4: Efeitos da Condenação; Penais secundários; Extrapenais genéricos e específicos; Reabilitação: natureza, consequências, requisitos; revogação.
UNIDADE 5: Ação Penal; Conceito; Classificação; Ação penal pública: espécies e princípios; Ação penal no crime complexo; Ação penal privada: espécies e princípios.
UNIDADE 6: Extinção da Punibilidade; Punibilidade; Condições objetivas de punibilidade; Escusas absolutórias; Causas não elencadas no art. 107 do Código Penal; Causas elencadas no art. 107 do Código Penal; Morte do agente; Anistia; Graça; Indulto; *Abolitio criminis*; Prescrição e suas formas; Decadência; Perempção; Perdão do ofendido; Renúncia; Perdão; Retratação do agente; Casamento do agente com a vítima; Perdão judicial; Não-extensão das causas de extinção da punibilidade.

Bibliografia básica: GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. 21. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2024. ISBN: 9786559775811 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775811 NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal.** 9. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9786559649228 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649228 GONÇALVES, **Curso de Direito Penal**. 9. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9786559649228 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649228 BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal: parte geral.** São Paulo: Saraiva, 2024. GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: parte geral.** Rio de Janeiro: Impetus, 2023. PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro.** Vol. 1. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2025.
Bibliografia complementar: FISHER, Fernanda Salles. **Direito Penal**. São Paulo: Rideel, 2022. ISBN: 9786557385852 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203728 CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal.** Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2024. COSTA, André de Abreu. **Penas e Medidas de Segurança: Fundamentos e Individualização.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021. MIRABETE, Júlio Fabbrini e FABBRINI, Renato. **Manual de Direito Penal – Parte Geral.** São Paulo: Atlas, 2025.

Nome do Componente Curricular em português: Direito Processual Civil I Nome do Componente Curricular em inglês: Civil Procedural Law I	Código: DII020
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH
Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância	

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Processo de Conhecimento. Procedimento comum. Competência, formação, suspensão e extinção do processo. De petição inicial a teoria geral das provas.

Conteúdo programático:
Unidade 1: Competência: critérios definidores. Formação, suspensão e extinção do processo.
Unidade 2: Procedimento comum: petição inicial, improcedência liminar do pedido, audiência de conciliação ou de mediação.
Unidade 3: Contestação, reconvenção e revelia.
Unidade 4: Das providências preliminares e do saneamento.
Unidade 5: Do julgamento conforme o estado do processo.
Unidade 6: Da audiência de instrução e julgamento. Das provas.

Bibliografia básica:
DONIZETTI, Elpídio. **Curso de Direito Processual Civil**. 28. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9786559777105 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777105
GONÇALVES, Carlos Roberto. **Curso de Direito Processual Civil**. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9786559649389 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626601
THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil.** 65. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. ISBN: 9786559649389 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649389
DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil.** Vol. 1. 18ª ed. Salvador: JusPodivm, 2016. (*acervo físico*)
DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil.** Vol. 2. 11ª ed. Salvador: JusPodivm, 2016. (*acervo físico*)
THEODORO JR., Humberto. **Curso de Direito Processual Civil.** Vol. 1. 61ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (*acervo digital e físico*)

Bibliografia complementar:
CÂMARA, Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2020. (*acervo digital e físico*)
MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Processual Civil.** Vol. 2. 2ª ed. São Paulo: RT, 2016. (*acervo físico*)
MITIDIERO, Daniel. A colaboração como modelo e como princípio no processo Civil. **Revista de Processo Comparado.** Vol.2/2015. (*acervo digital*)

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Direito Empresarial II
Nome do Componente Curricular em inglês:
Business Law II</td><td>Código: DII021</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
-</td><td>Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
60 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
04 horas/aula</td><td>Prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Regime jurídico das sociedades empresárias. Conceito. Tipos. Características. Constituição. Figuras subjetivas. Órgãos. Deliberação. Extinção.</td></tr>
</table>

Conteúdo programático:
1. Teoria geral do direito societário.
1.1. Elementos conceituais das sociedades.
1.2. Ato constitutivo.
2. Pessoa Jurídica e Personalidade.
3. Desconsideração de personalidade jurídica.
4. Classificações das sociedades.
5. Tipos societários.
6. Regime jurídico em comum.
6.1. Sociedade em comum
6.2. Sociedade em conta de participação.
7. Sociedade simples.
7.1. Sócios.
7.2. Deliberação.
7.3. Administração.
7.4. Dissolução.
8. Sociedade em nome coletivo.
9. Sociedade em comandita simples.
10. Sociedade limitada.
10.1. Contrato social.
10.2. Capital social e quotas.
10.3. Assembleia, reunião, administração e conselho fiscal.
10.4. Resolução da sociedade em relação a sócios minoritários.
11. Sociedade Anônima e Mercado de Capitais.
11.1. Constituição.
11.2. Capital social.
11.3. Ações.
11.4. Demais Valores Mobiliários.
11.5. Acionistas.
11.6. Órgãos sociais.
11.7. Controle societário.
11.8. Encerramento.
12. Modificações societárias e concentração empresarial.
13. Relações entre sociedades.
14. Sociedade de economia mista.
15. Sociedade em comandita por ações.
16. Cooperativas.

Bibliografia básica:
CRUZ, André Santa. **Direito empresarial**. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530990343/>. Acesso em: 13 jul. 2025.
MAMEDE, Gladston. **Empresa e atuação empresarial**. 11 ed. – São Paulo: Atlas, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597019223/>. Acesso em: 13 jul. 2025.
TOMAZETTE, Marlon. **Teoria geral do direito societário**. v. 1. 11 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553616671/>. Acesso em: 13 jul. 2025.

Bibliografia complementar:

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial**: direito de empresa: volume 2 : sociedades. 20. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de empresa**: comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: R. dos Tribunais c2010.

PIMENTA, Eduardo Goulart. Direito Societário. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017. Disponível em: <https://www.editorafi.org/073eduardo>. Acesso em: 13 jul. 2025.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de empresa**. 4.ed. rev; atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense 2012.

ROCHA FILHO, José Maria; ROCHA, Gustavo Ribeiro. **Curso de direito comercial**: teoria geral da empresa e direito societário. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte (MG): D'plácido, 2015.

5º Período

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Direito Civil IV - Posse e Propriedade
Nome do Componente Curricular em inglês:
Civil Law IV - Possession and Property</td><td>Código: DII022</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
-</td><td>Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
60 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
04 horas/aula</td><td>Prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Estudo das situações subjetivas patrimoniais reais constantes nos artigos 1196 a 1368 do Livro III da Parte Especial do Código civil e nos artigos 182 a 191 da Constituição Federal, mediante formação teórica por meio da oferta do domínio cognitivo e análise crítica dos temas da posse e das ações possessórias, do direito real de propriedade, seu conceito, caráteres, conteúdo e função social e as diversas formas de aquisição e perda da propriedade, dos direitos de vizinhança, das várias modalidades de condomínio, da multipropriedade, da propriedade resolúvel, com abordagem de temas transversais como a proteção do meio ambiente, a dignidade da pessoa humana, os direitos humanos, as questões de gênero e da pessoa com deficiência.</td></tr>
</table>

Conteúdo programático:
UNIDADE 1. Introdução à Posse e Propriedade.
1.1. Direito das Coisas. Direitos Reais. Significado. Origens. Conteúdo.
1.2. Distinção coisas e pessoas. Relatividade. Patrimonialização das pessoas. Reificação das pessoas. Personalização das coisas.
1.3. Distinção bens e coisas. Bens matérias e imateriais. Bens corpóreos e incorpóreos.
1.4. Patrimônio e patrimônios. Noção de patrimônio. Teoria subjetiva. Críticas. Patrimônio de afetação.
1.5. Distinção dos Direitos Reais e dos Direitos Pessoais. Características das situações subjetivas reais. Aderência. Oponibilidade erga omnes. Taxatividade. Tipicidade. Publicidade. Sequela e preferência. Ambulatoriedade.
1.6. Classificação dos direitos reais. Direitos reais principais e acessórios. Direitos reais sobre coisa própria e direitos reais sobre coisa alheia. Direito de propriedade e direitos reais limitados e de garantia.
UNIDADE 2. Posse.
2.1. Primeira ideia sobre a posse. O fato e o direito. Posse como fato. Consequências. Propriedade como direito. Consequências
2.2. Definição da posse. Comentário do artigo 1196 do Código civil. Doutrina brasileira e estrangeira. Natureza jurídica da posse. Posse como direito.
2.3. Justificações da posse. Possuidor proprietário. Possuidor não proprietário. Função social da posse.
2.4. Distinções essenciais. Posse e propriedade. Posse e detenção. Posse, permissão e tolerância.
2.5. Teorias sobre a posse. Teoria subjetiva de Savigny. Teoria objetiva de Jhering. Posição do direito brasileiro. Direito comparado. Manifestações da teoria objetiva. Manifestações da teoria subjetiva.
2.6. Elementos estruturais da posse. O Corpus. O Animus. Significado. Importância teórica e prática. Teoria subjetiva e objetiva.
2.7. Classificações da posse. Relevância das classificações da posse. Posse justa e injusta. Posse direta e indireta. Posse e composse. Posse de boa-fé e posse de má-fé. Posse ad usucapionem.
2.8. Aquisição da Posse. Nova abordagem no Código civil de 2002. Momento. Causas. Transmissão.
2.9. Perda da posse. Momento. Causas.
2.10. Efeitos da posse. A proteção possessória. Fundamento. Jus possidendi e jus possessionis. Ações possessórias. Desforço incontinenti. Aspectos processuais. Fungibilidade das ações. Cúmulo das ações. Exceção de domínio. Outros efeitos. Usucapião. Frutos. Benfeitorias. Jus tollendi. Responsabilidade pelas deteriorações. Direito de retenção.
UNIDADE 3. Propriedade.
3.1. Conceito de Propriedade. Definição da Propriedade. Aspectos históricos. Legado do Direito Romano. Proprietas, dominium e mancipatio. Aspectos constitucionais da propriedade. Função social urbana e rural. Significado da função social constitucional da propriedade. Estatuto da Cidade. Regularização fundiária rural e urbana.
3.2. Conteúdo do Direito de Propriedade. Objeto do Direito de Propriedade. Bens corpóreos. Bens incorpóreos. Faculdades do proprietário. Usar. Fruir. Dispor. Reaver. Significado. Origens. Distinções. Medida e extensão da propriedade imóvel. Propriedade vertical e horizontal.

3.3. Caracteres da Propriedade. Propriedade plena e exclusiva. Direitos reais limitados. Direitos reais de garantia. Cláusula de inalienabilidade. Condomínios. Multipropriedade. Perpetuidade. Propriedade Resolúvel. Propriedade fiduciária. Restrições ao direito de propriedade. Privação da propriedade. Desapropriação. Requisição. Perda da propriedade prevista no art. 1228, §§ 4° e 5° do Código civil. A questão do abuso de direito de propriedade. Artigos 1128 § 2° e 187 do Código civil. Doutrina e jurisprudência.

UNIDADE 4. Aquisição e perda da propriedade.

4.1. Aquisição da Propriedade em Geral. Modos de aquisição originários e derivados. Significado e consequências. Resoluto jure dantis, resolvitur jus accipeintis. Sistemas de transmissão da propriedade na experiência estrangeira.

4.2. Modos de Aquisição da Propriedade Imóvel. O Registro do Título. Código civil e Lei 6.015/1973. Usucapião. Noção. Fundamento. Objeto. Modalidades. Requisitos. Acessão. Efeitos. Natureza da sentença. Usucapião cartorial ou registral. Usucapião familiar. Usucapião tabular. Usucapião coletiva. Lei 13.465/11/07/2017. Acessão. Ilhas, Avulsão, aluvião, álveo abandonado. Plantações e construções.

4.3. A Aquisição da Propriedade Móvel. A tradição. Efetiva. Simbólica. Subentendida. A Ocupação. O Achado do tesouro. A Especificação. A Confusão, a Comissão e a Adjunção. A Usucapião dos móveis. Utilidade. Direito comparado.

4.4. Perda da Propriedade. Alienação. Renúncia. Abandono. Questão do imóvel abandonado. Perecimento da coisa. Desapropriação.

UNIDADE 5. Direitos de Vizinhança

5.1. Introdução. Teorias sobre os direitos de vizinhança. Posição do direito brasileiro.

5.2. Uso Anormal da Propriedade. Conceito. Distinção com o abuso de direito de propriedade. Configuração. Efeitos.

5.3. Árvores limítrofes.

5.4. Passagem forçada.

5.5. Cabos e tubulações.

5.6. Águas.

5.7. Limites entre Prédios e direito de tapagem.

5.8. Direito de construir.

UNIDADE 6. Condomínios.

6.1. Condomínio geral. Condomínio voluntário e necessário.

6.2. Condomínio edilício. Conceito. Origens. Modalidades. Constituição. Convenção. Direitos e deveres dos condôminos. Administração. Extinção.

6.3. Condomínio de lotes.

6.4. Multipropriedade. Conceito. Experiência estrangeira. Utilidade. Disciplina jurídica.

6.5. Fundos de investimentos.

Bibliografia básica:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 15. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786553627741 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627741

DONIZETE, Elpídio; QUINTELLA, Felipe; DONIZETTI, Felipe. **Curso de Direito Civil**. 11. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786553627741 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559774654

FIUZA, César Augusto de Castro. **Curso de Direito Civil**. 24. ed. Curitiba: Intersaberes, 2023. ISBN: 9788522704439 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/210572

GONÇALVES. Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. vol. 5. Direito das Coisas, 14.ed, Rio de Janeiro: Saraiva, 2019 (disponível na Biblioteca Digital/E-BOOKS Minha Biblioteca)

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. vol. IV. Direitos Reais. 31.ed, Rio de Janeiro: Forense, 2020 (disponível na Biblioteca Digital/E-BOOKS Minha Biblioteca)

TEPEDINO, Gustavo; MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rêgo; RENTERIA, Pablo. **Fundamentos do Direito Civil**. Vol. 6. Rio de Janeiro: Forense, 2020 (disponível na Biblioteca Digital/E-BOOKS Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar:

DESGUALDO, Juliana Guillen. **Direito Civil**. São Paulo: Rideel, 2022. ISBN: 9786557385821 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203725

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil.** 24. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788553627387 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627387

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Grupo GEN, 2018. ISBN: 9788530979645 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530979645

GAGLIANO, Pablo Stolze. PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**. Vol. 5, Direitos Reais, São Paulo: Saraiva, 2019 (disponível na Biblioteca Digital/ E-BOOKS Minha Biblioteca).

LOBO, Paulo. **Direito Civil. Coisas.** 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2019 (disponível na Biblioteca Digital/ E-BOOKS Minha Biblioteca).

MONTEIRO, Washington de Barros; DABUS MALUF, Carlos Alberto. **Curso de Direito Civil**. Vol. 3, Direito das Coisas, 44. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2015 (disponível na Biblioteca Digital/ E-BOOKS Minha Biblioteca).

SCHREIBER, Anderson. **Manual de Direito Civil Contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2020 (disponível na Biblioteca Digital/ E-BOOKS Minha Biblioteca).

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil, Direito das Coisas**. Vol. 4, 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019 (disponível na Biblioteca Digital/ E-BOOKS Minha Biblioteca).

<table>
<tr><td colspan="2">Nome do Componente Curricular em português:
Direito Processual Civil II
Nome do Componente Curricular em inglês:
Civil Procedure Law II</td><td colspan="2">Código: DII023</td></tr>
<tr><td colspan="2">Nome e sigla do departamento:
-</td><td colspan="2">Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
60 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
04 horas/aula</td><td>Prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Processo de conhecimento. Procedimento comum. Sentença e coisa julgada. Tutela Provisória. Dos Processos nos Tribunais: meios de impugnação das decisões judiciais.</td></tr>
<tr><td colspan="4">Conteúdo programático:
Unidade 1: Fase Decisória: sentença. Estrutura e formalidades da sentença. Classificação das sentenças. Efeitos.
Unidade 2: Coisa Julgada. Conceito. Coisa julgada formal e material. Efeitos. Preclusão. Limites da coisa julgada.
Unidade 3: Da Ordem dos Processos nos Tribunais: teoria geral dos recursos.
Unidade 4: Espécies recursais: recursos ordinários e recursos extraordinários.</td></tr>
<tr><td colspan="4">Bibliografia básica:
DONIZETTI, Elpídio. Curso de Direito Processual Civil. 28. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9786559777105 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777105
GONÇALVES, Carlos Roberto. Curso de Direito Processual Civil. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9786559649389 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626601
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. 65. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. ISBN: 9786559649389 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649389</td></tr>
<tr><td colspan="4">Bibliografia complementar:
CÂMARA, Alexandre Freitas. O novo processo civil brasileiro. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2020. (acervo digital e físico)
DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Vol. 2. 11ª ed. Salvador: JusPodivm, 2016. (acervo físico)
DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Vol. 3. 13ª ed. Salvador: JusPodivm, 2016. (acervo físico)
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Vol. 1. 61ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (acervo digital e físico)
MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Curso de Processo Civil. 2ª ed. Vol. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. (acervo físico)</td></tr>
</table>

Nome do Componente Curricular em português: Direito Penal III Nome do Componente Curricular em inglês: Criminal Law III	Código: DII024
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH

Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Teoria Geral da Parte Especial. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.

Conteúdo programático:
UNIDADE 1: Introdução; Parte especial: Teoria Geral da Parte Especial. Conceitos fundamentais.
UNIDADE 2: Crimes contra a Pessoa; Contra a vida: homicídio; infanticídio, aborto e participação em suicídio e automutilação; Contra a integridade física; Lesões corporais; Periclitação de vida ou da saúde; Rixa; Contra a honra: calúnia, difamação e injúria; Contra a liberdade individual; Constrangimento ilegal e ameaça; Sequestro e redução a condição análoga a de escravo; tráfico de pessoas; Violações: de domicílio, de correspondência, de segredo e da intimidade.
UNIDADE 3: Crimes contra o Patrimônio; Furto; Apropriação indébita; Roubo; Extorsão: mediante sequestro e indireta; Usurpação; Dano; Estelionato e outras fraudes; Receptação; Disposições gerais sobre os crimes contra o patrimônio.
UNIDADE 4: Crimes contra a Propriedade Imaterial; Contra a propriedade intelectual; Contra o privilégio de invenção; Crimes contra as marcas de indústria e comércio; Crime de concorrência desleal.
UNIDADE 5: Crimes contra o Sentimento Religioso e o Respeito aos Mortos.

Bibliografia básica:
GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. 21. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2024. ISBN: 9786559775811 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775811
NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal.** 9. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9786559649228 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649228
GONÇALVES, **Curso de Direito Penal**. 9. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9786559649228 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649228
BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal.** São Paulo: Saraiva, 2022.

Bibliografia complementar:

FISHER, Fernanda Salles. **Direito Penal**. São Paulo: Rideel, 2022. ISBN: 9786557385852 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203728

BUSATO, Paulo César. **Direito Penal: Parte Especial**: vol. 2. São Paulo: Atlas. (GEN/Método), 2023.

ESTEFAM, André. **Direito Penal.** Vol. 2. São Paulo: Saraiva. (GEN/Método), 2025.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal.** Rio de Janeiro: Impetus, 2023.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro.** São Paulo : Revista dos Tribunais, 2025.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal – Parte Especial** – Vol. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais (GEN/Método), 2025.

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Direito Administrativo I
Nome do Componente Curricular em inglês:
Administrative Law I</td><td>Código: DII025</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
-</td><td>Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
60 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
04 horas/aula</td><td>Prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Administração Pública. Direito Administrativo. Regime Jurídico Administrativo. Organização da Administração Pública Brasileira. Entidades Paraestatais e Terceiro Setor. Ato Administrativo.</td></tr>
</table>

Conteúdo programático:
1- Administração Pública
1.1- Conceito, natureza e fins
1.2- Funções do Estado
1.3- Administração Pública como organização e como atividade
1.4- Poderes da Administração
1.5- Evolução da Administração Pública
1.6- Reformas administrativas no Brasil
2- Direito Administrativo
2.1- Conceito
2.2- Fontes
2.3- Evolução histórica
2.4- Direito Administrativo no Brasil.
3. Regime Jurídico-Administrativo.
3.1- Bases do regime jurídico administrativos
3.2- Princípios Constitucionais da Administração Pública
4- ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
4.1- Desconcentração de competências
4.2- Descentralização administrativa
4.3- Administração Direta e Indireta
4.4- Autarquias
4.5- Fundações Públicas
4.6- Empresas Estatais: empresas públicas e sociedades de economia mista
4.7- Contrato de Gestão
4.8- Agências: agências executivas e agências reguladoras
4.9- Consórcios Públicos
5- ENTIDADES PARAESTATAIS E TERCEIRO SETOR
5.1- Serviços Sociais Autônomos
5.2- Entidades de Apoio
5.3- Organizações Sociais
5.4- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
6. ATO ADMINISTRATIVO
6.1- Introdução
6.2- Conceito de Ato Administrativo
6.3- Perfeição, Validade e Eficácia
6.4- Requisitos do Ato Administrativo
6.5- Atributos do Ato Administrativo
6.6- Classificação dos Atos Administrativos
6.7- Vinculação e Discricionariedade
6.8- (Im)Possibilidade de Controle Judiciário dos Atos Administrativos Discricionários
6.9- Revogação dos Atos Administrativos
6.10- Invalidação dos Atos Administrativos
6.11- Cassação
6.12- Outras formas de extinção do ato administrativos
6.13- Convalidação dos Atos Administrativos

Bibliografia básica:

MAZZA, Alexandre. **Curso de Direito Administrativo**. 14. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2024. ISBN: 9788553620296 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620296

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788530995850 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995850

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 16. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788530996345 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996345

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. 27ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 29ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. 12ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

Bibliografia complementar:

BOLZAN DE ALMEIDA, Fabricio. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553618422/cfi/0!/4/4@0.00:0.00>, Acesso em: 15/08/2020. [Acessar por: MINHA UFOP/ BIBLIOTECA DIGITAL / E-BOOKS MINHA BIBLIOTECA]

COUTO, Reinaldo. **Curso de Direito Administrativo**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610853/cfi/0!/4/4@0.00:0.00>, Acesso em: 15/08/2020. [Acessar por: MINHA UFOP/ BIBLIOTECA DIGITAL / E-BOOKS MINHA BIBLIOTECA]

MARINELLA, Fernanda. **Direito Administrativo**. 12ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600724/cfi/1!/4/4@0.00:0.00>, Acesso em 15/08/2020. [Acessar por: MINHA UFOP/ BIBLIOTECA DIGITAL / E-BOOKS MINHA BIBLIOTECA]

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553608744/cfi/0!/4/4@0.00:0.00>, Acesso em: 15/08/2020. [Acessar por: MINHA UFOP/ BIBLIOTECA DIGITAL / E-BOOKS MINHA BIBLIOTECA]

NOHARA, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. 9º ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021363/cfi/6/2!/4/2/2@0:0>, Acesso em: 15/08/2020. [Acessar por: MINHA UFOP/ BIBLIOTECA DIGITAL / E-BOOKS MINHA BIBLIOTECA]

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Direito Empresarial III
Nome do Componente Curricular em inglês:
Business Law III</td><td>Código: DII026</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
-</td><td>Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
60 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
04 horas/aula</td><td>Prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Teoria Geral dos Títulos de Crédito. Declarações Cambiais. Títulos em espécie. Protesto. Atualidades.</td></tr>
</table>

Conteúdo programático:
1. Teoria geral dos títulos de créditos.
1.1 Conceito e natureza.
1.2 Caracteres.
1.2.1 Autonomia (abstração).
1.2.2 Cartularidade.
1.2.3 Literalidade.
1.2.4 Formalismo.
1.2.5.Executividade.
1.3 Classificações dos títulos.
1.4. Títulos de crédito no Código Civil.
2. Declarações cambiais.
2.1 Saque.
2.2 Endosso.
2.3 Aval.
2.4 Aceite.
2.5 Sujeitos da relação cambial.
3. Letra de Câmbio e Nota Promissória.
3.1 Direito aplicável - Lei Uniforme de Genebra.
3.2 Forma, emissão (saque) e requisitos.
3.3 Circulação.
3.4 Apresentação.
3.5 Vencimento.
3.6 Pagamento.
3.7 Protesto.
3.8 Prescrição.
4. Protesto de títulos e documentos de dívida.
4.1. Legislação aplicável.
4.2. Títulos e documentos sujeitos a protesto.
4.3. Procedimento do protesto.
4.4. Efeitos do protesto.
4.5 Sustação e cancelamento.
5. Duplicata.
5.1 Direito aplicável - O título nacional.
5.2 Título causal.
5.3 Forma, emissão e requisitos.
5.4 Circulação - especificidades.
5.5 Remessa.
5.6 Vencimento - especificidades.
5.7 Pagamento - especificidades.
5.8 Protesto - especificidades - protesto por indicação.
5.9 Prescrição – especificidades.
5.8. Lei n.º 13.775/18 e a duplicata escritural (digital, eletrônica).
6. Cheque.
6.1 Direito aplicável - Lei Uniforme e legislação pátria.
6.2 Forma, emissão e requisitos.
6.3 Circulação - especificidades.
6.4 Apresentação - especificidades.
6.5 Vencimento - especificidades.
6.6 Pagamento - especificidades.
6.7 Protesto - especificidades.

6.8 Prescrição - especificidades. 6. Atualidades e outras questões. 6.1 Outros títulos em espécie. 6.2 Cartularidade e "títulos" virtuais.
Bibliografia básica: NEGRÃO, Ricardo, **Curso de direito comercial e de empresa**, v. 2, títulos de crédito e contratos empresariais. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600779/>. Acesso em: 13 jul 2025. ROSA Jr., Luiz Emygdio Franco da. **Títulos de Crédito**, 9ª edição: Grupo GEN, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530984786/>. Acesso em: 13 jul 2025. TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial** v 2 - títulos de crédito. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553616695/>. Acesso em: 13 jul 2025.
Bibliografia complementar: CHAGAS, Edilson Enedino das. **Esquematizado** - Direito empresarial. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553618491/>. Acesso em: 13 jul 2025. CRUZ, André Santa. **Direito empresarial** - Vol. Único. 10 Ed. Grupo GEN, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530990343/> Acesso em: 13 jul 2025. MAMEDE, Gladston. **Títulos de Crédito** - Coleção Direito Empresarial Brasileiro, 11ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020267/>. Acesso em: 13 jul 2025. RIZZARDO, Arnaldo, R. **Títulos de Crédito**, 5ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6625-6/>. Acesso em: 13 jul 2025.

6º Período

Nome do Componente Curricular em português: Direito Processual Civil III Nome do Componente Curricular em inglês: Civil Procedure Law III	Código: DII027
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH
Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância	

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Teoria da Execução: História, princípios, estrutura processual. Do cumprimento da sentença. Liquidação de sentença. Do Processo de Execução. Meios de defesa do devedor.

Conteúdo programático:
Unidade 1: História do sistema processual. Princípios da execução.
Unidade 2: Legitimidade e competência para a execução.
Unidade 3: Responsabilidade patrimonial e fraudes do devedor.
Unidade 4: Título executivo: judiciais e extrajudiciais.
Unidade 5: Liquidação de sentença.
Unidade 6: Espécies de execução.
Unidade 7: Cumprimento de sentença: procedimento e impugnação.
Unidade 8: Processo de execução: procedimento e embargos do devedor.

Bibliografia básica:
DONIZETTI, Elpídio. **Curso de Direito Processual Civil**. 28. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9786559777105 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777105
GONÇALVES, Carlos Roberto. **Curso de Direito Processual Civil**. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9786559649389 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626601
THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil.** 65. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. ISBN: 9786559649389 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649389
CÂMARA, Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2020. (*acervo digital e físico*)

Bibliografia complementar:

DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de; CUNHA, Leonardo Carneiro da. **Curso de Direito Processual Civil.** Vols. 5. 7ª ed. Salvador: JusPodivm, 2017. (*acervo físico*)

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. A revolução silenciosa da execução por quantia. **Jota – coluna Novo CPC.** Publicado em 24 ago. 2015. Disponível em: https://tinyurl.com/y4bg4zwr, acessado em: 18 ago.2020.

NAVARRO, Trícia. A atuação do juiz e as medidas executivas no CPC/15. **JusBrasil – coluna das Processualistas.** Publicado em: 17mai. 2017. Disponível em: https://tinyurl.com/y4smcof7, acessado em 18 ago. 2020.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Medidas executivas coercitivas atípicas na execução de obrigação de pagar quantia certa – art. 139, IV, do Novo CPC. **Revista de Processo.** 265/2017. (*acervo digital*)

THEODORO JR., Humberto. **Curso de Direito Processual Civil.** Vol. 3. 53ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (*acervo digital e físico*).

Nome do Componente Curricular em português: Direito Penal IV Nome do Componente Curricular em inglês: Criminal Law IV	Código: DII028
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH
Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância	

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Crimes contra a Dignidade Sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública.

Conteúdo programático:
UNIDADE 1: Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a liberdade sexual; Crimes Sexuais contra vulnerável. Lenocínio e tráfico de pessoas para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual. Ultraje ao pudor público.
UNIDADE 2: Crimes contra a Família; Crimes contra o casamento; Crimes contra o estado filiação; Crimes contra a assistência familiar; Crimes contra o poder familiar, tutela ou curatela.
UNIDADE 3: Crimes contra a incolumidade Pública; Crimes de perigo comum; Crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos; Crimes contra a saúde pública.
UNIDADE 4: Crimes contra a Paz Pública; Incitação ao crime; Apologia de crime ou criminoso; Quadrilha ou bando; Constituição de Milícia Privada; Moeda falsa; Falsidade de Títulos e outros papéis públicos.
UNIDADE 5: Crimes contra a Fé Pública; Falsidade documento: material ou ideológica; Outras falsidades. Fraudes em certames de interesse público.
UNIDADE 6: Crimes contra a Administração Pública; Praticados por funcionários público; Praticados por particular.
UNIDADE 7: Crimes contra a Administração da Justiça; Reingresso de estrangeiro expulsão; Denunciação caluniosa; Comunicação falsa de crime ou de contravenção; Auto- acusação falsa; Falso testemunho ou falsa perícia; Coação no curso do processo; Exercício arbitrário das próprias razões; Fraude processual; Favorecimento pessoal; Exercício arbitrário ou abuso de poder; Favorecimento real; Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança; Evasão mediante violência contra a pessoa; Arrebatamento de preso; Motim de presos; Patrocínio infiel; Patrocínio simultâneo ou tergiversação; Sonegação de papel ou objeto de valor probatório; Exploração de prestígio; Violência ou fraude em arrematação judicial; Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito.

Bibliografia básica:

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. 21. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2024. ISBN: 9786559775811 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775811

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal.** 9. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9786559649228 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649228

GONÇALVES, **Curso de Direito Penal**. 9. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9786559649228 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649228

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 2025.

Bibliografia complementar:

FISHER, Fernanda Salles. **Direito Penal**. São Paulo: Rideel, 2022. ISBN: 9786557385852 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203728

BUSATO, Paulo César. **Direito Penal: Parte Especial**: São Paulo : Atlas. (GEN/Método), 2020.

ESTEFAM, André. **Direito Penal**. São Paulo : Saraiva. (GEN/Método), 2025.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal – Parte Especial**. São Paulo : Revista dos Tribunais (GEN/Método), 2025.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. Rio de Janeiro: Impetus, 2025.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2025.

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Direito Administrativo II
Nome do Componente Curricular em inglês:
Administrative law II</td><td>Código: DII029</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
-</td><td>Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
60 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
04 horas/aula</td><td>Prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Processo Administrativo. Licitação. Contrato Administrativo. Serviço Público e Intervenção do Estado no Domínio Econômico. Poder de Polícia.</td></tr>
</table>

Conteúdo programático:
1- Processo Administrativo
1.1- Processo ou Procedimento Administrativo
1.2- Conceito de processo administrativo
1.3- Objetivos do processo administrativo
1.4- Princípios do processo administrativo
1.5- Fases do processo administrativo
1.6- Processo Administrativo na Legislação Federal – Lei n.º 9.784/1999
- Licitação
2.1- Introdução
2.2- Conceito
2.3- Finalidade
2.4- Disciplina Normativa
2.5- Princípios da licitação
2.6- Dispensa e Inexigibilidade
2.7- Modalidades de Licitação
2.8- Procedimento Licitatório
2.9- Anulação e Revogação
2.10- Recursos Administrativos
2.11- Tratamento Diferenciado paras as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas Licitações
3- Contrato Administrativo
3.1- Introdução
3.2- Conceito
3.3- Disciplina Normativa
3.4- Características dos Contratos Administrativos
3.5- Cláusulas Exorbitantes
3.6- Equilíbrio Econômico e Financeiro
3.7- Formalização
3.8- Duração e Prorrogação do Contrato Administrativo
3.9- Extinção dos Contratos Administrativos
4- Serviço Público
4.1- Conceito
4.2- Serviço público e outras atividades da administração
4.3- Princípios do Serviço Público
4.4- Imposições constitucionais quanto aos serviços públicos
4.5- Limites constitucionais para a caracterização de um serviço como público
4.6- Direito dos usuários
4.7- Concessão e Permissão de Serviços Públicos
5- Poder de Polícia
5.1- Introdução e Fundamentos
5.2- Sentido Amplo e Sentido Estrito
5.3- Traços Característicos
5.4- Polícia Administrativa e Polícia Judiciária
5.5- O Poder de Polícia é Discricionário?
5.6- Delegação de Atos de Polícia Administrativa
5.7- Executoriedade das medidas de polícia administrativa
5.8- Polícia administrativa e o princípio da proporcionalidade

Bibliografia básica:

MAZZA, Alexandre. **Curso de Direito Administrativo**. 14. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2024. ISBN: 9788553620296 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620296

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788530995850 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995850

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 16. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788530996345 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996345

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. 27ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 29ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. 12ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

Bibliografia complementar:

BOLZAN DE ALMEIDA, Fabricio. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553618422/cfi/0!/4/4@0.00:0.00>, Acesso em: 15/08/2020. [Acessar por: MINHA UFOP/ BIBLIOTECA DIGITAL / E-BOOKS MINHA BIBLIOTECA]

COUTO, Reinaldo. **Curso de Direito Administrativo**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610853/cfi/0!/4/4@0.00:0.00>, Acesso em: 15/08/2020. [Acessar por: MINHA UFOP/ BIBLIOTECA DIGITAL / E-BOOKS MINHA BIBLIOTECA]

MARINELLA, Fernanda. **Direito Administrativo**. 12ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600724/cfi/1!/4/4@0.00:0.00>, Acesso em 15/08/2020. [Acessar por: MINHA UFOP/ BIBLIOTECA DIGITAL / E-BOOKS MINHA BIBLIOTECA]

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553608744/cfi/0!/4/4@0.00:0.00>, Acesso em: 15/08/2020. [Acessar por: MINHA UFOP/ BIBLIOTECA DIGITAL / E-BOOKS MINHA BIBLIOTECA]

NOHARA, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. 9º ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021363/cfi/6/2!/4/2/2@0:0>, Acesso em: 15/08/2020. [Acessar por: MINHA UFOP/ BIBLIOTECA DIGITAL / E-BOOKS MINHA BIBLIOTECA]

Nome do Componente Curricular em português: Direito Empresarial IV Nome do Componente Curricular em inglês: Business Law IV	Código: DII030
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH
Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância	

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Regime jurídico da empresa em crise. Recuperação de empresas. Falência.

Conteúdo Programático
1. Regime jurídico concursal do empresário em crise.
2. Princípios jurídicos aplicados.
3. Disposições comuns à recuperação judicial e à falência.
4. Falência.
4.1. Pressupostos fático-jurídicos da decretação da falência.
4.2. Legitimidade ativa e pedido de falência.
4.3. Legitimidade passiva e defesa na falência.
4.4. Decretação da falência.
4.5. A fase falimentar do processo.
4.6. Efeitos da falência quanto à pessoa, às obrigações, aos contratos e aos bens do falido.
4.7. Apuração e realização do ativo.
4.8. Ineficácia de atos praticados pelo falido.
4.9. Pedido de restituição de bens arrecadados pela massa falida e embargos de terceiro.
4.10. Classificação dos créditos.
4.11. Pagamento aos credores.
4.12. Encerramento da falência e da extinção das obrigações do falido.
5. Recuperação judicial.
5.1. Pedido e processamento da recuperação judicial.
5.2. Administrador judicial e comitê de credores.
5.3. Assembleia-geral de credores.
5.4. Verificação e habilitação de créditos.
5.5. Plano de recuperação judicial.
5.6. Procedimento de recuperação judicial.
6. Recuperação judicial especial para microempresas e empresas de pequeno porte.
7. Convolação da recuperação judicial em falência.
8. Recuperação extrajudicial.
9. Disposições penais em matéria de recuperação de empresas e falência.
10. Noções gerais sobre outros regimes concursais interventivos e liquidatórios especiais.

Bibliografia básica:

CRUZ, André Santa. **Direito empresarial**. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530990343/>. Acesso em: 13 jul. 2025.

MAMEDE, Gladston. **Falência e recuperação de empresas**. 11 ed. – São Paulo: Atlas, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024135/>. Acesso em: 13 jul. 2025.

TOMAZETTE, Marlon. **Falência e recuperação de empresas**. v. 3. 8 ed. São Paulo : Saraiva Educação, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553616749/>. Acesso em: 13 jul. 2025.

Bibliografia complementar:

ABRÃO, Carlos Henrique; TOLEDO, Paulo F. C. Salles de. **Comentários à Lei de recuperação de empresas e falência**. 6 ed. São Paulo : Saraiva, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502636897/>. Acesso em: 13 jul. 2025.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Lei de Falência e Recuperação de Empresas**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021486/>. Acesso em: 13 jul. 2025.

FINKELSTEIN, Maria Eugênia. **Manual de direito empresarial**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008975/>. Acesso em: 13 jul. 2025.

PEDRO, Paulo Roberto Bastos; ROQUE, Nathaly Campitelli. **Prática empresarial**. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO: 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530970055/>. Acesso em: 13 jul. 2025.

SANCHEZ, Alessandro; GABRIEL, Sérgio. **Prática forense**: prática empresarial. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553619429/>. Acesso em: 13 jul. 2025.

Nome do Componente Curricular em português: Direito Civil V - Famílias Nome do Componente Curricular em inglês: Civil Law V - Families	Código: DII031
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH

Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Direito das Famílias. Famílias. Parentesco. Casamento. Regime de bens. Divórcio. União Estável. Filiação. Adoção. Autoridade Parental. Alimentos. Tutela e Curatela.

Conteúdo programático:
Unidade 1: Famílias (origem, evolução e conceito); hermenêutica e princípios; Constituição da República e famílias possíveis.
Unidade 2: Relações de Parentesco
Unidade 3: Casamento
Unidade 4: Regime de Bens
Unidade 5: Separação e divórcio
Unidade 6: União Estável
Unidade 7: Filiação
Unidade 8: Adoção
Unidade 9: Autoridade Parental
Unidade 10: Guarda e convivência familiar
Unidade 11: Alimentos
Unidade 12: Tutela e Curatela

Bibliografia básica:
DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 15. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786553627741 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627741
DONIZETE, Elpídio; QUINTELLA, Felipe; DONIZETTI, Felipe. **Curso de Direito Civil**. 11. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786553627741 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559774654
FIUZA, César Augusto de Castro. **Curso de Direito Civil**. 24. ed. Curitiba: Intersaberes, 2023. ISBN: 9788522704439 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/210572
ALMEIDA, Renata Barbosa de; RODRIGUES JÚNIOR, Walsir Edson. **Direito Civil:** Famílias. São Paulo: Atlas, 2012. (físico e digital)
PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil:** Direito de família. Vol.6. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. (físico e digital)
TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. **Direito de Família:** Fundamentos do Direito Civil. vol.6. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020. (digital)

Bibliografia complementar:

DESGUALDO, Juliana Guillen. **Direito Civil**. São Paulo: Rideel, 2022. ISBN: 9786557385821 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203725

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil.** 24. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788553627387 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627387

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Grupo GEN, 2018. ISBN: 9788530979645 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530979645

MADALENO, Rolf. **Direito de Família.** 9.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. (físico e digital)

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil:** direito de família. Revisada e atualidade por Tânia da Silva Pereira. Vol.V. 27.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. (físico e digital)

SOUZA, Iara Antunes de. Estatuto da Pessoa com Deficiência: curatela e saúde mental. 1. ed. Belo Horizonte: D'Plácido Editora, 2016. (físico)

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil:** direito de família. V.5. 15.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (digital)

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RODRIGUES, Renata de Lima. O Direito das famílias entre a norma e a realidade. São Paulo: Atlas 2010. 255p. (físico e digital)

7º Período

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Direito Processual Penal I
Nome do Componente Curricular em inglês:
Criminal Procedural Law I</td><td>Código: DII032</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
-</td><td>Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
60 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
04 horas/aula</td><td>Prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Introdução ao Direito Processual Penal e seus Princípios. Investigação criminal. Ação penal. Ação civil ex delito. Competência.</td></tr>
<tr><td colspan="4">Conteúdo programático:
UNIDADE 1: Introdução ao Direito Processual Penal: Princípios constitucionais do processo penal, lei processual e direito intertemporal, aplicação da lei processual penal no Brasil. Sistema de Justiça Criminal: processo e jurisdição. Sistema acusatório e sistema inquisitório.
UNIDADE 2: Sistemas de investigação. Investigação Preliminar. Inquérito Policial e outras formas de investigação.
UNIDADE 3: Ação Penal. Ação penal privada e Ação penal pública.
UNIDADE 4: Ação penal e Justiça consensual: composição civil do dano, transação penal, suspensão condicional do processo, acordo penal. Colaboração premiada.
UNIDADE 5: Competência. Competência por prerrogativa, em razão da matéria, territorial e por prevenção. Conexão e continência.</td></tr>
<tr><td colspan="4">Bibliografia básica:
BONFIM, Edilson Mougenot. Curso de Processo Penal. 15. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788530996642 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625833
CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 32. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788553625826 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625826
NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Processual Penal. 22. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788530996642 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996642
LOPES JÚNIOR, Aury. Introdução crítica ao processo penal: (fundamentos da instrumentalidade constitucional) . 5. ed. rev. atual. ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris 2010. 298 p ISBN 9788537507865 (broch.).</td></tr>
</table>

Bibliografia complementar:

NUCCI, Guilherme de Souza. **Princípios constitucionais penais e processuais penais**. 2.ed., rev., e atual. São Paulo: R. dos Tribunais 2012. 441 p

LIMA, Renato Brasileiro de. **Curso de processo penal**. Rio de Janeiro: Impetus, 2013.

BARROS, Flaviane de Magalhães. **(Re)forma do processo penal.** 2ed.Belo Horizonte: Del Rey, 2009

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. Sistema acusatório: cada parte no lugar constitucionalmente demarcado. **Revista de Informação legislativa**. V. 46, n.183, jul/set 2019. http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/194935

LOPES JÚNIOR, Aury; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Investigação preliminar no processo penal.** 5. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris 2005. 529 p

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Direito Administrativo III
Nome do Componente Curricular em inglês:
Administrative law III</td><td>Código: DII033</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
-</td><td>Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
60 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
04 horas/aula</td><td>Prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Domínio Público. Intervenção do Estado na Propriedade Privada. Responsabilidade Extracontratual do Estado. Agentes Públicos. Controle da Administração Pública.</td></tr>
</table>

Conteúdo programático:
1- Domínio Público
1.1- Critérios para delimitação dos bens públicos
1.2- Conceito de Bens Públicos
1.3- Classificação dos Bens Públicos
1.4- Característica dos Bens Públicos
1.5- Uso dos Bens Públicos por Particular
2- Intervenção do Estado na Propriedade Privada
2.1- Fundamento
2.2- Função Social da Propriedade
2.3- Intervenções restritivas ou brandas e intervenções supressivas ou drásticas
2.4- Limitações Administrativas
2.5- Servidão Administrativa
2.6- Ocupação Temporária
2.7- Requisição Administrativa
2.8- Tombamento
3- Desapropriação
3.1- Conceito
3.2- Competência
3.3- Objeto da Desapropriação
3.4- Beneficiários da Desapropriação
3.5- Fases do Procedimento Expropriatório
3.6- Imissão Provisória na Posse
3.7- Desapropriação por Zona (Desapropriação Extensiva)
3.8- Desapropriação Indireta
3.9- Direito de extensão
3.10- Retrocessão
4- Responsabilidade Patrimonial Extracontratual do Estado
4.1- Responsabilidade do Estado e Estado de Direito
4.2- Evolução da Responsabilidade do Estado por atos administrativos
4.3- Evolução da Responsabilidade do Estado no Brasil
4.4- Distinção entre responsabilidade subjetiva e objetiva
4.5- Fundamentos da responsabilidade do Estado
4.6- Causas Excludentes da Responsabilidade
4.7- Reparação do Dano
4.8- Ação regressiva
4.9- Denunciação da lide pela Administração ao agente responsável
4.10- Atos Legislativos
4.11- Atos Jurisdicionais
5- Agentes Públicos
6- Controle da Administração Pública

Bibliografia básica:

MAZZA, Alexandre. **Curso de Direito Administrativo**. 14. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2024. ISBN: 9788553620296 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620296

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788530995850 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995850

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 16. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788530996345 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996345

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. 27ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 29ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. 12ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

Bibliografia complementar:

BOLZAN DE ALMEIDA, Fabricio. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553618422/cfi/0!/4/4@0.00:0.00>, Acesso em: 15/08/2020. [Acessar por: MINHA UFOP/ BIBLIOTECA DIGITAL / E-BOOKS MINHA BIBLIOTECA]

COUTO, Reinaldo. **Curso de Direito Administrativo**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610853/cfi/0!/4/4@0.00:0.00>, Acesso em: 15/08/2020. [Acessar por: MINHA UFOP/ BIBLIOTECA DIGITAL / E-BOOKS MINHA BIBLIOTECA]

MARINELLA, Fernanda. **Direito Administrativo**. 12ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600724/cfi/1!/4/4@0.00:0.00>, Acesso em 15/08/2020. [Acessar por: MINHA UFOP/ BIBLIOTECA DIGITAL / E-BOOKS MINHA BIBLIOTECA]

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553608744/cfi/0!/4/4@0.00:0.00>, Acesso em: 15/08/2020. [Acessar por: MINHA UFOP/ BIBLIOTECA DIGITAL / E-BOOKS MINHA BIBLIOTECA]

NOHARA, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. 9º ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021363/cfi/6/2!/4/2/2@0:0>, Acesso em: 15/08/2020. [Acessar por: MINHA UFOP/ BIBLIOTECA DIGITAL / E-BOOKS MINHA BIBLIOTECA]

Nome do Componente Curricular em português: Direito Civil VI - Sucessões Nome do Componente Curricular em inglês: Civil Law VI – Succession	Código: DII034
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH
Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância	

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Direito das Sucessões. Sucessão em geral. Abertura da sucessão. Aceitação da herança. Capacidade para suceder. Indignidade e deserdação. Herança jacente e vacante. Petição de herança. Sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária. Herdeiros necessários. Direito de representação. Colação e sonegados. Sucessão testamentária. Legados. Direito de acrescer. Substituições. Redução das disposições testamentárias. Revogação e rompimento do testamento.

Conteúdo programático:
Unidade 1: Da sucessão em geral: origem, histórico, conceito; sucessão a título singular e a título universal; sucessão legítima e testamentária; nomenclaturas.
Unidade 2: Abertura da sucessão e transmissão da herança; posse da herança; universalidade e indivisibilidade da herança.
Unidade 3: Aceitação e renúncia da herança; cessão de direito hereditário.
Unidade 4: Capacidade para suceder; indignidade e deserdação.
Unidade 5: Herança jacente e herança vacante.
Unidade 6: Petição de herança.
Unidade 7: Sucessão legítima: ordem de vocação hereditária.
Unidade 8: Herdeiros necessários.
Unidade 9: Direito de representação.
Unidade 10: Colação e sonegados.
Unidade 11: Sucessão testamentária: capacidade para testar; formas ordinárias de testamento; formas especiais de testamento; disposições testamentárias.
Unidade 12: Legados.
Unidade 13: Direito de acrescer entre herdeiros e legatários.
Unidade 14: Substituições.
Unidade 15: Redução das disposições testamentárias.
Unidade 16: Revogação e rompimento do testamento.

Bibliografia básica: DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 15. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786553627741 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627741 DONIZETE, Elpídio; QUINTELLA, Felipe; DONIZETTI, Felipe. **Curso de Direito Civil**. 11. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786553627741 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559774654 FIUZA, César Augusto de Castro. **Curso de Direito Civil**. 24. ed. Curitiba: Intersaberes, 2023. ISBN: 9788522704439 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/210572 CATEB, Salomão de Araújo. **Direito das Sucessões**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2015. (físico e digital) DONIZETTI, Elpídio; QUINTELLA, Felipe. **Curso Didático de Direito Civil**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2019. (digital) PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil:** Direito das sucessões. Vol.7. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (físico e digital) TEPEDINO, Gustavo; NEVARES, Ana Luiza Maia; MEIRELES, Rose Melo Vencelau. **Direito das sucessões:** Fundamentos do Direito Civil. vol.7. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020. (digital)
Bibliografia complementar: DESGUALDO, Juliana Guillen. **Direito Civil**. São Paulo: Rideel, 2022. ISBN: 9786557385821 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203725 GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil.** 24. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788553627387 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627387 NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Grupo GEN, 2018. ISBN: 9788530979645 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530979645 Lôbo, Paulo. **Direito Civil:** Sucessões. V.6. 4.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. (físico e digital) PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil:** direito das sucessões. Revisada e atualidade por Carlos Roberto Barbosa Moreira. Vol. VI. 27.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. (físico e digital) TARTUCE, Flávio. **Direito Civil:** direito das sucessões. V.6. 12.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. (digital) VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: Família e Sucessões. 20.ed. São Paulo: Atlas, 2020. (físico e digital)

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Direito do Trabalho I
Nome do Componente Curricular em inglês:
Labor Rights I</td><td>Código: DII035</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
-</td><td>Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
60 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
04 horas/aula</td><td>Prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Introdução ao Direito do Trabalho. Relação de Trabalho e de Emprego. Sujeitos da Relação de Emprego. Empregado e Empregador. Empregados rurais. Empregados domésticos. Empregado público. Grupo econômico. Sucessão de empregadores. Cartório por delegação do poder público. Terceirização Trabalhista. Consórcio de Empregadores. Contrato de Emprego. Teletrabalho. Poder no Contrato de Emprego. Proteção especial às mulheres e aos menores no contrato de emprego. Estabilidade e Garantias (provisórias) de emprego. Meio Ambiente do Trabalho. Alteração, Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho. Prescrição e Decadência.</td></tr>
</table>

Conteúdo programático:
Unidade 1: Introdução ao Direito do Trabalho. Antecedentes históricos ao modelo capitalista de produção: Europa e Brasil. Conceitos de Direito do Trabalho. Características do Direito do Trabalho. Abrangência Interna da Área Trabalhista. Natureza Jurídica do Direito do Trabalho. Relações do Direito do Trabalho com outros Ramos do Direito e outras ciências. Fontes do Direito do Trabalho. Aplicação do Direito do Trabalho no tempo. Aplicação do Direito do Trabalho no espaço. Direitos fundamentais (princípios constitucionais) aplicáveis às relações trabalhistas. Princípios específicos de Direito (individual) do Trabalho: construção e crítica atual. Funções do Direito do Trabalho.
Unidade 2: Relações de Trabalho e Relação de Emprego. Conceitos e distinções. Critérios de caracterização da relação de emprego celetista: elementos fático-jurídicos. Trabalhador Autônomo. Validade jurídica da relação de emprego. Eventual. Avulso. Servidor Público. Cooperado. Trabalho Voluntário. Trabalho Religioso. Estagiário.
Unidade 3. Empregados e Empregadores. Empregado: conceito e definição legal. Requisitos Celetistas. Trabalhadores intelectuais. "Altos empregados". Empregado Público. Empregados Domésticos. Empregados Rurais. O Empregador: caracterização e conceitos. Empregador, empresa e estabelecimento. Grupo Econômico para fins justrabalhistas. Sucessão Trabalhista (Sucessão de Empregadores). Cartório por delegação do poder público. Consórcio de empregadores. Terceirização Trabalhista.
Unidade 4. Contrato de Emprego. Denominação, conceito, caracterização. Regra legal celetista. Natureza jurídica. Características. Conteúdo. Morfologia. Obrigações básicas. Nulidades contratuais. Modalidades contratuais trabalhistas celetistas. Teletrabalho.
Unidade 5: Poder no Contrato de Emprego. Poderes Regulamentar, Fiscalizatório e Disciplinar. Proteção justrabalhista aos direitos de personalidade.
Unidade 6: Proteção ao Trabalho da Mulher e do Menor. Aspectos históricos. Proteção do trabalho da mulher. Proteção do trabalho do menor.
Unidade 7. Estabilidade e Garantias Provisórias de Emprego. Direito Constitucional ao emprego protegido. Estabilidade. Garantias (provisórias) de Emprego. Consequências da dispensa irregular. Garantias de Emprego nos contratos por tempo determinado.
Unidade 8: Meio Ambiente do Trabalho: Promoção de meio ambiente saudável. Redução dos riscos inerentes ao trabalho. Perda da capacidade laboral do trabalhador. Responsabilidade do empregador. Reparação dos danos.
Unidade 9: Alteração, Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho. Prescrição e Decadência.

Bibliografia básica:
GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito do Trabalho**. 20. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788553626823 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626823
LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho**. 17. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788553625963 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625963
MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho**. 16. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788553625949 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625949

Bibliografia complementar:

ZAINAGHI, Domingos Sávio. **Curso de Legislação Social: Direito do Trabalho**. 15. ed. Barueri: Manole, 2021. ISBN: 9786555762846 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555762846

ALVES, Amauri Cesar. LEITE, Rafaela Fernandes (Org.) **Reforma Trabalhista**. Belo Horizonte: Conhecimento, 2017.

ALVES, Amauri Cesar. **Curso de Direito do Trabalho**. 2. ed. Belo Horizonte: RTM, 2025.

ALVES, Amauri Cesar. **O Direito do Trabalho no Supremo Tribunal Federal**. Belo Horizonte: RTM, 2025.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 22. ed. São Paulo: JusPodivum, 2025.

Nome do Componente Curricular em português: Prática Simulada I – Civil e Empresarial Nome do Componente Curricular em inglês: Simulated Practice I - Civil and Business	Código: DII036
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH
Modalidade de oferta: [ ] presencial [X] semipresencial [ ] a distância	

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 00 horas/aula	Prática 04 horas/aula

Ementa:
Trabalhos simulados orientados de prática jurídica cível e empresarial, forense e não forense. Petições cíveis e empresariais da fase postulatória, recursal, cumprimento de sentença e execução. A Pesquisa Jurisprudencial e Doutrinária. Visual Law: Implementação de petições inteligentes. Outros documentos da prática profissional civil e empresarial.

Conteúdo programático:
I - Legal Design e inovações no mercado jurídico: técnicas para redação de documentos jurídicos e correlatos. Elaboração de documentos da prática profissional civil e empresarial.
II- Produção de Peças Processuais
Petição Inicial
Emenda
Resposta do Réu
Contestação
Exceções
Reconvenção
Cumprimento de Sentença e Execução
III - Incidentes Processuais
Impugnação ao Valor da Causa
Incidente de Suspeição
Incompetência Relativa e Absoluta
Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica
IV - Instrução Processual
Prova Documental
Prova Testemunhal e Depoimento Pessoal da Parte
Prova Pericial
Outras Provas
Alegações Finais
V - Meios de Impugnação às Decisões Judiciais
Embargos de Declaração
Agravo Retido e Agravo de Instrumento
Recurso de Apelação
Embargos Infringentes
Recursos Especial e Extraordinário

Bibliografia básica:

ARAUJO JUNIOR, Gediel Claudino de. **Prática no Processo Civil**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597025217/

BARROSO, Darlan; JUNIOR ANTONIO, Marco. A. Col. **Prática Forense - Prática empresarial** - Vol 4. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553612680/

TARTUCE, Fernanda. DELLORE, Luiz. **Manual de Prática Civil**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988180/

Bibliografia complementar:

AGUIRRE, João. SÁ, Renato Montans de. **Prática Civil**. 10ªed. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553618064/. Acesso em: 17 Sep 2020

FULGÊNCIO, Tito. SILVA, Marco Aurelio da. **Da Posse e das Ações Possessórias - Teoria Legal - Prática**, 12ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015. 978-85-309-6677-5. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6677-5/. Acesso em: 17 Sep 2020

MAMENDE, Glaston. MAMEDE, Eduarda Cotta**. Divórcio, Dissolução e Fraude na Partilha de Bens**: Simulações Empresariais e Societárias, 4ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2014. 9788522491049. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522491049/. Acesso em: 17 Sep 2020

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Ações Possessórias no Novo CPC, 4ª edição**. [Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. 9788597012767. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012767/. Acesso em: 17 Sep 2020

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito Empresarial** - Vol. Único. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530990343/. Acesso em: 17 Sep 2020

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Direito do Consumidor
Nome do Componente Curricular em inglês:
Consumer Law</td><td>Código: DII037</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
-</td><td>Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
30 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
02 horas/aula</td><td>Prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Introdução ao Direito do Consumidor. Equação jurídica de consumo. Política Nacional das Relações de Consumo-PNRC. Os Direitos Básicos dos Consumidores. Qualidade dos produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos. Responsabilidade Civil na relação de consumo. Prescrição e decadência no Direito do Consumidor. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Proteção contratual do consumidor.</td></tr>
</table>

Conteúdo programático:
1 – Introdução ao Direito do Consumidor:
Evolução histórica e o surgimento das bases sociais e econômicas do Direito do Consumidor
Revolução industrial (séc. XVIII), tecnológica (anos 50 do Séc. XX) e Informática/globalização (atual): surgimento das primeiras "vulnerabilidades". A sociedade de consumo e a mutação das necessidades e dos desejos (a Pirâmide de Maslow) Quebra do paradigma do Direito Civil clássico e a necessidade de intervenção Estatal. A liberdade de escolha e a autonomia da vontade. Vontade e sistemas cognitivos: o sistema automático e sistema reflexivo e os efeitos sobre o comportamento do consumidor. As bases internacionais do Direito do Consumidor: O discurso de JFK e a expressão "consumidores somos todos nós". A conferência de Estocolmo de 1972. A carta europeia de proteção do consumidor de 1973. A resolução ONU 39/248. A proteção do consumidor na Constituição Federal de 1988: da garantia fundamental ao princípio da ordem econômica. A indissociabilidade entre a proteção do consumidor e a proteção do Mercado Econômico. Capitalismo, consumo e (super)endividamento. O Código de Defesa do Consumidor como norma de ordem pública e de interesse social.
2 – A equação jurídica de consumo
A equação jurídica de consumo e seus elementos caracterizadores: Sujeitos, Objetos e Elementos teleológico. Quem (pode ser)é consumidor? Conceito jurídico e as equiparações legais: o consumidor padrão e a discussão doutrinária envolvendo o elemento teleológico (destinatário final), as teorias maximalistas, finalista e finalista mitigada ou atenuada. Consumidor equiparado (arts.2º e 29 do CDC) e o consumidor *Bystander*. Fornecedor e o prestador de serviço e a caracterização de sua atividade para fins de enquadramento na equação jurídica de consumo. Fornecedor equiparado. Produtos e serviços: características, particularidades e a relação com a remuneração indireta. Serviços públicos e a proteção do consumidor. Profissionais liberais. As atualizações legislativas.
3 – A Política Nacional das Relações de Consumo – PNRC
Os objetivos da PNRC e as necessidades dos consumidores. Dignidade, segurança, proteção dos interesses econômicos e os reflexos sobre a melhora da qualidade de vida, transparência e harmonia das relações de consumo. Consumo e vulnerabilidade. Ações governamentais de efetiva proteção do consumidor. Harmonização dos interesses presentes na relação de consumo a partir da boa-fé objetiva. Educação e informação como base da proteção, emancipação e exercício de uma cidadania ativa pelo consumidor brasileiro. Direito à informação e as fases da relação contratual. Coibição e repressão eficientes dos abusos no mercado de consumo. Modificações do mercado e a necessidade de evolução permanente das normas de defesa do consumidor. O fenômeno do (super)endividamento. Instrumentos para execução e implementação da PNRC. Atualizações legislativas.
4 – Os Direitos Básicos do Consumidor
O papel dos direitos básicos no contexto da proteção do direito do consumidor. Proteção da vida, segurança e saúde, contra os riscos no mercado de consumo. Precaução e Direito do Consumidor. Proteção da "vida econômica" do consumidor. Educação, consumo adequado, liberdade de escolha e igualdade nas contratações. Informação, clareza e adequabilidade. Informação e o *marketing*. Proteção contra publicidade enganosa, abusiva e métodos coercitivos ou desleais. Modificação das cláusulas contratuais e o papel do Poder Judiciário na preservação da relação de consumo. Efetiva reparação dos danos. Acesso aos órgãos judiciários e administrativos para a defesa do consumidor. Inversão do ônus da prova e a hipossuficiência do consumidor. Adequação e eficácia dos serviços públicos e a relação com a Lei 8.978/95. Direitos básicos e (super)endividamento do consumidor. Atualizações legislativas.
5 – Da qualidade dos produtos e serviços, prevenção e reparação de danos (responsabilidade civil nas relações de consumo);

Nocividade e periculosidade: inerente e adquirida. O papel da informação no contexto da proteção do consumidor. *Recall*. Responsabilidade Civil no Direito do Consumidor: evolução do instituto e o surgimento da responsabilidade objetiva. Risco e responsabilidade. Equação jurídica da responsabilidade civil objetiva. Vícios e defeitos. Responsabilidade pelo fato e pelo vício. Excludentes de responsabilidade civil e a teoria do fortuito interno e fortuito externo. Risco do desenvolvimento. Responsabilidade do comerciante. Prestação dos serviços públicos: debate entre a essencialidade e a continuidade. Atualizações legislativas.

6 – Prescrição, decadência e desconsideração da personalidade jurídica;

Da garantia legal à garantia contratual. Prazo decadencial e prazo prescricional. Situações que obstam a decadência. A teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica nas relações de consumo. Atualizações legislativas.

7 – Das práticas comerciais, oferta e publicidade;

Essencialidade da boa fé na fase pré contratual. Conceito de prática comercial. Oferta. Responsabilidade dos fabricantes e importadores. Ofertas por telefone e os requisitos de conteúdo. Não cumprimento da oferta e o cumprimento forçado das obrigações. Regime da publicidade no CDC. Princípios da Publicidade. Publicidade enganosa e abusiva. Práticas comerciais e o (super)endividamento do consumidor. Atualizações legislativas.

8 – Das práticas abusivas

Momento da ocorrência: fase pré contratual, contratual e pós contratual. A relação entre o direito à informação e as práticas abusivas. Boa fé objetiva como elemento de orientação para a caracterização da abusividade. A tipologia prevista no CDC. Cobrança de Dívidas. Banco de dados e cadastro de consumidores. Persuasão e abuso na oferta de crédito ao consumo. Atualizações legislativas.

9 –A proteção contratual

A teoria do contrato e as mutações decorrentes do Direito do Consumidor. Contrato de adesão e sua implicação no modelo de mercado de consumo. Direito de arrependimento. Cláusulas contratuais abusivas e as nulidades previstas no CDC. Contrato de crédito ao consumo e (algumas) repercussões do tratamento do (super)endividamento do consumidor. Inovações legislativas.

Bibliografia básica:

GIANCOLI, Brunno. **Curso de Direito do Consumidor**. 6. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2024. ISBN: 9788553623303 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623303

MIRAGEM, Bruno. **Curso de Direito do Consumidor**. 9. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2024. ISBN: 9786559648856 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559648856

NUNES, Rizzatto. **Curso de Direito do Consumidor**. 16. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2024. ISBN: 9788553625987 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625987

Bibliografia complementar:

Ada Pellegrine Grinover et aut. **Código de Defesa do Consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto. Direito material e processo coletivo**. 12ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária (2019).

Fabricio Bolzan de Almeida. **Direito do Consumidor Esquematizado**. 7ª edição. São Paulo: Ed. Saraiva (2018).

Flávio Tartuce e Daniel Amorim Assunção Neves. **Manual de Direito do Consumidor**. 9ª edição. São Paulo: Ed. Método (2020).

Humberto Theodoro Júnior. **Direito do Consumidor**. 9ª edição. São Paulo: Ed. Forense Universitária (2017).

Júlio Moraes Oliveira. **Curso de Direito do Consumidor completo**. 3ª edição. Belo Horizonte: Ed. D'Plácido (2016).

Sergio Cavalieri Filho. **Programa de Direito do Consumidor**. 5ª edição. São Paulo: Ed. Atlas (2019).

8º Período

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Direito Tributário I
Nome do Componente Curricular em inglês:
Tax Law I</td><td>Código: DII038</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
-</td><td>Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
60 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
04 horas/aula</td><td>Prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Introdução ao Direito Tributário. As normas tributárias. A norma tributária impositiva. As espécies de tributos. Competência tributária. Fontes do Direito Tributário. Os princípios jurídicos tributários. Imunidades tributárias. Estudo do Direito Tributário dentro do contexto da Constituição da República brasileira, com a exposição dos pilares do Sistema Tributário Nacional. Análise de posições teóricas e jurisprudenciais a respeito do Sistema Tributário Nacional. Fontes do Direito Tributário. Obrigação tributária.</td></tr>
</table>

Conteúdo programático:
UNIDADE 1. Introdução ao Direito Tributário: Conceito; Autonomia; O tributo; Conceito legal; Críticas; Características do Tributo. Tributos e suas espécies: Teoria geral; Classificação das espécies tributárias; Teoria dos tributos vinculados e não-vinculados. Os critérios distintivos das espécies tributárias: Impostos, Taxas, Contribuições de Melhoria, Empréstimos Compulsórios, Contribuições especiais.
UNIDADE 2. As Normas Tributárias: a hipótese de incidência e o fato gerador: Conceito; Críticas. Hipótese de incidência e seus aspectos: Aspecto Material; Aspecto Temporal; Aspecto Espacial; Aspecto Pessoal. A consequência jurídica e seus critérios: Critério subjetivo; Critério temporal; Critério espacial; Critério quantitativo. Base de cálculo e alíquota. Críticas.
UNIDADE 3. Competência tributária: Conceito; Classificação das competências tributárias. Capacidade tributária. Descentralização legislativa. Federalismo: Divisão de competências tributárias. Competência privativa, comum, residual e extraordinária.
UNIDADE 4. Os Princípios Jurídicos Tributários. Fundamentos do sistema constitucional tributário: segurança e justiça. Princípio do Estado Federal. A Segurança Tributária: Princípio da legalidade. Conceito. Exceções. Medidas provisórias. Convênios interestaduais. Instrumentos normativos secundários. Princípio da Não-surpresa Tributária: Anterioridade, Noventena, "Anualidade" e Irretroatividade. Justiça Tributária: Princípio da igualdade; Princípio da capacidade contributiva: Sentido objetivo e subjetivo. Conceito. Histórico. Aplicação. Princípio do não-confisco. Princípio da progressividade: Conceito. Histórico. Princípio da seletividade: Conceito. Aplicação. Princípio da destinação das receitas constitucionais. Demais Princípios: Praticidade. Não discriminação. Não cumulatividade (ICMS, IPI, Contribuição ao PIS e COFINS).
UNIDADE 5. Limitações à competência tributária: Conceito; Classificação: princípios e imunidades. Princípios: Conceito; Classificação; segurança jurídica; legalidade; não-surpresa: irretroatividade, anterioridade e noventena; isonomia; capacidade contributiva; não-confisco; outros princípios. Imunidades: Conceito; Classificação. Distinção entre imunidade e isenção. Espécies de imunidade: Recíproca; Das atividades políticas; Culturais; Religiosas; Assistenciais; Imunidade dos Livros, Periódicos, Jornais e Papel; Imunidade de CDs e DVDs. Imunidade nas Exportações de bens e serviços. Demais Imunidades.
UNIDADE 6. Fontes do Direito Tributário. Constituição Federal. Normas Gerais de Direito Tributário. Hierarquia das normas de direito tributário. Tratados internacionais. Vigência, aplicação, interpretação e integração das normas tributárias. Evasão, elusão e elisão fiscal; "Norma geral anti-elisiva"; Interpretação econômica; Planejamento tributário.
UNIDADE 7. Obrigação tributária: Obrigação principal; deveres instrumentais; conversibilidade de "obrigação acessória" em principal quanto a suas consequências; sujeição ativa; introdução à sujeição passiva.

Bibliografia básica:
AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro.** São Paulo: Saraiva, 2017. ISBN: 9788547221744. [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547221744/
COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário Brasileiro.** São Paulo: Grupo GEN, 2019. ISBN: 9788530988357. [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988357/
SCHOUERI, Luís Eduardo. **Direito tributário.** São Paulo: Saraiva, 2018. ISBN: 9788553610174. [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610174/

Bibliografia complementar:

BALEEIRO, Aliomar. **Direito Tributário Brasileiro**. 14ª edição. Grupo GEN, 2018. 9788530980726. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530980726/.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. Editora Saraiva, 2018. 9788553610150. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610150/. Acesso em: 17/8/2020

COSTA, Regina Helena. **Curso de direito tributário**. Editora Saraiva, 2017. 9788553600670. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600670/.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Código Tributário Nacional**. 7ª edição. Grupo GEN, 2018. 9788597015720. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597015720/.

PAULSEN, Leandro. **Curso de direito tributário completo**. Editora Saraiva, 2019. 9788553616282. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553616282/.

SANTI, Eurico Marcos Diniz de. **Curso de direito tributário e finanças públicas**. 1ª edição. Editora Saraiva, 2007. 9788502144620. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502144620/.

Nome do Componente Curricular em português: Direito Processual Penal II Nome do Componente Curricular em inglês: Criminal Procedural Law II	Código: DII039
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH
Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância	

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Prisões Processuais e medidas cautelares. Sujeitos Processuais. Atos de comunicação no processo penal. Questões Prejudiciais e Incidentes processuais. Teoria das Provas. Meios de Prova.

Conteúdo programático:
UNIDADE 1: Prisões processuais e medidas cautelares. Teoria da cautelaridade. Audiência de custódia. Prisão Preventiva. Prisão em flagrante. Liberdade Provisória. Medidas cautelares diversas da prisão. Prisão Temporária.
UNIDADE 2: Sujeitos processuais. Juiz, Ministério Público, Vítima, Acusado e seu defensor.
UNIDADE 3: Atos de comunicação no processo penal. Citação: pessoal, por hora certa, por edital. Intimação e Notificação.
UNIDADE 4: Questões prejudiciais e incidentes processuais. Questão prejudicial: devolutiva, obrigatória, facultativa, não devolutiva. Exceção de litispendência, coisa julgada, ilegitimidade, competência, suspeição e impedimento. Incidentes de insanidade. Incidentes processuais.
UNIDADE 5 – Teoria das Provas. Meio de Provas. Princípios e direito à prova. Iniciativa probatória do juiz. Ônus da prova. Produção antecipada de provas. Meio de prova. Prova pericial. Prova testemunhal. Prova documental. Depoimento da vítima. Interrogatório

Bibliografia básica:
BONFIM, Edilson Mougenot. **Curso de Processo Penal**. 15. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788530996642 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625833
CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 32. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788553625826 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625826
NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Processual Penal**. 22. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788530996642 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996642
NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de processo penal comentado**. 13. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: R. dos Tribunais 2013. 1390 p

Bibliografia complementar:

BARROS, Flaviane de Magalhães; MACHADO, Felipe Daniel Amorim. **Prisão e medidas cautelares**: nova reforma do processo penal - Lei: 12.403/2011. Belo Horizonte (MG): Del Rey 2011. 246 p

LOPES JÚNIOR, Aury. **Processo penal no limite**. Florianópolis (SC): Empório do Direito, 2015. 128 p

ROSA, Alexandre Morais da; KHALED JR., Salah H. **In dubio pro hell I**: profanando o sistema penal. 2. ed. Florianópolis: Empório do Direito, 2015. 116 p

ROSA, Alexandre Morais. **A teoria dos jogos aplicada ao processo penal.** Florianópolis: Empório do direito, 2015.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Curso de processo penal**. Rio de Janeiro: Impetus, 2013.

Nome do Componente Curricular em português: Direito Internacional Público Nome do Componente Curricular em inglês: International Law	Código: DII040
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH
Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância	

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Sistema jurídico da sociedade internacional. Processos de criação dos diferentes tipos de normas do direito internacional. Velhos e novos sujeitos de direito internacional. Funções do direito na estruturação da cooperação e na solução de conflitos internacionais. Sentidos de 'jurisdição' no plano internacional. Abordagens transdisciplinares para estudar os principais tratados, instituições e jurisdições internacionais. Jurisprudência dos tribunais internacionais.

Conteúdo programático:
UNIDADE 1. INTRODUÇÃO AO DIREITO INTERNACIONAL ENQUANTO UM SISTEMA JURÍDICO
UNIDADE 2. PROCESSOS DE CRIAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL
2.1 Fontes de Direito Internacional
2.2 Tratados internacionais
2.3 Fontes Não-Convencionais do Direito
UNIDADE 3. SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL
3.1 O Estado
3.2 As Organizações internacionais
3.3 Outros sujeitos
3.4 Outros atores da sociedade internacional
UNIDADE 4. RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS E CONSULARES
4.1 Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas
4.2 Convenção de Viena sobre Relações Consulares
UNIDADE 5. O DIREITO NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS INTERNACIONAIS
5.1 Teoria Geral do Sistemas Pacíficos de Solução de Controvérsias
5.2 Meios Coercitivos e o uso da força nas relações internacionais
UNIDADE 6. SISTEMA ONU
6.1 Segurança Coletiva e o papel do Conselho de Segurança na criação da ONU
6.2 A Carta das Nações Unidas e os Principais Órgãos da ONU
6.3 Corte Internacional de Justiça
UNIDADE 7. PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
7.1 Noções Introdutórias sobre a Proteção Internacional dos Direitos Humanos e Humanitário
7.2 Sistema Interamericano de Direitos Humanos
7.3 Tribunal Penal Internacional
UNIDADE 8 TEMAS CONTEMPORÂNEOS DO DIREITO INTERNACIONAL
8.1 Princípios Gerais Do Direito Internacional Ambiental
8.2 Panorama e Tendências do Direito Internacional

Bibliografia básica:

AMARAL JÚNIOR. Alberto do. **Curso de Direito Internacional Público**. 5. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2015. ISBN: 9788522496853 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522496853

GUERRA, Sidney. **Curso de Direito Internacional Público**. 17. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788530996550 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553628339

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 16. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788530996550 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996550

BRANT, Leonardo Nemer Caldeira; WANDERLEY JÚNIOR, Bruno. Reflexões sobre o caráter normativo do direito internacional e sobre o papel da soberania. In: **Revista Estudos Institucionais**, v. 4, n. 2, p. 748-773, 2018

CAPUCIO, Camilla. O direito internacional em sua aplicação por cortes e tribunais: rumo a um sistema judicial internacional? Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión. Año 2, Nº 3, 2014, pp. 159-174.

VASCONCELOS, Raphael Carvalho de. Direito internacional, eficácia e efetividade. In **Revista Interdisciplinar de Direito**, v. 16, n. 2, pp.271-298, jul./dez. 2018.

Bibliografia complementar:

MENEZES. Wagner. O direito internacional e a teoria da transnormatividade. In **Pensar**, Fortaleza, v. 12. P. 134-144. Mar. 2007,

RI JÚNIOR, Arno Dal; LIMA, Lucas Carlos. A flexibilização da doutrina clássica de fontes e o papel das decisões judiciais no ordenamento internacional. In X **ANUÁRIO BRASILEIRO DE DIREITO INTERNACIONAL**

SALIBA, Aziz Tuffi. Cem maneiras pelas quais o Direito Internacional influencia nossas vidas. In: **Direitos Fundamentais e sua proteção nos planos interno e internacional**. Belo Horizonte: Arraes, 2010.

VIEIRA, Luciane Klein; VEDOVATO, Luís Renato. A relação entre direito interno e direito internacional. Os impactos no cotidiano jurídico brasileiro sob a perspectiva da ampliação do bloco de constitucionalidade. In: **Rev. secr. Trib. perm. revis.** Año 3, Nº 6; Agosto 2015; p. 207-225.

WAISBERG, Tatiana. Do Reconhecimento de Estado e de Governo no Direito Internacional: considerações sobre a evolução do tema na jurisprudência e prática internacional. In: **Meridiano** 47, vol. 12, n. 127, set.-out. 2011 [p. 18 a 24]

Nome do Componente Curricular em português: Direito do Trabalho II Nome do Componente Curricular em inglês: Labor Rights II	Código: DII041
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH
Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância	

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Duração do Trabalho. Remuneração e Salário. Terminação do contrato. Direito Coletivo do Trabalho. Trabalho e Direitos Humanos.

Conteúdo programático:
UNIDADE 1: Duração do Trabalho. Conceitos. Fixação da jornada. Prorrogação de jornada. Efeitos da sobrejornada. Exclusão do capítulo da duração do trabalho. Supressão de horas extras. Comissionista. Produção. Limitação. Turnos ininterruptos de revezamento. Sobrejornada e sobreaviso no teletrabalho. Trabalho em tempo parcial. Jornada noturna. Períodos de Descanso.
UNIDADE 2: Remuneração e Salário: Conceituação e composição. Caracterização do salário. Tipos de salário (modos de aferição). Parcelas não componentes da remuneração. Meios de pagamento do salário. Modalidades remuneratórias. Proteção essencial ao salário.
UNIDADE 3: Término do Contrato de Emprego: Conceitos. Extinção do contrato por decisão do empregador. Extinção do contrato por decisão do empregado. Extinção do contrato por decisão de ambas as partes. Extinção do contrato por desaparecimento do(s) sujeito(s). Extinção do contrato por decurso de prazo. Extinção do contrato por culpa recíproca.
UNIDADE 4: Direito Coletivo do Trabalho: Representação dos empregados no local de trabalho. Aspectos gerais de Direito Sindical. Princípios especiais de Direito Coletivo do Trabalho. Direito Coletivo e Sindicato. Garantia provisória de emprego do dirigente sindical. Negociação Coletiva Trabalhista. Greve.
UNIDADE 5: Trabalho e Direitos Humanos: O Direito do Trabalho na perspectiva dos Direitos Humanos. Direitos Humanos e Discriminação no Trabalho. Direitos Humanos e Trabalho Escravo Contemporâneo. Direitos Humanos e Direito Coletivo do Trabalho. Fundamentação e exigibilidade dos Direitos Humanos na perspectiva do Direito do Trabalho.

Bibliografia básica:
GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Curso de Direito do Trabalho. 20. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788553626823 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626823
LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito do Trabalho. 17. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788553625963 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625963
MARTINEZ, Luciano. Curso de Direito do Trabalho. 16. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788553625949 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625949

Bibliografia complementar:

ZAINAGHI, Domingos Sávio. **Curso de Legislação Social: Direito do Trabalho**. 15. ed. Barueri: Manole, 2021. ISBN: 9786555762846 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555762846

ALVES, Amauri Cesar. LEITE, Rafaela Fernandes (Org.) **Reforma Trabalhista**. Belo Horizonte: Conhecimento, 2017.

ALVES, Amauri Cesar. **Curso de Direito do Trabalho**. 2. ed. Belo Horizonte: RTM, 2025.

ALVES, Amauri Cesar. **O Direito do Trabalho no Supremo Tribunal Federal**. Belo Horizonte: RTM, 2025.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 22. ed. São Paulo: JusPodivum, 2025

Nome do Componente Curricular em português: Estágio Interno (NPJ) I Nome do Componente Curricular em inglês: Legal Practice Internship (Internal) I	Código: DII042
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH
Modalidade de oferta: [ ] presencial [x] semipresencial [ ] a distância	

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 00 horas/aula	Prática 02 horas/aula

Ementa:
Prática Jurídica. Consultoria extrajudicial. Arbitragem. Negociação. Conciliação. Mediação.

Conteúdo programático:
1. Desenvolvimento de atividades de orientação junto à comunidade para o exercício da cidadania plena;
2. Atendimento jurídico gratuito à população de Ouro Preto;
3. Atuação em formas adequadas de resolução de conflitos, especificamente arbitragem, negociação, conciliação e mediação
4. Oferta de atividades reais que privilegiem a análise interdisciplinar do direito, com foco em casos concretos que devem ser solucionados pelos discentes, com orientação dos docentes vinculados ao NPJ/UFOP;
5. Desenvolvimento de soluções inovadoras para o mercado profissional.
6. Desenvolvimento de técnicas de atendimento ao cliente e relações interpessoais.

Bibliografia básica:
MARTINELLI, Dante P. (Org.); NIELSEN, Flávia Angeli Ghisi (Org.); MARTINS, Talita Mauad (Org.). **Negociação: conceitos e aplicações práticas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. ISBN: 9788502160804 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502160804/
TARTUCE, Fernanda. DELLORE, Luiz. **Manual de Prática Civil**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. ISBN: 9788530988180 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988180/
AGUIRRE, João. SÁ, Renato Montans de. **Prática Civil**. 10ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. ISBN: 9788553618064 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553618064/
VASCONCELOS, Carlos Eduardo de, 1942. **Mediação de conflitos e práticas e práticas restaurativas:** modelos, processos, ética e aplicações . São Paulo: Método 2007.

Bibliografia complementar:

ARAUJO JUNIOR, Gediel Claudino de. **Prática no Processo Civil**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597025217/. Acesso em: 17 Sep 2020

DIAS, Maria Tereza Fonseca. **Mediação, cidadania e emancipação social:** a experiência da implantação do Centro de Mediação e Cidadania da UFOP e outros ensaios. Belo Horizonte (MG): Fórum 2010.

FIORELLI, José Osmir; FIORELLI, Maria Rosa; MALHADAS JUNIOR, Marcos Júlio Olivé. **Mediação e solução de conflitos:** teoria e prática . São Paulo: Atlas 2008.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Ações Possessórias no Novo CPC, 4ª edição**. [Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. 9788597012767. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012767/. Acesso em: 17 Sep 2020

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antônio. **Arbitragem - Mediação, Conciliação e Negociação**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. 9788530990152. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530990152/. Acesso em: 17 Sep 2020

SOUZA, Luciane Moessa de; CASELLA, Paulo Borba. **Mediação de conflitos:** novo paradigma de acesso à justiça. Belo Horizonte (MG): Fórum 2009.

Nome do Componente Curricular em português: Metodologia e Elaboração de Projeto de Trabalho de Curso Nome do Componente Curricular em inglês: Research Methodology and Course Project Design	Código: DII043
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH

Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 00 horas/aula	Prática 02 horas/aula

Ementa:
Recapitulação das noções pertinentes à metodologia da pesquisa jurídica. Orientação e oficinas para elaboração de trabalho de curso.

Conteúdo programático:
1 Metodologia da Pesquisa Jurídica
2 O Projeto de Trabalho de Curso (Monografia)
3 Elaboração do Projeto de Curso
3.1. Elementos básicos da investigação científica.
3.2. Escolha do orientador e primeiro contato.
3.3. Tema-problema.
3.4. Hipótese.
3.5. Objetivos.
3.6. Justificativa.
3.7. Revisão da literatura
3.8. Metodologia: Marco teórico e operacionalização
3.9. Cronograma
3.10. Levantamento bibliográfico preliminar e referências
3.11. Normalização técnica.

Bibliografia básica:
THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2022. ISBN: 9786555553055 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555553055
MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 4. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2016. ISBN: 9788597008821 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597008821
QUEIROZ, Rafael Mafei. **Metodologia da Pesquisa em Direito**. 3. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786553627994 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627994
BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito.** 14ªed. São Paulo: Saraiva. 2015. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547204143/. Acesso em: 21 Sep 2020
GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática.** 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
HENRIQUES, Antônio; MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no curso de direito: trabalho de conclusão de curso.** 9ª ed. São Paulo: GEN, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011760/. Acesso em: 21 Sep 2020.

Bibliografia complementar: BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito.** 14ªed. São Paulo: Saraiva. 2015. ISBN: 9788547204143 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547204143/

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Cientifica: a prática de Fichamentos, Resumos e Resenhas.** 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2019. ISBN: 9788597020328 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020328/

MONTEIRO, Cláudia; MEZAROBA, Orides. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019. ISBN: 9788553611560 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611560/

HENRIQUES, Antônio; MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no curso de direito: trabalho de conclusão de curso.** 9ª ed. São Paulo: GEN, 2017. ISBN: 9788597011760 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011760/

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 8ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2017. ISBN: 9788597012408 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em: Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012408/

ECO, Humberto. **Como se faz uma Tese.** São Paulo: Perspectiva, 2003.

FEFERBAUM, Marina; QUEIROZ, Rafael. **Metodologia da Pesquisa em Direito - Técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses**. 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553615544/. Acesso em: 21 Sep 2020

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 8ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012408/. Acesso em: 21 Sep 2020

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Cientifica: a prática de Fichamentos, Resumos e Resenhas.** 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2019. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020328/. Acesso em: 21 Sep 2020

MONTEIRO, Cláudia; MEZAROBA, Orides. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611560/. Acesso em: 21 Sep 2020

9º Período

Nome do Componente Curricular em português: Direito Processual Penal III Nome do Componente Curricular em inglês: Criminal Procedural Law III	Código: DII044
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH
Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância	

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Procedimentos. Sentença. Correlação entre pedido e sentença. Nulidades. Recursos. Aspectos recursais da execução da pena.

Conteúdo programático:
UNIDADE 1: Procedimentos. Procedimento ordinário, sumário, sumaríssimo. Procedimentos especiais. Procedimento do Tribunal do Júri. Procedimento de competência originária.
UNIDADE 2: Sentença. Classificação das Decisões. Sentença penal condenatória. Sentença absolutória. Publicação da sentença. Correlação entre pedido e sentença. Emendatio e mutatio libelli
UNIDADE 3: Nulidades no processo penal. Teoria das Nulidades e processo penal. Nulidades em espécie.
UNIDADE 4: Recursos no processo penal. Teoria dos recursos e processo penal. Recursos ordinários. Recursos extraordinários. Julgamentos repetitivos no processo penal e os tribunais superiores.
UNIDADE 5: O processo de execução. Incidentes da execução. Aspectos recursais da execução.

Bibliografia básica:
BONFIM, Edilson Mougenot. **Curso de Processo Penal**. 15. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788530996642 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625833
CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 32. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788553625826 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625826
NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Processual Penal**. 22. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788530996642 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996642

Bibliografia complementar:

GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES FILHO, Antonio Magalhães. **Recursos no processo penal:** teoria geral dos recursos, recursos em especie, açoes de impugnação. 2. ed., rev. e atual. São Paulo: R. dos Tribunais 2000. 445p ISBN 8520314872

GONÇALVES, Aroldo Plínio. **Nulidades no processo.** 2. ed. Belo Horizonte (MG): Del Rey, 2014. 82 p. ISBN 8532100910

CARVALHO, Salo de. **Pena e garantias:** a crise do direito e do processo penal, o garantismo jurídico, as teorias da pena, os sistemas de execução, a lei de execução penal, os conflitos carcerários, os direitos (de resistência) dos presos. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003. xxix, 314 p ISBN 8573871997

ROSA, Alexandre Morais. **A teoria dos jogos aplicada ao processo penal**. Florianópolis: Empório do direito, 2015.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Curso de processo penal**. Rio de Janeiro: Impetus, 2013.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de processo penal comentado**. 13. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: R. dos Tribunais 2013.

Nome do Componente Curricular em português: Direito Tributário II Nome do Componente Curricular em inglês: Tax Law II	Código: DII045
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH
Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância	

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Sujeição passiva tributária. Crédito tributário. Suspensão da exigibilidade do crédito. Extinção do crédito tributário. Exclusão do crédito tributário. A administração pública e suas prerrogativas. Postura crítica sobre a atuação da administração pública e dos particulares e sobre as decisões judiciais.

Conteúdo programático:
UNIDADE 1. O sujeito passivo da obrigação tributária: Conceito. Contribuinte e responsável. Solidariedade em matéria fiscal. Sujeição passiva direta: substituição tributária e contribuinte. Sujeição passiva indireta: Por sucessão. Por imputação legal. A responsabilidade tributária objetiva e a análise da causa da infração tributária. Denúncia espontânea.
UNIDADE 2. Crédito Tributário. Lançamento: Conceito; Natureza do lançamento. Modalidades de lançamento no direito brasileiro e sua análise crítica: Lançamento de ofício; Lançamento por homologação; Lançamento por declaração. Decadência do direito de lançar ou rever o lançamento.
UNIDADE 3. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário: Introdução; moratória; depósito integral; recurso administrativo; liminar e antecipação dos efeitos da tutela em ações diversas; parcelamento.
UNIDADE 4. Extinção do crédito tributário. O pagamento. Consignação judicial do pagamento. Pagamento indevido e repetição do indébito: Restituição e repercussão jurídica obrigatória. Prescrição da ação de restituição. Compensação. Transação. Remissão. A decadência e a prescrição. Decisões: Decisões administrativas irrecorríveis. Decisões judiciais transitadas em julgado. Dação em pagamento em bens imóveis.
UNIDADE 5. Exclusão do crédito tributário. Isenções: Conceito; Concessão; Revogação. Anistia: Conceito.
UNIDADE 6. Administração tributária. Privilégios e garantias da Fazenda Pública. Créditos tributários e juízos universais. O direito de fiscalizar e seus limites. Sigilo bancário e fiscal. Dívida Ativa. Certidões de situação fiscal.

Bibliografia básica:
AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. Editora Saraiva, 2017. 9788547221744. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547221744/
COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. Grupo GEN, 2019. 9788530988357. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988357/
SCHOUERI, Luís Eduardo. **Direito tributário**. Editora Saraiva, 2018. 9788553610174. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610174/

Bibliografia complementar:

BALEEIRO, Aliomar. **Direito Tributário Brasileiro**. 14ª edição. Grupo GEN, 2018. 9788530980726. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530980726/

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. Editora Saraiva, 2018. 9788553610150. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610150/

COSTA, Regina Helena. **Curso de direito tributário**. Editora Saraiva, 2017. 9788553600670. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600670/

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Código Tributário Nacional**. 7ª edição. Grupo GEN, 2018. 9788597015720. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597015720/

PAULSEN, Leandro. **Curso de direito tributário completo**. Editora Saraiva, 2019. 9788553616282. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553616282/

Nome do Componente Curricular em português: Direito do Trabalho III – Processo do Trabalho Nome do Componente Curricular em inglês: Labor Rights III – Labor Procedural	Código: DII046
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH
Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância	

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Noções básicas sobre Direito Processual do Trabalho: Comissões prévias de conciliação. Organização e funcionamento da Justiça do Trabalho. Jurisdição e competência. Dissídio individual. Recursos. Dissídio coletivo.

Conteúdo programático:
Unidade 1: Introdução ao Direito Processual do Trabalho. Conceito. Evolução. Autonomia. Princípios.
Unidade 2: Solução dos Conflitos Trabalhistas. Autodefesa, autocomposição e heterocomposição. Comissões prévias de conciliação.
Unidade 3: Do Judiciário Trabalhista. O Poder Judiciário. Organização, composição e funcionamento da Justiça do Trabalho. O Ministério Público do Trabalho e os serviços auxiliares.
Unidade 4: Jurisdição e Competência. Conceito. Competência material, funcional e territorial. Matéria trabalhista de competência da justiça comum.
Unidade 5: Partes do Processo. Capacidade para ser parte: Representação e assistência. Substituição processual. Litisconsórcio. Capacidade postulatória da parte no processo do trabalho.
Unidade 6: Dissídio Individual. Conceito. Características. Fase postulatória: Reclamação verbal. Requisitos da petição inicial. Comunicação ao reclamado.
Unidade 7: Audiência de Instrução e Julgamento. Comparecimento das partes: Arquivamento. Revelia e confissão. Proposta conciliatória: Momento processual. Efeitos. Fase probatória: Ônus da prova no processo do trabalho. Meios de prova, peculiaridades. Fase decisória.
Unidade 8: Recursos no Processo de Trabalho. Princípios e normas aplicáveis aos recursos trabalhistas. Pressupostos recursais. Recurso Ordinário: Cabimento. Tramitação. Efeitos. Recurso de Revista: Cabimento. Tramitação. Efeitos. Recurso de Agravo de Instrumento. Recurso de Embargos. Recurso de Agravo de Petição.
Unidade 9: Liquidação de Sentença. Natureza jurídica. Forma de liquidação: Cálculo. Arbitramento. Artigos. Impugnação da sentença de liquidação.
Unidade 10: Processos de Execução. Aspectos gerais. Execução provisória e definitiva. Citação da execução. Penhora. Embargos à execução. Embargos de terceiros. Trâmites finais.
Unidade 11: Dissídios Coletivos. Conceito. Classificação. Competência. Partes. Requisitos da petição inicial. Conciliação. Poder normativo da Justiça do Trabalho. Sentença normativa. Ação de cumprimento.

Bibliografia básica: LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 18ª ed., São Paulo: Saraiva, 2020. Link da Biblioteca Digital: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553617906/cfi/0!/4/2@100:0.00 NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sônia Mascaro. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 29ª ed., São Paulo: Saraiva, 2020. Link da Biblioteca Digital: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502212886/cfi/0!/4/4@0.00:36.0 PAMPLONA FILHO, Rodolfo; SOUZA, Tércio Roberto Peixoto. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2020. Link da Biblioteca Digital: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553616213/cfi/4!/4/4@0.00:69.6
Bibliografia complementar: LEITE, Carlos Henrique Bezerra (org.). **CPC: Repercussões no Processo do Trabalho.** 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2017. Link da Biblioteca Digital: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547213435/recent SCHIAVI, Mauro. **Manual de Direito Processual do Trabalho de acordo com o novo CPC**. 26ª ed., São Paulo: LTr, 2009. (Biblioteca Física)

Nome do Componente Curricular em português: Direito Minerário Nome do Componente Curricular em inglês: Law of Mineral Resources	Código: DII047
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH
Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância	

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Regulação da mineração. Estruturas e procedimentos. Direito tributário aplicado à mineração. Direito da mineração. Direito Ambiental aplicado à mineração. Estratégias para gestão de direitos minerários.

Conteúdo programático:
I - Regulação da mineração: Aspectos jurídicos da mineração - Fundamentos e princípios de Direito Minerário, conceitos essenciais à sua aplicação - Regras e aplicações práticas - Agência Nacional de Mineração e seus sistemas.
II - Estruturas e procedimentos: Fluxograma do processo minerário (teoria e prática) - Regimes de aproveitamento de recursos minerais: Permissão de Lavra Garimpeira, Licenciamento Mineral, Registro de Extração, Autorização e Concessão - Guia de Utilização - Obrigações do minerador - Encerramento das atividades, fechamento de mina - Barragens de mineração e sua regulação - Lavra ilegal e seus reflexos jurídicos - Certificação de recursos e reservas minerais. I
II - Direito tributário aplicado à mineração: taxas na mineração (TFRM, TAH), CFEM.
IV- Direito da mineração: Mineração e comunidades - Relações fundiária: direitos e deveres do proprietário/possuidor do solo - Servidões: mineração e outras atividades - Responsabilidades: civis, administrativas e ambientais.
V - Direito Ambiental Aplicado à Mineração: Desenvolvimento sustentável e princípios do Direito Ambiental - Competências administrativas e legislativas - Política Nacional do Meio Ambiente e seus instrumentos - Licenciamento Ambiental e Avaliação de Impactos Ambientais - Estratégias para o desenvolvimento econômico e proteção ambiental - Proteção de florestas e atividade minerária - Segurança de barragens.
VI - Estratégias para gestão de direitos minerários: controle de áreas, editais de disponibilidades, gerenciamento de projetos, análises de riscos.

Bibliografia básica:
AZEVEDO, Marcelo. **Direito da mineração**: questões minerárias, ambientais e tributárias. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017. 916 p.
FREIRE, William.; MATTOS, Tiago de. **Aspectos controvertidos do direito minerário e ambiental**: enfoque multidisciplinar. Belo Horizonte: Juridica, 2013. 432 p.
FREIRE, W. **Riscos jurídicos na mineração**. Jurídica Editora. 2019. Disponível em https://williamfreire.com.br/publicacoes/livrosjuridicos/livro-riscos-juridicos-na-mineracao/

Bibliografia complementar:

FREIRE, W. **Direito minerário**: acesso a imóvel de terceiro para pesquisa e lavra , 2ª edição, Ed. D'Plácido, 2020, 364 p.

HONORIO P. e SILVA, T. M. CFEM: **Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais**. Ed. D'Plácido, 2018, 300 p.

SOUZA, Marcelo Gomes de. **Direito minerário em evolução**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009. 370p. Código de Mineração e seu regulamento, normas reguladoras da mineração, legislação ambiental federal e outros materiais disponibilizados durante a realização da disciplina.

Nome do Componente Curricular em português: Estágio Interno (NPJ) II Nome do Componente Curricular em inglês: Legal Practice Internship (Internal) II	Código: DII048
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH
Modalidade de oferta: [ ] presencial [X] semipresencial [ ] a distância	

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 00 horas/aula	Prática 02 horas/aula

Ementa:
Prática jurídica. Contencioso Cível. Atendimento. Petição Inicial. Contestação. Audiência. Recursos. Cumprimento de Sentença. Execução.

Conteúdo programático:
Desenvolvimento de atividades de orientação junto à comunidade para o exercício da cidadania plena;
Atendimento jurídico gratuito à população de Ipatinga;
Propositura e acompanhamento e processos judiciais;
Oferta de atividades reais que privilegiem a análise interdisciplinar do direito, com foco em casos concretos que devem ser solucionados pelos discentes, com orientação dos docentes vinculados ao NPJ/UFOP;
Desenvolvimento de soluções inovadoras para o mercado profissional.
Desenvolvimento de técnicas de atendimento ao cliente e relações interpessoais.

Bibliografia básica:
MARTINELLI, Dante P. (Org.);NIELSEN, Flávia Angeli Ghisi (Org.);MARTINS, Talita Mauad (Org.). **Negociação: conceitos e aplicações práticas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 268p. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502160804/. Acesso em: 17 Sep 2020

TARTUCE, Fernanda. DELLORE, Luiz. **Manual de Prática Civil**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988180/. Acesso em: 17 Sep 2020

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de, 1942. **Mediação de conflitos e práticas e práticas restaurativas:** modelos, processos, ética e aplicações . São Paulo: Método 2007.

Bibliografia complementar:

AGUIRRE, João. SÁ, Renato Montans de. **Prática Civil**. 10ªed. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553618064/. Acesso em: 17 Sep 2020

ARAUJO JUNIOR, Gediel Claudino de. **Prática no Processo Civil**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597025217/. Acesso em: 17 Sep 2020

DIAS, Maria Tereza Fonseca. **Mediação, cidadania e emancipação social:** a experiência da implantação do Centro de Mediação e Cidadania da UFOP e outros ensaios. Belo Horizonte (MG): Fórum 2010.

FIORELLI, José Osmir; FIORELLI, Maria Rosa; MALHADAS JUNIOR, Marcos Júlio Olivé. **Mediação e solução de conflitos:** teoria e prática. São Paulo: Atlas 2008.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Ações Possessórias no Novo CPC, 4ª edição**. [Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. 9788597012767. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012767/. Acesso em: 17 Sep 2020

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antônio. **Arbitragem - Mediação, Conciliação e Negociação**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. 9788530990152. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530990152/. Acesso em: 17 Sep 2020

SOUZA, Luciane Moessa de; CASELLA, Paulo Borba. **Mediação de conflitos:** novo paradigma de acesso à justiça. Belo Horizonte (MG): Fórum 2009.

Nome do Componente Curricular em português: Direito Internacional Privado Nome do Componente Curricular em inglês: Private International Law	Código: DII049
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH
Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância	

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Estudo sobre as relações jurídicas privadas que se conectam com mais de um ordenamento jurídico, exigindo, então, normas para solução de concorrência de leis no espaço, bem como normas que definem a competência internacional da jurisdição nacional, a lei de migração e o estatuto jurídico do estrangeiro, bem como tratados sobre direito internacional privado, jurisprudência relevante e outras questões ligadas às relações jurídicas internacionais de natureza privada.

Conteúdo programático:
1. Introdução à noção de Conflito de Leis no Espaço
2. Evolução histórica do direito internacional privado
3. Regras de Conexão
4. O Direito Internacional Privado Brasileiro na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro
5. Tratados sobre Direito Internacional Privado
6. Competência internacional, Cooperação Judiciária Internacional e Homologação de Sentença Estrangeira
7. Lei de Migração e a Situação Jurídica do Estrangeiro

Bibliografia básica:
DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Cármem; ALBUQUERQUE, Felipe. **Direito Internacional Privado**. 16. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788530995546 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995546
MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional**. 6. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786559647699 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559647699
RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito Internacional Privado**. 22. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2024. ISBN: 9788553623228 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623228
ARAUJO, Nadia de; POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot. Reconhecimento e Execução de Sentenças Estrangeiras: análise do projeto em andamento na Conferência da Haia de Direito Internacional Privado. In: **Revista de Direito Internacional,** Brasília, v. 11, n. 1, 2014 p. 19-42
BARBOSA, Pedro Henrique de Faria; LORETO, Sylvio. A nova Lei de Migração e a proteção conferida ao apátrida: alinhamento brasileiro ao padrão internacional de direitos humanos, In: **Revista Direito Internacional**, Brasília, v. 15, n. 3, 2018 p.121-136.
ERSE, Cristiano Starling. A realização do direito internacional privado na história moderna: um panorama evolutivo dos métodos de determinação da lei aplicável. In: **Revista Videre** – Dourados, v. 06, n. 12, p. 28-42, jul./dez. 2014

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Bruno Rodrigues. Os casamentos e as parcerias entre pessoas do mesmo sexo no direito internacional privado brasileiro: aspectos transnacionais das famílias contemporâneas. In: **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 11, n. 1, 2014 p. 43-52.

LOPES, Inez; SOUSA, Ana Viola. A sucessão sobre bens imóveis situados no brasil e o direito internacional privado. In: **Rev. secr. Trib. perm. revis**. Año 4, Nº 7; Mayo 2016; - pp. 325 - 359.

RAMOS, André de Carvalho. Cooperação jurídica internacional e o diálogo das fontes no direito internacional privado contemporâneo. In **Rev. secr. Trib. perm. revis.** Año 5, Nº 10; Octubre 2017; pp. 56 - 72.

SANTANA, Hector Valverde. Proteção internacional do consumidor: necessidade de harmonização da legislação. In: **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 11, n. 1, 2014 p. 53-64

VOLPINI, carla; DIZ, Jamile Bergamaschine Mata. Dos bens no direito internacional privado brasileiro: análise das regras de qualificação dispostas pelo direito brasileiro. In: **Rev. secr. Trib. perm. revis.** Año 4, Nº 7; Mayo 2016; - pp. 206 - 225.

10º Período

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Direito Previdenciário
Nome do Componente Curricular em inglês:
Social Security Law</td><td>Código: DII050</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
-</td><td>Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
60 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
04 horas/aula</td><td>Prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Introdução ao estudo da Disciplina de Direito Previdenciário. Incursão sobre a noção de seguridade social; sujeitos abrangidos pelo sistema previdenciário brasileiro; relações de custeio; categorias de segurados e contribuições específicas ao Regime Geral de Previdência Social.</td></tr>
<tr><td colspan="4">Conteúdo programático:
Unidade 1: Conceito e autonomia do Direito Previdenciário. Fontes do Direito Previdenciário. Princípios do Direito Previdenciário. Disposições Gerais da Seguridade Social na Constituição.
Unidade 2: Evolução da Seguridade Social no Brasil e no mundo.
Unidade 3: Classificação dos Regimes Previdenciários e suas disposições gerais na Constituição. Princípios da Previdência Social.
Unidade 4: Regime Geral da Previdência Social: segurados, período de graça, dependentes, filiação, inscrição.
Unidade 5: Regime Geral da Previdência Social: custeio, contribuições previdenciárias em espécie.
Unidade 6: Regime Geral da Previdência Social: acidente de trabalho, carência, tempo de contribuição.
Unidade 7: Regime Geral da Previdência Social: benefícios em espécie – aposentadorias.</td></tr>
</table>

Bibliografia básica:

ALENCAR, Hermes Arrais. **Manual de Direito Previdenciário**. São Paulo: Grupo GEN, 2024. ISBN: 9786553629004 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629004

GOES, Hugo. **Manual de Direito Previdenciário**. 18. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2024. ISBN: 9788530995256 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995256

VIANNA, João Ernesto Aragonés. **Direito Previdenciário**. 8. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2022. ISBN: 9788597024029 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597024029

CORREIA, Marcus Orione; CORREIA, Érica Paula Barcha. **Curso de Direito da Seguridade Social**. São Paulo: Saraiva, 2008. (Biblioteca Física)

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário**. Niterói: Impetus, 2011. (Biblioteca Física)

LAZZARI, João Batista; PEREIRA DE CASTRO, Carlos Alberto. **Manual de Direito Previdenciário**. Rio de Janeiro, Editora Forense, 2020. Link na biblioteca digital UFOP: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988715/cfi/6/14!/4@0:0

Bibliografia complementar:

HORVATH JÚNIOR, Miguel. **Curso de Direito Previdenciário**. Barueri, SP: Manole, 2011. Link na biblioteca digital UFOP: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520444375/cfi/5!/4/4@0.00:36.1

LAZZARI, João Batista; PEREIRA DE CASTRO, Carlos Alberto; ROCHA, Daniel Machado da; KRAVCHYCHYN, Gisele. **Comentários à Reforma da Previdência**. Rio de Janeiro, Editora Forense, 2020. Link na biblioteca digital UFOP https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988449/cfi/6/2!/4/2/2@0:0

MARTINEZ, Wladimir. **Reforma da Previdência**. São Paulo: Saraiva, 2020. Link na biblioteca digital UFOP https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553616800/cfi/0!/4/4@0.00:74.1

Nome do Componente Curricular em português: Direito e Tecnologias Nome do Componente Curricular em inglês: Law and Technology	Código: DII051
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH
Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância	

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Aspectos normativos relacionados a direitos, deveres e limites legais circunscritos ao uso das tecnologias de comunicação. Fundamentos e perspectivas do Direito articulados a práticas desencadeadas pela cibercultura e por inovações digitais (Big Data, Inteligência Artificial, Internet das Coisas, Ciência de Dados, Realidade Virtual, Blockchain). Reflexões sobre privacidade, memória e direitos autorais, com base em ordenamentos jurídicos como a Lei de Proteção de Dados, Marco Civil da Internet e Código de Defesa do Consumidor.

Conteúdo programático:
I. Aspectos normativos relacionados a direitos, deveres e limites legais circunscritos ao uso das tecnologias de comunicação.
II. Fundamentos e perspectivas do Direito articulados a práticas desencadeadas pela cibercultura e por inovações digitais (Big Data, Inteligência Artificial, Internet das Coisas, Ciência de Dados, Realidade Virtual, Blockchain).
III. Reflexões sobre privacidade, memória e direitos autorais, com base em ordenamentos jurídicos como a Lei de Proteção de Dados, Marco Civil da Internet e Código de Defesa do Consumidor.

Bibliografia básica:
BECK, Cesar. **Reset: novas fronteiras entre direito e tecnologia no século 21. (Coleção direitos humanos e democracia)** Ijuí: Editora Unijuí, 2022. ISBN: 9788541903394 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788541903394
GOLDBERG, Jacob Pinheiro; TARTUCE, Flávio. **Ética, Tecnologia e Direito**. São Paulo: Grupo GEN, 2024. ISBN: 9786559775613 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775613
MULHOLLAND, Caitlin. **A LGPD e o novo marco normativo no Brasil**; Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2020.

Bibliografia complementar:
DONEDO, Danilo. **Da privacidade à proteção de dados pessoais**; São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.
SCHREIBER, Anderson; MORAES, Bruno; TEFFÉ, Chiara (org.). **Direito e Mídia Tecnologia e liberdade de expressão**; Indaiatuba, SP: Foco, 2020.
FRAZÃO, Ana; MULHOLLAND, Caitlin (org). **Inteligência Artificial e Direito**; São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.
KRETSCHMANN, Ângela; WENDT, Emerson. **Tecnologia da Informação e Direito**; Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2018.

Nome do Componente Curricular em português: Direito Econômico e Financeiro Nome do Componente Curricular em inglês: Economic and Financial Law	Código: DII052
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH
Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância	

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Estudo sobre Economia Política e sua relação com o Direito. A evolução histórica do pensamento econômico. As principais teorias econômicas. Estudo sobre a produção, circulação, repartição e consumo das riquezas. O Direito Financeiro: objeto, conceito, princípios e classificações. O Direito Financeiro e seu disciplinamento constitucional. A atividade financeira e extrafiscal do Estado. Exame acerca da atividade financeira (receita, despesa e orçamento público). A importância e a função das Leis Orçamentárias e das vedações orçamentárias. A história e o panorama sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conteúdo programático:
I. Estudo sobre Economia Política e sua relação com o Direito.
A evolução histórica do pensamento econômico. As principais teorias econômicas.
Estudo sobre a produção, circulação, repartição e consumo das riquezas.
II. O Direito Financeiro: objeto, conceito, princípios e classificações.
III. O Direito Financeiro e seu disciplinamento constitucional.
IV. A atividade financeira e extrafiscal do Estado.
V. Exame acerca da atividade financeira (receita, despesa e orçamento público).
VI. A importância e a função das Leis Orçamentárias e das vedações orçamentárias.
VII. A história e o panorama sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Bibliografia básica:
MORAES, Guaracy do Nascimento; ELTZ, Magnum; FERREIRA, Gabriel Bonesi.[Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556902135
PISCITELLI, Tathiane. **Direito Financeiro**. 9. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786559775231 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775231
ACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Financeiro**. São Paulo: Malheiros, 2025.
TORRES, Heleno Taveira. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2025.
VÁSQUEZ, Adolfo Cueva. **Introdução à Economia Política**. São Paulo: Ática, 2015.

Bibliografia complementar:

GIUBERTI, Lia R. **Direito Financeiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**. Rio de Janeiro: Cengage Learning, 2025.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. **Direito, economia e mercados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

RAMOS FILHO, Carlos Alberto de Moraes. **Curso de Direito Financeiro**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva: 2012.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do Século XXI**. São Paulo: Record, últimas edições, 2018.

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Direito Ambiental
Nome do Componente Curricular em inglês:
Environmental Law</td><td>Código: DII053</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
-</td><td>Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
60 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
04 horas/aula</td><td>Prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Introdução ao Direito Ambiental, Princípios de Direito Ambiental; A proteção no Meio Ambiente na Constituição Brasileira; Competência Constitucional e Infraconstitucional em Matéria Ambiental; Política Nacional do Meio Ambiente; Responsabilidade Civil por dano ambiental.</td></tr>
</table>

Conteúdo programático:
1. Introdução ao Direito Ambiental
1.1. Noções gerais de Direito;
1.1.1. Norma jurídica: características;
1.1.2. Princípios jurídicos: funções;
1.1.3. Hierarquia das normas jurídicas:
1.1.4. Interpretação jurídica:
1.1.5. Relações Jurídicas: elementos e formação
1.2. Evolução jurídica do Direito Ambiental;
1.2.1.1. As três fases da tutela do meio ambiental e as normas internacionais;
1.3. Conceito de Direito Ambiental;
1.3.1.1. O bem juridicamente tutelado e sua caracterização;
1.3.2. Meio ambiente e Interesses coletivos e difusos;
1.3.2.1. Direitos difusos;
1.3.2.2. Direitos coletivos;
1.3.2.3. Direitos individuais homogêneos;
1.3.3. Características do bem ambiental;
1.3.4. Conceito de poluidor;
1.3.5. Conceito de poluição;
1.3.6. Recursos ambientais
2. Princípios de Direito Ambiental:
2.1. A importância dos Princípios no Direito Ambiental;
2.2. Princípios de Direito Ambiental:
2.2.1. Sadia qualidade de vida;
2.2.2. Acesso equitativo aos recursos naturais;
2.2.3. Ubiquidade;
2.2.4. Cooperação dos povos;
2.2.5. Desenvolvimento sustentável;
2.2.6. Participação;
2.2.7. Informação e educação ambiental;
2.2.8. Precaução;
2.2.9. Prevenção;
2.2.10. Função socioambiental da propriedade privada;
2.2.11. Natureza Pública da proteção ambiental;
2.2.12. Poluidor Pagador/Usuário Pagador;
2.2.13. Princípio da responsabilidade ambiental;
2.2.14. Princípio do não retrocesso;
2.3. Diálogos entre os princípios;
3. A proteção do meio ambiente na Constituição Federal de 1988
3.1. Tratamento Indireto e Mediato;
3.1.1. Na organização do Estado – competências;
3.1.2. Como Princípio da Atividade Econômica;
3.1.3. Da ordem social;
3.1.4. Nas funções institucionais do Ministério Público;
3.2. Tratamento Direito e Imediato
3.2.1. O artigo 225 da Constituição Federal de 1988;
4. Competência Constitucional e Infraconstitucional em matéria ambiental
4.1. A estrutura do Estado brasileiro;
4.2. Repartição de competência dos entes federados;
4.3. O Federalismo de cooperação e a proteção do Meio Ambiente;

4.4. Tipos de Competência:
4.4.1. Legislativa;
4.4.2. Material ou Administrativa;
4.5. O Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
4.6. O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;
4.7. A Lei Complementar 140/2011 e as mudanças na atuação dos entes da federação em matéria ambiental;
4.7.1. Ações administrativas da União;
4.7.2. Ações administrativas dos Estados-membros;
4.7.3. Ações administrativas dos Municípios e do Distrito Federal;
5. Política Nacional do Meio Ambiente – A Lei 6938/81 e seus principais instrumentos.
5.1. Objetivo geral;
5.2. Objetivos específicos;
5.3. Princípios estruturantes;
5.4. Instrumentos da Política Nacional do meio Ambiente;
5.4.1. Padrões de qualidade ambiental;
5.4.1.1. Padrões de qualidade do ar – breves considerações;
5.4.1.2. Padrões de qualidade da água – breves considerações;
5.4.1.3. Ações de prevenção e controle da qualidade do solo;
5.4.2. Zoneamento Ambiental;
5.4.2.1. Zoneamento Ecológico-Econômico;
5.4.2.2. Zoneamento Agroecológico;
5.4.2.3. Zoneamento Agrícola de risco climático;
5.4.2.4. Zoneamento Industrial;
5.4.2.4.1. Estritamente industrial;
5.4.2.4.2. Predominantemente industrial;
5.4.2.4.3. Uso diversificado;
5.4.2.5. Zoneamento Urbano;
5.4.2.6. A lei de uso e ocupação do solo;
5.4.3. Licenciamento ambiental;
5.4.3.1. Bem público e licenciamento ambiental;
5.4.3.2. Aspectos gerais da licença como ato administrativo;
5.4.3.3. Características da licença ambiental;
5.4.3.4. Etapas do licenciamento ambiental;
5.4.3.5. Tipos de Licença;
5.4.3.6. Prazos do licenciamento;
5.4.3.7. A competência supletiva da Lei 140/2011;
5.4.3.8. Prorrogação do licenciamento;
5.4.3.9. Modificação, suspensão e cancelamento do licenciamento;
5.4.4. Avaliação de Impacto Ambiental – AIA;
5.4.4.1. Aspectos gerais;
5.4.4.2. Modalidades de AIA;
5.4.4.2.1. Estudo de Impacto de Vizinhança;
5.4.4.2.2. Avaliação Ambiental Estratégica;
5.4.4.2.3. Estudo de Impacto Ambiental
5.4.4.2.3.1. Conceito;
5.4.4.2.3.2. Objetivo;
5.4.4.2.3.3. Base legal;
5.4.4.2.3.4. Exigência de equipe multidisciplinar;
5.4.4.2.3.5. Diretrizes gerais;

5.4.4.2.3.6. Conteúdo Mínimo;
5.4.4.2.3.7. Relatório de Impacto Ambiental - RIMA;
5.4.4.2.3.8. Conteúdo Mínimo;
5.4.4.2.3.9. Publicidade e participação popular;
5.4.4.2.3.10. Prazo de ancoragem;
5.4.4.2.3.11. Meios de controle do EIA/RIMA
5.4.5. Servidão ambiental:
5.4.5.1. Aspectos gerais
5.4.6. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC;
5.4.6.1. Legislação aplicável: a lei 9433/97;
5.4.6.2. Finalidade dos espaços ambientais de proteção especial;
5.4.6.3. Requisitos para uma unidade de conservação;
5.4.6.4. Classificação no SNUC;
5.4.6.5. Critérios para a criação;
5.5. Legislações subjacentes:
5.5.1. A Política Nacional dos Resíduos Sólidos;
5.5.2. A Política Nacional dos Recursos Hídricos
5.5.3. Código Florestal
5.5.3.1. Estrutura e função;
5.5.3.2. Princípios;
5.5.4. Espaços territoriais especialmente protegidos;
5.5.4.1. Área de proteção permanente - APP
5.5.4.2. Áreas de uso restrito;
5.5.4.3. Reserva legal - RL;
6. Responsabilidade civil ambiental
6.1. Modalidades de responsabilidade em matéria ambiental;
6.1.1. Administrativa;
6.1.1.1. Aspectos gerais;
6.1.2. Penal;
6.1.2.1. Aspectos gerais
6.1.3. Civil;
6.1.3.1. Responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva;
6.2. As funções da responsabilidade civil;
6.2.1. Reparação e indenização
6.2.2. A função punitiva e sua relação com a efetiva proteção do meio ambiente;
6.3. Particularidades da Responsabilidade Civil Ambiental;
6.3.1. O tratamento constitucional;
6.3.2. O tratamento infraconstitucional;
6.3.3. Elementos da Responsabilidade Civil Ambiental;
6.3.3.1. O dano ambiental;
6.3.3.1.1. Efeitos do dano:
6.3.3.1.1.1. Patrimonial;
6.3.3.1.1.2. Extrapatrimonial;
6.3.3.1.2. Dano moral coletivo (dano extrapatrimonial difuso);
6.3.3.1.3. A identificação do poluidor para fins de responsabilidade civil ambiental;
6.3.3.1.4. Apuração do quantum indenizatório;
6.3.3.2. Nexo de causalidade;
6.3.3.2.1. Meios de apuração;
6.4. Responsabilidade civil ambiental e mineração;

6.4.1. A responsabilidade das pessoas físicas e das pessoas jurídicas em matéria de dano ambiental; 6.4.2. Análise de decisões judiciais.
Bibliografia básica: ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 24. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9786559777433 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777433 TRENNEPOHL, Terence. **Manual de Direito Ambiental**. 12. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788553625376 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625376 SARLET, Ingo Wolfgang; FENESTERSEIFER, Tiago. **Curso de Direito Ambiental**. 5. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788530995478 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995478 ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 8. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris 2005. MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 11. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros 2003. MORAES, Luís Carlos Silva de. **Curso de Direito Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas 2004.
Bibliografia complementar: FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 25. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788553626472 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626472 RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito Ambiental**. 12. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788553628209 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553628209 AMADO, Frederico. **Direito Ambiental Esquematizado**. 6ª Edição. São Paulo: Editora Método, 2015. ANTUNES, Paulo de Bessa. **Dano ambiental: uma abordagem conceitual**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002 CARNEIRO, Ricardo. **Direito Ambiental: uma abordagem econômica**. Rio de Janeiro: Forense 2003. FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 5.ed. ampl. São Paulo: Saraiva 2004.

Disciplinas Obrigatórias de caráter Optativo

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Prática Simulada II – Direito Administrativo
Nome do Componente Curricular em inglês:
Simulated Practice II – Administrative Law</td><td>Código: DII054</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
-</td><td>Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [ ] presencial [X] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
60 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
00 horas/aula</td><td>Prática
04 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Trabalhos simulados orientados de prática jurídica pública, forense e não forense (Direito Administrativo). Petições da fase postulatória, recursal e cumprimento de sentença. A Pesquisa Jurisprudencial e Doutrinária. Visual Law: Implementação de petições inteligentes.</td></tr>
</table>

Conteúdo programático:
Unidade I – Introdução à Prática Jurídica Simulada
Conceito e objetivos da prática jurídica simulada.
Diferenças entre prática forense e não forense.
Aplicações no campo do Direito Público (Direito Administrativo, Constitucional e Tributário).
Unidade II – Fase Postulatória: Elaboração de Peças Iniciais
Estrutura da petição inicial: requisitos legais (art. 319, CPC).
Petição inicial em ações ordinárias, mandado de segurança e ações populares.
Simulação prática: redação e análise crítica de petições iniciais.
Unidade III – Contestação, Réplica e Saneamento
Elaboração da contestação e preliminares de mérito.
Estratégias de réplica.
Identificação de vícios processuais e proposição de soluções.
Unidade IV – Fase Recursal
Tipos de recursos: apelação, agravo, embargos, recurso extraordinário e especial.
Peças recursais no contexto do Direito Público.
Simulação prática: redação de apelação e contrarrazões.
Unidade V – Cumprimento de Sentença e Execução Contra a Fazenda Pública
Requisitos legais do cumprimento de sentença.
Precatórios e requisições de pequeno valor (RPVs).
Redação de petições para fases finais do processo judicial.
Unidade VI – Pesquisa Jurídica Aplicada
Métodos de pesquisa jurisprudencial: uso de bases públicas (STF, STJ, TJ's).
Pesquisa doutrinária eficaz e atualizada.
Aplicação prática: uso da pesquisa na fundamentação de peças simuladas.
Unidade VII – Visual Law e Inovação na Redação Jurídica
Fundamentos do Visual Law: linguagem clara, design e usabilidade.
Implementação prática: fluxogramas, ícones, destaques visuais.
Exemplos de petições com elementos de Visual Law.
Unidade VIII – Petições Inteligentes e Tecnologia Jurídica
Ferramentas de automação de documentos jurídicos.
Noções de Legal Design e uso de plataformas digitais.
Atividade prática: construção de uma petição automatizada com base em modelo interativo.

Bibliografia básica:
BOLZAN DE ALMEIDA, Fabricio. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553618422/cfi/0!/4/4@0.00:0.00>, Acesso em: 15/08/2020. [Acessar por: MINHA UFOP/ BIBLIOTECA DIGITAL / E-BOOKS MINHA BIBLIOTECA]
COUTO, Reinaldo. **Curso de Direito Administrativo**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610853/cfi/0!/4/4@0.00:0.00>, Acesso em: 15/08/2020. [Acessar por: MINHA UFOP/ BIBLIOTECA DIGITAL / E-BOOKS MINHA BIBLIOTECA]
MARINELLA, Fernanda. **Direito Administrativo**. 12ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600724/cfi/1!/4/4@0.00:0.00>, Acesso em 15/08/2020. [Acessar por: MINHA UFOP/ BIBLIOTECA DIGITAL / E-BOOKS MINHA BIBLIOTECA]

Bibliografia complementar:

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553608744/cfi/0!/4/4@0.00:0.00>, Acesso em: 15/08/2020. [Acessar por: MINHA UFOP/ BIBLIOTECA DIGITAL / E-BOOKS MINHA BIBLIOTECA]

NOHARA, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. 9º ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021363/cfi/6/2!/4/2/2@0:0>, Acesso em: 15/08/2020. [Acessar por: MINHA UFOP/ BIBLIOTECA DIGITAL / E-BOOKS MINHA BIBLIOTECA]

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Prática Simulada II – Direito Internacional
Nome do Componente Curricular em inglês:
Simulated Practice II – International Law</td><td>Código: DII055</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
-</td><td>Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [ ] presencial [X] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
60 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
00 horas/aula</td><td>Prática
04 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Trabalhos simulados orientados de prática jurídica (Direito Internacional Público e Privado), forense e não forense. Petições da fase postulatória, recursal e cumprimento de sentença. A Pesquisa Jurisprudencial e Doutrinária. Visual Law: Implementação de petições inteligentes.</td></tr>
</table>

Conteúdo programático:
Unidade I – Introdução à Prática Jurídica Internacional
Conceito e objeto da prática internacional forense e não forense.
Diferenças entre Direito Internacional Público e Privado na prática jurídica.
Jurisdição nacional e internacional: competência e cooperação jurídica internacional.
Unidade II – Fase Postulatória em Direito Internacional
Petição inicial em ações que envolvem tratados, imunidade de jurisdição, responsabilidade internacional do Estado.
Petições envolvendo Direito Internacional Privado: conflitos de leis no espaço, jurisdição e competência.
Elaboração de peças simuladas envolvendo convenções como Haia, Viena, e tratados de direitos humanos.
Unidade III – Contestação, Provas e Atos Processuais Internacionais
Contestação em ações com elemento de extraterritorialidade.
Obtenção de provas no exterior: cartas rogatórias e cooperação jurídica internacional.
Redação de requerimentos com base na Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias e outras normas.
Unidade IV – Recursos e Cumprimento de Sentença
Apelação e outros recursos em processos com matéria internacional.
Cumprimento de sentença estrangeira no Brasil (homologação pelo STJ).
Reconhecimento de sentenças brasileiras no exterior.
Unidade V – Pesquisa Jurídica Internacional
Pesquisa jurisprudencial em cortes internacionais (CIJ, CIDH, TPI).
Bases de dados internacionais (HUDOC, OAS, UN Treaty Collection, Jus Mundi).
Pesquisa doutrinária em fontes multilíngues (Oxford Public International Law, Max Planck Encyclopedia).
Unidade VI – Visual Law na Prática Jurídica Internacional
Fundamentos do Visual Law aplicados ao Direito Internacional.
Adaptação de peças processuais para linguagem acessível e visual.
Técnicas visuais para comunicação jurídica com partes estrangeiras, cortes internacionais e ONGs.
Unidade VII – Petições Inteligentes e Tecnologia Jurídica
Introdução à automação de documentos internacionais.
Legal Design e ferramentas multilíngues para criação de peças processuais.
Atividade prática: construção de uma petição bilíngue com elementos visuais e estrutura inteligente.

Bibliografia básica:
DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Cármem; ALBUQUERQUE, Felipe. **Direito Internacional Privado**. 16. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788530995546 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995546
MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional**. 6. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786559647699 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559647699
RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito Internacional Privado**. 22. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2024. ISBN: 9788553623228 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623228

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Nadia de; POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot. Reconhecimento e Execução de Sentenças Estrangeiras: análise do projeto em andamento na Conferência da Haia de Direito Internacional Privado. In: **Revista de Direito Internacional,** Brasília, v. 11, n. 1, 2014 p. 19-42

BARBOSA, Pedro Henrique de Faria; LORETO, Sylvio. A nova Lei de Migração e a proteção conferida ao apátrida: alinhamento brasileiro ao padrão internacional de direitos humanos, In: **Revista Direito Internacional**, Brasília, v. 15, n. 3, 2018 p.121-136.

ERSE, Cristiano Starling. A realização do direito internacional privado na história moderna: um panorama evolutivo dos métodos de determinação da lei aplicável. In: **Revista Videre** – Dourados, v. 06, n. 12, p. 28-42, jul./dez. 2014

ALMEIDA, Bruno Rodrigues. Os casamentos e as parcerias entre pessoas do mesmo sexo no direito internacional privado brasileiro: aspectos transnacionais das famílias contemporâneas. In: **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 11, n. 1, 2014 p. 43-52.

LOPES, Inez; SOUSA, Ana Viola. A sucessão sobre bens imóveis situados no brasil e o direito internacional privado. In: **Rev. secr. Trib. perm. revis.** Año 4, Nº 7; Mayo 2016; - pp. 325 - 359.

RAMOS, André de Carvalho. Cooperação jurídica internacional e o diálogo das fontes no direito internacional privado contemporâneo. **In Rev. secr. Trib. perm. revis.** Año 5, Nº 10; Octubre 2017; pp. 56 - 72.

SANTANA, Hector Valverde. Proteção internacional do consumidor: necessidade de harmonização da legislação. In: **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 11, n. 1, 2014 p. 53-64

VOLPINI, Carla; DIZ, Jamile Bergamaschine Mata. Dos bens no direito internacional privado brasileiro: análise das regras de qualificação dispostas pelo direito brasileiro. In: **Rev. secr. Trib. perm. revis.** Año 4, Nº 7; Mayo 2016; - pp. 206 - 225.

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Prática Simulada II – Direito Constitucional
Nome do Componente Curricular em inglês:
Simulated Practice – Constitutional Law</td><td>Código: DII056</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
-</td><td>Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [ ] presencial [X] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
60 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
00 horas/aula</td><td>Prática
04 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Trabalhos simulados orientados de prática jurídica pública (Direito Constitucional), forense e não forense. Petições da fase postulatória, recursal e cumprimento de sentença. A Pesquisa Jurisprudencial e Doutrinária. Visual Law: Implementação de petições inteligentes.</td></tr>
</table>

Conteúdo programático:
Unidade I – Introdução à Prática Constitucional Simulada
Noções gerais de prática jurídica constitucional.
A atuação do advogado constitucionalista: petições judiciais, pareceres e consultorias.
Ações constitucionais: principais espécies e sua aplicação prática.
Unidade II – Peças Processuais na Fase Postulatória
Elaboração de petições iniciais em ações constitucionais:
Mandado de segurança
Habeas corpus
Ação direta de inconstitucionalidade (ADIn)
Ação declaratória de constitucionalidade (ADC)
Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)
Estrutura e técnica argumentativa em petições constitucionais.
Unidade III – Contestação e Manifestação do Ministério Público
Contestação em sede de controle difuso e concentrado.
Intervenção de terceiros e manifestação do MP em ações constitucionais.
Simulação de peças defensivas no âmbito do STF e tribunais locais.
Unidade IV – Recursos e Cumprimento de Sentença
Elaboração de recursos constitucionais:
Recurso extraordinário
Agravo em recurso extraordinário
Procedimento de cumprimento de decisões em controle de constitucionalidade.
Efeitos das decisões do STF e sua execução prática.
Unidade V – Pesquisa Jurisprudencial e Doutrinária Aplicada
Fontes oficiais: STF, STJ, CNJ, tribunais estaduais e federais.
Técnicas de busca jurisprudencial com base em temas constitucionais.
Utilização de doutrina especializada para embasamento prático das peças.
Unidade VI – Visual Law aplicado ao Direito Constitucional
Fundamentos e objetivos do Visual Law.
Técnicas visuais aplicadas à petição constitucional.
Apresentação de modelos visuais: uso de ícones, destaques, quadros comparativos e mapas mentais.
Unidade VII – Petições Inteligentes e Automação
Introdução à automação de documentos jurídicos em matéria constitucional.
Ferramentas e plataformas (ex.: Jurisdocs, LegalCloud, Jusbrasil Docs).
Construção prática de uma petição constitucional com recursos de Visual Law e lógica automatizada.

Bibliografia básica:
MITIDIERO, Daniel Francisco; MARINONI, Luiz Guilherme Bittencourt, SARLET, Ingo Wolfgang. **Curso de Direito Constitucional**. 12. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786553624771 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624771
BARCELOS, Ana Paula de. **Curso de Direito Constitucional**. 5. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786559647828 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559647828
TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 23. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9786559647828 [Acervo virtual - Plataforma Minha Biblioteca.] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624416

Bibliografia complementar:

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2025.
SILVA, José Afonso da. **Controle de Constitucionalidade**. São Paulo: Malheiros, 2025.
DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. São Paulo: JusPodivm, 2025.
BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2025.
JUNIOR, Luis Felipe. **Legal Design**: Criando Soluções Jurídicas com Design de Serviços. São Paulo: Blucher, 2023.
LOPES, Gabriel. **Visual Law**: A Revolução da Comunicação Jurídica. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.
MALUF, Fernanda; COSTA, Bruna. **Automação de Documentos Jurídicos**. São Paulo: Método, 2021.
MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2023.

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Prática Simulada II – Direito do Trabalho
Nome do Componente Curricular em inglês:
Simulated Practice II – Labor Rights</td><td>Código: DII057</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
-</td><td>Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [ ] presencial [X] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
60 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
00 horas/aula</td><td>Prática
04 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Trabalhos simulados orientados de prática jurídica do trabalho forense e não forense. Petições da fase postulatória, recursal e cumprimento de sentença. Ações constitucionais. Procedimentos Especiais. Técnicas jurídicas para audiências trabalhistas. Navegação pelo Sistema PJE. Pesquisa Jurisprudencial e Doutrinária. Visual Law: Implementação de petições inteligentes.</td></tr>
</table>

Conteúdo programático:
I - Legal Design e inovações no mercado jurídico: técnicas para redação de documentos jurídicos e correlatos
II – Entrevista com o cliente: compreendendo a situação fática.
III- Produção de Peças Processuais
Petição Inicial
Emenda da Inicial
Resposta do Réu
Contestação
Reconvenção
Exceções
IV - Incidentes Processuais
Impugnação ao Valor da Causa
Incidente de Suspeição
Incompetência Relativa e Absoluta
V - Instrução Processual
Prova Documental
Prova Testemunhal e Depoimento Pessoal da Parte
Prova Pericial
Outras Provas
Alegações Finais
VI - Dinâmica das audiências
Audiência de Conciliação
Audiência de Instrução e Julgamento
Sustentação oral em tribunais
II - Meios de Impugnação às Decisões Judiciais
Embargos de Declaração
Agravo de Instrumento
Recurso Ordinário
Recurso de Revista
Agravo de Petição
Agravo Regimental
Recurso Adesivo
Recursos Especial e Extraordinário
VIII - Ações Constitucionais
Mandado de Segurança
Habeas Corpus
Habeas Data
Dissídio Coletivo
IX - Procedimentos Especiais
Inquérito Judicial para Apuração de Falta Grave
Ação de Consignação em Pagamento
Ação Rescisória
Interdito Proibitório

Bibliografia básica:

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**, 18ª ed., São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553617906/cfi/0!/4/2@100:0.00 Acesso em: 25 Sep 2020

NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sônia Mascaro. **Curso de Direito Processual do Trabalho,** 29ª ed., São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502212886/cfi/0!/4/4@0.00:36.0 Acesso em: 25 Sep 2020

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; SOUZA, Tércio Roberto Peixoto. **Curso de Direito Processual do Trabalho**, 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553616213/cfi/4!/4/4@0.00:69.6 Acesso em: 25 Sep 2020

Bibliografia complementar:

LEITE, Carlos Henrique Bezerra (org.). *CPC:* **Repercussões no Processo do Trabalho**. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547213435/recent Acesso em: 25 Sep 2020

SCHIAVI, Mauro. **Manual de Direito Processual do Trabalho de acordo com o novo CPC**, 26ª ed., São Paulo: LTr, 2009. (Biblioteca Física)

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2009. (Biblioteca Física)

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso prático de processo do trabalho**. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553607556/. Acesso em: 25 Sep 2020

QUINTAS, Paula. Casos Práticos - **Direito do Trabalho**. Coimbra: Grupo Almedina, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9789724085210/. Acesso em: 25 Sep 2020

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Prática Simulada II – Direito Empresarial
Nome do Componente Curricular em inglês:
Simulated Practice II – Business Law</td><td>Código: DII058</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
-</td><td>Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [ ] presencial [X] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
60 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
00 horas/aula</td><td>Prática
04 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Trabalhos simulados orientados de prática jurídica em direito privado, Direito Empresarial, forense e não forense. Petições da fase postulatória, recursal e cumprimento de sentença. A Pesquisa Jurisprudencial e Doutrinária. Visual Law: Implementação de petições inteligentes.</td></tr>
</table>

Conteúdo programático:
Módulo 1 – Introdução à Prática Empresarial Forense
A atuação do advogado na seara empresarial: perfil prático e ético
Análise do processo empresarial: visão estratégica e técnica
Noções de processo civil aplicadas ao contencioso empresarial
Atos processuais típicos: petição inicial, contestação, réplica, recursos
Módulo 2 – Petições na Fase Postulatória
Elaboração de petições iniciais em ações típicas empresariais:
Execução de título executivo extrajudicial (duplicata, cheque, nota promissória)
Ação de cobrança
Ação monitória
Pedido de recuperação judicial
Simulação de contratos e cláusulas padrão
Módulo 3 – Prática Recursal no Direito Empresarial
Elaboração de recursos em processos empresariais:
Agravo de instrumento
Apelação
Embargos de declaração
Recursos nos Juizados Especiais
Estratégias recursais e análise de risco
Módulo 4 – Cumprimento de Sentença e Execução Empresarial
Procedimentos de cumprimento de sentença em ações empresariais
Medidas coercitivas e garantias do juízo
Execução contra sócios e desconsideração da personalidade jurídica
Módulo 5 – Prática Extrajudicial e Preventiva
Atuação consultiva do advogado empresarial
Elaboração de notificações extrajudiciais
Atas, pareceres, cartas de intenção e documentos empresariais preventivos
Mediação e arbitragem empresarial
Módulo 6 – Pesquisa Jurisprudencial e Doutrinária
Técnicas de pesquisa jurisprudencial em tribunais superiores (STJ, TJ's, TRFs)
Uso de repositórios e bases de dados
Análise crítica e aplicação de doutrina e jurisprudência nas peças jurídicas
Módulo 7 – Visual Law e Petições Inteligentes
Fundamentos de Visual Law no contexto jurídico-empresarial
Estruturação visual de peças processuais: design, clareza e objetividade
Ferramentas de Visual Law: fluxogramas, QR Codes, sumários visuais
Introdução a Legal Design Thinking na elaboração de petições
Módulo 8 – Oficina de Casos Práticos Integrados
Simulação de casos empresariais complexos, envolvendo:
Constituição de sociedades
Conflitos societários
Recuperação judicial e falência
Contratos empresariais com inadimplemento
Elaboração completa de peças, com pesquisa e uso de Visual Law
Apresentação oral e defesa das peças (role-play/simulação de audiência)

Bibliografia básica: TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial** : teoria geral e direito societário - – volume 1. 11 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609154/. Acesso em: 19 Aug 2020. NEGRÃO, Ricardo, **Curso de direito comercial e de empresa**, volume 1. Editora Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609598/. Acesso em: 19 Sep 2020. CRUZ, André Santa. **Direito empresarial** - Vol. Único. 10 Ed. Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530990343/. Acesso em: 19 Sep 2020.
Bibliografia complementar: MAMEDE, Gladston. **Empresa e Atuação Empresarial - Direito Empresarial Brasileiro**, 11ª edição. Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597019223/. Acesso em: 04 Sep 2020 CHAGAS, Edilson Enedino das. **Esquematizado - Direito empresarial**. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553618491/. Acesso em: 19 Sep 2020

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Prática Simulada II – Direito Penal
Nome do Componente Curricular em inglês:
Simulated Practice II – Criminal Law</td><td>Código: DII059</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
-</td><td>Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [ ] presencial [X] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
60 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
00 horas/aula</td><td>Prática
04 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Trabalhos simulados orientados de prática jurídica penal, judicial e inquérito policial. Petições. A Pesquisa Jurisprudencial e Doutrinária. Visual Law: Implementação de petições inteligentes.</td></tr>
</table>

Conteúdo programático:
Módulo 1 – Atuação do Advogado na Prática Penal
Ética e postura profissional na advocacia criminal
Diferença entre atuação no inquérito policial e na ação penal
Organização da rotina de atendimento e condução de casos penais
Garantias fundamentais e prerrogativas da defesa
Módulo 2 – Prática no Inquérito Policial
Início e estrutura do inquérito policial
Requerimentos e manifestações no inquérito:
Pedido de diligências
Pedido de liberdade provisória
Pedido de arquivamento
A atuação do advogado junto à autoridade policial
Habeas corpus em fase pré-processual
Módulo 3 – Peças Processuais na Fase Judicial
Respostas à acusação penal:
Defesa prévia
Exceções (incompetência, suspeição, litispendência)
Alegações finais por memoriais
Requerimentos diversos (provas, revogação de prisão, etc.)
Elaboração de petições de liberdade:
Relaxamento de prisão
Liberdade provisória
Revogação ou substituição de prisão preventiva
Módulo 4 – Prática Recursal Penal
Elaboração de recursos:
Apelação criminal
Recurso em sentido estrito
Embargos de declaração
Habeas corpus em instâncias superiores
Estratégias recursais e prazo
Módulo 5 – Execução Penal
Petições na execução da pena:
Pedido de progressão de regime
Pedido de indulto ou comutação
Requerimentos de remição
Revisão criminal e incidentes na execução
Módulo 6 – Pesquisa Jurisprudencial e Doutrinária
Estratégias de pesquisa aplicada à prática penal
Consulta e interpretação de precedentes do STJ e STF
Aplicação da doutrina penal contemporânea em petições
Jurisprudência defensiva e fundamentos de teses
Módulo 7 – Visual Law e Petições Penais Inteligentes
Fundamentos do Visual Law e Legal Design no processo penal
Aplicação de elementos visuais:
Destaques gráficos
Tabelas, cronogramas e fluxos de atos processuais
Construção de petições claras, objetivas e visuais
Ferramentas tecnológicas e templates práticos
Módulo 8 – Oficina de Casos Práticos Integrados

Simulações práticas envolvendo: Defesa em crimes patrimoniais, contra a vida e crimes de menor potencial ofensivo Atuação no júri simulado Atuação na fase recursal Elaboração completa de peças com pesquisa e Visual Law Apresentação oral e defesa simulada das teses
Bibliografia básica: BELLO, Rodrigo. **Manual de Prática Penal**. 6.ed. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530987855/. Acesso em: 25 Sep 2020 KNIPPEL, Edson Luz. **Prática - Prática Penal**, 8ª ed. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530984557/. Acesso em: 25 Sep 2020 SILVA, Luiz Cláudio; SILVA, Franklyn Roge. **Manual de Processo e Prática Penal.** 6ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2012. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5598-4/. Acesso em: 25 Sep 2020
Bibliografia complementar: BARROSO, Darlan; JUNIOR, Marco Antonio. **Prática Forense - Prática penal** - Vol 5. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553612703/. Acesso em: 25 Sep 2020 CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 27ªed. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553619160/. Acesso em: 25 Sep 2020 JUNIOR LOPES, Aury Celso Lima. **Fundamentos de Processo Penal**. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610211/. Acesso em: 25 Sep 2020 NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Processo Penal**, 15ª ed. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530978488/. Acesso em: 25 Sep 2020 PACELLI, Eugênio. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597023763/. Acesso em: 25 Sep 2020

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Prática Simulada II – Direito Tributário e Financeiro
Nome do Componente Curricular em inglês:
Prática Simulada II –Tax Law and Public Finance Law</td><td>Código: DII060</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
-</td><td>Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [ ] presencial [X] semipresencial [ ] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
60 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
00 horas/aula</td><td>Prática
04 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Trabalhos simulados orientados de prática jurídica em Direito Tributário e Financeiro, forense e não forense. Petições da fase postulatória, recursal e cumprimento de sentença. A Pesquisa Jurisprudencial e Doutrinária. Visual Law: Implementação de petições inteligentes.</td></tr>
</table>

Conteúdo programático:
Módulo 1 – Introdução à Prática Tributária e Financeira
Papel do advogado na área tributária e financeira: perfil técnico e estratégico
A atuação forense e extrajudicial na defesa do contribuinte
Estrutura da relação jurídico-tributária e financeira: sujeito ativo, passivo, crédito e obrigação tributária
Noções de processo civil aplicadas à esfera tributária
Módulo 2 – Petições da Fase Postulatória
Ação anulatória de débito fiscal
Ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária
Ação de repetição de indébito
Mandado de segurança individual e coletivo em matéria tributária
Tutelas de urgência em matéria fiscal
Contestação e impugnações em execuções fiscais
Módulo 3 – Prática Recursal Tributária
Recursos em ações tributárias:
Apelação
Agravo de instrumento
Embargos de declaração
Recursos especiais e extraordinários em matéria tributária
Sustentação oral e memoriais
Módulo 4 – Cumprimento de Sentença e Execução Fiscal
Procedimentos de cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública
Execução fiscal: estrutura, defesa e estratégias
Embargos à execução fiscal
Exceção de pré-executividade
Garantias do juízo (penhora, seguro, fiança bancária)
Suspensão da exigibilidade do crédito tributário
Módulo 5 – Prática Extrajudicial em Direito Tributário e Financeiro
Consulta tributária administrativa
Atuação em processos administrativos fiscais (PAF)
Parcelamentos e transações tributárias (incluindo Lei nº 13.988/2020)
Análise de certidões (CND, CPEND, etc.) e regularidade fiscal
Módulo 6 – Pesquisa Jurisprudencial e Doutrinária
Técnicas de pesquisa jurisprudencial em matéria tributária e financeira
Utilização de bases do STF, STJ, CARF e tribunais locais
Análise e aplicação de precedentes e súmulas vinculantes
Doutrina aplicada à elaboração de teses e peças
Módulo 7 – Visual Law e Petições Inteligentes
Fundamentos do Visual Law e Legal Design em litígios tributários
Elementos visuais aplicados a petições complexas
Redação clara, objetiva e estratégica em peças técnicas
Aplicação prática de ferramentas visuais: infográficos, tabelas, fluxos, QR Codes
Templates visuais para ações tributárias e memoriais
Módulo 8 – Oficina de Casos Práticos Integrados
Elaboração completa de peças processuais e extrajudiciais, com foco em:
ICMS, ISS, IRPJ, CSLL, PIS/COFINS
Execução e defesa em execuções fiscais
Benefícios fiscais e imunidades
Casos reais simulados de contribuintes pessoa física e jurídica

Apresentação, defesa oral e análise crítica das peças elaboradas
Bibliografia básica: AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. Editora Saraiva, 2017. 9788547221744. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547221744/. COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário Brasileiro.** Grupo GEN, 2019. 9788530988357. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988357/. SCHOUERI, Luís Eduardo. **Direito tributário**. Editora Saraiva, 2018. 9788553610174. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610174/.
Bibliografia complementar: BALEEIRO, Aliomar. **Direito Tributário Brasileiro**, 14ª edição. Grupo GEN, 2018. 9788530980726. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530980726/. CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. Editora Saraiva, 2018. 9788553610150. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610150/. COSTA, Regina Helena. **Curso de direito tributário**. Editora Saraiva, 2017. 9788553600670. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600670/. MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Código Tributário Nacional**, 7ª edição. Grupo GEN, 2018. 9788597015720. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597015720/. PAULSEN, Leandro. **Curso de direito tributário completo**. Editora Saraiva, 2019. 9788553616282. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553616282/. SANTI, Eurico Marcos Diniz de. **Curso de direito tributário e finanças públicas**. 1ª edição. Editora Saraiva, 2007. 9788502144620. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502144620/.

Programas das disciplinas eletivas

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Antropologia
Nome do Componente Curricular em inglês:
Anthropology</td><td>Código: DII061</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
-</td><td>Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
30 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
02 horas/aula</td><td>Prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Abordagem antropológica sobre o direito. Regras, sanções e ordem. Troca e poder. Sensibilidade jurídica nas sociedades modernas. Estudos etnográficos sobre sistemas jurídicos.</td></tr>
<tr><td colspan="4">Conteúdo programático:
1 - Antropologia e Direito: aproximações e especificidades
2 - Regras, sanções e ordem
3 - Sistemas de conhecimento e de crenças
4 - Trocas, dádiva e dívida
5 - Hierarquia e comparação
6 - Lei, poder e norma
7 - O direito como campo de pesquisa antropológica
8 - Sensibilidades jurídicas
9 - Operadores do direito: o fazer jurídico
10 - Harmonia e Conflitos</td></tr>
<tr><td colspan="4">Bibliografia básica:
PALMA, Rodrigo Freitas. Antropologia Jurídica. 2. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786553627000 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627000
MACHADO, Igor. Introdução à Antropologia. São Paulo: Contexto, 2023. ISBN: 9786555412116 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555412116
MARCONI, Marina; PRESOTTO, Zelia Maria. Antropologia - uma introdução. 8. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2019. ISBN: 9788597022681 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597022681
LIMA, Roberto Kant. 2012 “Antropologia Jurídica”. In A. C. de Souza Lima (org.) Antropologia e Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos. Brasília: ABA; Blumenau: Nova Letra; Rio de Janeiro: LACED/Museu Nacional, pp. 35-54
LIMA, Roberto Kant de. Por uma antropologia do Direito, no Brasil. In: Ensaios de antropologia e de direito. Rio de Janeiro. Lumen Juris. 2011.</td></tr>
</table>

Bibliografia complementar:

CARNIO, Henrique Garbellini. **Direito e Antropologia**. 2. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2020. ISBN: 9788553618101 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553618101

GOMES, Mercio Pereira. **Antropologia: ciência do homem, filosofia da cultura**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.ISBN: 9788572444972 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572444972

CLASTRES, **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro, Nau Ed., 1999. 158p.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local**. Petrópolis: Vozes, 1998.

LIMA, Roberto Kant de. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. **Anuário Antropológico**. 2009- 2, 2010.

LIMA, Roberto Kant e BAPTISTA, Barbara L . O desafio de realizar pesquisa empírica no direito. **Anuário Antropológico**, 2014.

<table>
<tr><td colspan="2">Nome do Componente Curricular em português:
Direito Digital
Nome do Componente Curricular em inglês:
Digital Law</td><td colspan="2">Código: DII062</td></tr>
<tr><td colspan="2">Nome e sigla do departamento:
-</td><td colspan="2">Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
30 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
02 horas/aula</td><td>Prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Privacidade na internet. Aspectos constitucionais e sociais da internet. Responsabilidade civil na internet. Inteligência Artificial no Direito.</td></tr>
<tr><td colspan="4">Conteúdo programático:
1. Privacidade na internet
1.1.Governança e jurisdição na internet
1.2. Aspectos históricos, conceituais e principiológicos relevantes
1.3. Proteção de dados pessoais e bases legais de tratamento.
2. Aspectos constitucionais e sociais da internet.
2.1.Responsabilidade civil na internet.
2.2.Contratos eletrônicos
2.3.Responsabilidade dos provedores
3. Inteligência Artificial no Direito</td></tr>
<tr><td colspan="4">Bibliografia básica:
TEIXEIRA, Tarcisio. Direito Digital e Processo Eletrônico. 9. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788553624317 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624317
WOLFGANG, Hoffmann-Riem. Teoria Geral do Direito Digital. 2. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2022. ISBN: 9786559642267 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559642267
SILVA, Louise S. H. Thomaz da; SOUTO, Fernanda R.; OLIVEIRA, Karoline F. Direito Digital. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. ISBN: 9786556902814 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556902814
PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito Digital. 7. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2021. ISBN: 9786555598438 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598438</td></tr>
</table>

Bibliografia complementar:

BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos Gomes da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha. **Manual de direito eletrônico e internet**. São Paulo: Lex 2006.

DE LUCCA, Newton; SIMÃO FILHO, Adalberto. **Direito & Internet**: aspectos jurídicos relevantes . 2.ed. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

GANDELMAN, Henrique. **De Gutenberg a Internet**: direitos autorais na era digital. 2. ed. Rio de Janeiro: Record 1997.

PAESANI, Lilian. **Direito na Sociedade da Informação III.** São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522482139/. Acesso em: 22 Sep 2020

PINHEIRO, Patrícia Peck**. Proteção de dados pessoais - comentários à Lei n. 13.709/2018 LGPD.** São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553608324/. Acesso em: 22 Sep 2020

ROHRMANN, Carlos Alberto. **Curso de direito virtual**. Belo Horizonte: Del Rey 2005.

SILVEIRA, Newton. **Propriedade Intelectual: Propriedade Industrial, Direito de Autor, Software, Cultivares, Nome Empresarial, Abuso de Patentes**. 6ªed. Barueri, SP: Manole, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520457535/. Acesso em: 22 Sep 2020.

Nome do Componente Curricular em português: Psicologia Aplicada ao Direito Nome do Componente Curricular em inglês: Legal Psychology	Código: DII063
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH

Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Principais abordagens em psicologia. Psicologia Jurídica: Conceito. Origem e evolução histórica. Psicologia Jurídica e o Direito de Família. Psicologia Jurídica e o Direito Penal. Psicologia Jurídica e a violência doméstica. Psicologia jurídica e sua interface com os Diretos Humanos.

Conteúdo programático:
1. PROCESSOS PSICOLÓGICOS BÁSICOS
1.1. Sensação.
1.2. Percepção.
1.3. Atenção.
1.4. Memória.
1.5. Emoção.
1.6. Motivação.
1.7. Linguagem.
1.8. Pensamento.
2. TEORIAS PSICOLÓGICAS SOBRE A PERSONALIDADE
2.1. O psiquismo humano em Sigmund Freud.
2.2. A personalidade segundo de Eric Erikson.
2.3. A teoria psicossocial de Alfred Adler.
3. PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO
3.1. História e evolução da psicologia jurídica.
3.2. Psicologia jurídica e questões da infância e da juventude.
3.3. Psicologia jurídica e o direito de família.
3.4. Psicologia jurídica e o direito penal.
3.5. Psicologia jurídica, criminologia e psicopatologia.

Bibliografia básica:
PUTHIN, Sara R.; PIRES, Luciana R.; AMARAL, Sabine H.; RODRIGUES, Paulo Roberto Grangeiro. **Psicologia Jurídica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. ISBN: 9788595025783 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595025783
FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. **Psicologia Jurídica**. 12. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2024. ISBN: 9786559775569 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775569
BRITO, L. M. T. (Orgs) **Temas de Psicologia Jurídica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1999.

Bibliografia complementar:

FIORELLI, J. O., MANGINI, R. **Psicologia Jurídica**. São Paulo: Atlas, 2010.

LEAL, M. L. **Psicologia Jurídica**: história e ramificações e áreas de atuação Diversa :: Ano I - nº 2 :: pp. 171-185 : jul./dez. 2008.

BRITO, L. M. T. O sujeito pós-moderno e suas demandas judiciais . **Psicologia: ciência e profissão**, 2012, 32 (3), 564-575.

LAGO, V. M. et al . Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Estudos de Psicologia**. Campinas : 26 (4); 483-91 pp. out./dez. 2009.

Nome do Componente Curricular em português: Direito Eleitoral Nome do Componente Curricular em inglês: Electoral Law	Código: DII064
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH

Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Direito Eleitoral. Normas Constitucionais. Sistemas Eleitorais. Partidos Políticos. Elegibilidades e Inelegibilidades. Financiamento de Campanhas. Propaganda Eleitoral. Abuso de Poder Econômico e Político. Outras Infrações Eleitorais. Direito Penal e Processual Penal Eleitoral.

Conteúdo programático:
1. Direito Eleitoral.
2. Normas Constitucionais.
3. Sistemas Eleitorais.
4. Partidos Políticos.
5. Elegibilidades e Inelegibilidades.
6. Financiamento de Campanhas.
7. Propaganda Eleitoral.
8. Abuso de Poder Econômico e Político.
9. Outras Infrações Eleitorais.
10. Direito Penal e Processual Penal Eleitoral.

Bibliografia básica:
GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. 21. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9786559777457 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777457
ROLLO, Alexandre Luís Mendonça. **Direito Processual Eleitoral**: Ações Civis Eleitorais por descumprimento da Lei das Eleições. São Paulo: Grupo GEN, 2022. ISBN: 9786555599381 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555599381
VELOSO, Carlos Mário da Silva; AGRA, Walber Moura. **Elementos de Direito Eleitoral**. 8. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2023. ISBN: 9786555598810 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598810

Bibliografia complementar:
BASTOS, Luiz Magno e CUNHA, Amanda Guimarães. **Direito Eleitoral Sancionador** – O dever de Imparcialidade da Autoridade Judicial. Tirant Lo Blanch. 2021.
SCHLICKMANN, Denise Goulart e outros (orgs.). **Questões Eleitorais Contemporâneas**. Editora d'Plácido. 2021
VELLOSO, Carlos Mario da Silva e AGRA, Walber de Moura. **Elementos de Direito Eleitoral**. 2017, São Paulo: Saraiva.
GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. São Paulo: Atlas. 2020
GONÇALVES, Luiz Carlos. **Ações Eleitorais** - Aspectos Materiais e Processuais. Publique Edições. São Paulo, 2021.
ZILIO, Rodrigo López. **DIREITO ELEITORAL**. Porto Alegre: Verbo Jurídico. 2020.

Nome do Componente Curricular em português: Direito Desportivo Nome do Componente Curricular em inglês: Sports Law	Código: DII065
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH

Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Direito Desportivo: autonomia científica. Elementos distintivos do Direito no esporte. Modelos de governança desportiva. Organização desportiva brasileira. Direito Empresarial do esporte. Direito Administrativo Desportivo. Direito do Trabalho Desportivo. Justiça Desportiva.

Conteúdo programático:
1 Introdução: existe um Direito Desportivo?
2 Especificidade do esporte
3 Autorregulação desportiva
5 Constitucionalização do esporte
6 Legislação desportiva brasileira
7 Governança desportiva brasileira
8 Organização societária de entidades de prática desportiva
9 Direito do Trabalho Desportivo
10 Justiça Desportiva

Bibliografia básica:
GÓES, Marcelo; CAÚS, Cristiana. **Direito aplicado à gestão do esporte**. São Paulo: Trevisan, 2013. ISBN: 9788599519561 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788599519561
MIRANDA, Martinho Neves. **O Direito no Desporto**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
ROSIGNOLI, Mariana e RODRIGUES, Sérgio Santos. **Manual de Direito Desportivo**. São Paulo: LTr, 2021. VEIGA, Maurício de Figueiredo Correa da. **Manual de Direito do Trabalho Desportivo**. São Paulo: LTr, 2022.

Bibliografia complementar:
CAÚS, Cristiano e GÓES, Marcelo. **Direito Aplicado à Gestão do Esporte**. São Paulo: Trevisan, 2013.
COUTINHO FILHO, José Eduardo. **A Proteção dos Direitos do Atleta Profissional de Futebol**: Liberdade, Vinculação e Jornada de Trabalho. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018.
FACHADA, Rafael Terreiro. **Direito Desportivo**: Uma Disciplina Autônoma. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.
MORAES, Guilherme Campos de. **Lex Sportiva**: entre a Esfera Pública, a Autonomia Privada e a Necessidade de Accountability. Rio de Janeiro: Multifoco, 2016.
VARGAS, Angelo (coord). **Direito Desportivo**. Temas Transversais. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

Nome do Componente Curricular em português: Direito da criança e do adolescente Nome do Componente Curricular em inglês: Children, youth and the Law	Código: DII066
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH

Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Direitos da criança e do adolescente. Estatuto da Criança e do Adolescente. Proteção integral. Histórico da proteção da infância e da adolescência no Brasil. Direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes. Exercício da autonomia por crianças e adolescentes. Direito à convivência familiar e comunitária. Prática de ato infracional e os operadores da proteção à criança e ao adolescente.

Conteúdo programático:
1. O Direito do Menor: conceito e fins. Disciplinas correlatas. O Direito do Menor no Brasil
2. O antigo Código de Menores. A doutrina da situação irregular. A Constituição de 1988 e o novo paradigma: a doutrina da proteção integral. A Convenção da ONU sobre os Direitos de Criança.
3. O Estatuto da Criança e do Adolescente. A estrutura da Lei nº8069/90 e suas disposições preliminares. As diferenças entre criança e adolescentes e os tratamentos previstos no Estatuto.
4. Os Direitos Fundamentais: Vida e saúde; Liberdade, respeito e dignidade.
5. Os Direitos Fundamentais: Convivência Familiar e Comunitária; A família natural e a substituta. Guarda, tutela e adoção e seus procedimentos.
6. Os Direitos Fundamentais: Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Profissionalização e proteção no Trabalho. A prevenção geral e especial.
7. A política de atendimento. O ato infracional e suas conseqüências jurídicas. As medidas pertinentes aos pais ou responsáveis.
8. O Conselho Tutelar. A justiça da infância e da juventude. A função do Ministério Público. O advogado. Aspectos procedimentais.
9. Aspectos gerais sobre os crimes e as infrações administrativas.

Bibliografia básica:

MACIEL, Katia Regina Ferreira Lobo Andrade; CARNEIRO, Rosa Maria Xavier Gomes; AMIN, Andréa Rodrigues. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**. 17. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788553626847 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626847

PAULA, Paulo Afonso Garrido de. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Cortez, 2024. ISBN: 9786555554250 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555554250

ZAPATER, Maíra. **Direito da Criança e do Adolescente**. 3. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788553626441 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626441

Bibliografia complementar:

CURY, Munir e SILVA, Antônio Fernando de O. Amaral. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Comentários Jurídicos e Sociais. Malheiros Editores, 2018.

ELIAS, João Roberto. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. Editora Saraiva, 2009.

MENDEZ, Emílio Garcia. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Doutrina e Jurisprudência. Editora Atlas, 2014.

MILANO FILHO, Nazir David. & MILANO, Rodolfo César. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: comentado e interpretado. Livraria e Editora Universitária de Direito.

<table>
<tr><td colspan="2">Nome do Componente Curricular em português:
Direito Agrário
Nome do Componente Curricular em inglês:
Agrarian Law</td><td colspan="2">Código: DII067</td></tr>
<tr><td colspan="2">Nome e sigla do departamento:
-</td><td colspan="2">Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
30 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
02 horas/aula</td><td>Prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Teoria Geral do Direito Agrário. Direito Agrário Contemporâneo. Direito Agrário e Direito de Propriedade. Terra e Propriedade. Função Socioambiental da Terra. Contratos Agrários. Perspectivas em Direito Agrário.</td></tr>
<tr><td colspan="4">Conteúdo programático:
1- Uma Teoria Geral do Direito Agrário. 2- Direito Agrário contemporâneo 3- A justiça agrária na América Latina 4- A propriedade como direito real: construção histórica dos direitos reais. Referências teóricas. 5- A posse e a propriedade, sua função social e sua tutela jurídica. 6- Terra e propriedade. A agricultura no período senhorial e a agricultura moderna. 7- Sesmarias e o uso do instituto das sesmarias no Brasil. 8- O direito de propriedade da terra na Codificação. Lei de terras devolutas para o Brasil. 9- As independências na América Latina: povo, terra e natureza. As sesmarias e as leis de índias. 10- A terra e a natureza como mercadorias. Capitalismo verde (?). 11- A função socioambiental da terra. 12- A reforma agrária e políticas públicas sobre terras. 13- Os contratos agrários. 14- Direito dos camponeses sobre a agro-biodiversidade. 15- Territórios, populações tradicionais e seus conhecimentos coletivos. 16- Perspectivas e inovações na América Latina. Do Bem-estar ao bem viver: alternativas socioambientais internas e externas.</td></tr>
<tr><td colspan="4">Bibliografia básica:
OPITZ, Silvia Carlinda Barbosa. Curso Completo de Direito Agrário. 11. ed. 2019. ISBN: 9788547217044 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547217044
MARQUES, Benedito Ferreira; MARQUES, Carla Regina Silva. Direito Agrário Brasileiro. 12. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2017. ISBN: 9788597009118 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597009118
HAVRENNE, Michel. Direito Agrário. São Paulo: Grupo GEN, 2022. ISBN: 9786559644865 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559644865</td></tr>
</table>

Bibliografia complementar:

BOFF, Leonardo. Os limites do capital são os limites da Terra. **Agência Carta Maior – Economia.** São Paulo, 15 de janeiro de 2009.

FOSTER, John Bellamy. **O conceito de natureza em Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LIMA, Getulio Targino. **A posse Agrária sobre bem imóvel**. São Paulo, Saraiva, 1992.

CASSETARI, Christiano. **Direito Agrário**. São Paulo, Atlas, 2016.

FACHIN, Luiz Edson. **A função social da posse e da propriedade contemporânea** (uma perspectiva da usucapião imobiliária rural). Porto Alegre: Fabris, 1988.

MORAES, José Diniz de. **A função social da propriedade e a Constituição Federal de 1988**. São Paulo, Malheiros, 1999.

Nome do Componente Curricular em português: Direito Cibernético Nome do Componente Curricular em inglês: Cyber Law	Código: DII068
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH

Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Marco Civil da Internet. Lei Geral de Proteção de Dados. Violação de direitos autorais na internet. Direito ao nome. Contrafação. Crimes cibernéticos. Direito à imagem. Livre manifestação do pensamento. Direito de marcas. Relações de consumo e internet. Garantias legais. Comércio eletrônico. Contratos eletrônicos. Manifestação de vontade e internet. Criptografia. Blockchain e Direito.

Conteúdo programático:
1. Marco Civil da Internet.
2. Lei Geral de Proteção de Dados.
3. Violação de direitos autorais na internet.
4. Direito ao nome.
5. Contrafação.
6. Crimes cibernéticos.
7. Direito à imagem.
8. Livre manifestação do pensamento.
9. Direito de marcas.
10. Relações de consumo e internet.
11. Garantias legais.
12. Comércio eletrônico.
13. Contratos eletrônicos.
14. Manifestação de vontade e internet.
15. Criptografia.
16. Blockchain e Direito.

Bibliografia básica:
TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito Digital e Processo Eletrônico**. 9. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788553624317 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624317
WOLFGANG, Hoffmann-Riem. **Teoria Geral do Direito Digital**. 2. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2022. ISBN: 9786559642267 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559642267
SILVA, Louise S. H. Thomaz da; SOUTO, Fernanda R.; OLIVEIRA, Karoline F. **Direito Digital**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. ISBN: 9786556902814 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556902814
PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito Digital**. 7. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2021. ISBN: 9786555598438 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598438

Bibliografia complementar:

BIOLCATI, Fernando Henrique de O. **Internet, Fake News e Responsabilidade Civil das Redes Sociais**. (Coleção Direito Civil Avançado). Grupo Almedina (Portugal), 2022.

WOLFGANG, Hoffmann-Riem. **Teoria Geral do Direito Digital**. Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786559642267. Disponível em:

PAESANI, L. M. **Direito e internet**: liberdade de informação, privacidade e responsabilidade civil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.125

FIORILLO, C.A. P. **Princípios constitucionais do direito da sociedade da informação**: a tutela jurídica do meio ambiente digital.. Editora Saraiva, 2014.

SANTOS, Keila dos ... [et al.]; coordenadores TEIXEIRA, Tarcisio, LOPES, Alan Moreira. **Startups e inovação**: direito no empreendedorismo (entrepreneurship law). 2. Ed. Barueri, SP: Manole, 2020.

Nome do Componente Curricular em português: Inteligência Artificial e Direito Nome do Componente Curricular em inglês: Artificial Intelligence and Law	Código: DII069
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH

Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Conceito, desenvolvimento e uso ético da inteligência artificial. Regulação do ambiente digital. Marco Legal da inteligência artificial. Proteção de dados, privacidade e inteligência artificial. Responsabilidade Civil aplicada à inteligência artificial. Como a inteligência artificial impacta a propriedade intelectual, os direitos do consumidor e os direitos humanos. Uso da inteligência artificial pelo Judiciário. Inteligência artificial aplicada na advocacia. O que considerar ao regular a inteligência artificial.

Conteúdo programático:
1 Conceito, desenvolvimento e uso ético da inteligência artificial
2 Regulação do ambiente digital.
3 Marco Legal da inteligência artificial.
4 Proteção de dados, privacidade e inteligência artificial.
5 Responsabilidade civil: desenvolvedor e usuário.
6 Responsabilidade civil: decisões empresariais.
7 Propriedade intelectual: discussões sobre titularidade.
8 Propriedade intelectual: direito do autor e inteligência artificial generativa.
9 Inteligência artificial, direito do consumidor e publicidade.
10 Direitos Humanos: racismo.
11 Direitos Humanos: monitoramento e investigação criminal.
12 Direitos Humanos: fake news e liberdade de expressão.
13 Uso da inteligência artificial pelo Judiciário.
14 Inteligência artificial aplicada na advocacia.
15 O que considerar ao regular a inteligência artificial.

Bibliografia básica:
TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito Digital e Processo Eletrônico**. 9. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788553624317 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624317
WOLFGANG, Hoffmann-Riem. **Teoria Geral do Direito Digital**. 2. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2022. ISBN: 9786559642267 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559642267
SILVA, Louise S. H. Thomaz da; SOUTO, Fernanda R.; OLIVEIRA, Karoline F. **Direito Digital**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. ISBN: 9786556902814 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556902814

Bibliografia complementar:

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito Digital**. 7. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2021. ISBN: 9786555598438 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598438

ARCILA, Beatriz Botero. **Is it a Platform? Is it a Search Engine? It's Chat GPT!** The European Liability Regime for Large Language Models. Disponível em: < https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4539452>. LESSIG, Lawrence. The Law of the Horse: What Cyberlaw Might Teach. Harvard Law Review. Vol. 113:501.

BARBOSA, Mafalda Miranda; BRAGA NETTO, Felipe; SILVA, Michael César; FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura (coord.). **Direito e Inteligência Artificial**: Diálogos entre Brasil e Europa. São Paulo: Foco, 2021.

MANTEGNA, Micaela. **ARTEficial**: Creatividad, Inteligencia Artificial y Derecho de Autor. Buenos Aires: CDYT-CETyS, 2023.

MELLO, Ana de Oliveira Frazão Vieira de e MULHOLLAND, Caitlin Sampaio (coord.). **Inteligência Artificial e Direito**: Ética, Regulação e Responsabilidade. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020

<table>
<tr><td colspan="2">Nome do Componente Curricular em português:
Direito e Proteção de Dados
Nome do Componente Curricular em inglês:
Law and Data Protection</td><td colspan="2">Código: DII070</td></tr>
<tr><td colspan="2">Nome e sigla do departamento:
-</td><td colspan="2">Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
30 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
02 horas/aula</td><td>Prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Privacidade e Proteção de Dados – Estudo das inovações trazidas pelo novo marco legal, Lei 13.709 de 14 de janeiro de 2018 (LGPD), englobando os princípios norteadores; definições; bases legais para o processamento; obrigações e sanções previstas na LGPD. Estudo comparado do GDPR, Regulamento no qual a LGPD se baseou, quando útil para a compreensão de aspectos da lei nacional.</td></tr>
<tr><td colspan="4">Conteúdo programático:
1 Noções sobre privacidade e proteção de dados pré-promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Estudo do ambiente normativo nacional - Constituição Federal Brasileira, Código Civil, Marco Civil da Internet e outras leis ordinárias especiais. Comparação com o ambiente normativo da União Europeia, incluindo a evolução legislativa até o Regulamento hoje em vigor (GDPR), e dos Estados Unidos.
2 Panorama geral sobre a LGPD (“LGPD in a nutshell”): objetivo; estrutura; funcionamento, autoridade nacional e agentes referidos na lei. Alinhamento de conhecimento para viabilizar estudo aprofundado dos temas nas aulas seguintes.
3 Percorrendo a LGPD Escopo e abrangência da Lei. Princípios. Conceitos. Tipos de Dados Pessoais. Direitos dos Titulares. Bases legais. Obrigações do Controlador e do Operador. Tratamento de dados pelo Poder Público. Transferência internacional de dados. Violação à Lei (tipo de responsabilidade e sanções administrativas).
4 Lei Geral de Proteção de Dados.</td></tr>
<tr><td colspan="4">Bibliografia básica:
TEIXEIRA, Tarcisio. Direito Digital e Processo Eletrônico. 9. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788553624317 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624317
WOLFGANG, Hoffmann-Riem. Teoria Geral do Direito Digital. 2. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2022. ISBN: 9786559642267 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559642267
SILVA, Louise S. H. Thomaz da; SOUTO, Fernanda R.; OLIVEIRA, Karoline F. Direito Digital. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. ISBN: 9786556902814 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556902814</td></tr>
</table>

Bibliografia complementar:

GDPR, General Data Protection Regulation. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2016/679/oj

Guias da autoridade nacional de proteção de dados da França (CNIL). Disponível em: https://www.cnil.fr/en/media

Guias da autoridade nacional de proteção de dados da Inglaterra (ICO). Disponível em: https://ico.org.uk/fororganisations/guide-to-data-protection/

Guias da autoridade nacional de proteção de dados do Brasil (ANPD). Disponível em: https://www.gov.br/anpd/ptbr/documentos-e-publicacoes

Artigos publicados no site do IAPP (International Association of Privacy Professionals). Disponível em: https://iapp.org/news/

BIONI, Bruno; et al (coords.). **Tratado de Proteção de Dados Pessoais**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020.

FRAZÃO, Ana; TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena Donato (coord.). **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e suas repercussões no direito brasileiro**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

MALDONADO. Viviane Nóbrega; BLUM, Renato Opice. **LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais comentada.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

Nome do Componente Curricular em português: Direito Imobiliário Nome do Componente Curricular em inglês: Real Estate Law	Código: DII071
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH

Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Condomínios em edificações. Incorporações imobiliárias. Responsabilidade do construtor. Locação de imóveis urbanos. Uso remunerado e gratuito de imóveis urbanos. Intermediação de serviços: comissão e corretagem. Propriedade: limitações gerais e especiais, legais e administrativas. O planejamento das cidades e o plano diretor. Uso e ocupação do solo urbano. Disciplina legal a administrativa. Zoneamento. Estética urbana e tombamento.

Conteúdo programático:
1. Condomínios em edificações.
2. Incorporações imobiliárias.
3. Responsabilidade do construtor.
4. Locação de imóveis urbanos.
5. Uso remunerado e gratuito de imóveis urbanos.
6. Intermediação de serviços: comissão e corretagem.
7. Propriedade: limitações gerais e especiais, legais e administrativas.
8. O planejamento das cidades e o plano diretor.
9. Uso e ocupação do solo urbano.
10. Zoneamento, Estética urbana e Tombamento.

Bibliografia básica:
TAPAI, Marcelo de Andrade. **Direito Imobiliário - Coleção Método Essencial**. São Paulo: Grupo GEN, 2022. ISBN: 9786559644544 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559644544
AGHIARIAN, Hercules. **Curso de Direito Imobiliário**. 12. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2012. ISBN: 9788597000337 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597000337
AZEVEDO, Fábio de Oliveira; MELO, Marco Aurélio Bezerra de. **Direito Imobiliário**. São Paulo: Grupo GEN, 2015. ISBN: 9788522497638 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522497638

Bibliografia complementar:
LOUREIRO, Luiz Guilherme. **Registros públicos**: teoria e prática. 6. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Método, 2014.
SILVA, Bruno Mattos e. **Compra de imóveis**: aspectos jurídicos, cautelas devidas e análise de riscos. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
SCAVONE JR, Luiz Antonio. **Direito Imobiliário** - Teoria e Prática. 9.ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015.
AVVAD, Pedro Elias. **Direito imobiliário**: teoria geral e negócios imobiliários. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
SALLES, Venicio. **Direito registral imobiliário**. 3. ed. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 2012.

Nome do Componente Curricular em português: Bioética e Biodireito Nome do Componente Curricular em inglês: Bioethics and Biolaw	Código: DII072
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH

Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Bioética. Biodireito. Princípios. Interpretação. Direito de Personalidade. Autonomias. Vulnerabilidades. Ética em pesquisas. Relação médico-paciente. Responsabilidade Civil do Médico. Reprodução humana assistida. Biotecnologia. Dados Genéticos Humanos. Transexualidade. Doação de órgãos. Eutanásia. Direitos das Pessoas com Deficiência. Direito dos animais.

Conteúdo programático:
Bioética e Biodireito
Princípios e interpretação na Bioética e no Biodireito
Reinterpretação do Direito de Personalidade
Autonomias e vulnerabilidades
Ética em pesquisa
Relação médico-paciente e responsabilidade civil médica
Reprodução humana assistida
Biotecnologia e Dados Genéticos humanos
Situação jurídica do transexual
Doação de órgãos e tecidos
Eutanásia
Direitos da Pessoa com Deficiência
Direitos dos animais não humanos.

Bibliografia básica:
MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas. **Curso de Bioética e Biodireito**. 4. ed. São Paulo: Almedina, 2020. ISBN: 9786556270302 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556270302
CAMILO, Carlos Eduardo Nicoletti; SILVA, Paulo Fraga da; ROCHA, Renata da; CAMPATO, Roger Fernandes. **Biodireito, Bioética e Filosofia em Debate**. São Paulo: Almedina, 2020. ISBN: 9786556270302 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556270302
SILVA, José Vitor da. **Bioética: visão multidimensional**. São Paulo: Grupo GEN, 2010. ISBN: 9786556270302 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788576140863

Bibliografia complementar:

BARCHIFONTAINE, Christian de Paul de; PESSINI, Leocir. **Bioética:** alguns desafios . 2.ed. São Paulo: Loyola 2002. 347p. (físico)

GARRAFA, Vonei; PESSINI,Leo. **Bioética:** poder e injustiça. São Paulo: Centro Universitário São Camilo 2003. 522p. (físico)

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Curso de bioética e biodireito.** 4ed. São Paulo: Almedina, 2020. (Digital no Minha Biblioteca: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556270302/pageid/4).

SÁ, Maria de Fátima Freire de; NOGUEIRA, Roberto Henrique Porto; SOUZA, Iara Antunes de; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira (Org.). **Biodireito:** diálogos entre liberdades e responsabilidades. 1. ed. Belo Horizonte: Conhecimento, 2020. v. 1. 360p. (físico)

SOUZA, Iara Antunes de; LISBÔA, Natalia de Souza. PRINCÍPIOS BIOÉTICOS E BIOJURÍDICOS: UMA VISÃO BASEADA NOS DIREITOS HUMANOS. In: SÁ, Maria de Fátima Freire de; NOGUEIRA, Roberto Henrique Pôrto; SCHETTINI, Beatriz. (Org.). **Novos direitos privados**. 1ed.Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016, v. 1, p. 1-15. (físico).

Nome do Componente Curricular em português: Direito e Compliance Nome do Componente Curricular em inglês: Law and Compliance	Código: DII073
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH

Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Estudo da Governança Corporativa, o Compliance e da Proteção de Dados. Análise de todos os aspectos da Ética corporativa de maneira crítica, dos fundamentos, dos aspectos de direito comparado, a partir de uma abordagem sistemático-crítica do estado da arte dos referidos temas.

Conteúdo programático:
1. Ética Corporativa.
2. Governança Corporativa.
2.1. Objeto. 2.3. Fundamentos e Metodologias.
2.2. Governança no direito comparado.
2.3. Governança corporativa no direito brasileiro.
2.4 Desafios teóricos e práticos.
3. Compliance.
3.1. Histórico.
3.2. Panorama geral sobre Compliance na legislação comparada.
3.3. Acordos e Convenções internacionais.
3.4. Conceito.
3.5. Objeto.
3.6. Fundamentos.
3.7. Métodos de Avaliação de Riscos.
3.8. Sistema de Gestão de Compliance.
3.9. Áreas Especiais de Compliance.

Bibliografia básica:
SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. **Compliance, direito penal e lei anticorrupção**. São Paulo: Grupo GEN, 2015. ISBN: 9788502622098 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502622098
MARCONI, Aline del Tedesco Nassif Marconi. **Compliance trabalhista**: como assegurar conformidade nas relações trabalhistas. São Paulo: Saint Paul Editora, 2021. ISBN: 9786586407372 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786586407372
KLEINDIENST, Ana Cristina. **Grandes Temas do Direito Brasileiro: Compliance**. São Paulo: Grupo Almedina, 2019. ISBN: 9788584935178 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584935178

Bibliografia complementar:

SAAVEDRA, Giovani Agostini. **Compliance na Área da Saúde**. São Paulo: Lykoscastle, 2016.
SILVEIRA, Renato Melo Jorge. **Compliance, Direito Penal e Lei Anticorrupção**. São Paulo: Saraiva, 2015.
LAMBOY, Christian Karl de. **Manual de Compliance**. São Paulo: Instituto ARC, 2016.
ROSSETI, José Pachoal (et all.). **Governança Corporativa**: Fundamentos, Desenvolvimentos e Tendências. 7ª. Edição. São Paulo: Atlas, 2014.
SAAVEDRA, Giovani Agostini. **Prevenção à Corrupção e Compliance**. São Paulo, Lykoscastle, 2018.

Nome do Componente Curricular em português: Direito Municipal Nome do Componente Curricular em inglês: Municipal Law	Código: DII074
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH

Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Município: origens e evolução histórica. Município na organização político-administrativa brasileira vigente. Criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. Agrupamentos de municípios. Consórcios públicos. Competências municipais. Poder Legislativo Municipal. Lei Orgânica do Município. Controle de constitucionalidade de leis municipais. Poder Executivo Municipal. Intervenção no Município. Serviços Públicos Municipais. Poder de polícia municipal. Bens públicos municipais. Município e a política urbana. Estatuto da Cidade. Plano diretor. Finanças públicas municipais.

Conteúdo programático:
1. Município: origens e evolução histórica.
2. Município na organização político-administrativa brasileira vigente.
3. Criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.
4. Agrupamentos de municípios.
5. Consórcios públicos.
6. Competências municipais.
7. Poder Legislativo Municipal.
8. Lei Orgânica do Município.
9. Controle de constitucionalidade de leis municipais.
10. Poder Executivo Municipal.
11. Intervenção no Município.
12. Serviços Públicos Municipais.
13. Poder de polícia municipal.
14. Bens públicos municipais.
15. Município e a política urbana.
16. Estatuto da Cidade.
17. Plano diretor.
18. Finanças públicas municipais.

Bibliografia básica:
MENDES, Gilmar Ferreira (org). **Série IDP - Linha Administração e Políticas Públicas - Gestão Pública e Direito Municipal: tendências e desafios**. São Paulo: Grupo GEN, 2016. ISBN: 9788547204686 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547204686
ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. **Competências na constituição de 1988**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.
DALLARI, Adilson Abreu e FERRAZ, Sergio (org.). **Estatuto da Cidade**. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.
MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal**. 15ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

Bibliografia complementar:

GARCIA, Maria (org.). **A cidade e seu estatuto**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005.

MEDAUAR, Odete e ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de (org.). **Estatuto da Cidade**. 2ª ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2004.

MEDAUAR, Odete e OLIVEIRA, Gustavo Justino de. **Consórcios públicos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

Nome do Componente Curricular em português: Direitos dos Servidores Públicos Nome do Componente Curricular em inglês: Rights of Public Servants	Código: DII075
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH

Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Exame, segundo a técnica do caso, de situações recolhidas da prática administrativa e da jurisprudência, no direito brasileiro para compreender o regime jurídico da função pública no Brasil e a evolução da relação dos agentes públicos com a Administração no contexto do Estado Democrático de Direito. Analisar a questão à luz da natureza jurídica da relação agente-Estado, por intermédio da jurisprudência dos tribunais superiores.

Conteúdo programático:
Unidade I
Natureza jurídica da relação Agente-Estado
Agentes públicos: terminologia e classificação
Cargo, emprego e função
Unidade II
Normas constitucionais do regime jurídico do servidor público: acesso aos cargos, empregos e funções públicas
Sistema remuneratório dos servidores públicos
Direito de greve e livre associação sindical
Proibição de acumulação de cargos
Aposentadoria
Estabilidade
Unidade III
Estatuto dos servidores públicos: provimento, vacância, direitos e deveres, responsabilidades
Regime disciplinar
Responsabilidades dos servidores públicos

Bibliografia básica:
MAZZA, Alexandre. **Curso de Direito Administrativo**. 14. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2024. ISBN: 9788553620296 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620296
OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788530995850 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995850
JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 16. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788530996345 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996345
BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2023.

Bibliografia complementar:

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 1994.
MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2024.
MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2025.
CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Lúmen Iuris, 2023.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2025.

Nome do Componente Curricular em português: Estudos jurídicos sobre relações étnico-raciais Nome do Componente Curricular em inglês: Legal studies on ethnic-racial relations	Código: DII076
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH

Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Análise do conceito jurídico-sociológico de negritude no Brasil e sua construção histórica na colonialidade. Estudo da diáspora afrobrasileira e suas relações com as diversas formações sociais, política e econômica de povos do território africano. Investigação do papel do Direito brasileiro na reprodução da dialética de inferiorização dos sujeitos e sujeitas negras e seus impactos na manutenção do racismo estrutural.

Conteúdo programático:
1. O que é ser negro no Brasil?
1.1 Afroperspectivas na construção da identidade: aportes teóricos do pan-africanismo, afropessimismo, afrofuturismo, afrocentrismo e afrolatinidades na ontologia da diáspora brasileira
1.2. Zoomorficação: o processo violentogênico da colonização, da colonialidade e da escravização de corpos e subjetividades negras no Brasil
1.3. A figura do mestiço e o branqueamento da existência: dos estupros ao semiocídio
1.4.O mito da democracia racial no Brasil e o silenciamento das resistências negras
2. O que é ser mulher negra no Brasil?
2.1.Ser o “outro do outro”: o não-lugar da mulher negra na sociedade brasileira
2.2.Os feminismo negros e a luta interseccional no contexto do Sul
2.3.Mulherismo Africana: a matrigestão como potência na diáspora brasileira
2.4.Colonialidade de gênero e a divisão racial-sexual do trabalho no Brasil
3. Sujeitos e Sujeitas de direito? Epistemicídio jurídico de negros e negras no Brasil
3.1 Quem é o sujeito epistêmico do Direito?
3.2 O lugar da negritude no ensino jurídico
3.3 O racismo estrutural, institucional e recreativo nas carreiras jurídicas
3.4 O Epistemicídio jurídico de negros e negras no Brasil

Bibliografia básica:

LAFER, Celso. **A internacionalização dos Direitos Humanos: Constituição, racismo e relações internacionais**. Barueri: Manole, 2025. ISBN: 9786553629516 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629516

PIOVESAN, Flávia; SILVA, Silvio José Albuquerque e. **Combate ao racismo**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. ISBN: 9786555597721 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555597721

SILVA Jr., Hédio. **Racismo Religioso**: histórico e aparato jurídico. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9786553629516 [Acervo virtual - Plataforma Virtual] Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629516

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Estudos Feministas,** n. 2, 1995**.** Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/G%C3%AAnero-ra%C3%A7a-e-ascen%C3%A7%C3%A3o-social.pdf

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Revista Tempo Brasileiro**, n. 92/93, p. 69-82, jan.-jun. 1988. Disponível em: https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf

NASCIMENTO, Abdias do; NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Quilombo**: vida, problemas e aspirações do negro. São Paulo: FUSP Ed. 34, 2003.

MOURA, Clovis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2.ed. São Paulo (SP): Anita, 1994.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2004.

Bibliografia complementar:

EVARISTO, Conceição. **Becos:** da memória. Belo Horizonte (MG): Mazza Edições, 2006.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008. Disponível em:http://paginapessoal.utfpr.edu.br/cantarin/elpl-uab-literatura-africana-em-perspectiva-recepcional/material-extra/Pele%20negra%20mascaras%20brancas%20-Frantz%20Fanon.pdf/view

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** São Paulo, SP: n-1 edições, 2018.

NJERI, Aza; Ribeiro, Katiúscia. Mulherismo africana: práticas na diáspora brasileira. In: **Currículo sem Fronteiras**. v. 19. n. 2, p. 595-608, maio/ago. 2019. Disponível em: https://www.curriculosemfronteiras.org/vol19iss2articles/njeri-ribeiro.pdf

NOGUERA, Renato, ALVES, Luciana Pires. Infâncias Diante do Racismo: teses para um bom combate. **Educ. Real.** vol.44 no.2 Porto Alegre 2019 Epub July 15, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362019000200409

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. **CODESRIA Gender Series**. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_conceitualizando_o_g%C3%AAnero._os_fundamentos_euroc%C3%AAntrico_dos_conceitos_feministas_e_o_desafio_das_epistemologias_africanas.pdf

RACIONAIS, MCs; **Sobrevivendo no inferno**. São Paulo: Cosa Nostra, 1997.

Nome do Componente Curricular em português: Estudos jurídicos sobre políticas de gênero Nome do Componente Curricular em inglês: Legal studies on gender policies	Código: DII077
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH

Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Estudo do sujeito epistêmico no Direito sob a perspectiva dos feminismos. Análise do lugar social e epistêmico em que são produzidas as categorias jurídicas. Investigação do androcentrismo no Direito. Articulação dos feminismos com opressões interseccionais de classe, raça e origem. Propostas para a construção dialógica de uma epistemologia jurídica-feminista.

Conteúdo programático:
Unidade 1 - Saberes localizados: lugar social e lugar epistêmico na produção do saber
Unidade 2 - Ontologia da sujeita no feminismo: sexo e gênero como construções sociais
Unidade 3 - Origem do feminismo e disputas pelas narrativas da sua historicidade
Unidade 4 - Feminismos contra-hegemônicos: giro epistêmico de geopolítica e corpo-política de conhecimento
Unidade 5 - Convergências e divergências dos feminismos nas lutas interseccionais
Unidade 6 - O Direito como instrumento de legitimidade sexista e racista dos saberes
Unidade 7 - Por uma epistemologia jurídica-feminista

Bibliografia básica:
ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza / rumo a uma nova consciência. **Rev. Estud. Fem**. vol.13 no.3 Florianópolis Sept./Dec. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300015
COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo,** [S.l.], v. 5, n. 1, p. 6-17, jun. 2017. Disponível em: http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559
GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988. Disponível em:https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf
HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. UNICAMP, **Cadernos PAGU**, nº 5,1995, p.14. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773
LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755

Bibliografia complementar:

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero***:* feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cad. Pagu** [online]. 2002, n.19, pp.59-90. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-83332002000200004&script=sci_abstract&tlng=pt

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Nómadas (Col),** núm. 26, 2007, pp. 92-10. Universidad Central Bogotá, Colombia. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1051/105115241010.pdf

DAVIS, Angela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. **Portal Geledés**, 1997. Disponível em: https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações**, Londrina, v. 14, n.2, p. 11-33, Jul/Dez. 2009. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1394

MELLO, Anahi Guedes de, NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Rev. Estud**. Fem. vol.20 no.3 Florianópolis Sept./Dec. 2012. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000300003

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de Mestrado na Universidade Federal da Bahia. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19685

<table>
<tr><td colspan="2">Nome do Componente Curricular em português:
Novos direitos, novos sujeitos
Nome do Componente Curricular em inglês:
New perspectives on Law</td><td colspan="2">Código: DII078</td></tr>
<tr><td colspan="2">Nome e sigla do departamento:
-</td><td colspan="2">Unidade Acadêmica:
ISH</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
30 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
02 horas/aula</td><td>Prática
00 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Teoria da Justiça e Pluralismo. Igualdade na Diversidade. Pluralismo Epistemológico. Liberalismo Igualitário e Comunitarismo. Novas epistemologias para a jurisdição. Descolonização do Direito. Biodireito e Reconhecimento. Direito do Patrimônio Cultural. Posições Jurídicas Vulneráveis e Repercussões Organizacionais.</td></tr>
</table>

Conteúdo programático:
1-Teoria da Justiça e Pluralismo
1.1-Justiça: Direito, Política, Economia, Ética.
1.2-Justiça distributiva e argumentos sobre as distribuições possíveis.
1.3-Igualdade e Liberdade como fundamentos do Direito na Modernidade.
1.4-As Teorias Liberais Igualitárias, O Comunitarismo e a Diversidade.
1.5-Política do Reconhecimento. Justificativas para o Multiculturalismo
2-Igualdade na Diversidade
2.1-Igualdade como Isonomia e a tensão entre Constitucionalismo e Democracia e entre Maiorias e Minorias.
2.2-A Materialização da Igualdade ou igualdade como equidade.
2.3-Limites e problemas do direito de igualdade como isonomia e como equidade e a necessidade de reconhecimento da diversidade.
2.4-O reconhecimento do Outro e a diversidade.
2.5-Reconhecimento da pluralidade de formas de vida e Gênero: questões de gênero e orientação sexual
3-Pluralismo Epistemológico
3.1-O paradigma moderno, hegemonia do pensamento europeu e colonialidade do saber.
3.2-Teoria do pensamento abissal.
3.3-A invenção da América.
3.4-O mito do "Ocidente".
3.5-Diversidade epistemológica. Filosofia e cosmovisão. Desobediência epistêmica. Experiências que emergem do Sul.
4-Novas Epistemologias para a Jurisdição
4.1-Pluralismo, direitos humanos e acesso à justiça.
4.2-Novos modelos de consenso e solução de conflito.
4.3-Constitucionalismo latino americano e novas formas de jurisdição.
5-Descolonização do Direito
5.1-O Direito dos modernos e as armadilhas da modernidade.
5.2-A construção do standard civilizatório.
5.3-A subalternidade do outro.
5.4-O império do saber científico.
5.5-Estado e pensamento pós-colonial.
6-Biodireito e reconhecimento
6.1-Biodireito como novo direito.
6.2-Princípios do Biodireito.
6.3-Aplicação de novas epistemologias para o estudo das questões do biodireito.
6.4-Reconhecimento de novos direitos junto à Biotecnologia.
6.5-Releitura dos institutos tradicionais da autonomia privada e das garantias fundamentais para uma compreensão renovada a partir do biodireito.
7-Direito do Patrimônio Cultural
7.1-O Subsistema Jurídico: Direito do Patrimônio Cultural.
7.2-A Diferenciação Conceitual/Funcional do Direito do Patrimônio Cultural.
7.3-O Papel do Direito ao Patrimônio Cultural no Reconhecimento do Outro.
7.4-O patrimônio cultural como linguagem; Memória social e memória coletiva.
8-Posições Jurídicas Vulneráveis e Repercussões Organizacionais
8.1-As vulnerabilidades e os vulneráveis no Direito Privado.
8.2-Proteção de posições vulneráveis na dinâmica de atividades econômicas.
8.3-Confiança, licitude e responsabilidade por exercício de posições jurídicas em modelos organizacionais atuais.

8.4-Horizontes de empreendimentos, políticas e modelos jurídicos voltados à emancipação, ao desocultamento e ao desenvolvimento humano, pautados em garantias basais e transversais de liberdades e de promoção de seu exercício. 8.5-O papel do Estado e da sociedade na proteção dos sujeitos vulneráveis, em perspectiva justrabalhista. 8.6-Identificação de sujeitos vulneráveis. 8.7-Identificação de novos sujeitos da proteção trabalhista. 8.8-O papel do Estado na proteção dos trabalhadores.
Bibliografia básica: WOLKMER, Antônio Carlos; LEITE, José Morato (org). **Os "novos" direitos no Brasil: natureza e perspectivas - uma visão básica das novas conflituosidades**. 3. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2016. ISBN: 9788502637245 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502637245 MARQUES, Cláudia Lima. MIRAGEM, Bruno. **O novo direito privado e a proteção dos vulneráveis**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. OLIVÉ, León, et. al. **Pluralismo Epistemológico**. La Paz: CLACSO, 2009.
Bibliografia complementar: FORST, Rainer Contextos da Justiça. **Filosofia política para além de liberalismo e comunitarismo**. Tradução D. L. Werle. São Paulo: Boitempo, 2010. LORENZETTI, Ricardo Luis. **Fundamentos do direito privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998. SÁ, Maria de Fátima Freire de; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. **Bioética e Biodireito**. 4. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2018. 472p. SÁ, Maria de Fátima Freire de; NOGUEIRA, R. H. P.; SCHETTINI, Beatriz (Org.). **Novos Direitos Privados**. 1. ed. Belo Horizonte/São Paulo: Arraes, 2016. v. 1. 285p. DWORKIN, Ronald. **A virtude soberana**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. GARGARELLA, Roberto. **As teorias da justiça depois de Rawls**. Um breve manual de filosofia política. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

Nome do Componente Curricular em português: Direito do Trabalho, Novos Sujeitos da Proteção Trabalhista e Trabalhadores sem direitos Nome do Componente Curricular em inglês: Labor rights, new subjects of labor law protection and Workers without rights	Código: DII079
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH
Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância	

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Elementos fático-jurídicos caracterizadores do emprego. Subordinação, dependência, vulnerabilidade e onerosidade. Movimentos de ampliação, reestruturação, redução e flexibilização do Direito do Trabalho. Trabalhador empregado, trabalhador sem vínculo empregatício e com direitos trabalhistas, trabalhador desempregado e trabalhador sem direitos. Terceirização. Trabalho e cumprimento de sentença penal condenatória. Identificação de novos direitos e novos sujeitos de proteção trabalhista. Releitura de conceitos, institutos e práticas trabalhistas.

Conteúdo programático:
Unidade 1. Elementos fático-jurídicos caracterizadores do emprego.
Unidade 2. Subordinação, dependência, vulnerabilidade e onerosidade.
Unidade 3. Movimentos de ampliação, reestruturação, redução e flexibilização do Direito do Trabalho.
Unidade 5. Trabalhador empregado, trabalhador sem vínculo empregatício e com direitos trabalhistas, trabalhador desempregado e trabalhador sem direitos.
Unidade 6. Terceirização.
Unidade 7. Trabalho e cumprimento de sentença penal condenatória.
Unidade 8. Identificação de novos direitos e novos sujeitos de proteção trabalhista.
Unidade 9. Releitura de conceitos, institutos e práticas trabalhistas.

Bibliografia básica:
GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito do Trabalho**. 20. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788553626823 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626823
LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho**. 17. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788553625963 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625963
MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho**. 16. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2025. ISBN: 9788553625949 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625949
ALVES, Amauri Cesar. **Curso de Direito do Trabalho**. 2. ed. Belo Horizonte: RTM, 2025.
EDELMAN, Bernard. **A Legalização da Classe Operária**. São Paulo: Boitempo, 2016.
SOUTO SEVERO, Valdete. **Elementos para o uso transgressor do Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr., 2016.

Bibliografia complementar:

ALVES, Amauri Cesar. Função Capitalista do Direito do Trabalho no Brasil. **Revista LTr.**, ano 77, setembro de 2013. São Paulo: LTr., 2013, págs. 1067 a 1082.

ALVES, Amauri Cesar. **Pluralidade Sindical**: nova interpretação constitucional e celetista. São Paulo: LTr., 2015.

ANTUNES, Ricardo, BRAGA, Ruy (Organizadores). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz, GNATA, Noa Piatã Bassfeld (Organizadores). **Trabalhos Marginais**. São Paulo: LTr., 2013.

VIANA, Márcio Túlio, TERRA, Luciana Soares Vidal, SILVA Jr., Décio de Abreu. **Direito do Trabalho & Trabalhadores sem Direitos**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008.

Nome do Componente Curricular em português: Lawfare Nome do Componente Curricular em inglês: Lawfare	Código: DII080
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH

Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Conceito de lawfare. Estado de exceção. Ativismo judicial. Guerras híbridas. História (análise de casos).

Conteúdo programático:
Unidade 01: Conceito
- Origem e evolução
- Categorias contíguas

Unidade 02: Dimensões estratégicas
- Geografia
- Armamentos
- Externalidades

Unidade 03: Táticas
- Táticas correspondentes à primeira dimensão estratégica
- Táticas correspondentes à segunda dimensão estratégica
- Táticas correspondentes à terceira dimensão estratégica

Unidade 04: História
- Caso Siemens
- Caso Ted Stevens
- Caso Lula

Bibliografia básica:
AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção:** Homo Sacer, II, 1. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007. 142p. (Coleção Estado de sítio). ISBN 9788575590577 (broch.).
CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes 1996. 930p ISBN 8533605749.
KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas:** das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
SERRANO, Pedro Estevam A. P. **A justiça na sociedade do espetáculo:** reflexões públicas sobre direito, política e cidadania. São Paulo: Alameda, 2015. 451 p. ISBN 9788579393204.
ZANIM MARTINS, Cristiano; ZANIM MARTINS, Valeska Teixeira; VALIM, Rafael. **Lawfare:** uma introdução. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.

Bibliografia complementar:

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer:** o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte (MG): Ed. da UFMG 2004. 207 p. (Humanitas). ISBN 8570413076 (broch.).

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionario de politica.** 13. ed. Brasilia: Ed. Univ. de Brasilia 1986. 1318 p ISBN 8523001972 (enc.).

HUGHES, David. **What does lawfare mean?** *Fordham International Law Journal*, n. 40, 2016.

SCHMITT, Carl; MOREIRA, Luiz. **O conceito do político ; Teoria do partisan.** Belo Horizonte (MG): Del Rey, 2009. 243 p. ((Coleção Del Rey internacional)). ISBN 9788573089882 (broch.).

SCHMITT, Carl. **O guardião da constituição.** Belo Horizonte (MG): Del Rey 2007. xviii, 234p (Del Rey internacional ;v 9). ISBN 8573088869 (broch.).

SCHMITT, Carl. **Teologia política.** Belo Horizonte (MG): Del Rey 2006. 152p ISBN 8573088168 (broch.).

TOGLIATTI, Palmiro. **Lições sobre o fascismo.** São Paulo: Ed. Ciencias Humanas 1978. xviii, 137 p.

Nome do Componente Curricular em português: Licitações e Contratos Administrativos Nome do Componente Curricular em inglês: Tenders and administrative contracts	Código: DII081
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH

Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 00 horas/aula

Ementa:
Exame, segundo a técnica do caso, de situações recolhidas da prática administrativa e da jurisprudência, no direito brasileiro para compreender o regime jurídico da contratação pública, mediante a análise das posições do Poder Judiciário e dos Tribunais de Contas sobre os temas abordados. Discutir os principais questionamentos e problemas levantados sobre a matéria, aprofundando o estudo do tema.

Conteúdo programático:
Unidade I – Licitações
1. Visão sistêmica do processo de contratação pública
2. Licitação: conceito, finalidades, legislação, princípios
3. Destinatários e pressupostos da licitação
4. O objeto licitável, a dispensa e a inexigibilidade de licitação
5. Modalidades
6. Procedimento: fase interna e externa, edital, habilitação, julgamento das propostas, homologação e adjudicação
7. Anulação, revogação, recursos administrativos
Unidade II – Contratos Administrativos
1. Introdução, conceito, contratos administrativos e contratos da administração
2. Características do contrato administrativo
3. Disciplina normativa: constitucional e legal
4. Formalização
5. Contrato: duração, prorrogação, renovação
6. Cláusulas de privilégio da Administração pública
7. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo
8. Inexecução e extinção do contrato
9. Sanções administrativas.

Bibliografia básica:
MATTOS, João G.; BARCELLOS, Bruno M. **Licitações e Contratos**. Porto Alegre: SAGAH, 2017. ISBN: 9788595021235 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595021235
ROCHA, Wesley; VANIN, Fábio Scopel; FIGUEIREDO, Pedro Henrique Poli de (Coord.). **A Nova Lei de Licitações**. São Paulo: Almedina Brasil, 2021. ISBN: 9786556273785 [Acervo virtual - Biblioteca Virtual] Disponível em https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556273785
BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2023.

Bibliografia complementar:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Lúmen Iuris, 2025.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2024.
FIGUEIREDO, Lúcia Valle. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 1994.
JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2024.
DALLARI, Adilson de Abreu. **Aspectos jurídicos da licitação**. São Paulo: Saraiva, 2006.
MEIRELLES, Hely Lopes. **Licitação e contrato administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2010.

Nome do Componente Curricular em português: Introdução a Libras Nome do Componente Curricular em inglês: Introduction to the Brazilian Sign Language (Libras)	Código: PLI047
Nome e sigla do departamento: -	Unidade Acadêmica: ISH

Modalidade de oferta: [X] presencial [ ] semipresencial [ ] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 02 horas/aula

Ementa:
Princípios básicos do funcionamento da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Estrutura linguística em contextos comunicativos. Aspectos peculiares da cultura das pessoas surdas.

Conteúdo programático:
A) Conceitual
1) Adquirir conhecimentos básicos de um conjunto lexical envolvendo a variação dialetal da LIBRAS praticada em Minas Gerais;
2) Compreender o código gestual do Alfabeto Manual ou escrita manual datilológica e como a mesma é utilizada em situações comunicativas;
3) Adquirir noções básicas da organização fonológica da LIBRAS, expressas através dos Parâmetros Fonológicos da LIBRAS;
4) Adquirir noções básicas da organização morfossintática da LIBRAS;
5) Refletir criticamente sobre a concepção da LIBRAS enquanto língua com status linguístico equivalente ao das línguas orais;
6) Adquirir noções básicas de dialeto, variação dialetal, idioleto, empréstimo linguístico e regionalismo em LIBRAS.
B) Procedimental
1) Desenvolver estratégias de leitura, interação e compreensão de textos sinalizados e registrados em vídeos;
2) Desenvolver estratégias de conversação em LIBRAS;
3) Desenvolver estratégias de conversação que utilizem o Alfabeto Manual;
4) Desenvolver a habilidade de reconhecer e produzir enunciados básicos em situações comunicativas envolvendo as seguintes temáticas: saudação, apresentação, escolaridade, organização espacial e temporal;
5) Principiar o desenvolvimento da habilidade de produção do sentido em LIBRAS;
6) Desenvolver estratégias para aprimorar as habilidades gestuais/motoras e visuais.
C) Atitudinal
1) Posicionar-se criticamente enquanto discente que compartilha a sala de aula com um profissional surdo na condição de docente e refletir sobre o respeito e valorização dispensada a este profissional às pessoas surdas em geral;
2) Refletir criticamente sobre a pessoa surda como sujeito da enunciação;
3) Refletir sobre a importância e o valor linguístico, histórico, social e cultural da LIBRAS;
4) Refletir criticamente sobre o respeito e valorização dos hábitos, costumes e tradições culturais das pessoas surdas;
5) Reconhecer-se como sujeito que está a desenvolver enunciados em uma modalidade de língua gestual-visual, portanto diferente da modalidade oral que é utilizada predominantemente na sociedade.

Bibliografia básica:

GESSER, Audrei **Libras? que língua é essa? :**: *Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. 1ª ed. Brasil: Parábola, 2009.
GÓES, Maria Cecília Rafael de **Linguagem, surdez e educação**. 4ª ed. Brasil: Autores Associadas, 2000.
GOLDFELD, Márcia **A criança surda**: *Linguagem e cognição numa abordagem sócio-interacionista*. 2ª ed Brasil: Plexus, 2002.
LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de **Intérprete De Libras**: *Em atuação na educação infantil e no ensino fundamental*. 7ª ed. Brasil: Mediação, 2015.

Bibliografia complementar:

SOUZA, Tanya Amara Felipe de **Libras em Contexto**: *livro do estudante/cursista. Programa Nacional de Apoio à Educação do Surdo*. MEC/SEESP, 2001.
QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira**: *estudos linguísticos* . Porto Alegre, [RS]: Artmed, 2004.
BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática das línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. 273p. ISBN 8528200698
CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira**. 2. ed. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, 2001. 2v. (1620p.) ISBN 8531406684 (v.1) 8531406692 (v.2)
SACKS, Oliver W. **Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 196p. ISBN 8571647798
SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005. 192 p. ISBN 8587063170
STROBEL, Karin. **As Imagens do outro sobre a cultura surda**. 2. ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. 133 p. ISBN 9788532804587

Nome do Componente Curricular em português: Direitos individuais trabalhistas das profissões regulamentadas Nome do Componente Curricular em inglês: Individual labor rights of regulated professions	Código: DIR778
Nome e sigla do departamento: Departamento de Direito - DEDIR	Unidade Acadêmica: EDTM

Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 02 horas/aula

Ementa:
Critérios de agregação do trabalhador ao sindicato. Categorias profissionais diferenciadas no contexto da unicidade sindical. Profissões com previsão normativa celetista específica: Bancário, Músico, Motorista Profissional, Ferroviário, Professor. Profissões regulamentadas por legislação especial: Administrador, Advogado, Aeronauta, Arquiteto, Artistas e Técnicos em Espetáculos, Assistente social, Atleta Profissional de Futebol, Biólogo, Contabilista, Corretor de Imóveis, Corretor de Seguros, Economista, Educador Físico, Engenheiro, Enólogo, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Garimpeiro, Geógrafo, Geólogo, Jornalista, Médico, Médico Veterinário, Mototaxista e Motoboy, Museólogo, Nutricionista, Odontólogo, Peão de Rodeio, Psicólogo, Químico, Radialista, Representante Comercial Autônomo, Secretário, Sociólogo, Sommelier, Turismólogo, Zootecnista.

Conteúdo programático:
Unidade 1. Critérios de agregação do trabalhador ao sindicato.
Unidade 2. Categorias profissionais diferenciadas no contexto da unicidade sindical.
Unidade 3. Profissões com previsão normativa celetista específica: Bancário, Músico, Motorista Profissional, Ferroviário, Professor.
Unidade 4. Profissões regulamentadas por legislação especial: Administrador, Advogado, Aeronauta, Arquiteto, Artistas e Técnicos em Espetáculos, Assistente social, Atleta Profissional de Futebol, Biólogo, Contabilista, Corretor de Imóveis, Corretor de Seguros, Economista, Educador Físico, Engenheiro, Enólogo, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Garimpeiro, Geógrafo, Geólogo, Jornalista, Médico, Médico Veterinário, Mototaxista e Motoboy, Museólogo, Nutricionista, Odontólogo, Peão de Rodeio, Psicólogo, Químico, Radialista, Representante Comercial Autônomo, Secretário, Sociólogo, Sommelier, Turismólogo, Zootecnista.

Bibliografia básica:
ALVES, Amauri Cesar. **Pluralidade Sindical**: nova interpretação constitucional e celetista. São Paulo: LTr., 2015.
DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 15. ed. São Paulo: LTr., 2016.
VIANA, Márcio Túlio. **70 anos de CLT**: uma história de trabalhadores. Brasília: TST, 2013.

Bibliografia complementar:

ALVES, Amauri Cesar. **Direito do Trabalho Essencial**: doutrina, legislação, jurisprudência, exercícios. São Paulo: LTr., 2013.

ALVES, Amauri Cesar. **Novo Contrato de Emprego**: parassubordinação trabalhista. São Paulo: LTr., 2013.

ALVES, Amauri Cesar. **Função Capitalista do Direito do Trabalho no Brasil**. Revista LTr., ano 77, setembro de 2013. São Paulo: LTr., 2013, págs. 1067 a 1082.

BARROS, Alice Monteiro de. **As relações de trabalho no espetáculo**. São Paulo: LTr., 2003.

OLIVEIRA, Jean Marcel Mariano de. **O Contrato de Trabalho do Atleta Profissional de Futebol**. São Paulo: LTr., 2009.

RAMOS FILHO, Wilson (Coordenador). **Trabalho e Regulação**: as lutas sociais e as condições materiais da democracia. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz . A supersubordinação: invertendo a lógica do jogo. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região**, v. 41, p. 137-177, 2008.

Nome do Componente Curricular em português: Direito coletivo do trabalho e novas perspectivas sindicais Nome do Componente Curricular em inglês: Collective bargaining law and new labor union perspectives	Código: DIR779
Nome e sigla do departamento: Departamento de Direito - DEDIR	Unidade Acadêmica: EDTM

Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 02 horas/aula

Ementa:
Análise sociojurídica do Sindicato no Brasil até 1988. Assembleia Nacional Constituinte e Sindicato. Transformações sociojurídicas relevantes para a atuação sindical. Transformações sociojurídicas no plano das relações de emprego, os novos contornos da subordinação jurídica e seus efeitos no plano sindical. Principais Modelos de organização sindical no Brasil e no mundo. Concepções de liberdade sindical e autonomia no contexto doutrinário brasileiro. A liberdade sindical no âmbito da OIT. Atuação do Ministério do Trabalho e Emprego e a proliferação de sindicatos: Pluralidade Sindical Oblíqua. Atuação do poder judiciário no que concerne à disputa de representação sindical. Liberdade sindical como direito fundamental de aplicação imediata. Liberdade sindical e direitos humanos na ordem internacional: reflexos no sistema jurídico brasileiro. Inconstitucionalidade da regra constitucional do artigo 8º, inciso II. Colisão de normas constitucionais: ponderação e interpretação tópico-sistemática do Direito Sindical Constitucional. Novo contexto de representação sindical no Brasil: releitura do artigo 511 da CLT em um cenário de pluralidade sindical.

Conteúdo programático:
Unidade 1. Introdução.
Unidade 2. Análise sociojurídica do Sindicato no Brasil até 1988.
Unidade 3. Assembleia Nacional Constituinte e Sindicato.
Unidade 4. Transformações sociojurídicas relevantes para a atuação sindical.
Unidade 5. Transformações sociojurídicas no plano das relações de emprego, os novos contornos da subordinação jurídica e seus efeitos no plano sindical.
Unidade 6. Principais Modelos de organização sindical no Brasil e no mundo.
Unidade 7. Concepções de liberdade sindical e autonomia no contexto doutrinário brasileiro.
Unidade 8. A liberdade sindical no âmbito da OIT.
Unidade 9. Atuação do Ministério do Trabalho e Emprego e a proliferação de sindicatos: Pluralidade Sindical Oblíqua.
Unidade 10. Atuação do poder judiciário no que concerne à disputa de representação sindical.
Unidade 11. Liberdade sindical como direito fundamental de aplicação imediata.
Unidade 12. Liberdade sindical e direitos humanos na ordem internacional: reflexos no sistema jurídico brasileiro.
Unidade 13. Inconstitucionalidade da regra constitucional do artigo 8º, inciso II.
Unidade 14. Colisão de normas constitucionais: ponderação e interpretação tópico-sistemática do Direito Sindical Constitucional.
Unidade 15. Novo contexto de representação sindical no Brasil: releitura do artigo 511 da CLT em um cenário de pluralidade sindical.

Bibliografia básica:

ALVES, Amauri Cesar. **Pluralidade Sindical**: nova interpretação constitucional e celetista. São Paulo: LTr., 2015.
DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 15. ed. São Paulo: LTr., 2016.
VIANA, Márcio Túlio. **70 anos de CLT**: uma história de trabalhadores. Brasília: TST, 2013.

Bibliografia complementar:

ALVES, Amauri Cesar. **Direito do Trabalho Essencial**: doutrina, legislação, jurisprudência, exercícios. São Paulo: LTr., 2013.
ALVES, Amauri Cesar. Função Capitalista do Direito do Trabalho no Brasil. **Revista LTr**., ano 77, setembro de 2013. São Paulo: LTr., 2013, págs. 1067 a 1082.
ALVES, Amauri Cesar. Novo Contrato de Emprego: parassubordinação trabalhista. São Paulo: LTr., 2013.
ALVES, Amauri Cesar. Função Capitalista do Direito do Trabalho no Brasil. **Revista LTr**., ano 77, setembro de 2013. São Paulo: LTr., 2013, págs. 1067 a 1082.
ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. **Direito do Trabalho e Pós-Modernidade**: fundamentos para uma teoria geral. São Paulo: LTr., 2005.
ARAÚJO, Ângela. **Do corporativismo ao neoliberalismo**: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2002.
DELGADO, Maurício Godinho, DELGADO, Gabriela Neves. **Constituição da República e Direitos Fundamentais**: Dignidade da Pessoa Humana, Justiça Social e Direito do Trabalho. São Paulo: LTr., 2012.
HENRIQUE, Carlos Augusto Junqueira, DELGADO, Gabriela Neves, VIANA, Márcio Túlio, RIBEIRO, Patrícia Henriques (Coordenadores). **Trabalho e Movimentos Sociais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.
ROMITA, Arion Sayão. **O fascismo no Direito do Trabalho brasileiro**: influência da Carta del Lavoro sobre a legislação trabalhista brasileira. São Paulo: LTr., 2001.
SANTANA, Marco Aurélio, RAMALHO, José Ricardo. **Além da Fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.
TUMOLO, Paulo Sergio. **Da contestação à conformação**: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas: Unicamp, 2002.
VIANA, Márcio Túlio. **Para entender a terceirização**. São Paulo: LTr., 2015.

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Direito Romano
Nome do Componente Curricular em inglês:
Roman law</td><td>Código: DIR701</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
Departamento de Direito - DEDIR</td><td>Unidade Acadêmica:
EDTM</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
30 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
02 horas/aula</td><td>Prática
02 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
A disciplina, além de uma notícia histórica, visa a ser uma introdução aos estudos dos institutos jurídicos de direito privado, a partir das noções gerais do direito Justinianeu. Intenta, ainda, uma iniciação à metodologia científica, pela pesquisa em bibliografia especializada e nas fontes, bem como uma aproximação cultural do estudante com a realidade do Direito Romano, como ius publicum, ius privatum e como um direito vivo (sistema romanista).</td></tr>
</table>

Conteúdo programático:

1. O direito romano vivo: clássico, comum e justinianeu. O Direito Civil brasileiro.
2. De Iustitia et iure. Ius, iustitia, ius publicum, ius privatum, ius naturale, ius gentium, ius civile, ius honorarium, iurisprudentia, iuris praecepta.
3. As fontes. Lei e plebiscito. Senados consulto. Decreto dos príncipes. Os costumes. A autoridade dos prudentes. Os editos. As codificações.
4. História externa e História interna do Direito Romano. Elementos históricos e culturais. O legado dos etruscos. A fundação da urbs e suas instituições políticas. A população de Roma. O conflito patrício-plebeu e suas consequências. As magistraturas na realeza e na república. O principado. O dominato. O Império no Oriente.
5. Corpus Iuris Civilis: conteúdo e repercussão no mundo. A Constituição Deo Actore.
6. De origine iuris et omnium magistratum et successione prudentum. O livro de Pompônio.
7. Personae. O nascituro. O status libertatis. A situação jurídica do escravo. As manumissões. A origem das pessoas jurídicas.
8. O status civitatis. A civitas augescens. A situação do estrangeiro.
9. O status familiae. A família no direito romano. Seus diversos sentidos. Patria potestas. O matrimônio.
10. As coisas. Sagradas, públicas, comuns. Incorpóreas e corpóreas. As servidões. Res mancipi et nec mancipi. Res in patrimonio. Res in comercio. Res extra patrimonium ou extra commercium. Res nullius. Res derelictae.
11. A posse e a propriedade.
12. Actiones. O processo romano. Actio. Iurisdictio. Iudicatio. Procedimento in iure e apud iudicem. As ações da lei. O processo formular. A classificação das ações. O processo romano e o moderno.
13. Direito Público Romano. Populus. Civitas. Res Publica. Os comícios. Intercessio. O tribunato. Os poderes negativos. A ditadura. A censura.
14. Direito Público Romano. Liberdade dos antigos e liberdade dos modernos. A democracia romana e sua projeção histórica. Repercussão do direito público romano no constitucionalismo moderno e no Brasil. A ação popular e o defensor do povo.
15. O sistema romanista. Tópica e sistema. Relações entre o sistema romanista e as formulações teóricas do direito contemporâneo. Características do romanismo: fontes e a superioridade do direito público. O sistema latino-americano.

Bibliografia básica:

ALVES, José Carlos Moreira. **Direito Romano**. Vol. I. 9ed. Rio, Forense, 1995. 368p. Vol. II. 5ed. 1995. 586p.
BAILEY, Cyril (org.) **O Legado de Roma**. Rio de Janeiro, Imago, 1992, 572p.
BURDESE, A. **Manual de Derecho Publico Romano**. Trad. Angel Martinez Sarrión. Barcelona, Bosch, 1972. 397p.
CARCOPINO, Jerôme. **Roma no Apogeu do Império**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990. 361p.
COSTA, Emílio. **Historia del derecho Romano Publico y Privado**. Trad. Manual Raventos y Noguer. Madrid, Reus, 1930. 379p.
DANTE ALIGHIERI. **De monarchia**. Trad. Carlos E. de Soveral. Lisboa, Guimarães Editores, 1984, 119p.
FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. **A Cidade Antiga**. Trad. Fernando de Aguiar. São Paulo/Brasília, UnB/Martins Fontes, 1981. 479p.
GIBBON, Edward. **The Decline and Fall of the Roman Empire**. Chicago, Britannica, 1952, Col. Great Books, vols. 40 e 41.
GIORDANI, Mário Curtis. **História de Roma**. 7 ed. Petrópolis, Vozes, 1983. 397p.
GRANT, Michael. **História de Roma**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987, 447p.
GRIMAL, Pierre. **A Civilização Romana**. Lisboa, Edições 70, 1984. 357p.
HEGEL, Georg Wilhelm Friederich. **Filosofia da História**. Trad. Maria Rodrigues e Hans Harden. Brasília, UnB, 1995. 373p.
HUMBERT, Michel. **Instituitions ploitiques et sociales de l'antiquité**. 2 ed. paris, Dalloz, 1986. 507p.
IHERING, Rudolf von. **El Espíritu del Derecho Romano**. Tradução abreviada por Fernando Vela. Madrid, Marcial Pons, 1997. 324p.
MAQUIAVEL. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Trad. Sérgio Bath. Brasília, UnB, 1979.
MARKY, thomas. **Curso Elementar de Direito Romano**. 5 ed. São Paulo, saraiva, 1990. 209p.
MOMMSEN, Theodor. **Disegno del diritto pubblico Romano**. Trad. P. Bonfante. Milão, Celuc, 1973. 440p.
PEIXOTO, José Carlos de Matos. **Curso de Direito Romano**. Tomo I. 4 ed. Rio, Renovar, 1997. 412p.
POLETTI, Ronaldo. **Elementos de Direito Romano**. Público e Privado. Brasília Jurídica, 1996. 237p.
____, Direito Romano em Gramsci. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, Senado, 109(28): 235-246, fev./mar. 1991.
____, A idéia brasileira de Império. In **Direito, política, filosofia, poesia**: estudos em homenagem ao professor Miguel Reale. Coord. Celso Lafer e Tércio Sampaio Ferraz Jr., São Paulo, Saraiva, 1992.
____, Direito público romano. Instrumento de crítica. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, Senado, 117(30):371-98, fev./mar. 1993.
____, A idéia democrática no direito romano. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, Senado, 120(30):89-106, out./dez. 1993.
____, A América Latina e o processo romano. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, Senado. 131(33)151-165, jul./ set. 1996.
____, **O avanço do Common Law (Falso ou Verdadeiro?) e o Recuo do Romanismo na América Latina, Um Projeto de Pesquisa**. O Caso Brasileiro. Notícia do Direito Brasileiro.
POLÍBIO. História. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília, UnB, 1985. 602p.

RICCOBONO, Salvatore. **Roma, Madre de Las Leyes**, trad. J. J. Santa Pinter, Prólogo de Eduardo R. Elguera, Buenos Aires, Depalma, 1975, 98p.
ROSTOVTZEFF, Michel L. **História de Roma**. 4 ed. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. 305p.
ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. Esp. Livro IV.
TALAMANCA, Mario (e outros). **Leneamenti do Storia del diritto Romano**. E ed. Milão, Giuffrè, 1989. 762p.
TORRENT, Armando. **Derecho Publico Romano y Sistema de Fuentes**. Zaragoza, Mira Editores, 1991. 550p.
VEYNE, Paul. **A Sociedade Romana**. Lisboa, Edições 70, 1990.254p.
VICO, Giambattista. **A Ciência Nova**. Trad. Marco Lucchesi. Rio de Jameiro, Record, 1999. 502p.

Bibliografia complementar:

Nome do Componente Curricular em português: Arbitragem jurídica Nome do Componente Curricular em inglês: Law arbitration	Código: DIR768
Nome e sigla do departamento: Departamento de Direito - DEDIR	Unidade Acadêmica: EDTM
Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância	

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 02 horas/aula

Ementa:
Arbitragem como meio alternativo de resolução de conflitos. Conceito. Origem e evolução da arbitragem no Brasil. Natureza da arbitragem. Constitucionalidade da arbitragem.
Arbitragem e outros meios alternativos de resolução de litígios. Modalidades de arbitragem. Modalidades de convenção de arbitragem. Arbitrabilidade. Procedimento arbitral.

Conteúdo programático:

1. Arbitragem como meio alternativo de resolução de conflitos. Definição de arbitragem.
2. Arbitragem como meio alternativo de resolução de conflitos.
3. Origem e evolução da arbitragem no Brasil.
4. Natureza da arbitragem
5. Constitucionalidade da arbitragem.
6. Arbitragem e outros meios alternativos de resolução de litígios: arbitragem e conciliação; arbitragem e mediação; arbitragem e transação.
7. Arbitragem e outros meios alternativos de resolução de litígios: arbitragem e arbitramento; arbitragem e "atividade administrativa arbitral".
8. Modalidades de arbitragem: arbitragem voluntária e arbitragem necessária; arbitragem ad hoc e arbitragem institucional.
9. Modalidades de arbitragem: arbitragem de direito e arbitragem de equidade; arbitragem interna e arbitragem internacional.
10. Modalidades de convenção de arbitragem: cláusula compromissória; compromisso arbitral.
11. Arbitrabilidade subjetiva e objetiva
12. Procedimento arbitral.

Bibliografia básica:
BERALDO, Leonardo de Faria. **Curso de arbitragem**: nos termos da lei nº 9.307/96. São Paulo: Atlas, 2014.
CAHALI, Francisco José. Curso de arbitragem: mediação, conciliação e resolução CNJ 125/2010. 4. ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2014.
GUERRERO, Luis Fernando. **Convenção de arbitragem e processo arbitral**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia complementar:
CAHALI, Francisco José; RODOVALHO, Thiago; FREIRE, Alexandre. **Arbitragem**: estudos sobre a Lei n. 13.129, de 25-05-2015. São Paulo: Saraiva, 2016.
ROCHA, Caio Cesar Vieira; SALOMÃO, Luis Felipe. **Arbitragem e mediação**: a reforma da legislação brasileira. São Paulo: Atlas, 2015.
SCAVONE JÚNIOR, Luiz Antônio. **Manual de arbitragem**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

Nome do Componente Curricular em português: Tópicos em relações internacionais Nome do Componente Curricular em inglês: Topics in international relations	Código: DIR126
Nome e sigla do departamento: Departamento de Direito - DEDIR	Unidade Acadêmica: EDTM
Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância	

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 02 horas/aula

Ementa:
Estudo histórico das principais dinâmicas políticas na sociedade internacional, com suas variáveis econômicas, militares e culturais, especialmente no que se refere às condicionantes dos processos de criação e cumprimento do direito internacional. Escolas de pensamento das Teorias das Relações Internacionais. Questões contemporâneas.

Conteúdo programático:
1. História das Relações Internacionais.
2. As principais escolas de pensamento das Teorias das Relações Internacionais: Estudo dos clássicos das Relações Internacionais.
3. O papel do direito internacional nas Teorias das Relações Internacionais.
4. Da teoria à prática: Debates contemporâneos.
5; O Brasil no cenário internacional.

Bibliografia básica:
NOGUEIRA, João Pontes; MESSARIA, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**: Correntes e Debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
NYE Jr., Joseph. **Cooperação e Conflito nas relações internacionais**. São Paulo: Gente, 2009.
JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

Bibliografia complementar:
BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**: um estudo da ordem na política mundial. São Paulo: Universidade de Brasília, 2002.
BUZAN, Barry. **From International to World Society?** English School Theory and the Social Structure of Globalisation. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and interdependence**. 3rd ed. New York: Longman, 2001.
MORGENTHAU, Hans Joachim. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. São Paulo: Imprensa Oficial; Brasília: Ed. UnB, 2003. XLI, 1093 p. (Coleção Clássicos IPRI). Capítulos 1, 2, 3 e 11.
WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais** Ed. Gradiva: Lisboa, 2002.

Nome do Componente Curricular em português: Direito internacional econômico Nome do Componente Curricular em inglês: International economic law	Código: DIR772
Nome e sigla do departamento: Departamento de Direito - DEDIR	Unidade Acadêmica: EDTM

Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 02 horas/aula

Ementa:
Principais sistemas jurídicos que regulam a governança econômica internacional, especialmente o comércio internacional tanto no plano multilateral, através do ordenamento normativo da Organização Mundial do Comércio (OMC), quanto no plano regional, através do direito da integração econômica, particularmente, o Mercosul. Defesa comercial. Sistemas de solução de controvérsias internacionais de caráter econômico. Captação Internacional de Recurso. Criptomoedas. Estudos jurisprudenciais.

Conteúdo programático:
1. Introdução histórica ao sistema multilateral de comércio.
2. Princípios e normas da Organização Mundial do Comércio.
3. Sistema de solução de controvérsias da OMC e sua jurisprudência.
4. Introdução do direito da integração econômica regional.
5. Princípios e normas do Mercosul.
6. Sistema de solução de controvérsias do Mercosul e sua jurisprudência.
7. Sistemas de solução de controvérsias econômicas internacionais: Investor-State Dispute. Systems e o modelo brasileiro de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimento.
8. Captação Internacional de recursos.
9. Criptomoedas.

Bibliografia básica:
AMARAL, Antônio Carlos Rodrigues do (Coord.). **Direito do Comércio Internacional**: Aspectos Fundamentais. São Paulo: Aduaneiras, 2004.
AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **A solução de controvérsias na OMC**. São Paulo: Atlas, 2008.
CRETELLA NETO, José. Curso de **Direito Internacional Econômico**. São Paulo: Saraiva, 2012.

Bibliografia complementar:
ALBUQUERQUE, José Luiz Singi. **Crises econômicas, networks de governança econômica, potências emergentes e seus reflexos na jurisprudência da OMC**. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2016.
BARRAL, Welber Oliveira. **O Comércio Internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.
OCAMPO, Raúl Granillo. **Direito Internacional Público da Integração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
BAPTISTA, Luiz Olavo; CELLI Júnior, Umberto; YANOVICH, Alan. **10 anos de OMC**: Uma análise do Sistema de Solução de Controvérsias e Perspectivas. São Paulo: Aduaneiras, 2007.
LAFER, Celso. **A OMC e a regulamentação do comércio internacional**: uma visão brasileira. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

Nome do Componente Curricular em português: Direito e Literatura Nome do Componente Curricular em inglês: Law and Literature	Código: DIR150
Nome e sigla do departamento: Departamento de Direito - DEDIR	Unidade Acadêmica: EDTM

Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 02 horas/aula

Ementa:
Conexões entre Direito e Literatura. Teoria do direito e teoria da literatura. Interpretação. Narrativa jurídica e narrativa literária. Figuras de linguagem. Aspectos históricos do direito e da literatura. Construção de uma teoria do direito e literatura.

Conteúdo programático:
- Introdução a Direito e Literatura.
- Lei e prudência em Antígona (Sófocles).
- Pedro Malasartes e a arte de seguir uma regra.
- O tema da vingança em "A Caçada do Malhadeiro" (Conde de Ficalho).
- O tempo da justiça: "A hora e vez de Augusto Matraga" (Guimarães Rosa).
- O pluralismo jurídico nas entranhas do panóptico: Uma leitura de "Estação Carandiru" (Dráuzio Varella).
- Levando direitos a sério na justiça penal: "Legítima Defesa" (Ferdinand von Schirach).
- Em busca do sentido da pena: "Fähner" (Ferdinand von Schirach).
- Modernidade, lei e ciência em "O Alienista" (Machado de Assis).
- Processo como procedimento em contraditório "No Tribunal de meu Pai" (Isaac B. Singer).
- A escravidão como pacto fundante da sociedade brasileira em "Pai contra Mãe" (Machado de Assis).

Bibliografia básica:
ASSIS, Machado de. **O alienista**: texto integral . 33. ed. São Paulo: Ática 20008. 48 p. (Bom Livro). ISBN 9788508040834 (broch.).
ROSA, João Guimarães. **Sagarana**. 13a ed. Rio de Janeiro: J. Olympio 1971. Não paginado (Coleção Sagarana ; v.1).
SÓFOCLES. Antígona. **Coimbra**: Atlântida 1968. 86 p. (O grande teatro do mundo ; 6).).
VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo, SP: Companhia das Letras c1999. 297 p. ISBN 8571648972.

Bibliografia complementar:

ASSIS, Machado de; COUTINHO, Afrânio. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar 1986. 3v (Biblioteca luso-brasileira Série brasileira).

CASCUDO, Luís da Câmara. **Antologia do folclore brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Global [2003]. 2v ISBN 8526007610 (broch.).

LEITE, Dante Moreira; BOSI, Alfredo. **O carater nacional brasileiro**: historia de uma ideologia. 4a ed. / definitiva, com introdução de Alfredo Bosi. São Paulo: Liv. Pioneira Ed. 1983. xxvi, 378 p. (Novos umbrais. Psicologia).

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras 1993. 404p

BOSI, Alfredo. **Entre a literatura e a história**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, [2015]. 475 p. ISBN 9788573265323 (broch.).

BOSI, Alfredo. **Céu, inferno**: ensaios de crítica literária e ideológica . [3. ed.]. São Paulo: Duas Cidades [2010]. 493 p. ((Espírito crítico)). ISBN 9788573262643 (broch.).

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Criminologia
Nome do Componente Curricular em inglês:
Criminology</td><td>Código: DIR731</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
Departamento de Direito - DEDIR</td><td>Unidade Acadêmica:
EDTM</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
30 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
02 horas/aula</td><td>Prática
02 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Criminologia. Objetivos, objeto e método. História e ramos da Criminologia. Fenomenologia Criminal. Violência, Criminalidade e Relações Sociais.</td></tr>
</table>

Conteúdo programático:
Unidade 1 - Introdução
1.1. Por que estudar a Criminologia?
1.2. Conceito de Criminologia
1.3. Objeto
1.4. Método e Finalidade
1.5. Funções
1.6. Características
Unidade 2 – Objeto da Criminologia
3.1. Delito
3.2. Delinquente
3.3. Vítima
3.4. Controle Social
Unidade 3 – Antecedentes Históricos da Criminologia
2.1. Criminologia pré-científica e criminologia científica
2.2. Escolas Criminológicas
2.2.1. Escola Clássica
2.2.2. Escola Positiva
2.2.3. Escola de Política Criminal
Unidade 4 – Teorias Macrossociológicas da Criminalidade
4.1. Escola de Chicago
4.2. Teoria da Associação Diferencial
4.3. Teorias da Anomia
4.4. Teoria da Subcultura Delinquente
4.5. Teoria do Etiquetamento (labelling approach)
4.6. Teoria Crítica
Unidade 5 – Tópicos Especiais em Criminologia
5.1. Invisibilidade Pública
5.2. Criminalidade e Diferenças econômico-sociais
5.3. Cultura do Medo e Criminalidade
5.4. A relação entre trabalho e marginalização
5.5. Juventude e Criminalidade
5.6. Policialismo e Criminalidade
5.7. Criminalidade e Corrupção
5.8. Criminalidade e Exclusão

Bibliografia básica:
MOLINA, Antonio García-Pablos de e GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia**: introdução a seus fundamentos teóricos. Introdução às bases criminológicas da Lei 9.099/95 – Lei dos Juizados Especiais Criminais. São Paulo : **Revista dos Tribunais**, 2010.
SHECAIRA, Sergio Salomão. Criminologia. São Paulo : **Revista dos Tribunais**, 2012.
HASSEMER, Winfried e CONDE, Francisco Muñoz. **Introdução à Criminologia**. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2008.
CARVALHO, Salo de. **Antimanual de Criminologia**. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2011.

Bibliografia complementar:

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: Introdução à Sociologia do Direito Penal. Rio de Janeiro : Revan, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 2008.

SILVA-SÁNCHEZ, Jesús-María. **A expansão do Direito Penal**: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2011.

SILVA-SÁNCHEZ, Jesús-María. **Aproximação ao Direito Penal Contemporâneo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

SOARES, Luiz Eduardo. **Justiça**: pensando alto sobre violência, crime e castigo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

WACQUANT, Loïc. **As duas faces do gueto**. São Paulo : Boitempo, 2008.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro : Zahar, 2011.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro : Revan, 2003.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O inimigo no Direito Penal**. Rio de Janeiro : Revan, 2007.

Nome do Componente Curricular em português: Tópicos em decolonialidade e pensamentos contra-hegemônicos Nome do Componente Curricular em inglês: Topics in decoloniality and counter-hegemonic reflections	Código: DIR038
Nome e sigla do departamento: Departamento de Direito - DEDIR	Unidade Acadêmica: EDTM

Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 02 horas/aula

Ementa:
Análise dos eixos de estudos decoloniais, descoloniais e pós-coloniais para a consolidação de uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes de modernidade relacionadas à experiência colonial. Desenvolvimento da crítica ao processo de produção do conhecimento científico moderno que privilegia matrizes eurocêntricas. Revalorização das Teorias do Sul mediante estratégias de desobediência, vigilância e suspeição epistêmica, que propiciam a estrada da pluriversalidade como um projeto jurídico-epistemológico.

Conteúdo programático:
Unidade 1 - Genealogia dos estudos pós-coloniais, descoloniais e decoloniais.
Unidade 2 - A colonialidade do poder a imposição a divisão social racial nas Américas.
Unidade 3 - A colonialidade do saber: eurocentrismo como forma unívoca de ciência.
Unidade 3 - A colonialidade do ser: dialética eurocêntrica de inferiorização do outro.
Unidade 4 - Colonialidade de gênero e feminismos contra-hegemônicos.
Unidade 5 - Colonialidade jurídica e o papel do Direito na manutenção da colonialidade.
Unidade 6 - Decolonialidade no Direito: uma epistemologia e ontologia jurídica decolonial?

Bibliografia básica:
DUSSEL, Enrique. **1492**: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: conferências de Frankfurt. Petrópolis, RJ: Vozes 1993.
LUGONES, María. Colonialidade y género. **Tabula Rasa**. no.9, julho-dezembro. Bogotá, 2008. Disponível em: https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf.
MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33191.
QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2000. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf.
SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Bibliografia complementar:

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza / rumo a uma nova consciência. **Rev. Estud. Fem**. vol.13 no.3 Florianópolis Sept./Dec. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300015.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít. [online]**. 2013, n.11, pp.89-117. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-33522013000200004&script=sci_abstract&tlng=pt.

BIDASECA, Karina. Mujeres blancas buscando salvar a mujeres color café: desigualdad, colonialismo jurídico y feminismo postcolonial. **Andamios**, Volumen 8, número 17, septiembre-diciembre, 2011, pp. 61-89, 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1870-00632011000300004&lng=es&nrm=iso.

GARZÓN LÓPEZ, Pedro. Colonialidad jurídica. Eunomía. **Revista en Cultura de la Legalidad**. nº. 14, abril – septiembre 2018. Disponível em: https://e-revistas.uc3m.es/index.php/EUNOM/article/view/4164.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80, Março 2008, p. 115-147. Disponível em: https://journals.openedition.org/rccs/697.

MOHANTY, Chandra. Bajo los ojos de occidente. **Academia Feminista y discurso colonial Descolonizando el Feminismo**: Teorías y Prácticas desde los Márgenes, ed. Cátedra, Madrid, 2008. Disponível em: http://www.feministas.org/IMG/pdf/articulo_libro_descolonizando_el_feminismo-.pdf.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical. **E-cadernos CES**, n.18, São Paulo, 2015. Disponível em: https://journals.openedition.org/eces/1533.

Nome do Componente Curricular em português: Assessoria Jurídica Popular Nome do Componente Curricular em inglês: Popular Legal Advice	Código: DIR051
Nome e sigla do departamento: Departamento de Direito - DEDIR	Unidade Acadêmica: EDTM

Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 02 horas/aula

Ementa:
Quem é o povo? Desenvolvimento da Assessoria Jurídica Popular no Brasil. Referenciais Teóricos da Assessoria Jurídica Popular. Assessoria Técnica das Pessoas Atingidas.

Conteúdo programático:

1. Quem é o Povo?

1.1. Subalternidades modernas.

1.2. Pessoas atingidas.

1.3. Moradoras e moradores das ocupações.

2. Desenvolvimento da Assessoria Jurídica Popular no Brasil:

2.1. Ensino Jurídico para Assessoria Jurídica Popular.

2.2. Formas de Organização da AJP no Brasil.

2.2. Experiências de AJP no Brasil.

3. Referenciais Teóricos da Assessoria Jurídica Popular:

3.1. O Direito Achado na Rua.

3.2. A Pedagogia do Oprimido.

3.3. A filosofia da Libertação.

4. Assessoria Técnica das Pessoas Atingidas:

4.1. Direito à assessoria técnica.

4.2. Experiências das ATs na Bacia do Rio Doce.

4.3. Experiência das ATs na Bacia do Rio Paraopeba.

Bibliografia básica:

AGAMBEN, Giorgio. **Meios sem fim**: notas sobre a Política. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
DUSSEL, Enrique D. **Filosofia da libertação**: crítica à ideologia da exclusão. São Paulo: Paulus, 1995. 157 p. (Pesquisa & projeto).
CARNEIRO, Maria do Rosário de Oliveira. **A Assessoria Jurídica Popular no marco do pensamento decolonial: direitos e saberes construídos nas resistências populares**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Ouro Preto. 2019.
SOUSA JÚNIOR, José Geraldo. (Coord). **O Direito Achado na Rua**: concepção e prática. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo Jurídico**: fundamentos de uma nova cultura no direito. 3ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 2001.

Bibliografia complementar:

SANTOS, Boaventura de Souza (org.); MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010
SANTOS, Boaventura. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2002.
SOUZA, Jessé. **Multiculturalismo e racismo**: uma comparação Brasil-Estados Unidos. Brasília (DF): Paralelo 15 1997. 275p.
SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. 1a. reimpr ed. Belo Horizonte (MG): UFMG 2011. 483p.
SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. 2.ed. Belo Horizonte (MG): UFMG Rio de Janeiro: IUPERJ 2012. 207p
SOUZA, Tatiana Ribeiro de; MAGALHÃES, José Luiz Quadros de; LAUREANO, Delze dos Santos; XAVIER, Elton Dias (Org.). **O papel da ideologia na sociedade moderna**. Montes Claros, MG: 2015. 78 p (Coleção Direito e diversidade ; v.4).

Nome do Componente Curricular em português: Liberdade de expressão resistida Nome do Componente Curricular em inglês: Resisted freedom of speech	Código: DIR056
Nome e sigla do departamento: Departamento de Direito - DEDIR	Unidade Acadêmica: EDTM

Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 02 horas/aula

Ementa:
Direito à liberdade de expressão. Conceito. Fontes. Limites. Posicionamento judicial.

Conteúdo programático:
1. Liberdade de Expressão – Conceito e fontes:
   1.1 ADPF 130.
2. Questão de limites.
3. Crimes contra a honra e persecução penal.
4. Direitos da personalidade.
5. Direitos autorais.
6. Propriedade Industrial.
7. Símbolos religiosos.
8. Direito ao esquecimento.
9. Redes sociais e termos de uso.
10. Liberdade de expressão na academia.
11. Outros impedimentos.

Bibliografia básica:
BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.
BRANDÃO, Tom Alexandre. **Rir e fazer rir**: uma abordagem jurídica dos limites do humor. Indaiatuba-SP: Editora Foco, 2018.
CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal** v. 2 – Parte Especial – arts. 121 a 212. Sâo Paulo: Editora Saraiva, 2018.

Bibliografia complementar:
BRANCO, Sérgio. **Memória e esquecimento na internet (Pautas em Direito)**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2018.
CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Biografia não Autorizada Versus Liberdade de Expressão**. Curitiba: Juruá, 2017.
CONSALTER, Zilda Mara. **Direito ao Esquecimento**. Proteção da Intimidade e Ambiente Virtual. Curitiba: Juruá, 2016.
FILHO, João Trindade Cavalcante. **O Discurso do Ódio na Jurisprudência alemã, americana e brasileira** - Série IDP. São Paulo: Saraiva, 2018.
MONCAU, Luiz Fernando Marrey. **Liberdade de Expressão e Direitos Autorais**. São Paulo: Método, 2014.
OMMATI, José Emílio Medauar. **Liberdade de expressão e discurso de ódio na Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

Nome do Componente Curricular em português: Tendências do ensino jurídico Nome do Componente Curricular em inglês: Trends in Law Education	Código: DIR057
Nome e sigla do departamento: Departamento de Direito - DEDIR	Unidade Acadêmica: EDTM

Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 02 horas/aula

Ementa:
Diversidade jurídica epistemológica. Desobediência epistêmica no Direito. Teoria queer. Crítica queer ao Direito. Corporeidades dissidentes e teoria queer.
Objetivo: O objetivo principal da disciplina é apresentar a teoria queer, desde o seu surgimento até os contornos contemporâneos,para explorar sua interface com o papel do Direito enquanto produtor de corpos e saberes heterocisnormativos. Pretende-se proporcionar um pensamento crítico-reflexivo dxs sujeitxs no Direito e compreender como a teoria queer pode contribuir para um pensamento disruptivo não-binário do ensino jurídico.

Conteúdo programático:
UNIDADE I – RESISTÊNCIAS QUEER: DOS MOVIMENTOS À TEORIA:

1.1. Introdução à Disciplina.
1.2 Conceitos introdutórios da Teoria Queer:
1.2.1 Conceito de teoria queer: eixos comuns.
1.2.2 Origem e expansão do movimento queer no Norte.
1.2.2.1 Movimento queer x movimento LGBTIA*.
1.2.3 Origem do termo queer.
1.2.4 Origem da teoria queer e suas tensões com o movimento queer.
1.2.4.1 Principais influências teóricas.
1.3 Objetivo da teoria queer no Direito.

UNIDADE II – EPISTEME QUEER E ENSINO JURÍDICO:

2.1. Concepção de teoria e sua chegada ao Brasil.
2.2. Teoria Brasileiras e suas concepções no ensino:
2.2.1 Educação rizomática.
2.2.2 Embichamento do currículo.
2.2.2 Currículo queer.
2.2.4.Educação bicha.
2.2.5 Pedagogia queer.
2.2.6 Via(da)gens queer.
2.2.7 Criança transviada.
2.2.8 Enviadescer.
2.2.9 Puta Teoria.
2.2.10 Teoria Cu.
2.2.11 Estudos transviados.
2.3. Multidões queer.

UNIDADE III - CORPOREIDADES DISSIDENTES: SAÚDE E TEORIA QUEER:

3.1. A Saúde como um direito de todas/os.
3.1.1. O que é um corpo saudável? Normalização e desvio. Corpos Abjetos.
3.2. Problemas de Acesso à Saúde da População LGBTIA.
3.2.1. Dificuldades de Acesso à Saúde por Gays e Lésbicas.
3.2.2. Dificuldades de Acesso à Saúde da População “T”.
3.2.3. Saúde e “Normalização” dos corpos de pessoas intersexuais.
3.2. LGBTIA e as IST.
3.2.1. A política brasileira para HIV-Aids: avanços e retrocessos.
3.2.2. Crescimento de novos casos entre os mais jovens e os mais vulneráveis.

Bibliografia básica:

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Tradução e notas de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2017 - p. 86-138.

POCAHY, Fernando; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro. Dissidências epistemológicas à brasileira: uma cartografia das teorizações queer na pesquisa em educação brasileira. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 42, n. 3, p. 608-631, set./dez. 2017.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: N-1 edições, 2018. História da Tecnossexualidade.

LÓPEZ, Daniel J. **Teoría jurídica queer?** Materiales para una lectura queer del derecho, AFD, 2016 (XXXII), pp. 323-348.

PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. Sexualidad, Salud y Sociedad – **Revista Latinoamericana**, n. 1, p.125-157, 2009.

LIONÇO, Tatiana. Que Direito à Saúde para a População GLBT? Considerando Direitos Humanos, Sexuais e Reprodutivos em Busca da Integralidade e da Eqüidade. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 11-21, junho 2008.

Bibliografia complementar:

BENÍTEZ, María Elvira Díaz; FIGARI, Carlos Eduardo (Ed.). **Prazeres dissidentes**. Rio de Janeiro: CEPESC; Garamond, 2009.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.

BORBA, R.; LIMA, F. Por uma educação rizomática: sobre as potências queer, a política menor e as multiplicidades. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 1-14, 2014.

BUTLER, Judith. **Against proper objects**. Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies, 1994.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 150-172.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 17-42.

CÁCERES, Carlos F.; PECHENY, Mario; TERTO JR., Veriano (eds.). **SIDA y sexo entre hombres en América Latina**: vulnerabilidades, fortalezas, y propuestas para la acción – perspectivas y reflexiones desde la salud pública, las ciencias sociales y el activismo. UPCH/ONUSIDA, 2002.

COLLING, L.; SOUSA, A. N.; SENA, F. S. Enviadescer para produzir interseccionalidades. In: OLIVEIRA, J. M.; AMÂNCIO, L. (Org.). **Gêneros e sexualidades**: interseções e tangentes. Lisboa: Maiadouro, 2017. p. 193-215.

CONNELL, R. W. Políticas da Masculinidade. **Educação & Realidade**, 20 (2). pp. 185-206, 1995.

CORRÊA, Sônia. O Percurso Global dos Direitos Sexuais: entre "margens" e "centros". **Bagoas: Estudos Gays, Gêneros e Sexualidades**, n. 4, p. 17-42, jan./jun. 2009.

COUTO JUNIOR, D. R. Gênero, sexualidade e a teoria queer na educação: colocando em questão a heteronormatividade. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 11, n. 1, p. 250-270, jan./abr. 2016.

FERREIRA, Breno de Oliveira (et al.). Vivências de travestis no acesso ao SUS. Physis – **Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 1023-1038, 2017.

FINEMAN, Martha Albertson; JACKSON, Jack E.; ROMERO, Adam P. **Feminist and Queer Legal Theory**: Intimate Encounters, Uncomfortable Conversations. Routledge, 2009. [Cap. 10. Methodological Descriptions: "Feminist" and "Queer" Legal Theories. Adam P. Romero, p. 179-198] (19 p.)

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A **Vontade de Saber**. Tradução de Maria thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, pp.19-50.

HALBERSTAM, Jack. **Masculinidad femenina**. Madrid: Egales, 2008.

JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. **Sexualidades transgresoras**. Una antología de estudios queer Barcelona: Icaria editorial, 2002.

LEITE, Vanessa; TERTO JR., Veriano; PARKER, Richard (orgs.). **Dimensões Sociais e Políticas da Prevenção**. RJ: ABIA, 2018.

LEWIS, E. S.; BORBA, R.; FABRÍCIO, B. F.; PINTO, D. S. (Org.). **Queering Paradigms IVa**: insurgências queer ao Sul do equador. Oxford: Peter Lang, 2017, v. 1, p. 1-12.

MELLO, Luiz (et al). Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 9, p. 7-28, Dec. 2011. Disponível em: https://goo.gl/DZAe1T.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. In: **Sociologias**. Porto Alegre: PPGS-UFRGS, 2009.

NEGREIROS, Flávia Rachel Nogueira de (et al.). Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: da Formação Médica à Atuação Profissional. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 43, n. 1, p. 23-31, 2019.

ORLANDO, Miguel Antônio da Fonseca (et al.). Abjeção de Corpos e Identidades LGBTIQ+ no Sistema de Saúde Brasileiro: uma Construção Hetero-cis-normativa. In: BAHIA, Alexandre; BOMFIM, Rainer; AGUIAR, Rafael dos Reis (orgs.). **Anais do III Congresso de Diversidade Sexual e de Gênero**. Vol. I.: corporeidades, saúde e educação: a(s) dissidência(s) como fator nas (trans)formações de subjetividades. Belo Horizonte, Initia Via, 2019.

PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 1 p. 68-91, 2014.

PEREIRA, P. P. G. Queer decolonial: quando as teorias viajam. Contemporânea – **Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 411-437, jul./dez. 2015.

PRECIADO, P. B. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 Edições, 2014.

SEDGWICK. Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. Cadernos pagu (28), janeiro-junho de 2007:19-54.

SILVA, J. P. L.; SILVEIRA, E. L.; COSTA, L. C. S. A teoria queer e os muros da escola: tessituras entre práticas e (des)normalizações. **Textura**, Canoas, v. 18, n. 38, p. 143-161, set./dez. 2016.

WEED, Elizabeth, SCHOR, Naomi. **Feminism Meets Queer Theory**. Bloomington: Indiana University Press, 1997.

Nome do Componente Curricular em português: Autonomia no exercício de direitos fundamentais Nome do Componente Curricular em inglês: Autonomy in the exercise of fundamental rights	Código: DIR058
Nome e sigla do departamento: Departamento de Direito - DEDIR	Unidade Acadêmica: EDTM

Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 02 horas/aula

Ementa:
Direitos fundamentais: concepções e sistema de garantias. Titularidade e exercício de direitos fundamentais: distinções e congruências. Direitos fundamentais nas relações privadas. Autonomia e autodeterminação. Heteronomia. Disposições dos direitos fundamentais e seus limites. Subjetividades.

Conteúdo programático:
1. Direitos fundamentais
2. Concepções de direitos fundamentais e sistema de garantias.
3. Titularidade e exercício de direitos fundamentais.
4. Direitos fundamentais nas relações privadas.
5. Autonomia e autodeterminação.
6. Autonomia e racionalidade limitada.
7. Heteronomia.
8. Disposições dos direitos fundamentais e seus limites.
9.Subjetividades.

Bibliografia básica:
NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. **O Direito civil pela perspectiva da autonomia privada**: relação jurídica, situações jurídicas e teoria do fato jurídico na segunda modernidade. 2.ed., rev. atual.e ampl. Belo Horizonte (MG): Escola Superior Dom Hélder Câmara 2014.
RODRIGUES JÚNIOR. Otávio Luiz. Autonomia da vontade, autonomia privada e autodeterminação. Notas sobre a evolução de um conceito na Modernidade e na Pós-Modernidade. **Revista de informação legislativa**. Brasília a. 41 n. 163 jul./set. 2004, p. 113-130. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/9228-9227-1-PB.pdf.
SAMPAIO, José Adércio Leite. **Teoria da constituição e dos direitos fundamentais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.
SARMENTO, Daniel. **Direitos fundamentais e relações privadas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010.

Bibliografia complementar:

ANDRADE, Manuel Augusto Domingues de. **Teoria geral da relação jurídica**. Coimbra: Almedina 1992. 2v.

CALDEIRA, Cleusa. Desconstrução do cristianismo: imperativo ontológico à experiência de Deus na pós-modernidade. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 16, n. 51, p. 1270-1299, set./dez. 2018. https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2018v16n51p1270.

FREITAS, A. Teixeira de. **Código Civil**: esboço. Brasília: Dep. de Imprensa Nacional UnB 1983. 2v.

GUSTIN, Miracy Barbosa Sousa. **Das necessidades humanas aos direitos: ensaio de sociologia e filosofia do direito**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

LORENZETTI, Ricardo Luis. **Fundamentos do direito privado**. São Paulo: RT, 1998.

SÁ, Maria de Fátima Freire de; NOGUEIRA, Roberto Henrique Pôrto; SCHETTINI, Beatriz (Org). **Novos direitos privados**. Belo Horizonte (MG): Arraes, 2016.

SILVA, Virgílio Afonso da. O conteúdo essencial dos direitos fundamentais e a eficácia das normas constitucionais. **Revista de Direito do Estado** (2006), p. 23-51. Disponível em: <https://constituicao.direito.usp.br/wp-content/uploads/2006-RDE4-Conteudo_essencial.pdf>.

Nome do Componente Curricular em português: Tópicos avançados em Direito do Consumidor Nome do Componente Curricular em inglês: Advanced topics in Consumer Law	Código: DIR059
Nome e sigla do departamento: Departamento de Direito - DEDIR	Unidade Acadêmica: EDTM

Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 02 horas/aula

Ementa:
Atualizações legislativas em matéria de Direito do Consumidor. Direito do Consumidor Comparado. Consumo, vulnerabilidade e desenvolvimento econômico. Endividamento do Consumidor. Consumidor e Planos de Saúde. Análise de decisões judiciais (estudo de casos). Persuasão e consumo.

Conteúdo programático:
1 Atualizações legislativas:
1.1 Os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional.
1.2 Inovações legislativas em matéria de Direito do Consumidor.
2 Direito do Consumidor Comparado:
2.1 A proteção do consumidor no contexto da Comunidade Europeia;
2.2 Principais diretivas da União Europeia em matéria de proteção do consumidor.
3 Consumo, vulnerabilidade e desenvolvimento econômico:
3.1 Sociedade de Consumo;
3.2 Tecnologia e vulnerabilidade;
3.3 Contrato, desenvolvimento econômico e Direito do Consumidor.
4 Endividamento do Consumidor:
4.1 Origem, caracterização e impactos sociais e econômicos;
4.2 Tratamento do endividamento no micro sistema de proteção do consumidor.
5 Consumidor e Planos de saúde:
5.1 Aspectos gerais da lei de planos de saúde;
5.2 Estudos de caso.
6 Persuasão e consumo:
6.1 Aspectos comportamentais do consumidor e “novas” vulnerabilidades;
6.2 Estratégias de persuasão e proteção do consumidor.
7 Análise de decisões judiciais:
7.1 Estudo e discussão acerca da realização do Direito do Consumidor a partir da jurisprudência.

Bibliografia básica:
TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assunção. **Manual de Direito do Consumidor**: direito material e direito processual – volume único. 9ª edição. São Paulo: Editora Método, 2020. Lívia Barbosa. Sociedade de consumo. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
BAUMAN, Zygmunt. **Vida a crédito** – conversas com Citlali Ravirosa-Madrazo. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2010.
MARQUES, Cláudia Lima; MIRAGEM, Bruno. **O novo direito privado e a proteção dos vulneráveis**. Rio de Janeiro: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

Bibliografia complementar:

CARNEIRO, Luiz Augusto Ferreira (Org.). **Planos de saúde**: aspectos jurídicos e econômicos. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2013.

CHAVES, Sílvia Fernandes. **Vulnerabilidade e hipossuficiência do consumidor nas contratações eletrônicas**. Barueri: Ed. Manole, 2015.

KHOURI, Paulo Roberto Roque Antônio. **Direito do Consumidor**: contratos, responsabilidade civil e defesa do consumidor em Juízo. 6 edição. São Paulo. Ed. Atlas, 2013.

MACEDO JÚNIOR, Ronaldo Porto. **Contratos Relacionais e defesa do consumidor**. 2ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

Nome do Componente Curricular em português: Tópicos em Responsabilidade Civil Nome do Componente Curricular em inglês: Topics in civil responsability	Código: DIR060
Nome e sigla do departamento: Departamento de Direito - DEDIR	Unidade Acadêmica: EDTM

Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 02 horas/aula

Ementa:
Sociedade de risco. Princípios e funções da responsabilidade civil. Elementos da responsabilidade civil. Responsabilidades civis especiais: Responsabilidade civil por ato de terceiro; Responsabilidade civil por fato de coisa; Responsabilidade civil nas relações de consumo; Responsabilidade civil do Estado; Responsabilidade civil nas relações familiares; Responsabilidade civil digital; Responsabilidade civil na área médica; Responsabilidade civil ambiental. Cláusula limitativa do dever de indenizar. Seguro de responsabilidade civil.

Conteúdo programático:
Unidade I - Responsabilidade civil atualizada
1.1. Sociedade de risco;
1.2. Princípios da responsabilidade civil;
1.3. Funções da responsabilidade civil;
1.4. Novos paradigmas da responsabilidade civil.
Unidade II - Elementos da responsabilidade civil
2.1. Dano;
2.2. Ato ilícito e excludentes de ilicitude;
2.3. Risco;
2.4. Nexo de causalidade;
2.5. Culpa.
Unidade III - Responsabilidades civis especiais
3.1. Responsabilidade civil por ato de terceiro;
3.2. Responsabilidade civil por fato de coisa;
3.3. Responsabilidade civil nas relações de consumo;
3.4. Responsabilidade civil do Estado;
3.5. Responsabilidade civil nas relações familiares;
3.6. Responsabilidade civil digital;
3.7. Responsabilidade civil na área médica;
3.8. Responsabilidade civil ambiental.
Unidade IV - Cláusula limitativa do dever de indenizar
4.1. Definição;
4.2. Modalidades;
4.3. Requisitos de validade;
4.3. Funções e efeitos.
Unidade V - Seguro de responsabilidade civil
5.1. Seguro de responsabilidade civil e socialização dos riscos;
5.2. Seguros obrigatórios e facultativos de responsabilidade civil;
5.3. Seguro e espécies da responsabilidade civil.

Bibliografia básica:

BRAGA NETO, Felipe Peixoto; FARIAS, Christiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Novo tratado de responsabilidade civil**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil**. São Paulo: Saraiva, 2020.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade civil**.12 ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

ROSENVALD, Nelson. **As funções da responsabilidade civil**: a reparação e a pena civil. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

TARTUCE, Flávio. **Responsabilidade civil**. 2ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Bibliografia complementar:

BORJES, Isabel Cristina Porto; GOMES, Taís Ferraz; ELGEMANN, Wilson. **Responsabilidade civil e nanotecnologia**. São Paulo: Atlas, 2014.

CARNAÚBA, Daniel Amaral. **Responsabilidade civil pela perda de uma chance**. A álea e a técnica. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CARRÁ, Bruno Leonardo Câmara. **Responsabilidade civil sem dano**. Uma análise crítica. Limites epistêmicos a uma responsabilidade civil preventiva ou por simples conduta. São Paulo: Atlas, 2015.

GUEDES, Gisela Sampaio da Cruz; MORAES, Maria Celina Bodin de (orgs.). **Responsabilidade civil dos profissionais liberais**. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

LUVIZOTTO, Juliana Cristina. **Responsabilidade civil do estado legislador**. Atos legislativos inconstitucionais e constitucionais. São Paulo: Almedina, 2015.

TEPEDINO, Gustavo; TERRA, Aline de Miranda; GUEDES, Gisela Sampaio da Cruz. Fundamentos do direito civil. v.4. **Responsabilidade civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

SCHREIBER, Anderson. **Novos paradigmas da responsabilidade civil**. Da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Nome do Componente Curricular em português: Direito processual coletivo Nome do Componente Curricular em inglês: Collective procedure law	Código: DIR062
Nome e sigla do departamento: Departamento de Direito - DEDIR	Unidade Acadêmica: EDTM

Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância

Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 02 horas/aula

Ementa:
Acesso à Justiça. Vias de implementação de direitos coletivos fundamentais. A concretização de direitos coletivos pela via judicial. A renovação do Processo Coletivo como via de inclusão social pela efetivação de direitos fundamentais. Processos Coletivos Estruturais.

Conteúdo programático:
I. Considerações iniciais:
I.1. O processo coletivo.
I.2. Antecedentes históricos do Direito Processual Coletivo brasileiro.
I.3. Conceitos indispensáveis à delimitação do âmbito de atuação do processo coletivo:
I.3.1. Direito subjetivo ou interesse;
I.3.2. Interesse supra ou meta-individual;
I.3.3. Classificação dos direitos: difusos, coletivos ‘stricto sensu’ e individuais homogêneos.
I.3.4. Classificação dos conflitos: Irradiados, Globais e Locais.
I.4. Princípios
II. Legislação vigente quanto ao processo coletivo no direito nacional:
II.1. Lei da ação popular;
II.2. Lei da ação civil pública;
II.3. Código de defesa do consumidor;
II.4. Mandado de segurança individual e coletivo.
III. Aspectos controvertidos do processo coletivo:
III.1. Condições da ação coletiva;
III.1.1. Legitimação ativa e passiva;
III.1.2. Interesse processual;
III.1.3. Possibilidade jurídica do pedido.
III.2. Competência.
III.3. Elementos de identificação do processo coletivo: partes, causa de pedir e pedido;
III.4. Conexão, continência e litispendência no processo coletivo.
III.5. Atuação conjunta entre Ministérios Públicos e litisconsórcio no processo coletivo.
III.6. Coisa julgada no processo coletivo.
III.7. Recursos e Execução no processo coletivo.
IV. Formas especiais de tutela: tutela inibitória coletiva:
V. Processos Coletivos Estruturais.

Bibliografia básica:

ARENHART, Sérgio Cruz; OSNA, Gustavo. **Curso de Processo Civil Coletivo**. 2ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

DIDIER JÚNIOR, Fredie; ZANETI JÚNIOR, Hermes. **Curso de Direito Processual Civil**: Processo Coletivo. Vol. 4. 14ª ed. Salvador: JusPodivm, 2020. (acervo físico)

NUNES, Leonardo Silva. **Mandado de Segurança Coletivo**: tutela de direitos difusos e legitimidade ativa expansiva. Belo Horizonte: D'Plácido, 2015. (acervo físico)

NUNES, Leonardo Silva. **Tutela inibitória coletiva**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2013. (acervo físico)

VITORELLI, Edilson. **O Devido Processo Legal Coletivo**: dos direitos aos litígios coletivos. 2ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

Bibliografia complementar:

CAPPELLETTI, Mauro. Formações sociais e interesses coletivos diante da justiça civil. Tradução do original italiano por Nelson Renato Palaia Ribeiro de Campos. **RePro**. São Paulo, ano II, n.º 5, p. 128-159, jan-mar. 1977. Título original: Formazioni sociali e interessi di gruppo davanti alla giustizia civile. (acervo digital)

GRINOVER, Ada Pellegrini. A tutela jurisdicional dos interesses difusos. **Revista Brasileira de Direito Processual – RBDPro**. Belo Horizonte: Fórum, Ano 15, n. 59, p. 23-47, jul./set. 2007. Disponível também em: Revista de Processo. Vol. 14/1979. (acervo digital)

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo**: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. (acervo físico)

MOREIRA, José Carlos Barbosa. A ação popular do direito brasileiro como instrumento de tutela jurisdicional dos chamados "interesses difusos". **Revista de Processo**. São Paulo, Ano VII, n. 28, p. 7-19, out./dez. 1982. (acervo digital)

NUNES, Leonardo Silva. **Notas sobre a consensualidade nos Processos Estruturais**. Coletivização e Unidade do Direito. Vol.2. Org.: Marco Félix Jobim, Luís Alberto Reichelt, Edilson Vitorelli, Gustavo Osna, Hermes Zaneti Jr. e Sérgio Cruz Arenhart. Londrina: Thoth, 2020. Disponível em: https://tinyurl.com/y6tb3dse.

NUNES, Leonardo Silva. Cota, Samuel Paiva. FARIA, Ana Maria Damasceno de Carvalho. Dos Litígios aos Processos Estruturais: pressupostos e fundamentos. In **Novas tendências, diálogos entre direito material e processo: estudos em homenagem ao professor Humberto Theodoro Júnior**. FARIA, Juliana Cordeiro de; REZENDE, Ester Camila Gomes Norato; MARX NETO, Edgard Audomar. Orgs. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018. Disponível em: https://tinyurl.com/yy5trkk2.

NUNES, Leonardo Silva. THIBAU, Tereza Cristina Sorice Baracho. Repercussões do Código de Processo Civil de 2015 no Processo Coletivo. In: **Processo Civil Brasileiro**: novos rumos a partir do CPC/2015. Coord. Humberto Theodoro Júnior. Belo Horizonte: Del Rey, 2016. Disponível em: https://tinyurl.com/yxqnhzb9.

<table>
<tr><td colspan="3">Nome do Componente Curricular em português:
Direito da execução penal
Nome do Componente Curricular em inglês:
Penalty execution law</td><td>Código: DIR063</td></tr>
<tr><td colspan="3">Nome e sigla do departamento:
Departamento de Direito - DEDIR</td><td>Unidade Acadêmica:
EDTM</td></tr>
<tr><td colspan="4">Modalidade de oferta: [ ] presencial [ ] semipresencial [X] a distância</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária semestral</td><td colspan="2">Carga horária semanal</td></tr>
<tr><td>Total
30 horas</td><td>Extensionista
00 horas</td><td>Teórica
02 horas/aula</td><td>Prática
02 horas/aula</td></tr>
<tr><td colspan="4">Ementa:
Introdução ao Direito da Execução Penal. A Lei de Execução Penal. Direitos Humanos da Execução Penal. Direito Administrativo da Execução Penal.</td></tr>
</table>

Conteúdo programático:
UNIDADE 0 – APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA.
UNIDADE 1 – INTRODUÇÃO AO DIREITO DA EXECUÇÃO PENAL:
1.1 - Natureza Jurídica da Execução Penal. Objetivo da Execução Penal.
1.2 - Inserção constitucional. Princípios e Direitos fundamentais relativos ao Direito de Execução Penal. Dignidade da Pessoa Humana.
UNIDADE 2 – A LEI DE EXECUÇÃO PENAL:
2.1 - Do Condenado e do Internado. Da Classificação.
2.2 - Da Assistência. Da Assistência Material. Da Assistência à Saúde. Da Assistência Jurídica. Da Assistência Educacional. Da Assistência Social. Da Assistência Religiosa. Da Assistência ao Egresso.
2.3 - Do Trabalho. Do Trabalho Interno. Do Trabalho Externo.
2.4 - Dos Deveres, dos Direitos e da Disciplina previstos na Lei de Execução Penal. Das Faltas Disciplinares. Das Sanções e das Recompensas. Da Aplicação das Sanções. Do Procedimento Disciplinar.
2.5 - Dos Órgãos da Execução Penal, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Juízo da Execução. Ministério Público. Conselho Penitenciário. Departamentos Penitenciários. Patronato. Conselho da Comunidade. Defensoria Pública.
2.5 - Dos Estabelecimentos Penais. Da Penitenciária. Da Colônia Agrícola, Industrial ou Similar. Da Casa do Albergado. Do Centro de Observação. Do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Da Cadeia Pública,
2.6 - Da Execução das Penas em Espécie. Das Penas Privativas de Liberdade. Dos Regimes. Da Soma e Unificação de Penas. Da Progressão de Regime. Do Livramento Condicional. Das Autorizações de Saída. Da Detração e Remição da Pena. Da Remoção do Preso. Da Monitoração Eletrônica. Das Penas Restritivas de Direitos. Da Prestação de Serviços à Comunidade. Da Limitação de Fim de Semana. Da Interdição Temporária de Direitos. Da Suspensão Condicional. Da Pena de Multa. Da Declaração de Extinção da Pena.
2.7 - Da Execução das Medidas de Segurança. Da Cessação da Periculosidade. Lei 10.216/2001. Lei estadual de Minas Gerais, nº 11.802/95. Resolução 05/2004 do CNPCP.
2.8 - Dos Incidentes de Execução. Das Conversões. Do Excesso ou Desvio. Do Indulto e Comutação de Pena.
2.9 - Do Processo da Execução Penal. Do Processo Administrativo. Do Processo Judicial.
UNIDADE 3 – DIREITOS HUMANOS DA EXECUÇÃO PENAL:
3.1 - Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos, "Regras de Mandela". Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e medidas não privativas de liberdade para Mulheres Infratoras, "Regras de Bangkok". Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes. Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) (Dec. 678/1992). Convenção interamericana para Prevenir e Punir a Tortura.
UNIDADE 4 – DIREITO ADMINISTRATIVO DA EXECUÇÃO PENAL:
4.1 - Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) - Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil. Resolução nº 5, de 25 de novembro de 2016, do CNPCP - Dispõe sobre os indicadores para fixação de lotação máxima nos estabelecimentos penais. Numerus Clausus. Resolução nº 113, de 20 de abril de 2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Notas Técnicas da Comissão Especializada em Execução Penal do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (CONDEGE).
4.2 - Portaria lnterministerial nº 1/MS/MJ, de 2 de janeiro de 2018, que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

4.3 - Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008 – Transferência De presos 4.4 - Artigos 614 a 705 do "Regulamentos e Normas de Procedimento do Sistema Prisional de Minas Gerais" (Renp).
Bibliografia básica: COSTA, André de Abreu. **Penas e Medidas de Segurança**. 4ª edição revista, ampliada e atualizada. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020. AVENA, Norberto. **Execução Penal**. Rio de Janeiro : Forense, São Paulo : Método, 2018. MARCÃO, Renato Flávio. **Curso de execução penal**. São Paulo: Saraiva, 2018. ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Execução penal**: teoria crítica. 4. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018.
Bibliografia complementar: PRADO, Luiz Regis (et. all.). **Direito da Execução Penal**. São Paulo : Revista dos Tribunais. NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Execução Penal**. Rio de Janeiro : GEN/Método. CARVALHO, Thiago Fabres de. Criminologia, (In)**Visibilidade, Reconhecimento**: o controle penal da subcidadania no Brasil. Rio de Janeiro : Revan. FONTES FILMOGRÁFICAS: A 13ª Emenda – Michael Moore. Central: o poder das facções no maior presídio do Brasil - Renato Dornelles, Tatiana Sager. Cativas: presas pelo coração – Joana Nin. O Cárcere e a Rua – Liliana Sulzbach. Sem Pena – Eugenio Puppo. Justiça – Maria Augusta Ramos. Hannah Arendt - Margarethe von Trotta. O menino do pijama listrado - Mark Herman.

APÊNDICE B - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS-EXTENSIONISTAS

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS-EXTENSIONISTAS (AACCE) DO CURSO DE DIREITO DA UFOP EM IPATINGA

Estabelece as regras para a integralização das horas de atividades de extensão no curso de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) do *campus* de Ipatinga.

Art. 1º A Extensão Universitária da UFOP prevista nos artigos 54 e 55 do Estatuto da UFOP (Resolução CUNI n° 1868) e regulada pelos artigos 126 a 130 do Regimento da UFOP (Resolução CUNI n° 1959) deve ser entendida como processo educativo, artístico, cultural e científico, articulado com o ensino e a pesquisa, de forma indissociável, em interação com a comunidade externa e com a participação dessa comunidade, para assegurar relações transformadoras entre a UFOP e a sociedade, realizada sob as formas de programas, projetos, cursos, assessoramentos, prestação de serviços e/ou consultorias, dentre outras atividades.

Art. 2º A Extensão objetiva vincular a UFOP à comunidade local em atividades presenciais ou virtuais e sociedade em geral, via instrumentos de tecnologia da informação e comunicação mediante a implementação de programas e projetos que permitem à universidade destinar seus conhecimentos acadêmicos ao apoio a determinado segmento da sociedade numa perspectiva transformadora das relações mútuas existentes.

Art. 3º A participação discente em atividades de extensão é direito e obrigação curricular de todos o(a)s aluno(a)s, competindo ao curso de Direito da UFOP em Ipatinga possibilitar o cumprimento de pelo menos 370 horas de AACCE para cada aluno(a) durante o curso.

Art. 4º A participação docente em atividades de extensão se dá nos seguintes termos:

I. Os concursos públicos de provas e títulos de seleção docente vinculados ao curso de Direito da UFOP em Ipatinga deverão apresentar programa ou projeto de extensão, que constará como fase do certame, nos termos a serem fixados em Edital.

II. Na distribuição semestral de encargos docentes o curso de Direito da UFOP em Ipatinga cuidará de possibilitar ao(a) aluno(a) a realização das atividades extensionistas, com sua divulgação habitual no início do período letivo.

III. Cabe ao colegiado do curso incentivar o(a)s docentes que atuam no curso a proposição e oferta de atividades e ações de extensão ao longo do tempo.

Art. 5º As modalidades das ações extensionistas são, dentre outras, as seguintes:

I. programa de extensão: conjunto articulado de ações de extensão integradas à pesquisa e ao ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo. Normalmente atende a uma mesma comunidade. Seu prazo mínimo de execução deve ser de dois anos.

II. projeto de extensão: ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. Pode ser isolado ou vinculado a um programa.

III. curso: ação pedagógica de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com prazo determinado, carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos, vinculados à extensão universitária, nos termos definidos pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proex).

IV. prestação institucional de serviços: refere-se ao estudo e à solução de problemas dos meios profissional ou social, com a participação orientada de estudantes; ao desenvolvimento de novas abordagens pedagógicas e de pesquisa; bem como à transferência de conhecimentos e tecnologia à sociedade desde que vinculados à extensão universitária, nos termos definidos pela Proex.

V. evento: ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, de conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico, desenvolvido, conservado ou reconhecido pela UFOP e que atenda às diretrizes da extensão universitária, nos termos definidos pela Proex.

Art. 6º Para o cumprimento da carga-horária mínima de 370 horas o(a)s aluno(a)s poderão se valer, preferencialmente, dos seguintes mecanismos:

I. ações de editais: o aluno poderá utilizar a carga horária da sua participação em ações advindas dos editais publicados pela Proex.

II. eventos: o aluno poderá utilizar a carga horária da sua participação em ações advindas dos eventos extensionistas.

III. ações previstas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

IV. ações desenvolvidas em outras Instituições de Ensino Superior (IES), desde que previamente aprovadas pelo colegiado do curso de Direito de Ipatinga.

V. prestação institucional de serviços, com orientação de docente da UFOP.

VI. Ações aprovadas previamente pelo colegiado do curso, por ele certificadas.

Art. 7º As AACCE do curso de Direito da UFOP de Ipatinga são as seguintes:

I. Núcleo de Assistência Jurídica e Laboratório Jurídico (NPJ/UFOP/Ipatinga), nos termos previstos no PPC e em regulamentação própria.

II. Núcleo de Direitos Humanos (NDH) da UFOP em Ipatinga, nos termos previstos no PPC e em regulamentação própria.

III. Núcleo de Assistência à Representação Sindical do Vale do Aço, nos termos previstos no PPC e em regulamentação própria.

§1º Compete ao curso de Direito manter e oferecer permanentemente as ações extensionistas curriculares previstas no presente artigo.

§2º As ações previstas no presente artigo se relacionam com as disciplinas do curso, tais como Ciência Política, Sociologia Geral e Jurídica, Teoria da Constituição, Direito Civil, Direito do Trabalho, Estudos jurídicos sobre relações étnico-raciais, Estudos jurídicos sobre políticas de gênero e Direitos Humanos (NDH); Mediação e outras formas consensuais de solução de conflitos, Teoria Geral do Processo, Prática Simulada I e II, Estágio Interno I e II, porém, sem cômputo de carga horária específica de extensão nas disciplinas.

§3º Compete ao(a)s docentes responsáveis pela oferta das disciplinas estimular a participação discente em ações extensionistas.

§4º A certificação das ações extensionistas previstas nos incisos do presente artigo ficará a cargo do(a) docente responsável pela sua oferta, vistas as normas institucionais emanadas pelo Proex, competindo ao(a) aluno(a) o competente registro, para fins de lançamento curricular, junto ao curso.

Art. 8º O(A)s aluno(a)s poderão optar por cumprir as 370 horas em ações de editais, em eventos e/ou em ações previstas no PPC, além de outras oferecidas pela UFOP.

§1º Os alunos poderão optar por programa de extensão, projeto de extensão, curso, prestação institucional e/ou evento no âmbito da UFOP em seus diversos *campi*.

§2º O exercício das atividades extensionistas deve se dar preferencialmente de modo fracionado, observado o limite de reconhecimento pelo colegiado de no máximo 180 horas por semestre, para cada aluno(a).

Art. 9º As AACCE orientam-se pelos seguintes princípios:

I. independência discente. As atividades são de livre escolha do(a)s aluno(a)s, que podem aproveitá-las como extensionistas nos moldes e na medida do presente regulamento e nos termos gerais fixados no PPC, além das regras e ofertas vinculadas à Proex.

II. autonomia das atividades extensionistas em relação ao estágio, Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) e demais atividades profissionais e acadêmicas.

Horas de atividades de estágio, AACC e demais práticas profissionais não se enquadram como extensão.

III. singularidade da validação de horas de atividades. Não são passíveis de aproveitamento como extensionistas outras atividades já aproveitadas ou constantes do histórico acadêmico, para que se evite a validação, em duplicidade, de cargas horárias. Atividades de natureza híbrida, a juízo do(a) professor(a) orientador(a), podem ter suas cargas horárias seccionadas para os fins de aproveitamento.

IV. contemporaneidade com o desempenho dos estudos havidos sob a égide do PPC. Tendo em vista a necessidade de orientação e de efetiva correlação com conteúdo em fase de aprendizagem, não são consideradas atividades desempenhadas sem contemporaneidade com o curso de Direito de Ipatinga.

V. participação ativa, permanente e eficiente de docentes e discentes em ações extensionistas.

Parágrafo único. É responsabilidade do colegiado do curso o controle e registro dos requerimentos impetrados pelo(a)s estudantes, e seus respectivos comprovantes, visando evitar a duplicidade de validação e aproveitamento de uma mesma atividade de duas formas distintas, conforme previsto no inciso III.

Art. 10 As atividades extensionistas serão desempenhadas pelo(a)s aluno(a)s durante o curso, cabendo ao(a)s discentes a guarda e organização dos certificados e comprovantes de atuação extensionista.

§1º Ao completar pelo menos 370 horas de atividades de extensão o(a)s aluno(a)s deverão registrá-las e validá-las junto ao colegiado de curso, para fins de registro acadêmico e lançamento no currículo.

§2º O colegiado do curso não validará carga horária que extrapole o limite de 180 horas por semestre letivo.

§3º Para a creditação das horas de atividades extensionistas devem o(a)s aluno(a)s deverão promover matrícula em ATV300 e na primeira oportunidade apresentá-las à secretaria do colegiado de curso.

§4º O(A)s aluno(a)s matriculado(a)s em ATV300 deverão anexar os documentos comprobatórios das atividades realizadas durante o curso na solicitação do aproveitamento.

§5º Caberá ao(a) coordenador(a) do curso de Direito da UFOP em Ipatinga avaliar o desempenho do(a)s aluno(a)s matriculado(a)s em ATV300 quanto ao cumprimento das 370 horas de atividades extensionistas.

§6º No início de cada semestre letivo o colegiado do curso publicará o calendário de ATV300 para que o(a)s aluno(a)s matriculado(a)s apresentem a documentação comprobatória da extensão.

§7º Após o término do prazo fixado pelo colegiado, o(a) coordenador(a) terá 10 (dez) dias para analisar os pedidos e informar o resultado da concessão das horas.

§8º Do resultado publicado pelo(a) coordenador(a) caberá, no prazo de 10 (dez) dias, recurso para o colegiado do curso.

Art. 11 O(A) coordenador(a) do curso, na administração da ATV300, poderá:

I. exigir complementação, aprovar ou reprovar a documentação comprobatória pertinente, conforme data prevista no calendário de atividades;

II. controlar e lançar as atividades cumpridas na ficha de registro individual de cada aluno(a);

III. atribuir as horas das atividades extensionistas de cada aluna(o), mediante análise da documentação comprobatória devidamente apresentada.

Art. 12 Não se admite Exame Especial em ATV300.

Art. 13 O(A)s aluno(a)s do curso de Direito de Ipatinga deverão integralizar 370 horas de atividades extensionistas no decorrer do curso como requisito indispensável para a colação de grau.

Parágrafo único. Sugere-se que as 370 horas de extensão sejam integralmente cumpridas até o sétimo período do curso.

Art. 14 Os casos omissos serão analisados pelo colegiado do curso.

Art. 15 Este regulamento entra em vigor na data da aprovação do Projeto Pedagógico do curso.

APÊNDICE C - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC) DO CURSO DE DIREITO DA UFOP EM IPATINGA

Estabelece as regras que se aplicam para a realização e integralização das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) do curso de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) do *campus* Ipatinga.

Art. 1º São AACC todas as atividades realizadas fora da matriz curricular com pertinência à formação acadêmica na área jurídica, que propiciam conhecimento relevante para o processo de ensino-aprendizagem do Direito, conforme critérios de interdisciplinaridade e de flexibilização curricular.

Art. 2º As AACC têm por objetivo incentivar o(a) aluno(a) a participar de experiências que contribuam para sua formação humana e profissional durante o curso de graduação em Direito. Visam, também, desenvolver no(a) aluno(a) o interesse pelas atividades afins ao exercício da profissão e correlacionadas, direta ou indiretamente, com as questões acadêmicas. Integram a matriz curricular e devem guardar pertinência com a formação acadêmica na área jurídica, de maneira a propiciar conhecimento relevante para o processo de ensino-aprendizagem do Direito, conforme critérios de interdisciplinaridade e de flexibilização curricular. Configuram-se, assim, como importante instrumento de desenvolvimento das competências, rumo à concreção de habilidades dentro ou fora do ambiente acadêmico, pertinentes a atividades culturais, interdisciplinares e inovadoras.

Art. 3º As AACC orientam-se pelas seguintes diretrizes:

I. Independência discente: As atividades são de livre escolha do(a) aluno(a), que pode aproveitá-las como AACC nos moldes e na medida do regimento próprio, para sua formação geral e específica.

II. Autonomia das AACC em relação ao estágio, à extensão e demais atividades profissionais: Horas de atividades de extensão, estágio e demais práticas profissionais não se enquadram como AACC.

III. Presunção de autenticidade e desburocratização documental: Os documentos comprobatórios são aceitos em cópia simples, acompanhados de declaração de autenticidade,

firmada pelo(a) próprio(a) aluno(a). O regimento próprio ou o(a) professor(a) orientador(a) preserva a prerrogativa de prever a apresentação de documentos comprobatórios digitalizados. Para a facilitação na apresentação dos documentos para a aferição das AACC, o colegiado do curso disponibiliza um Memorial Descritivo (Apêndice I), a ser preenchido pelo(a) graduando(a).

IV. Pertinência temática com a formação jurídica: Espera-se que as AACC guardem relação com a formação jurídica, cabendo a análise ao(a) coordenador(a) do curso.

V. Cooperação e reconhecimento interinstitucional: As atividades de formação complementar realizadas em outras instituições, desde que regularmente executadas e comprovadas, são consideradas no cômputo das AACC, na forma da regulamentação institucional.

VI. Singularidade da validação de horas de atividades: Não são passíveis de aproveitamento como AACC outras atividades já aproveitadas ou constantes do histórico acadêmico, para que se evite a validação, em duplicidade, de cargas horárias. Atividades de natureza híbrida, a juízo do(a) professor(a) orientador(a), podem ter suas cargas horárias seccionadas para os fins de aproveitamento.

VII. Contemporaneidade com o desempenho dos estudos havidos sob a égide do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Direito da UFOP: Tendo em vista a necessidade de orientação e de efetiva correlação com conteúdo em fase de aprendizagem na formação jurídica, não são consideradas atividades desempenhadas sem contemporaneidade com o curso de Direito.

Art. 4º As AACC classificam-se em quatro grupos:

I. atividades de ensino;

II. atividades de pesquisa;

III. atividades culturais;

IV. atividades acadêmicas.

Parágrafo único. Todas as atividades devem ser devidamente comprovadas perante o colegiado do curso por atestado, certificado, declaração ou outro documento idôneo, sendo obrigatória a especificação da carga horária.

Art 5º A carga horária deve abranger, no mínimo, dois dos quatro grupos mencionados no artigo anterior, observados os limites da tabela de equivalência no Apêndice I.

Art 6º Para o cômputo das horas de AACC o(a)s aluno(a)s deverão promover o registro acadêmico (matrícula) sob código ATV100.

Art 7º Serão consideradas como atividades de ensino:

I. cursos de língua estrangeira, dentro ou fora da Instituição;

II. participação no Programa de Monitoria da Pró-reitoria de Graduação (Prograd);

III. participação no programa Pró-Ativa da Prograd;

IV. participação no programa Tutoria da Prograd;

V. participação em seminários, palestras, simpósios, congressos, conferências, encontros e similares, nacionais ou regionais.

Art 8º Serão consideradas como atividades de pesquisa:

I. participação em projetos de iniciação científica junto a Pró-reitoria de Pesquisa Pós-graduação e Inovação (Proppi) ou outra instituição de pesquisa brasileira ou estrangeira dentro da área de conhecimento do Direito;

II. participação em núcleos de pesquisa aprovados junto ao curso de Direito.

Art. 9º Serão consideradas como atividades culturais:

I. atividades de compreensão e vivência da cultura afro-brasileira, africana e indígena;

II. atividades de compreensão da diversidade e do pluralismo cultural, a partir do domínio das dimensões da dignidade da pessoa, da solidariedade e da cidadania em um contexto geral;

III. participação em intercâmbios ou convênios culturais reconhecidos pela UFOP;

IV. participação em grupos de teatro ou grupos regionais reconhecidos pela UFOP;

V. participação em atividades musicais, literárias e de artes plásticas oficialmente reconhecidos;

VI. representação da UFOP em eventos esportivos ou culturais e participação em visitas programadas por docentes em eventos culturais ou exposições.

Art 10 Serão consideradas como atividades acadêmicas:

I. representação estudantil em colegiados de curso, departamento e/ou conselhos, centros acadêmicos e associações atléticas institucionais da UFOP;

II. assistência a defesas de Trabalho de Curso, teses e dissertações na UFOP ou em outra instituição, desde que pertinentes à área jurídica, mediante comprovação escrita da presença;

III. colaboração em processos administrativos na UFOP;

IV. presença documentalmente relatada em audiências judiciais, além de outras atividades afins, previstas em regulamento próprio.

Art. 11 O(A)s aluno(a)s matriculados em ATV100 deverão apresentar, conforme calendário de atividades publicado pelo colegiado do curso um Memorial Descritivo (Apêndice I) junto com a documentação comprobatória.

Art. 12 Caberá ao(a) coordenador(a) do curso avaliar, o desempenho do(a)s aluno(a)s matriculados na atividade ATV100, quanto ao cumprimento das 90 (noventa) horas de AACC.

§1º No início de cada semestre letivo o colegiado do curso publicará o calendário de ATV100 para que o(a)s aluno(a)s matriculado(a)s se organizem em relação aos prazos.

§2º Após o término do prazo fixado pelo colegiado, o(a) coordenador(a) terá 10 (dez) dias para analisar a documentação enviada e informar o resultado da concessão das horas.

§3º Do resultado publicado pelo(a) coordenador(a) caberá, no prazo de 10 (dez) dias, recurso para o colegiado do curso.

Art. 13 O(A) coordenador(a) do curso poderá:

I. exigir complementação, aprovar ou reprovar a documentação comprobatória pertinente, conforme data prevista no calendário de atividades;

II. controlar, registrar internamente junto ao colegiado de curso e solicitar o lançamento das atividades cumpridas no histórico de cada aluno(a);

III. atribuir as horas das AACC de cada aluno(a), conforme os grupos e limites previstos neste regulamento, mediante análise da documentação comprobatória devidamente apresentada.

Art. 14 As AACC serão contabilizadas observando os limites constantes no Apêndice I.

Art. 15 Não se admite Exame Especial para concessão de AACC.

Art. 16 Apenas atividades realizadas durante o curso de direito podem ser consideradas para fins de AACC.

Art. 17 No ato do depósito das comprovações das atividades, o(a) discente deve firmar e datar declaração de autenticidade.

Art. 18 Em tudo, cabe ao(a) coordenador(a) apreciar a pertinência à formação acadêmica na área jurídica, para a finalidade de validação das horas correspondentes.

Art. 19 Atividades de extensão excedentes não podem ser consideradas para a finalidade de AACC.

Art. 20 O(A)s aluno(a)s do curso de Direito da UFOP em Ipatinga deverão integralizar 90 (noventa) horas de AACC no decorrer do curso até o décimo semestre como requisito indispensável para a colação de grau.

Art. 21 Os casos omissos serão analisados pelo colegiado do curso.

Art. 22 Este regulamento entra em vigor na data da aprovação do Projeto Pedagógico do curso.

APÊNDICE I

Quadro 1 - Memorial descritivo das atividades complementares de graduação

ESPECIFICAÇÃO	EQUIVALÊNCIA OU TETO DE HORAS	HORAS COMPROVADAS PELO DISCENTE	HORAS CONCEDIDAS	NÚMERO DO DOCUMENTO (COMPROVAÇÃO)

Art. 7º Serão consideradas como Atividades de Ensino (Grupo I):				
I - cursos de língua estrangeira, dentro ou fora da Instituição;	20			
II – participação no Programa de Monitoria da PROGRAD;	30			
III – participação no programa Pró-Ativa da PROGRAD;	30			
IV – participação no programa de Tutoria da Prograd	30			
V – participação em seminários, palestras, simpósios, congressos, conferências, encontros e similares, nacionais ou regionais.	30			
Art. 8º Serão consideradas como Atividades de Pesquisa (Grupo 2) as seguintes atividades:				
I – participação em projetos de iniciação científica junto à Proppi ou outra Instituição de Pesquisa brasileira ou estrangeira dentro da área de conhecimento do Direito;	30			
II – participação em Núcleos de Pesquisa aprovados junto ao Departamento de Direito;	30			
Art. 8º. Serão consideradas como Atividades Culturais (Grupo 3) as seguintes atividades:				
I – atividades de compreensão e vivência da cultura afro-brasileira, africana e indígena;	20			
II - atividades de compreensão da diversidade e do pluralismo cultural, a partir do domínio das dimensões da dignidade da pessoa, da solidariedade e da cidadania em um contexto geral;	20			
III - participação em intercâmbios ou convênios culturais reconhecidos pela UFOP;	20			
IV - participação em grupos de teatro ou grupos regionais reconhecidos pela UFOP;	20			
V - participação em atividades musicais, literárias e de artes plásticas oficialmente reconhecidos;	20			
VI - representação da UFOP em eventos esportivos ou culturais e participação em visitas programadas por docentes em eventos culturais ou exposições.	20			
Art. 10 Serão consideradas como Atividades Acadêmicas (Grupo 4) as seguintes atividades:				
I – representação estudantil em colegiados de curso, departamento e/ou Conselhos, centros acadêmicos e associações atléticas institucionais (UFOP);	20			
II – assistência a defesas de Trabalho de Conclusão de Curso, teses e dissertações na UFOP ou em outra Instituição, desde que pertinentes à área jurídica, mediante comprovação escrita da presença;	20			
III – colaboração em processos administrativos na UFOP;	20			
IV - presença documentalmente relatada em audiências judiciais, além de outras atividades afins, previstas em regulamento próprio.	20			

APÊNDICE D - REGULAMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO EM IPATINGA

Estabelece o regimento interno do Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) em Ipatinga.

Capítulo I - Composição, objetivos e estrutura

Art. 1º O Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Federal de Ouro Preto em Ipatinga, neste documento denominado NPJ/UFOP/Ipatinga, é composto por docentes, servidore(a)s técnico(a)-administrativo(a)s em educação (TAE), discentes vinculado(a)s ao curso de Direito da UFOP em Ipatinga e estagiário(a)s para as tarefas de suporte às atividades básicas, arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais, que poderão ser implementadas presencialmente ou a distância, nos termos fixados no Projeto Pedagógico do curso (PPC).

§1º Todo(a)s o(a)s docentes atuantes no curso de Direito da UFOP em Ipatinga serão designado(a)s para participação nas atividades acadêmicas do NPJ/UFOP/Ipatinga, com previsão editalícia em tal sentido em todos os concursos públicos de seleção docente.

§2º Para o desenvolvimento dos trabalhos do NPJ/UFOP/Ipatinga a administração superior da universidade indicará servidore(a)s TAE, quando da existência de vagas.

§3º Para a conclusão do curso e integralização curricular e de carga horária todo(a)s o(a)s discentes do curso integrarão o NPJ/UFOP/Ipatinga, nos termos expressos no presente regimento interno.

Art. 2º O NPJ/UFOP/Ipatinga é o âmbito acadêmico para a prática do estágio curricular supervisionado, que, por sua vez, é integrante curricular obrigatório do curso de Direito da UFOP, nos termos do disposto na Resolução CNE/CES n° 7, de 18 de dezembro de 2018.

Art. 3º São objetivos básicos do NPJ/UFOP/Ipatinga:

I. organizar, no âmbito do curso de Direito da UFOP em Ipatinga, a integração entre teoria e prática;

II. conceber e compor as atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, bem como as formas de sua implementação, observado este

regimento interno, o PPC e as normas legais e institucionais sobre atividades práticas curriculares;

III. possibilitar ao(a)s acadêmico(a)s de Direito da UFOP em Ipatinga adequada formação para atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

IV. possibilitar ao(a)s acadêmico(a)s de Direito da UFOP em Ipatinga adequada formação para o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;

V. desenvolver atividades de orientação junto à comunidade para o exercício da cidadania plena e, ao mesmo tempo, educar seus acadêmicos para a carreira jurídica;

VI. proporcionar ao(a)s discentes uma visão crítica do direito, a partir das inúmeras práticas relacionadas à área de formação acadêmica, assegurando uma abordagem interdisciplinar;

VII. qualificar o(a) discente do curso para o exercício profissional da Advocacia, Ministério Público, Magistratura e demais profissões jurídicas, bem como ao atendimento ao público por meio de práticas reais e simuladas;

VIII. trabalhar formas adequadas de resolução de conflitos, especificamente arbitragem, negociação, conciliação e mediação.

IX. manter serviço de atendimento jurídico gratuito à população de Ipatinga;

X. realizar projetos de extensão jurídica, diretamente ou em convênio com entidades públicas e/ou privadas, envolvendo o(a)s discentes em atividades de prestação de serviço comunitário;

XI. incentivar o ensino jurídico em sua área de atuação, por meio de minicursos, oficinas, palestras, dentre outras.

XII. acompanhar o(a) egresso(a) do curso de Direito da UFOP em Ipatinga na fase inicial de sua carreira jurídica, com vistas a prestar-lhe o apoio possível e compreender suas principais dificuldades e habilidades, para que as experiências, negativas e positivas, sirvam de subsídio para a contínua melhora da oferta do curso.

XIII. acompanhar o Exame de Ordem, previsto no artigo 8º da Lei 8.906/1994, com vistas à preparação do(a) aluno(a) para a sua realização e para que sirva como parâmetro informativo para o desenvolvimento das atividades de prática simulada no NPJ/UFOP/Ipatinga;

XIV. oferecer ao(a)s discentes, sob a orientação de docentes da UFOP, a oportunidade de visitar locais que propiciem aprofundamento na formação prático-profissional do futuro profissional do Direito;

XV. oferecer formação prático-profissional por meio de atividades reais e simuladas que privilegiam a análise interdisciplinar do Direito, com foco em casos concretos que devem ser

solucionados pelo(a)s discentes, com orientação do(a)s docentes vinculado(a)s ao NPJ/UFOP/Ipatinga;

XVI. avaliar interna e externamente o atendimento prestado pelo NPJ/UFOP/Ipatinga tanto ao(a)s discentes quanto à comunidade de Ipatinga;

XVII. avaliar junto ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) se a oferta de atividades práticas está em permanente consonância com o PPC, sobretudo os objetivos do curso, o perfil do(a) egresso(a) e a matriz curricular;

XVIII. planejar junto ao NDE o adequado atendimento à demanda de formação prático-profissional do(a)s discentes, em consonância com o PPC, sobretudo os objetivos do curso, o perfil do(a) egresso(a) e a matriz curricular e em atenção às demandas básicas da comunidade de Ipatinga.

Art. 4º O NPJ/UFOP/Ipatinga se estrutura em 03 níveis, com subdivisões nos seguintes termos:

I. Atividades de Prática Simulada (APS).

II. Comissão Permanente de Formação Prático-Profissional (CPFP).

III. Atividades de Prática Real (APR).

§1º As APS se subdividem em disciplinas obrigatórias e disciplinas optativas, ministradas regularmente pelo(a)s docentes do curso.

§2º A CPFP é o órgão consultivo e deliberativo responsável pela organização estrutural da Prática Jurídica no âmbito do curso de Direito da UFOP em Ipatinga, tendo por objetivo principal a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais eixos de formação, especialmente nas atividades relacionadas com o estágio curricular supervisionado.

§3º Compete à CPFP cuidar da política de egresso(a)s, do acompanhamento do Exame de Ordem, das estratégias do Exames Nacionais de Desempenho de Estudantes (Enade) no âmbito do curso de Direito da UFOP em Ipatinga, conforme previsão expressa no presente regimento.

§4º Compete à CPFP avaliar junto ao curso de Direito se a oferta de atividades práticas está em permanente consonância com o PPC, sobretudo os objetivos do curso, o perfil do(a) egresso(a) e a matriz curricular.

§5º Compete à CPFP planejar junto ao curso de Direito da UFOP em Ipatinga o adequado atendimento à demanda de formação prática do(a)s discentes, em consonância com o PPC, o perfil do(a) egresso(a) e a matriz curricular e em atenção às demandas básicas da comunidade de Ipatinga.

§6º As APR se subdividem em Estágio Interno (EI) e Estágio Externos (EE), nos termos dispostos no presente Regimento.

§7º As atividades regulares de EI ocorrem no âmbito do NPJ/UFOP/Ipatinga, podendo serem realizadas tanto em seu espaço físico, quanto em ambiente virtual, com caráter obrigatório para todo(a)s o(a)s discentes do curso de Direito da UFOP e terão natureza de disciplina prática obrigatória, nos termos previstos no presente regimento e no PPC.

§8º A carga horária será contabilizada pelo(a)s discentes como atividades de estágio e para o(a)s docentes como disciplinas ministradas, devendo constar na distribuição semestral de encargos didáticos.

§9º Os EE poderão ser firmados para viabilizar a contratação de discentes do curso em estágio obrigatório, o que não desobriga o(a) aluno(a) do cumprimento de EI, nos termos do presente regimento e do PPC.

§10 O NPJ/UFOP/Ipatinga, enquanto estágio interno, concentra as atividades de prática jurídica nas diversas áreas do direito, com atendimento ao(a)s cidadã(o)s residentes em Ipatinga, que, especialmente no que toca ao contencioso judicial, comprovem impossibilidade econômica de arcar com as custas do processo e/ou honorários de advogado(a), sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

§11 O NPJ/UFOP/Ipatinga manterá centro de arbitragem, negociação, conciliação e mediação, com vistas à melhor solução de conflitos.

§12 Ações institucionais cuja característica principal seja a atuação na solução de conflitos intersubjetivos podem se integrar às atividades do NPJ/UFOP/Ipatinga, devendo tal previsão constar no projeto a ser apresentado, nos termos das normas institucionais previstas para a matéria, o que deverá ser ajustado entre o proponente e a coordenação do núcleo.

§13 O(A) aluno(a) do curso de Direito da UFOP cumprirá 300 horas de estágio, sendo 30 direcionadas ao estudo do Estatuto da Advocacia e do Código de Ética e Disciplina da Advocacia, 60 horas de EI, 90 horas de EE e 120 horas de prática jurídica simulada, conforme regras do presente regimento.

Art. 5º O EE, com 90 horas, poderá ser cumprido pelo(a) estudante:

I. em serviços de assistência jurídica além do NPJ/UFOP/Ipatinga, de responsabilidade da UFOP por ela organizados, desenvolvidos e implantados.

II. em órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Procuradorias e demais Departamentos Jurídicos Oficiais, mediante convênio firmado com a UFOP.

III. em escritórios e serviços de advocacia e consultorias jurídicas, mediante convênio firmado com a UFOP.

Capítulo II - Bens e direitos relacionados ao NPJ/UFOP/Ipatinga

Art. 6º O NPJ/UFOP/Ipatinga objeto da presente regulamentação terá sede na cidade de Ipatinga, em local a ser definido pela instituição.

Art. 7º São bens do NPJ/UFOP/Ipatinga aqueles indispensáveis ao desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos, providos regularmente pela administração superior da UFOP.

Art. 8º Os honorários advocatícios decorrentes de processos judiciais sob patrocínio de docentes vinculados ao NPJ/UFOP/Ipatinga serão direcionados ao núcleo e serão utilizados nas suas atividades cotidianas.

Capítulo III - Responsável pelas atividades acadêmicas do NPJ/UFOP/Ipatinga

Art. 9º O(A) responsável pelas atividades acadêmicas do NPJ/UFOP/Ipatinga é docente efetivo(a) do curso de Direito, advogado(a) inscrito na OAB/MG, com mínimo de 04 horas semanais dedicadas ao núcleo, sendo sua atribuição as demais atividades previstas neste regimento, sem prejuízo da carga horária de prática jurídica, com as seguintes responsabilidades e prerrogativas:

I. administrar o NPJ/UFOP/Ipatinga, cuidando da integração e funcionamento harmônico de todos os órgãos a ele vinculados;

II. planejar, organizar e gerir as atividades do NPJ/UFOP/Ipatinga em atenção às necessidades de formação prática previstas pelo curso;

III. supervisionar a avaliação semestral das atividades de estágio desenvolvidas, informando seus resultados;

IV. editar normas internas sobre o funcionamento do NPJ/UFOP/Ipatinga, nos termos regimentais;

V. zelar pela ordem e disciplina indispensáveis aos trabalhos do NPJ/UFOP/Ipatinga;

VI. analisar a distribuição de atendimentos, casos e processos que ficarão a cargo de docentes e discentes de modo a garantir isonomia entre este(a)s;

VII. supervisionar a observância das regras institucionais da UFOP.

VIII. organizar o plantão de recessos acadêmicos, com vistas à sua compatibilização com o período de atividades e recessos forenses;

IX. delegar atividades ao(a)s demais docentes do NPJ/UFOP/Ipatinga com vistas ao bom desenvolvimento das atividades;

X. organizar e manter o patrimônio do NPJ/UFOP/Ipatinga;

XI. subscrever declarações cuja competência seja do NPJ/UFOP/Ipatinga, nos termos das normas internas da UFOP;

XII. emitir resoluções necessárias à administração do NPJ/UFOP/Ipatinga, em atenção ao disposto no presente regimento e aos termos das normas internas da UFOP;

XIII. coordenar as atividades previstas neste regimento, relatando à instância superior os casos de reiterado descumprimento.

§1º O(A) responsável pelas atividades acadêmicas do NPJ/UFOP/Ipatinga assumirá concomitantemente a responsabilidade pelas atividades acadêmicas do Laboratório Jurídico e a presidência da CPFP.

§2º Nas ausências do(a) responsável pelas atividades acadêmicas do NPJ/UFOP/Ipatinga outro(a) professor(a) do curso, efetivo(a) ou substituto(a), poderá desenvolver as tarefas previstas no presente regimento.

§3º O(A) responsável pelas atividades acadêmicas do NPJ/UFOP/Ipatinga, observadas as possibilidades referentes à administração de seu pessoal docente, poderá delegar a responsabilidade pelo Laboratório Jurídico a outro(a) docente, efetivo(a) ou substituto(a), conforme autorização da chefia imediata.

Capítulo IV - Secretaria do NPJ/UFOP/Ipatinga

Art. 10 A secretaria do NPJ/UFOP/Ipatinga é composta por servidore(a)s TAE do quadro efetivo da UFOP, ou empresa terceirizada, a quem competirá, dentre outras atribuições:

I. arquivar e organizar a documentação de clientes e discentes;

II. controlar a frequência dos discentes especificamente no que concerne às APR;

III. distribuir e vincular o(a)s clientes atendido(a)s ao(a)s discentes, planejar e cuidar da agenda de atendimentos;

IV. secretariar os trabalhos do(a) responsável pelas atividades acadêmicas do NPJ/UFOP/Ipatinga e de seus diversos órgãos internos, suprindo todas as suas demandas administrativas;

V. manter arquivo com cópias de todos os processos patrocinados pelo NPJ/UFOP/Ipatinga;

VI. manter agenda de audiências, reuniões e prazos, informando regularmente a todo(a)s o(a)s interessado(a)s, docentes, discentes e estagiário(a)s, sobre suas obrigações;

VII. atender às demandas de secretaria, agendamentos, designação de reuniões, contatos telefônicos e epistolares, arquivamento de documentos, recepção de participantes, edição e impressão de formulários e congêneres e outras atividades afins;

VIII. a redação de *ad referendum* do NPJ/UFOP/Ipatinga para apreciação e assinatura do(a) responsável pelo núcleo;

IX. elaborar, para aprovação do(a) responsável pelas atividades acadêmicas do NPJ/UFOP/Ipatinga, relatório final de todas as ações extensionistas ou outros relatórios de gestão exigidos pelos setores da UFOP.

Capítulo V - Atividades de prática simulada

Art. 11 As APS se desenvolvem por meio de disciplina obrigatória e disciplinas obrigatória de caráter optativo, que têm como objetivo possibilitar a prática jurídica no âmbito do NPJ/UFOP/Ipatinga e simular casos concretos nas mais diversas áreas jurídicas.

Art. 12 É disciplina obrigatória do curso de Direito da UFOP em Ipatinga, relacionada ao seu eixo de formação prático-profissional, aquela relacionada à análise do Estatuto da Advocacia e do Código de Ética e Disciplina da Advocacia, nos termos previstos no parágrafo 1º do artigo 9º da Lei 8.906/1994.

Parágrafo único. A disciplina, com carga horária de 30 horas, deverá ser regularmente ofertada pelo curso e seu aproveitamento pelo(a)s discentes (matrícula e aprovação) é condição para o ingresso em atividades práticas reais no NPJ/UFOP/Ipatinga

Art. 13 É também disciplina obrigatória do curso de Direito da UFOP, relacionada ao seu eixo de formação prático-profissional, a "Prática Simulada I – Cível e Empresarial" com carga horária de 60 horas.

Art. 14 É disciplina obrigatória de caráter optativo, relacionada ao seu eixo de formação prático-profissional, a "Prática Simulada II", cabendo ao(a) discente a escolha entre as práticas em Direito Administrativo, Direito Internacional, Direito Constitucional, Direito do Trabalho, Direito Empresarial, Direito Penal e Direito Tributário e Financeiro, cada uma com carga horária de 60 horas.

Art. 15 A matrícula nas disciplinas de prática simulada I e prática simulada II terão como pré-requisito o cumprimento da disciplina obrigatória relacionada à análise do Estatuto da Advocacia e do Código de Ética e Disciplina da Advocacia, nos termos previstos no art. 12 do presente regimento.

Art. 16 As 60 horas referentes às disciplinas obrigatórias previstas nos artigos 12 e 13 serão consideradas para efeito do lançamento de horas de estágio, consideradas aqui como APS.

Art. 17 As horas referentes à disciplina optativa previstas no art. 14 serão consideradas para efeito do lançamento de horas de estágio, consideradas aqui como APS.

Capítulo VI - Atividades de prática real

Art. 18 As APR se subdividem em EI, desenvolvido no Laboratório Jurídico e EE.

Parágrafo único. O tempo que exceder às horas de APR previstas como ordinárias no *caput*, desde que realizadas no âmbito do Laboratório Jurídico, serão creditadas como horas de

Atividades Acadêmico-Científico-Culturais-Extensionistas (AACCE), nos termos do que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 13.005/2014, conforme diretrizes gerais estabelecidas pelo colegiado de curso.

Capítulo VI - Seção I - Estágios externos

Art. 19 A UFOP poderá firmar convênios externos para cumprimento dos EE, por seus discentes vinculados ao NPJ/UFOP/Ipatinga, de 90 horas dentre aquelas destinadas ao APR.

§1º O estágio supervisionado realizado por meio de EE poderá ser cumprido:

I. em órgãos, departamentos ou laboratórios da UFOP, com exercício de atividades jurídicas, ingressantes por meio de processo seletivo, nos termos do inciso II do art. 7º da Resolução CNE/CES nº 9, de 29 setembro de 2004, com redação estabelecida pela Resolução CNE/CES nº 3, de 14 de julho de 2017, e em conformidade com a Resolução CNE/CES n° 7, de 18 de dezembro de 2018.

II. em órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Procuradorias e demais Departamentos Jurídicos Oficiais, nos termos do inciso III do art. 7º da Resolução CNE/CES n° 9, de 29 setembro de 2004, com redação estabelecida pela Resolução CNE/CES n° 3, de 14 de julho de 2017, e em conformidade com a Resolução CNE/CES n° 7, de 18 de dezembro de 2018.

III. em escritórios de advocacia e consultoria jurídica, nos termos do inciso IV do art. 7º da Resolução CNE/CES nº 9, de 29 setembro de 2004, com redação estabelecida pela Resolução CNE/CES nº 3, de 14 de julho de 2017, e em conformidade com a Resolução CNE/CES n° 7, de 18 de dezembro de 2018.

IV. em serviços de assistência judiciária, órgãos ou escritórios dedicados às atividades de arbitragem, negociação, conciliação ou mediação.

§2º A integralização e registro das horas previstas no *caput* se darão por meio de comprovação de horas de atividades de estágio, a cargo do(a) responsável pelas atividades acadêmicas do NPJ/UFOP/Ipatinga ou de outro(a) docente indicado(a) para tal.

Capítulo VI - Seção II - Estágio interno

Art. 20 O EI, com carga horária obrigatória de 60 horas, será desenvolvido por todo(a)s o(a)s aluno(a)s do curso de Direito da UFOP no NPJ/UFOP/Ipatinga, tanto em seu espaço físico quanto em ambiente virtual, com atividades de prática jurídica, consultoria extrajudicial e de arbitragem, negociação, conciliação e mediação.

Art. 21 A carga horária mínima obrigatória de EI será cumprida nos 4 semestres finais do curso de graduação em Direito da UFOP em Ipatinga, nos termos do disposto no parágrafo 1º do art. 9º da Lei 8.906/1994.

§1º A integralização das 60 horas se dará em prazo mínimo de 1 ano, com prazos excepcionais, devidamente fundamentados, autorizados pelo responsável pelas atividades do núcleo.

§2º A integralização e o registro das horas previstas no parágrafo 1º se darão por meio das seguintes disciplinas, que passam a ser obrigatórias como disciplinas práticas:

I. Estágio Interno (NPJ) I, 30 horas de atividades práticas, alocada preferencialmente, no horário do 8º período do curso.

II. Estágio Interno (NPJ) II, 30 horas de atividades práticas, alocada preferencialmente, no horário do 9º ou 10º período do curso.

§3º Não há pré-requisitos entre as disciplinas previstas no *caput*, mas há restrição à matrícula em mais de uma delas concomitantemente, observado o disposto nos parágrafos 1º e 2º, sem prejuízo dos pré-requisitos oriundos da matriz curricular.

§4º Após matrícula nas disciplinas práticas referidas no parágrafo 3º caberá ao(a) responsável pelas atividades acadêmicas do NPJ/UFOP/Ipatinga direcionar o(a) aluno(a) ao EI, com fixação de atividades relativas ao Laboratório Jurídico (atividades de prática judicial, consultoria extrajudicial, arbitragem, negociação, conciliação e mediação).

§5º O(A) aluno(a) que exerça atividade profissional incompatível com a Advocacia, nos termos previstos nos art. 27 a 30 da Lei 8.906/1994, terá preferência na distribuição das atividades e será direcionado obrigatoriamente às atividades de consultoria extrajudicial, arbitragem, negociação, conciliação e mediação.

§6º Para atuar no NPJ/UFOP/Ipatinga, em suas atividades de EI vinculadas ao Laboratório Jurídico na modalidade de prática judicial, o(a) aluno(a) deverá providenciar inscrição junto à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), nos termos fixados no art. 13 da Lei 8.906/1994.

Art. 22 O controle de frequência e a atribuição de notas nas disciplinas práticas obrigatórias referenciadas no art. 20 competem ao(a) professor(a) designado(a) pelo curso, com registro dos encargos didáticos e aprovação semestral.

Parágrafo único. A preferência para a assunção dos encargos didáticos referenciados no *caput* é dos professores diretamente vinculados ao NPJ/UFOP/Ipatinga, podendo haver a atribuição a outro(a)s docentes da UFOP.

Capítulo VII - Comissão Permanente de Formação Prático-Profissional

Art. 23 A CPFP é o órgão consultivo e deliberativo responsável pela organização estrutural da Prática Jurídica no âmbito do curso de Direito, tendo por objetivo principal a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais eixos de formação, especialmente nas atividades relacionadas com o estágio curricular supervisionado.

§1º A CPFP será composta por pelo menos 05 membro(a)s docentes, um(a) representante discente e o(a) responsável pelas atividades acadêmicas do NPJ/UFOP/Ipatinga, que é membro(a) nato(a).

§2º CPFP cuidar da política de egresso(a)s, do acompanhamento do Exame de Ordem e das estratégias Enade no âmbito do curso, conforme previsão expressa no presente regimento.

§3º Compete à CPFP avaliar junto ao curso se a oferta de atividades práticas está em permanente consonância com o PPC, sobretudo os objetivos do curso, o perfil do(a) egresso(a) e a matriz curricular.

§4º Compete à CPFP planejar junto ao curso o adequado atendimento à demanda de formação prática do(a)s discentes, em consonância com o PPC, sobretudo os objetivos do curso, o perfil do(a) egresso(a) e a matriz curricular e em atenção às demandas básicas da comunidade de Ipatinga.

§5º A CPFP planejará e executará estratégias de apoio ao(a) discente no que concerne às atividades práticas e de estágio não-obrigatório (remunerados, nos termos da Lei 11.788/2008), com vistas à sua permanência na UFOP.

§6º A CPFP atuará conjuntamente com o colegiado do curso na definição de práticas, programas e estratégias tendentes à permanência do(a) discente na UFOP, com destaque para acessibilidade metodológica que tenha relação com a prática jurídica.

Capítulo VII - Seção I - Política de egresso(a)s

Art. 24 A política de egresso(a)s do Curso de Direito da UFOP, que funcionará no âmbito da CPFP, está articulada com a política institucional de ensino, pesquisa e extensão do curso de Direito da UFOP em Ipatinga, sendo regida inicialmente pelas normas do regimento interno do NPJ/UFOP/Ipatinga.

Art. 25 A política de egresso(a)s do curso de Direito da UFOP em Ipatinga pretende compreender a inserção do(a) egresso(a) no mercado e sua atuação profissional, além de manter a comunicação e os espaços institucionais para ampliar e fortalecer a relação entre a universidade e o(a)s ex-aluno(a)s.

Art. 26 Será considerado(a) egresso(a) do curso de Direto da UFOP em Ipatinga, para efeito específico do presente regimento, quem:

I. concluiu todas as disciplinas do currículo do curso de Direito da UFOP em Ipatinga e colou grau, sendo então portador de diploma da UFOP.

II. foi transferido(a) da UFOP para outra instituição de ensino superior;

III. abandonou o curso;

IV. ultrapassou o limite institucional de tempo para a conclusão do curso de graduação.

Art. 27 A presente política pretende acompanhar a inserção do(a)s egresso(a)s do curso de Direito da UFOP no mercado de trabalho e a preservação do seu contato com a comunidade acadêmica, tendo por objetivos específicos, dentre outros:

I. construir um banco de dados e um mecanismo de comunicação permanente com o(a)s egresso(a)s do curso de Direito da UFOP em Ipatinga, que seja prático e disponha dos meios tecnológicos atuais.

II. coletar anualmente e armazenar informações sobre o perfil, a formação profissional e a inserção do(a) egresso(a) do curso de Direito da UFOP em Ipatinga no mercado de trabalho, diante de seu consentimento esclarecido.

III. divulgar de forma consentida as informações coletadas, evitando, na medida do possível, a identificação do(a) egresso(a).

IV. apresentar gráficos com dados obtidos e reflexões pertinentes.

V. identificar as dificuldades e deficiências apontadas pelo(a)s egresso(a)s em relação à sua formação e ao curso.

VI. indagar por sugestões diretas e objetivas de melhoria do curso e da política de egresso(a)s.

VII. fazer uso das informações coletadas para articular propostas concretas que aprimorem o PPC de um modo geral, e, especificamente, no que diz respeito à formação prática do(a)s discentes, com especial atenção para novas práticas emergentes na área jurídica.

VIII. encaminhar os resultados ao NDE e ao colegiado do curso de Direito de Ipatinga, para conhecimento e eventuais providências, sobretudo atualização e ampliação do perfil do(a) egresso(a) constante do PPC.

IX. discutir os resultados na CPFP com vistas à identificação dos principais problemas relativos à aprovação do(a)s egresso(a)s no Exame de Ordem.

X. permitir ao(a)s egresso(a)s a participação em atividades realizadas pelo curso de Direito da UFOP, contribuindo para o constante aprimoramento e atualização do(a)s profissionais.

Art. 28 No que concerne à política de egresso(a)s a CPFP tem as seguintes atribuições:

I. assessorar órgãos institucionais em relação a assuntos que envolvam egresso(a)s do curso de Direito da UFOP.

II. apresentar ao colegiado do curso de Direito relatórios anuais sobre as atividades desenvolvidas.

III. enviar, anualmente, formulários ao(a)s egresso(a)s com o objetivo de obter informações relevantes para o desenvolvimento do curso de Direito da UFOP em Ipatinga.

IV. identificar problemas estruturais e desenvolver propostas que contribuam para o constante processo de aprimoramento do curso de Direito da UFOP em Ipatinga.

V. organizar eventos que contem com a participação de egresso(a)s.

VI. divulgar informações relativas às oportunidades de emprego e qualificação profissional ao(a)s egresso(a)s do curso de Direito da UFOP em Ipatinga.

VII. manter comunicação com o(a) egresso(a), informando sobre eventos culturais e científicos, cursos de capacitação, graduação e pós-graduação realizados na UFOP.

Capítulo VII - Seção II - Acompanhamento do Exame de Ordem

Art. 29 No que concerne ao acompanhamento do Exame de Ordem a CPFP tem por objetivo ampliar e institucionalizar os debates internos ao curso de Direito da UFOP em Ipatinga sobre a importância de se acompanhar, de modo sistematizado e organizado, os Exames de Ordem no Brasil, observadas as normas institucionais, as competências dos órgãos internos e a autonomia docente.

Art. 30 São princípios norteadores da atuação da CPFP no que diz respeito ao acompanhamento do Exame de Ordem:

I. é compromisso do curso de Direito da UFOP em Ipatinga formar discentes capazes de argumentar, interpretar e valorizar os fenômenos jurídicos e sociais, conciliando capacitação profissional e promoção de valores como ética, justiça e cidadania. A aprovação no Exame de Ordem não constitui a finalidade principal do curso, mas é, inegavelmente, fator relevante para a inserção profissional do(a) bacharel que se pretende formar.

II. não se pretende fazer do Exame de Ordem um elemento norteador das atividades docentes no curso de Direito da UFOP, mas também não se perderá de vista a sua importância não só na vida de cada um(a) do(a)s discentes como na trajetória e reconhecimento público (interno e externo) do curso.

III. é importante observar o papel da OAB nos cursos de Direito brasileiros. A responsabilidade da Ordem, de acordo com a Instrução Normativa nº 1/2008, é regulamentar e consolidar os procedimentos e critérios para a manifestação da Comissão Nacional de Ensino Jurídico, para que o Ministério da Educação (MEC) possa autorizar, reconhecer, renovar ou aumentar vagas em cursos jurídicos, exercendo importante papel para um ensino jurídico de qualidade, comprometido com valores humanísticos e formadore(a)s de cidadã(o)s crítico(a)s e partícipes das decisões sociais.

IV. embora a flexibilização curricular seja incentivada, há conteúdos mínimos que devem ser observados pelos docentes em seu magistério. A OAB, nos editais de seus Exames de Ordem, fixa, normalmente por três vezes por ano, aquilo que a instituição compreende como temas básicos que devem ser assimilados pelo(a) bacharel, sendo obrigação do curso de Direito da UFOP em Ipatinga acompanhar atentamente a evolução de tais conteúdos.

V. o acompanhamento do resultado de seus(suas) egresso(a)s no Exame de Ordem deve ser a preocupação do curso de Direito da UFOP em Ipatinga quando for promover coleta sistemática de dados estatísticos que possam subsidiar análises a respeito da eficácia das ações pedagógicas utilizadas, apontando erros e acertos do curso. Além disso, o referido acompanhamento visa aproximar o(a) egresso(a) com o convívio acadêmico, informando-lhe da ocorrência de minicursos, palestras, aulas inaugurais e, se for o caso (reprovações sucessivas no Exame de Ordem), intervir individualmente para a solução de problemas com relação à aprovação de ex-aluno(a) no Exame de Ordem.

VI. o NPJ/UFOP/Ipatinga deve buscar substancialmente, como sua atividade principal, a formação profissional do(a) aluno(a), proporcionando a ele visão crítica do direito, a partir das inúmeras práticas relacionadas à área de formação acadêmica, assegurando uma abordagem interdisciplinar. Importante, nesta linha, qualificar o(a) aluno(a) do curso para o exercício profissional da Advocacia, Ministério Público, Magistratura e demais profissões jurídicas, sendo o Exame de Ordem, conforme já exposto e como regra geral (que permite exceções), o primeiro grande passo para futura atuação profissional.

Art. 31 A CPFP, no que concerne ao acompanhamento do Exame de Ordem, terá as seguintes atribuições e responsabilidades:

I. analisar sistematicamente os editais dos Exames de Ordem, para compreensão de sua estrutura e permanente confronto com as ementas das disciplinas oferecidas pelo curso de Direito da UFOP em Ipatinga.

II. sugerir alterações em ementas de disciplinas oferecidas pelo curso de Direito da UFOP em Ipatinga em caso de constatação de distorções significativas entre o conteúdo ofertado e aquele exigido pela OAB como conteúdo mínimo do Exame de Ordem.

III. divulgar entre docentes e discentes a importância de se acompanhar e conhecer a estrutura (forma e conteúdo) de cada Exame de Ordem, em ambas as suas fases.

IV. sugerir ao(a)s docentes que utilizem em suas avaliações e trabalhos acadêmicos, sempre que possível, e, sem perder de vista a autonomia docente, a estrutura (forma e conteúdo) dos últimos Exames de Ordem.

V. propor, realizar e acompanhar simulados da prova do Exame de Ordem para o(a)s aluno(a)s do curso de Direito da UFOP em Ipatinga.

Capítulo VII - Seção II - Estratégias Enade

Art. 32 No que concerne às estratégias Enade a CPFP tem por objetivo ampliar e institucionalizar os debates internos ao curso de Direito da UFOP sobre a importância de se acompanhar, de modo sistematizado e organizado, os desempenhos no Enade relativos ao

bacharelado em Direito, observadas as normas institucionais, as competências dos órgãos internos e a autonomia docente.

Art. 33 A CPFP, no que concerne às estratégias Enade, terá as seguintes atribuições e responsabilidades:

I. analisar sistematicamente os resultados do Enade para compreensão de sua estrutura e permanente confronto com as ementas das disciplinas oferecidas pelo curso de Direito da UFOP em Ipatinga.

II. sugerir alterações em ementas de disciplinas oferecidas pelo curso de Direito da UFOP em caso de constatação de distorções significativas entre o conteúdo ofertado e aquele exigido pelo MEC no Enade.

III. Divulgar entre docentes e discentes a importância de se acompanhar e conhecer a estrutura (forma e conteúdo) de cada Enade que envolva os cursos de Direito.

IV. Sugerir ao(a)s docentes que utilizem em suas avaliações e trabalhos acadêmicos, sempre que possível, e, sem perder de vista a autonomia docente, a estrutura (forma e conteúdo) dos últimos exames.

APÊNDICE E - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CURSO

NORMAS GERAIS DO TRABALHO DE CURSO

Estabelece as regras que se aplicam para a realização e integralização do Trabalho de curso de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) do *campus* Ipatinga.

Capítulo I - Do conteúdo do Trabalho de Curso

Art. 1º O Trabalho de Curso (TC), consiste na elaboração de um produto textual, individual, de caráter científico, obrigatório, previsto na estrutura curricular, relacionado aos conteúdos curriculares do curso de Direito, mediante apresentação de um projeto e de um texto final, que deve ter forma de monografia ou artigo científico.

Art. 2º O TC compreende duas fases, ambas incompatíveis com os Exames Especiais:

I. elaboração de projeto de TC;

II. construção do texto do TC, estruturado sob a forma de monografia ou artigo científico, obedecendo às normas previstas no Padrão da UFOP de normalização, disponibilizado eletronicamente pelo Sistema de Bibliotecas da UFOP (Sisbin), com aplicação supletiva das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Parágrafo único. O tema do TC será de livre escolha do(a) aluno(a), desde que sejam seguidas as linhas temáticas estabelecidas pelo PPC e pelo(a)s professore(a)s orientadore(a)s.

Capítulo II - Do projeto de trabalho de curso

Art. 3º O projeto de TC deverá ser elaborado na disciplina de metodologia e elaboração de projeto de TC e o(a) aluno(a) será aprovado(a) nos termos das avaliações institucionais previstas pelo PPC.

§1º Em caso de rejeição parcial ou total do projeto durante o semestre letivo, o(a) aluno(a) deverá reformulá-lo e submetê-lo à nova apreciação, conforme prazos estabelecidos pelo(a) professor(a) da disciplina e pelo calendário acadêmico institucional.

§2º O(A) aluno(a) ou o(a) professor(a) orientador(a) deverá, nas datas e na forma definidas pelo(a) professor(a) da disciplina, apresentar termo de aceite de orientação do projeto.

§3º Após aprovação do projeto, não serão permitidas mudanças de orientação ou alterações em suas linhas básicas, devendo ser os casos especiais submetidos à apreciação do colegiado do curso, de acordo com seus prazos e requisitos.

§4º No início do semestre letivo correspondente à realização da matrícula do(a) aluno(a) na atividade "Defesa de Trabalho de Curso", o discente deverá promover o depósito do projeto junto ao(a) professor(a) da disciplina, para as verificações necessárias.

Capítulo III - Da orientação

Art. 4º A orientação será realizada por professor(a) orientador(a) escolhido(a) pelo(a) aluno(a), dentre o(a)s membro(a)s do corpo docente do curso de Direito da UFOP em Ipatinga.

§1º No semestre que o(a) aluno(a) estiver matriculado na atividade Defesa de Trabalho de Curso, deverá apresentar ao(a) professor(a) responsável pela disciplina e/ou ao colegiado, termo de aceite do(a) orientador(a) no prazo estabelecido.

§2º Caso o(a) aluno(a) não seja capaz de cumprir o disposto no parágrafo 1º, deverá promover o trancamento da disciplina no sistema da UFOP, no prazo estabelecido pelo calendário acadêmico.

§3º Se houver a não obtenção do aceite decorrer de caso fortuito ou força maior ou de circunstância que escape ao querer do(a) aluno(a), este deverá informar ao colegiado do curso sobre a situação excepcional, demandando que lhe seja indicado(a) um(a) orientador(a).

§4º Caso o(a) professor(a) orientador(a) deixe os quadros da UFOP, o(a) discente deverá procurar novo(a) orientador(a), comunicando ao colegiado a nova condição de orientação.

§5º Caso o(a) aluno(a) não tranque a disciplina/atividade no período regimental e não solicite ao colegiado a indicação de orientador(a), será considerado reprovado na disciplina por nota e falta.

§6º Ressalvadas situações excepcionais autorizadas oportunamente pelo colegiado, cada professor(a) poderá orientar, no máximo, 05 (cinco) aluno(a)s por semestre, entrando neste cômputo apenas aquele(a)s matriculado(a)s na atividade de defesa de trabalho de curso.

§7º A orientação por docente de outro departamento e/ou unidade da UFOP, considerada excepcional, estará condicionada à autorização do colegiado, devendo seguir, no que couber, toda a regulamentação deste documento.

§8º Mediante proposta justificada e devidamente documentada do(a) orientador(a) e a juízo do colegiado, poderá haver coorientação por docente da UFOP ou professor(a) integrante dos quadros de outra IES, desde que, voluntária e sem ônus para a UFOP.

§9º É admissível a coorientação do trabalho de curso feita por aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFOP. Nesse caso, o pedido de coorientação, devidamente fundamentado, deverá ser encaminhado ao colegiado, nos prazos devidos, para que possa haver deliberação sobre o cabimento.

Art. 5º A substituição do(a) professor(a) orientador(a) só será permitida quando outro(a) docente assumir a orientação do(a) discente, devendo a situação ser regularizada formalmente perante o colegiado.

Art. 6º Cabe ao(a) professor(a) orientador(a):

I. acompanhar a elaboração da monografia auxiliando na programação de leituras, discutindo conteúdos e sugerindo melhorias;

II. definir local, datas e horários para orientação, juntamente com o(a) aluno(a);

III. avaliar o trabalho no que diz respeito ao conteúdo, sugerindo modificações, aceitando ou rejeitando o depósito eletrônico realizado pelo(a) aluno(a);

IV. compor a banca de avaliação do TC;

V. autorizar o depósito da versão definitiva do trabalho junto ao Sisbin, na forma estabelecida neste regulamento;

Parágrafo único. O(A) professor(a) que desistir da orientação, a qualquer momento, deverá dar ciência ao(a) aluno(a) e ao colegiado por escrito, expondo os motivos de tal decisão.

Art. 7º Cabe ao(a) aluno(a):

I. responsabilizar-se inteiramente pela elaboração do TC;

II. indicar o(a) professor(a) orientador(a) e comunicar ao(a) professor(a) da atividade de defesa de TC, pelo meio por este definido;

III. elaborar e apresentar ao(a) professor(a) orientador(a) o trabalho, para avaliação e aprovação, procedendo às modificações sugeridas no prazo determinado, se for o caso;

IV. cumprir todas as tarefas determinadas pelo(a) orientador(a);

V. elaborar e entregar o trabalho final para avaliação por parte do(a) professor(a) orientador(a) e da banca de avaliação, de acordo com os prazos estabelecidos;

VI. realizar as modificações sugeridas pela banca de avaliação, dentro do prazo determinado;

VII. depositar *on-line* a versão final no Sisbin, de acordo com as regras por este estabelecidas e nos prazos institucionalmente fixados.

Capítulo IV - Da banca de avaliação

Art. 8º A banca de avaliação será composta por três professore(a)s, assim considerado(a)s o(a)s que tiverem vínculo formal com alguma instituição de ensino superior.

§1º Obrigatoriamente, comporão a banca o(a) orientador(a) e pelo menos um(a) professor(a) que atuam na área específica do trabalho e pertencente ao quadro de pessoal do *campus* de Ipatinga.

§2º Também poderão compor a banca de avaliação, juntamente com o(a) professor(a) orientador(a) do trabalho, professore(a)s de outros departamentos e unidades da UFOP, desde que aprovados pelo(a) professor(a) orientador(a) e informados ao colegiado, oportunamente.

§3º O(A) terceiro(a) avaliador(a) poderá ser externo à UFOP, podendo participar por convite e autorização do(a) professor(a) orientador(a) com comunicação e aprovação prévia do colegiado.

§4º O(A) terceiro(a) avaliador(a) poderá ser um(a) servidor(a) Técnico(a)-Administrativo(a) da UFOP, desde que possua titulação mínima de Mestrado.

§5º Para compor o número de três avaliadore(a)s, admite-se a participação de discente do Programa de Pós-graduação em Direito da UFOP.

§6º No caso específico de o trabalho de conclusão de curso ser coorientado por discente do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFOP, a banca, excepcionalmente, deverá ser composta por quatro examinadore(a)s, devendo conter, além do professor(a) orientador(a), outro(a) docente que atua no curso de Direito da UFOP em Ipatinga.

§7º Na banca de avaliação do trabalho de curso em que houver coorientação, deverá haver, obrigatoriamente, pelo menos, a participação de quatro avaliadore(a)s.

§8º Deverão ser analisadas pelo colegiado do curso as hipóteses de impedimento e suspeição do(a) avaliador(a) externo(a).

Art. 9º O(A) professor(a) orientador(a) será o(a) presidente da banca de avaliação, sendo sua responsabilidade a abertura e condução dos trabalhos de defesa.

Art. 10 O trabalho de curso será considerado apto à defesa se o(a) orientador(a) responsável informar ao(a) professor(a) da atividade de defesa de TC, no prazo oportuno, e conforme a dinâmica por este fixada, data, horário, local de realização e composição da banca avaliadora.

Art. 11 O(A) aluno(a) que descumprir os prazos para a elaboração, apresentação e entrega do trabalho ou desistir da atividade no período de sua elaboração e apresentação estará impedido de comparecer na defesa do TC, sendo automaticamente reprovado no componente curricular.

Parágrafo único. O pedido de prorrogação de prazo poderá ser realizado pelo(a) professor(a) orientador(a) ou pelo(a) aluno(a), devendo este ser analisado pelo colegiado.

Capítulo V - Da defesa do Trabalho de Curso

Art. 12 A defesa do trabalho de curso será pública, nas dependências da UFOP, com ampla divulgação pelo colegiado, devendo constar:

I. o nome do(a) orientando(a);

II. o título da monografia;

III. os nomes do(a)s membro(a)s da banca avaliadora;

IV. o local, a data e o horário da defesa.

§1º O(A) orientando(a) terá entre 10 (dez) e 20 (vinte) minutos para fazer a apresentação do trabalho.

§2º Cada avaliador(a) terá até 10 (dez) minutos para fazer considerações e questionamentos.

Art. 13 O TC será apresentado para a banca de avaliação, que lavrará a respectiva ata de defesa, constando a avaliação do trabalho escrito e da apresentação oral.

Parágrafo único. Somente poderá participar da apresentação pública o(a) aluno(a) que obtiver autorização do(a) professor(a) orientador(a), nos termos desta resolução.

Capítulo VI - Da Avaliação/Aprovação dos Trabalhos de Curso

Art. 14 A avaliação será feita por meio de ficha específica, elaborada pelo colegiado do curso, devendo considerar os seguintes critérios:

I. o conteúdo e relevância do trabalho realizado, considerando-se sua atualidade e importância do tema, além do se possível proveito ou contribuição, na área a que se aplique;

II. a consistência metodológica, compreendendo estrutura, logicidade e linguagem em que foi desenvolvida;

III. a apresentação do trabalho, com a demonstração de domínio da matéria versada e a clareza do que for exposto.

IV. clareza e objetividade do(a) aluno(a) na defesa do ponto de vista apresentados durante a arguição;

V. a responsabilidade do(a) aluno(a) na participação das orientações;

VI. entrega do TC no prazo determinado.

Art. 15 A ata da realização da banca de avaliação deverá ser entregue pelo(a) professor(a) orientador(a) ao(a) professor(a) da atividade de defesa de TC, com atribuição, apenas, de resultado “aprovado”, “reprovado” ou “aprovado com restrições”.

§1º Em caso de aprovação sem restrições, o termo de aprovação será assinado pelo(a) orientador(a) e pelo(a)s demais membro(a)s da banca de avaliação do TC.

§2º Em caso de aprovação com restrições, o termo de aprovação será assinado apenas pelo(a)s membro(a)s convidado(a)s para compor a banca, ficando a assinatura do(a) orientador(a) condicionada à conclusão adequada das correções sugeridas, que deverão ocorrer num prazo máximo de 3 (três) dias úteis.

Art. 16 Haverá reprovação no TC para o(a) aluno(a) que:

I. antes de submeter à banca de avaliação for comprovada a utilização de plágio na elaboração do trabalho;

II. o trabalho avaliado pela banca de avaliação for considerado sem relevância, com falhas em seu formato, de conteúdo inconsistente, que pouco acrescenta à área do conhecimento.

Parágrafo único. O(A) aluno(a) que se enquadrar em uma das situações apresentadas nos incisos I e III deverá apresentar um novo trabalho, conforme as regras determinadas no presente regulamento, devendo efetivar nova matrícula na disciplina em que o trabalho de curso é realizado.

Capítulo VII - Depósito da versão final

Art. 17 Caso não haja nenhuma alteração solicitada pela banca de avaliação, o depósito do trabalho acadêmico *on-line* junto ao Sisbin deverá ser feito pelo(a) discente considerando os prazos preestabelecidos.

Capítulo VIII - Do plágio

Art. 18 Em caso de identificação de plágio, seja de trabalhos da literatura ou propostas de trabalhos, monografia copiada total ou parcialmente, parte de livros e dissertações sem a devida citação de referências bibliográficas, o TC será anulado, tornando-se inválidos todos os atos decorrentes de sua apresentação e/ou elaboração.

Capítulo IX - Disposições finais

Art. 19 Os casos omissos serão analisados pelo colegiado mediante requerimento por escrito e fundamentado do(a) interessado(a).

Art. 20 Este regulamento entra em vigor na data da aprovação do Projeto Pedagógico do curso.

APÊNDICE F - DISCIPLINAS POR EIXO CONFORME AS DIRETRIZES NACIONAIS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

A listagem das disciplinas, agrupadas por eixo, nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Direito, são apresentadas a seguir:

FORMAÇÃO GERAL:

1. Filosofia Geral e do Direito, 60h, 1º período, obrigatória.
2. Ciência Política, 30h, 1º período, obrigatória.
3. Sociologia Geral e do Direito, 60h, 1º período, obrigatória.
4. História no Direito, 30h, 1º período, obrigatória.
5. Economia, 30h, 1º período, obrigatória.
6. Metodologia da Pesquisa e da Extensão, 30h, 1º período, obrigatória.
7. Metodologia e Elaboração de Projeto de Trabalho de Curso, 30h, 8º período, obrigatória.
8. Antropologia, 30h, Eletiva.
9. Psicologia Aplicada ao Direito, 30h, Eletiva.
10. Introdução a Libras, 60h, Eletiva.

FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA:

1. Introdução ao Estudo do Direito, 60h, 1º período, obrigatória.
2. Teoria da Constituição, 60h, 2º período, obrigatória.
3. Direito Civil I – Parte Geral, 60h, 2º período, obrigatória.
4. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais, 60h, 2º período, obrigatória.
5. Ética Profissional e Estatuto da OAB, 30h, 2º período, obrigatória.
6. Mediação e outras formas consensuais de resolução de conflitos, 30h, 2º período, obrigatória.
7. Direito Civil II - Obrigações e Responsabilidade, 60h, 3º período, obrigatória.
8. Direito Constitucional I, 60h, 3º período, obrigatória.
9. Direito Penal I, 60h, 3º período, obrigatória.
10. Teoria Geral do Processo, 60h, 3º período, obrigatória.
11. Direito Empresarial I, 60h, 3º período, obrigatória.
12. Direito Civil III – Contratos, 60h, 4º período, obrigatória.
13. Direito Constitucional II, 60h, 4º período, obrigatória.
14. Direito Penal II, 60h, 4º período, obrigatória.
15. Direito Processual Civil I, 60h, 4º período, obrigatória.
16. Direito Empresarial II, 60h, 4º período, obrigatória.
17. Direito Civil IV – Posse e Propriedade, 60h, 5º período, obrigatória.
18. Direito Processual Civil II, 60h, 5º período, obrigatória.
19. Direito Penal III, 60h, 5º período, obrigatória.
20. Direito Administrativo I, 60h, 5º período, obrigatória.
21. Direito Empresarial III, 60h, 5º período, obrigatória.
22. Direito Processual Civil III, 60h, 6º período, obrigatória.
23. Direito Penal IV, 60h, 6º período, obrigatória.

24. Direito Administrativo II, 60h, 6º período, obrigatória.
25. Direito Civil V – Famílias, 60h, 6º período, obrigatória.
26. Direito Empresarial IV, 60h, 6º período, obrigatória.
27. Direito Processual Penal I, 60h, 7º período, obrigatória.
28. Direito Administrativo III, 60h, 7º período, obrigatória.
29. Direito Civil VI – Sucessões, 60h, 7º período, obrigatória.
30. Direito do Trabalho I, 60h, 7º período, obrigatória.
31. Direito do Consumidor, 30h, 7º período, obrigatória.
32. Direito Tributário I, 60h, 8º período, obrigatória.
33. Direito Processual Penal II, 60h, 8º período, obrigatória.
34. Direito Internacional Público, 60h, 8º período, obrigatória.
35. Direito do Trabalho II, 60h, 8º período, obrigatória.
36. Direito Processual Penal III, 60h, 9º período, obrigatória.
37. Direito Tributário II, 60h, 9º período, obrigatória.
38. Direito do Trabalho III – Processo do Trabalho, 60h, 9º período, obrigatória.
39. Direito Minerário, 60h, 9º período, obrigatória.
40. Direito Internacional Privado, 60h, 9º período, obrigatória.
41. Direito Previdenciário, 60h, 10º período, obrigatória.
42. Direito e Tecnologias, 30h, 10º período, obrigatória.
43. Direito Econômico e Financeiro, 60h, 10º período, obrigatória.
44. Direito Ambiental, 60h, 10º período, obrigatória.
45. Direito Eleitoral, 30h, Eletiva.
46. Direito Desportivo, 30h, Eletiva.
47. Direito da Criança e do Adolescente, 30h, Eletiva.
48. Direito Agrário, 30h, Eletiva.
49. Direito Cibernético, 30h, Eletiva.
50. Inteligência Artificial e Direito, 30h, Eletiva.
51. Direito e Proteção de Dados, 30h, Eletiva.
52. Direito Imobiliário, 30h, Eletiva.
53. Bioética e Biodireito, 30h, Eletiva.
54. Direito e Compliance, 30h, Eletiva.
55. Direito Municipal, 30h, Eletiva.
56. Direitos dos Servidores Públicos, 30h, Eletiva.
57. Estudos jurídicos sobre relações étnico-raciais, 30h, Eletiva.
58. Estudos jurídicos sobre políticas de gênero, 30h, Eletiva.
59. Novos direitos, novos sujeitos, 30h, Eletiva.
60. Lawfare, 30h, Eletiva.
61. Licitações e Contratos Administrativos, 30h, Eletiva.
62. Direito Digital, 30h, Eletiva.
63. Direito do Trabalho, Novos Sujeitos da Proteção Trabalhista e Trabalhadores sem Direitos, 30h, Eletiva.
64. Direitos individuais trabalhistas das profissões regulamentadas, 30h, Eletiva.
65. Direito coletivo do trabalho e novas perspectivas sindicais, 30h, Eletiva.
66. Direito romano, 30h, Eletiva.

67. Arbitragem jurídica, 30h, Eletiva.
68. Tópicos em relações internacionais, 30h, Eletiva.
69. Direito internacional econômico, 30h, Eletiva.
70. Direito e literatura, 30h, Eletiva.
71. Criminologia, 30h, Eletiva.
72. Tópicos em decolonialidade e pensamentos contra-hegemônicos, 30h, Eletiva.
73. Assessoria jurídica popular, 30h, Eletiva.
74. Liberdade de expressão resistida, 30h, Eletiva.
75. Tendências do ensino jurídico, 30h, Eletiva.
76. Autonomia no exercício de direitos fundamentais, 30h, Eletiva.
77. Tópicos avançados em direito do consumidor, 30h, Eletiva.
78. Tópicos em responsabilidade civil, 30h, Eletiva.
79. Direito processual coletivo, 30h, Eletiva.
80. Direito da execução penal, 30h, Eletiva.

FORMAÇÃO PRÁTICO-PROFISSIONAL:

1. Prática Simulada I – Civil e Empresarial, 60 horas, 7º período, obrigatória.
2. Estágio Interno (NPJ) I, 30 horas, 8º período, obrigatória.
3. Estágio Interno (NPJ) II, 30 horas, 9º período, obrigatória.
4. Prática Simulada II – Direito Administrativo, 60 horas, 10º período, disciplina obrigatória de caráter optativo (de escolha em um rol de ofertas).
5. Prática Simulada II – Direito Internacional, 60 horas, 10º período, disciplina obrigatória de caráter optativo (de escolha em um rol de ofertas).
6. Prática Simulada II – Direito Constitucional, 60 horas, 10º período, disciplina obrigatória de caráter optativo (de escolha em um rol de ofertas).
7. Prática Simulada II – Direito do Trabalho, 60 horas, 10º período, disciplina obrigatória de caráter optativo (de escolha em um rol de ofertas).
8. Prática Simulada II – Direito Empresarial, 60 horas, 10º período, disciplina obrigatória de caráter optativo (de escolha em um rol de ofertas).
9. Prática Simulada II – Direito Penal, 60 horas, 10º período, disciplina obrigatória de caráter optativo (de escolha em um rol de ofertas).
10. Prática Simulada II – Direito Tributário e Financeiro, 60 horas, 10º período, disciplina obrigatória de caráter optativo (de escolha em um rol de ofertas).

Há também a divisão dos conteúdos previstos no Projeto Pedagógico do curso entre disciplinas teóricas e disciplinas práticas. As listas a seguir trazem a representação.

TEÓRICAS:

1. Filosofia Geral e do Direito, 60h, 1º período, obrigatória.
2. Ciência Política, 30h, 1º período, obrigatória.
3. Sociologia Geral e do Direito, 60h, 1º período, obrigatória.
4. Introdução ao Estudo do Direito, 60h, 1º período, obrigatória.
5. História no Direito, 30h, 1º período, obrigatória.
6. Economia, 30h, 1º período, obrigatória.
7. Metodologia da Pesquisa e da Extensão, 30h, 1º período, obrigatória.
8. Teoria da Constituição, 60h, 2º período, obrigatória.

9. Direito Civil I – Parte Geral, 60h, 2º período, obrigatória.
10. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais, 60h, 2º período, obrigatória.
11. Ética Profissional e Estatuto da OAB, 30h, 2º período, obrigatória.
12. Mediação e outras formas consensuais de resolução de conflitos, 30h, 2º período, obrigatória.
13. Direito Civil II - Obrigações e Responsabilidade, 60h, 3º período, obrigatória.
14. Direito Constitucional I, 60h, 3º período, obrigatória.
15. Direito Penal I, 60h, 3º período, obrigatória.
16. Teoria Geral do Processo, 60h, 3º período, obrigatória.
17. Direito Empresarial I, 60h, 3º período, obrigatória.
18. Direito Civil III – Contratos, 60h, 4º período, obrigatória.
19. Direito Constitucional II, 60h, 4º período, obrigatória.
20. Direito Penal II, 60h, 4º período, obrigatória.
21. Direito Processual Civil I, 60h, 4º período, obrigatória.
22. Direito Empresarial II, 60h, 4º período, obrigatória.
23. Direito Civil IV – Posse e Propriedade, 60h, 5º período, obrigatória.
24. Direito Processual Civil II, 60h, 5º período, obrigatória.
25. Direito Penal III, 60h, 5º período, obrigatória.
26. Direito Administrativo I, 60h, 5º período, obrigatória.
27. Direito Empresarial III, 60h, 5º período, obrigatória.
28. Direito Processual Civil III, 60h, 6º período, obrigatória.
29. Direito Penal IV, 60h, 6º período, obrigatória.
30. Direito Administrativo II, 60h, 6º período, obrigatória.
31. Direito Empresarial IV, 60h, 6º período, obrigatória.
32. Direito Civil V – Famílias, 6º período, obrigatória.
33. Direito Processual Penal I, 60h, 7º período, obrigatória.
34. Direito Administrativo III, 60h, 7º período, obrigatória.
35. Direito Civil VI – Sucessões, 60h, 7º período, obrigatória.
36. Direito do Trabalho I, 60h, 7º período, obrigatória.
37. Direito do Consumidor, 30h, 7º período, obrigatória.
38. Direito Tributário I, 60h, 8º período, obrigatória.
39. Direito Processual Penal II, 60h, 8º período, obrigatória.
40. Direito Internacional Público, 60h, 8º período, obrigatória.
41. Direito do Trabalho II, 60h, 8º período, obrigatória.
42. Metodologia e Elaboração de Projeto de Trabalho de Curso, 30h, 8º período, obrigatória.
43. Direito Processual Penal III, 60h, 9º período, obrigatória.
44. Direito Tributário II, 60h, 9º período, obrigatória.
45. Direito do Trabalho III – Processo do Trabalho, 60h, 9º período, obrigatória.
46. Direito Minerário, 60h, 9º período, obrigatória.
47. Direito Internacional Privado, 60h, 9º período, obrigatória.
48. Direito Previdenciário, 60h, 10º período, obrigatória.
49. Direito e Tecnologias, 30h, 10º período, obrigatória.
50. Direito Econômico e Financeiro, 60h, 10º período, obrigatória.
51. Direito Ambiental, 60h, 10º período, obrigatória.
52. Antropologia, 30h, Eletiva.
53. Psicologia Aplicada ao Direito, 30h, Eletiva.
54. Direito Eleitoral, 30h, Eletiva.
55. Direito Desportivo, 30h, Eletiva.
56. Direito da Criança e do Adolescente, 30h, Eletiva.

57. Direito Agrário, 30h, Eletiva.
58. Direito Cibernético, 30h, Eletiva.
59. Inteligência Artificial e Direito, 30h, Eletiva.
60. Direito e Proteção de Dados, 30h, Eletiva.
61. Direito Imobiliário, 30h, Eletiva.
62. Bioética e Biodireito, 30h, Eletiva.
63. Direito e Compliance, 30h, Eletiva.
64. Direito Municipal, 30h, Eletiva.
65. Direitos dos Servidores Públicos, 30h, Eletiva.
66. Estudos jurídicos sobre relações étnico-raciais, 30h, Eletiva.
67. Estudos jurídicos sobre políticas de gênero, 30h, Eletiva.
68. Novos direitos, novos sujeitos, 30h, Eletiva.
69. Lawfare, 30h, Eletiva.
70. Licitações e Contratos Administrativos, 30h, Eletiva.
71. Introdução a Libras, 60h, Eletiva.
72. Direito Digital, 30h, Eletiva.
73. Direito do Trabalho, Novos Sujeitos da Proteção Trabalhista e Trabalhadores sem Direitos, 30h, Eletiva.
74. Direitos individuais trabalhistas das profissões regulamentadas, 30h, Eletiva.
75. Direito coletivo do trabalho e novas perspectivas sindicais, 30h, Eletiva.
76. Direito romano, 30h, Eletiva.
77. Arbitragem jurídica, 30h, Eletiva.
78. Tópicos em relações internacionais, 30h, Eletiva.
79. Direito internacional econômico, 30h, Eletiva.
80. Direito e literatura, 30h, Eletiva.
81. Criminologia, 30h, Eletiva.
82. Tópicos em decolonialidade e pensamentos contra-hegemônicos, 30h, Eletiva.
83. Assessoria jurídica popular, 30h, Eletiva.
84. Liberdade de expressão resistida, 30h, Eletiva.
85. Tendências do ensino jurídico, 30h, Eletiva.
86. Autonomia no exercício de direitos fundamentais, 30h, Eletiva.
87. Tópicos avançados em direito do consumidor, 30h, Eletiva.
88. Tópicos em responsabilidade civil, 30h, Eletiva.
89. Direito processual coletivo, 30h, Eletiva.
90. Direito da execução penal, 30h, Eletiva.

PRÁTICAS:

1. Prática Simulada I – Civil e Empresarial, 60 horas, 7º período, obrigatória.
2. Estágio Interno (NPJ) I, 30 horas, 8º período, obrigatória.
3. Estágio Interno (NPJ) II, 30 horas, 9º período, obrigatória.
4. Prática Simulada II – Direito Administrativo, 60 horas, 10º período, disciplina obrigatória de caráter optativo (de escolha em um rol de ofertas).
5. Prática Simulada II – Direito Internacional, 60 horas, 10º período, disciplina obrigatória de caráter optativo (de escolha em um rol de ofertas).
6. Prática Simulada II – Direito Constitucional, 60 horas, 10º período, disciplina obrigatória de caráter optativo (de escolha em um rol de ofertas).

7. Prática Simulada II – Direito do Trabalho, 60 horas, 10º período, disciplina obrigatória de caráter optativo (de escolha em um rol de ofertas).
8. Prática Simulada II – Direito Empresarial, 60 horas, 10º período, disciplina obrigatória de caráter optativo (de escolha em um rol de ofertas).
9. Prática Simulada II – Direito Penal, 60 horas, 10º período, disciplina obrigatória de caráter optativo (de escolha em um rol de ofertas).
10. Prática Simulada II – Direito Tributário e Financeiro, 60 horas, 10º período, disciplina obrigatória de caráter optativo (de escolha em um rol de ofertas).

Por fim, há também a subdivisão dos conteúdos previstos no Projeto Pedagógico do curso entre aqueles apresentados em disciplinas presenciais, os que estão previstos para atividades semipresenciais e outros que serão ministrados a distância, conforme destacado a seguir.

PRESENCIAIS:

1. Filosofia Geral e do Direito, 60h, 1º período, obrigatória.
2. Ciência Política, 30h, 1º período, obrigatória.
3. Sociologia Geral e do Direito, 60h, 1º período, obrigatória.
4. História no Direito, 30h, 1º período, obrigatória.
5. Metodologia da Pesquisa e da Extensão, 30h, 1º período, obrigatória.
6. Introdução ao Estudo do Direito, 60h, 1º período, obrigatória.
7. Teoria da Constituição, 60h, 2º período, obrigatória.
8. Direito Civil I – Parte Geral, 60h, 2º período, obrigatória.
9. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais, 60h, 2º período, obrigatória.
10. Ética Profissional e Estatuto da OAB, 30h, 2º período, obrigatória.
11. Mediação e outras formas consensuais de resolução de conflitos, 30h, 2º período, obrigatória.
12. Direito Civil II - Obrigações e Responsabilidade, 60h, 3º período, obrigatória.
13. Direito Constitucional I, 60h, 3º período, obrigatória.
14. Direito Penal I, 60h, 3º período, obrigatória.
15. Teoria Geral do Processo, 60h, 3º período, obrigatória.
16. Direito Empresarial I, 60h, 3º período, obrigatória.
17. Direito Civil III – Contratos, 60h, 4º período, obrigatória.
18. Direito Constitucional II, 60h, 4º período, obrigatória.
19. Direito Penal II, 60h, 4º período, obrigatória.
20. Direito Processual Civil I, 60h, 4º período, obrigatória.
21. Direito Empresarial II, 60h, 4º período, obrigatória.
22. Direito Civil IV – Posse e Propriedade, 60h, 5º período, obrigatória.
23. Direito Processual Civil II, 60h, 5º período, obrigatória.
24. Direito Penal III, 60h, 5º período, obrigatória.
25. Direito Administrativo I, 60h, 5º período, obrigatória.
26. Direito Empresarial III, 60h, 5º período, obrigatória.
27. Direito Processual Civil III, 60h, 6º período, obrigatória.
28. Direito Penal IV, 60h, 6º período, obrigatória.

29. Direito Administrativo II, 60h, 6º período, obrigatória.
30. Direito Civil V – Famílias, 60h, 6º período, obrigatória.
31. Direito Empresarial IV, 60h, 6º período, obrigatória.
32. Direito Processual Penal I, 60h, 7º período, obrigatória.
33. Direito Administrativo III, 60h, 7º período, obrigatória.
34. Direito Civil VI – Sucessões, 60h, 7º período, obrigatória.
35. Direito do Trabalho I, 60h, 7º período, obrigatória.
36. Direito do Consumidor, 30h, 7º período, obrigatória.
37. Metodologia e Elaboração de Projeto de Trabalho de Curso, 30h, 8º período, obrigatória.
38. Direito Tributário I, 60h, 8º período, obrigatória.
39. Direito Processual Penal II, 60h, 8º período, obrigatória.
40. Direito Internacional Público, 60h, 8º período, obrigatória.
41. Direito do Trabalho II, 60h, 8º período, obrigatória.
42. Direito Processual Penal III, 60h, 9º período, obrigatória.
43. Direito Tributário II, 60h, 9º período, obrigatória.
44. Direito do Trabalho III – Processo do Trabalho, 60h, 9º período, obrigatória.
45. Direito Minerário, 60h, 9º período, obrigatória.
46. Direito Internacional Privado, 60h, 9º período, obrigatória.
47. Direito Previdenciário, 60h, 10º período, obrigatória.
48. Direito e Tecnologias, 30h, 10º período, obrigatória.
49. Direito Econômico e Financeiro, 60h, 10º período, obrigatória.
50. Direito Ambiental, 60h, 10º período, obrigatória.
51. Introdução a Libras, 60h, Eletiva.

SEMIPRESENCIAIS:

1. Prática Simulada I – Civil e Empresarial, 60 horas, 7º período, obrigatória.
2. Estágio Interno (NPJ) I, 30 horas, 8º período, obrigatória.
3. Estágio Interno (NPJ) II, 30 horas, 9º período, obrigatória.
4. Prática Simulada II – Direito Administrativo, 60 horas, 10º período, disciplina obrigatória de caráter optativo (de escolha em um rol de ofertas).
5. Prática Simulada II – Direito Internacional, 60 horas, 10º período, disciplina obrigatória de caráter optativo (de escolha em um rol de ofertas).
6. Prática Simulada II – Direito Constitucional, 60 horas, 10º período, disciplina obrigatória de caráter optativo (de escolha em um rol de ofertas).
7. Prática Simulada II – Direito do Trabalho, 60 horas, 10º período, disciplina obrigatória de caráter optativo (de escolha em um rol de ofertas).
8. Prática Simulada II – Direito Empresarial, 60 horas, 10º período, disciplina obrigatória de caráter optativo (de escolha em um rol de ofertas).
9. Prática Simulada II – Direito Penal, 60 horas, 10º período, disciplina obrigatória de caráter optativo (de escolha em um rol de ofertas).
10. Prática Simulada II – Direito Tributário e Financeiro, 60 horas, 10º período, disciplina obrigatória de caráter optativo (de escolha em um rol de ofertas).

A DISTÂNCIA:

1. Economia, 30h, 1º período, obrigatória.
2. Antropologia, 30h, Eletiva.

3. Psicologia Aplicada ao Direito, 30h, Eletiva.
4. Direito Eleitoral, 30h, Eletiva.
5. Direito Desportivo, 30h, Eletiva.
6. Direito da Criança e do Adolescente, 30h, Eletiva.
7. Direito Agrário, 30h, Eletiva.
8. Direito Cibernético, 30h, Eletiva.
9. Inteligência Artificial e Direito, 30h, Eletiva.
10. Direito e Proteção de Dados, 30h, Eletiva.
11. Direito Imobiliário, 30h, Eletiva.
12. Bioética e Biodireito, 30h, Eletiva.
13. Direito e Compliance, 30h, Eletiva.
14. Direito Municipal, 30h, Eletiva.
15. Direitos dos Servidores Públicos, 30h, Eletiva.
16. Estudos jurídicos sobre relações étnico-raciais, 30h, Eletiva.
17. Estudos jurídicos sobre políticas de gênero, 30h, Eletiva.
18. Novos direitos, novos sujeitos, 30h, Eletiva.
19. Lawfare, 30h, Eletiva.
20. Licitações e Contratos Administrativos, 30h, Eletiva.
21. Direito Digital, 30h, Eletiva.
22. Direito do Trabalho, Novos Sujeitos da Proteção Trabalhista e Trabalhadores sem Direitos, 30h, Eletiva.
23. Direitos individuais trabalhistas das profissões regulamentadas, 30h, Eletiva.
24. Direito coletivo do trabalho e novas perspectivas sindicais, 30h, Eletiva.
25. Direito romano, 30h, Eletiva.
26. Arbitragem jurídica, 30h, Eletiva.
27. Tópicos em relações internacionais, 30h, Eletiva.
28. Direito internacional econômico, 30h, Eletiva.
29. Direito e literatura, 30h, Eletiva.
30. Criminologia, 30h, Eletiva.
31. Tópicos em decolonialidade e pensamentos contra-hegemônicos, 30h, Eletiva.
32. Assessoria jurídica popular, 30h, Eletiva.
33. Liberdade de expressão resistida, 30h, Eletiva.
34. Tendências do ensino jurídico, 30h, Eletiva.
35. Autonomia no exercício de direitos fundamentais, 30h, Eletiva.
36. Tópicos avançados em direito do consumidor, 30h, Eletiva.
37. Tópicos em responsabilidade civil, 30h, Eletiva.
38. Direito processual coletivo, 30h, Eletiva.
39. Direito da execução penal, 30h, Eletiva.